



1º VOLUME

DIGITALIZADO

em 13/03/07 pelo SGT 19517 expediente

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

INTER

AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS

PROCESSO: 02501.000372/2007-03

ABERTURA: 07/03/2007 14:59

ASSUN

INTERESSADO(S):

AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS - ANA

ASSUNTO:

PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL - EXERCÍCIO DE 2006.



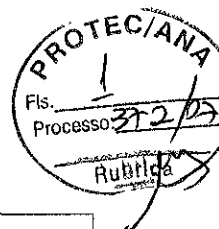
EFER

MOVIMENTAÇÕES

	DATA	DE	PARA	MOTIVO
	07/03/07	PROTEC	SAP	Em devolução após situação
	7/3/07	SAP	SGE	massagem
	/ /			
	/ /			
	/ /			
	/ /			
	/ /			
08	/ /			
09	/ /			
10	/ /			
11	/ /			
12	/ /			
13	/ /			
14	/ /			
15	/ /			
16	/ /			

ANEXOS:

APENSAÇÃO/ANEXAÇÃO

**ROTEIRO DE VERIFICAÇÃO DE PEÇAS E CONTEÚDOS – EXERCÍCIO 2006****PRESTAÇÃO DE CONTAS DE AUTARQUIA DO PODER EXECUTIVO****ÓRGÃO / ENTIDADE: AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS - ANA****VALOR DOS RECURSOS GERIDOS (art 3º § 2º DN 81 TCU)**
R\$ 122.338.976,04**RESPONSÁVEL PELA JUNTADA DOS DOCUMENTOS - PEÇAS EXIGIDAS (art. 14, IN/TCU 47 /2004)****LOCALIZAÇÃO**
(fls.)**1. UNIDADE****I. Rol de Responsáveis**

2 a 11

II. Relatório de Gestão com os conteúdos do anexo II destacando a localização dos itens abaixo

12 a 123

- Demonstrativo sintético de TCE - Item 15 do anexo II. - DN TCU nº 81, de 06/12/2006. 122
- Demonstrativo relacionando TCE - Item 16 do anexo II. - DN TCU nº 81, de 06/12/2006. 122
- Demonstrativo das informações sobre danos ressarcidos - Item 17 - anexo II - DN TCU nº 81, de 06/12/2006. 123

III. Demonstrativos contábeis

124 a 145

- Balanço Orçamentário previsto na Lei nº 4.320, de 1964. 125 a 126
- Balanço Financeiro previsto na Lei nº 4.320, de 1964. 127 a 130
- Balanço Patrimonial previsto na Lei nº 4.320, de 1964. 131 a 135
- Demonstração das Variações Patrimoniais previstas na Lei nº 4.320, de 1964. 136 a 143
- Demonstrativo dos pagamentos de despesas de natureza sigilosa, incluindo aqueles efetuados mediante suprimimento de fundos. 144 a 145

IV. Declaração da Unidade de Pessoal quanto ao atendimento por parte dos responsáveis da obrigação de apresentação da declaração de bens e rendas.

146 a 148

V. Relatórios e pareceres de órgãos e entidades que devam se pronunciar sobre as contas ou sobre a gestão

149 a 155

- Relatório emitido pelo órgão de correição com a descrição sucinta das comissões de inquérito e Processos Administrativos Disciplinares instaurados na unidade jurisdicionada no período, com o intuito de apurar dano ao erário, fraudes ou corrupções 149 a 151
- Parecer do órgão de auditoria interna. 152 a 155

VI. Prestação de Contas da UG 443302 / CEF / Gestão de Recursos Hídricos

156 a 192

LOCAL / DATA.**ASSINATURA / CARIMBO DO RESPONSÁVEL**

Brasília - DF 07/10/2007

Euro André Muniz
Ordernador de Despesas**2. ÓRGÃO DE CONTROLE INTERNO****VII. Relatório de auditoria de gestão, emitido pelo órgão de controle interno competente.****VIII. Certificado de auditoria emitido pelo órgão de controle interno competente.****IX. Parecer conclusivo do dirigente do órgão de controle interno competente.****SITUAÇÃO**

1. () A Prestação de Contas está constituída de todas as peças relacionadas no art. 14 da IN/TCU 47/2004 e conteúdos constantes dos Anexos II a VIII da DN/TCU 71/2005, estando em condição de ser encaminhada ao TCU.
2. () Ausente(s) na Prestação de Contas a(s) peça(s)/conteúdo(s) exigido(s) pela IN/TCU 47/2004 e pela DN/TCU 71/2005, enumerado(s):

LOCAL DATA**ASSINATURA / CARIMBO DO RESPONSÁVEL**

Brasília - DF / /2007

3. ASSESSOR ESPECIAL / SECRETÁRIO DE CONTROLE INTERNO**X. Pronunciamento ministerial ou da autoridade equivalente****LOCAL / DATA****ASSINATURA / CARIMBO DO RESPONSAVEL**

Brasília - DF / /2007



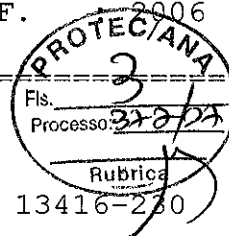
ROL DE RESPONSÁVEIS

SIAFI - SISTEMA INTEGRADO DE ADMINISTRACAO FINANCEIRA
L.40009.AN ROL DE RESPONSAVEIS
ORGAO : 44205 - AGENCIA NACIONAL DE AGUAS
UG : 443001 - GERENCIADE EXECUCAO ORC.E FINANCEIRA
GESTAO : 44205 - AGENCIA NACIONAL DE AGUAS - ANA

EMISSAO: 12/02/2007

PAGINA : 001

REF. 2006



UF: SP CEP: 13416-200

NATUREZA DE RESPONSABILIDADE : ORDENADOR DE DESPESAS
AGENTE : 367.057.808-00 - JOSE MACHADO
ENDERECO : RUA DO TRABALHO, NR. 67, APTO. 53
MUNICIPIO : PIRACICABA
CARGO : DIRETOR-PRESIDENTE DA ANA
DESIGNACAO DOCUMENTO EXONERACAO DOCUMENTO
13/Jan/2005 DEC S/NR.

PERIODO(S) GESTAO
01/Jan/2006 A 14/Fev/2006
25/Fev/2006 A 01/Out/2006
12/Out/2006 A 25/Dez/2006

SUBSTITUTO(S) :

550.602.698-68 - BENEDITO PINTO FERREIRA BRAGA JUNIOR

PERIODO(S) GESTAO : 15/Fev/2006 A 24/Fev/2006
02/Out/2006 A 11/Out/2006
26/Dez/2006 A 31/Dez/2006

AGENTE : 550.602.698-68 - BENEDITO PINTO FERREIRA BRAGA JUNIOR
ENDERECO : SETOR POLICIAL SUL AREA 05 QUADRA 03, BLOCO "M", SALA 211
MUNICIPIO : BRASILIA

UF: DF CEP: 70610-200

CARGO : DIRETOR DA AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS
DESIGNACAO DOCUMENTO EXONERACAO DOCUMENTO
04/Jun/2001 PORT. 075/01

NATUREZA DE RESPONSABILIDADE : ORDENADOR DE DESPESA P/ DELEG. DE COMPETENCIA
AGENTE : 116.852.711-20 - LUIS ANDRE MUNIZ
ENDERECO : SETOR POLICIAL SUL AREA 05 QUADRA 03, BLOCO "M", SALA 105
MUNICIPIO : BRASILIA

UF: DF CEP: 70610-200

CARGO : SUPERINTENDENTE DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
DESIGNACAO DOCUMENTO EXONERACAO DOCUMENTO
10/Jul/2002 PORT. 003/02

PERIODO(S) GESTAO
01/Jan/2006 A 20/Jan/2006
10/Fev/2006 A 04/Jul/2006
15/Jul/2006 A 31/Dez/2006

SUBSTITUTO(S) :

119.757.921-49 - ALUISIO GUIMARAES FERREIRA

PERIODO(S) GESTAO : 21/Jan/2006 A 30/Jan/2006
31/Jan/2006 A 09/Fev/2006
05/Jul/2006 A 14/Jul/2006

AGENTE : 119.757.921-49 - ALUISIO GUIMARAES FERREIRA
ENDERECO : QUADRA 19 CASA 22-S. TRADICIONAL BRAZLANDIA
MUNICIPIO : BRASILIA

UF: DF CEP: 72720-190

CARGO : GERENTE DE RECURSOS HUMANOS
DESIGNACAO DOCUMENTO EXONERACAO DOCUMENTO
22/Fev/2005 PORT. 24/05

NATUREZA DE RESPONSABILIDADE : RESPONSVEL PELA CONFORMIDADE DOCUMENTAL
AGENTE : 364.205.491-91 - KATIA CRISTINA SILVA FIORILLO
ENDERECO : SETOR POLICIAL SUL AREA 05 QUADRA 03, BLOCO "M" SALA 110
MUNICIPIO : BRASILIA

UF: DF CEP: 70610-200

CARGO : TÉCNICO CCT-III
DESIGNACAO DOCUMENTO EXONERACAO DOCUMENTO
21/Dez/2004 PORT. 143/04

PERIODO(S) GESTAO
01/Jan/2006 A 05/Nov/2006
16/Nov/2006 A 12/Dez/2006
23/Dez/2006 A 31/Dez/2006

Continua...

SIAFI - SISTEMA INTEGRADO DE ADMINISTRACAO FINANCEIRA
L.40009.AN ROL DE RESPONSAVEIS
ORGAO : 44205 - AGENCIA NACIONAL DE AGUAS
UG : 443001 - GERENCIADE EXECUCAO ORC.E FINANCEIRA
GESTAO : 44205 - AGENCIA NACIONAL DE AGUAS - ANA

EMISSAO: 12/02/2007

PAGINA : 002

REF. 37024



Continuacao...
SUBSTITUTO(S) :
084.849.101-72 - WALTER SPINDOLA DE ATAIDE

PERIODO(S) GESTAO : 06/Nov/2006 A 15/Nov/2006
13/Dez/2006 A 22/Dez/2006

AGENTE : 084.849.101-72 - WALTER SPINDOLA DE ATAIDE
ENDERECO : SETOR POLICIAL SUL AREA 05 QUADRA 03, BLOCO "M", SALA 110
MUNICIPIO : BRASILIA UF: DF CEP: 70610-200
CARGO : CARGO EM COMISSAO - CAS I
DESIGNACAO DOCUMENTO EXONERACAO DOCUMENTO
27/Out/2006 PORT. 172/06

NATUREZA DE RESPONSABILIDADE : DIRIGENTE MAXIMO DA UJ-DE QUE TRATA AS CONTAS

AGENTE : 367.057.808-00 - JOSE MACHADO
ENDERECO : RUA DO TRABALHO, NR. 67, APTO. 53
MUNICIPIO : PIRACICABA

UF: SP CEP: 13416-230

CARGO : ORDENADOR DE DESPESA
DESIGNACAO DOCUMENTO EXONERACAO DOCUMENTO
10/Jan/2005 DEC. S/NR.

PERIODO(S) GESTAO
01/Jan/2006 A 25/Dez/2006

SUBSTITUTO(S) :
038.685.244-87 - DALVINO TROCCOLI FRANCA

PERIODO(S) GESTAO : 26/Dez/2006 A 31/Dez/2006

AGENTE : 038.685.244-87 - DALVINO TROCCOLI FRANCA
ENDERECO : SETOR POLICIAL SUL AREA 05 QUADRA 03, BLOCO "M", SALA 207
MUNICIPIO : BRASILIA UF: DF CEP: 70610-200
CARGO : DIRETOR DA AGENCIA NACIONAL DE AGUAS
DESIGNACAO DOCUMENTO EXONERACAO DOCUMENTO
20/Dez/2006 PORT. 212/06

NATUREZA DE RESPONSABILIDADE : ENCARREGADO SETOR FINANCEIRO - TITULAR

AGENTE : 302.884.871-68 - JOAO LUIZ DA CUNHA
ENDERECO : SETOR POLICIAL SUL AREA 05 QUADRA 03, BLOCO "M", SALA 106
MUNICIPIO : BRASILIA

UF: DF CEP: 70610-200

CARGO : GERENTE EXECUTIVO CGE-III
DESIGNACAO DOCUMENTO EXONERACAO DOCUMENTO
10/Jul/2002 PORT. 038/02

PERIODO(S) GESTAO
01/Jan/2006 A 01/Mai/2006
12/Mai/2006 A 10/Jun/2006
01/Jul/2006 A 31/Dez/2006

SUBSTITUTO(S) :
380.112.981-00 - ANA CHRISTINA RAMOS

PERIODO(S) GESTAO : 02/Mai/2006 A 11/Mai/2006
11/Jun/2006 A 30/Jun/2006

AGENTE : 380.112.981-00 - ANA CHRISTINA RAMOS
ENDERECO : SPS AREA 05 QUADRA 03 BLOCO M SALA 104
MUNICIPIO : BRASILIA
CARGO : TÉCNICO CCT-V
DESIGNACAO DOCUMENTO EXONERACAO DOCUMENTO
22/Ago/2002 PORT. 052/02 28/Set/2006 PORT. 154

UF: DF CEP: 70000-000

NATUREZA DE RESPONSABILIDADE : RESPONSVEL PELA CONTABILIDADE - TITULAR

AGENTE : 084.849.101-72 - WALTER SPINDOLA DE ATAIDE

Continua...

Continuacao...

DESIGNACAO DOCUMENTO EXONERACAO DOCUMENTO

31/Mar/2004 PORT. 066/04

PERIODO(S) GESTAO
01/Jan/2006 A 31/Dez/2006

NATUREZA DE RESPONSABILIDADE : ENCARREGADO ALMOX./MAT.ESTOQUE - TITULAR

AGENTE : 634.927.411-34 - EDINAN LOPES DOS REIS

ENDERECO : CONDOM. OURO VELHO II, QUADRA 03, CASA 17, ETAPA 2 DO LAGO SUL

MUNICIPIO : BRASILIA

UF: DF CEP: 70000-000

CARGO : ENCARREGADO DO ALMOXARIFADO

DESIGNACAO DOCUMENTO EXONERACAO DOCUMENTO

01/Jan/2002 OS NR. 01/02

PERIODO(S) GESTAO
01/Jan/2006 A 31/Dez/2006

NATUREZA DE RESPONSABILIDADE : GESTOR DE PATRIMONIO

AGENTE : 666.387.711-91 - LUIZ PAULO GARCIA PARENTE FILHO

ENDERECO : SETOR POLICIAL SUL AREA 05 QUADRA 03, BLOCO "M", SALA 111

MUNICIPIO : BRASILIA

UF: DF CEP: 70610-200

CARGO : GERENTE DE RECURSOS LOGÍSTICOS

DESIGNACAO DOCUMENTO EXONERACAO DOCUMENTO

26/Fev/2004 OS. NR.10/04

PERIODO(S) GESTAO
01/Jan/2006 A 31/Dez/2006

NATUREZA DE RESPONSABILIDADE : DIRIG MAX ORGAO OU ENTIDADE SUPERV OU GESTORA

AGENTE : 367.057.808-00 - JOSE MACHADO

ENDERECO : RUA DO TRABALHO, NR. 67, APTO. 53

MUNICIPIO : PIRACICABA

UF: SP CEP: 13416-230

CARGO : DIRETOR-PRESIDENTE DA ANA

DESIGNACAO DOCUMENTO EXONERACAO DOCUMENTO

13/Jan/2005 DEC. S/NR.

PERIODO(S) GESTAO
01/Jan/2006 A 25/Dez/2006

SUBSTITUTO(S) :

038.685.244-87 - DALVINO TROCCOLI FRANCA

PERIODO(S) GESTAO : 26/Dez/2006 A 31/Dez/2006

AGENTE : 038.685.244-87 - DALVINO TROCCOLI FRANCA

ENDERECO : SETOR POLICIAL SUL AREA 05 QUADRA 03, BLOCO "M", SALA 207

MUNICIPIO : BRASILIA

UF: DF CEP: 70610-200

CARGO : DIRETOR DA AGENCIA NACIONAL DE AGUAS

DESIGNACAO DOCUMENTO EXONERACAO DOCUMENTO

20/Dez/2006 PORT. 212/06

NATUREZA DE RESPONSABILIDADE : MEMBRO DA DIRETORIA - TITULAR

AGENTE : 038.685.244-87 - DALVINO TROCCOLI FRANCA

DESIGNACAO DOCUMENTO EXONERACAO DOCUMENTO

04/Mai/2005 DEC. S/NR.

PERIODO(S) GESTAO
01/Jan/2006 A 31/Dez/2006

AGENTE : 112.533.391-04 - OSCAR DE MORAES CORDEIRO NETTO

ENDERECO : SHIS, QL 22, CONJUNTO 02, CASA 16, LAGO SUL

MUNICIPIO : BRASILIA

UF: DF CEP: 70000-000

CARGO : DIRETOR DA AGENCIA NACIONAL DE AGUAS

DESIGNACAO DOCUMENTO EXONERACAO DOCUMENTO

10/Nov/2004 DEC. S/NR.

PERIODO(S) GESTAO
01/Jan/2006 A 31/Dez/2006

AGENTE : 367.057.808-00 - JOSE MACHADO

DESIGNACAO DOCUMENTO EXONERACAO DOCUMENTO

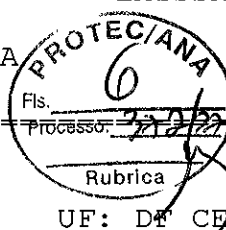
13/Jan/2005 DECRETO S/NR

PERIODO(S) GESTAO
01/Jan/2006 A 31/Dez/2006

=====Continua...



Continuacao...



AGENTE : 457.541.958-34 - BRUNO PAGNOCCHESCHI

ENDERECO : SQS 304, BLOCO "C", APTO 306

MUNICIPIO : BRASILIA

CARGO : DIRETOR DA ANA

DESIGNACAO DOCUMENTO EXONERACAO DOCUMENTO

04/Mai/2005 DEC. S/NR.

UF: DF CEP: 70337-030

PERIODO(S) GESTAO

01/Jan/2006 A 31/Dez/2006

AGENTE : 550.602.698-68 - BENEDITO PINTO FERREIRA BRAGA JUNIOR

ENDERECO : SETOR POLICIAL SUL AREA 05 QUADRA 03, BLOCO "M", SALA 211

MUNICIPIO : BRASILIA

CARGO : DIRETOR DA AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS

DESIGNACAO DOCUMENTO EXONERACAO DOCUMENTO

04/Jun/2001 PORT. 075/01

UF: DF CEP: 70610-200

PERIODO(S) GESTAO

01/Jan/2006 A 31/Dez/2006

NATUREZA DE RESPONSABILIDADE : RESPONSVEL APROVACAO PLANO DE TRABALHO

AGENTE : 038.685.244-87 - DALVINO TROCCOLI FRANCA

ENDERECO : SETOR POLICIAL SUL AREA 05 QUADRA 03, BLOCO "M", SALA 207

MUNICIPIO : BRASILIA

CARGO : DIRETOR DA AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS

DESIGNACAO DOCUMENTO EXONERACAO DOCUMENTO

04/Mai/2005 DEC. S/NR.

UF: DF CEP: 70610-200

PERIODO(S) GESTAO

01/Jan/2006 A 31/Dez/2006

AGENTE : 112.533.391-04 - OSCAR DE MORAES CORDEIRO NETTO

ENDERECO : SHIS, QL 22, CONJUNTO 02, CASA 16, LAGO SUL

MUNICIPIO : BRASILIA

CARGO : DIRETOR DA AGENCIA NACIONAL DE AGUAS

DESIGNACAO DOCUMENTO EXONERACAO DOCUMENTO

10/Nov/2004 DEC. S/NR.

UF: DF CEP: 70000-000

PERIODO(S) GESTAO

01/Jan/2006 A 31/Dez/2006

AGENTE : 367.057.808-00 - JOSE MACHADO

ENDERECO : RUA DO TRABALHO, NR. 67, APTO. 53

MUNICIPIO : PIRACICABA

CARGO : DIRETOR-PRESIDENTE DA ANA

DESIGNACAO DOCUMENTO EXONERACAO DOCUMENTO

13/Jan/2005 DEC. S/NR.

UF: SP CEP: 13416-230

PERIODO(S) GESTAO

01/Jan/2006 A 31/Dez/2006

AGENTE : 457.541.958-34 - BRUNO PAGNOCCHESCHI

ENDERECO : SQS 304, BLOCO "C", APTO 306

MUNICIPIO : BRASILIA

CARGO : DIRETOR DA AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS

DESIGNACAO DOCUMENTO EXONERACAO DOCUMENTO

04/Mai/2005 DEC. S/NR.

UF: DF CEP: 70337-030

PERIODO(S) GESTAO

01/Jan/2006 A 31/Dez/2006

AGENTE : 550.602.698-68 - BENEDITO PINTO FERREIRA BRAGA JUNIOR

DESIGNACAO DOCUMENTO EXONERACAO DOCUMENTO

04/Jun/2001 PORT. 075/01

PERIODO(S) GESTAO

01/Jan/2006 A 31/Dez/2006

NATUREZA DE RESPONSABILIDADE : RESPONSVEL APROVACAO PRESTACAO DE CONTAS

AGENTE : 116.852.711-20 - LUIS ANDRE MUNIZ

ENDERECO : SETOR POLICIAL SUL AREA 05 QUADRA 03, BLOCO "M", SALA 105

MUNICIPIO : BRASILIA

CARGO : SUPERINTENDENTE DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

UF: DF CEP: 70610-200

Continua...

Continuacao...

DESIGNACAO DOCUMENTO EXONERACAO DOCUMENTO
22/Dez/2004 PORT. 145/04PERIODO(S) GESTAO
01/Jan/2006 A 31/Dez/2006

NATUREZA DE RESPONSABILIDADE : COORDENADOR DE ACAO/PPA

AGENTE : 008.634.830-20 - VALDEMAR SANTOS GUIMARAES

ENDERECO : SETOR POLICIAL SUL AREA 05 QUADRA 03, BLOCO "L", SALA 111

MUNICIPIO : BRASILIA

UF: DF CEP: 70610-200

CARGO : COORDENADOR DE AÇÃO

DESIGNACAO DOCUMENTO EXONERACAO DOCUMENTO

17/Mai/2004 PORT. 081/04

PERIODO(S) GESTAO
01/Jan/2006 A 31/Dez/2006

AGENTE : 034.190.293-49 - FRANCISCO LOPES VIANA

ENDERECO : RUA MONSENHOR OTAVIO DE CASTRO, NR. 21, FATIMA

MUNICIPIO : FORTALEZA

UF: CE CEP: 60050-000

CARGO : COORDENADOR DE AÇÃO

DESIGNACAO DOCUMENTO EXONERACAO DOCUMENTO

17/Mai/2004 PORT. 081/04

PERIODO(S) GESTAO
01/Jan/2006 A 31/Dez/2006

AGENTE : 116.852.711-20 - LUIS ANDRE MUNIZ

ENDERECO : SETOR POLICIAL SUL AREA 05 QUADRA 03, BLOCO "M", SALA 105

MUNICIPIO : BRASILIA

UF: DF CEP: 70610-200

CARGO : COORDENADOR DE AÇÃO

DESIGNACAO DOCUMENTO EXONERACAO DOCUMENTO

17/Mai/2004 PORT. 081/04

PERIODO(S) GESTAO
01/Jan/2006 A 31/Dez/2006

AGENTE : 136.777.214-15 - PAULO LOPES VARELLA NETO

ENDERECO : RUA RAIMUNDO CHAVES 2189, BLOCO "C", APTO. 404, LAGOA NOVA

MUNICIPIO : NATAL

UF: RN CEP: 70000-000

CARGO : COORDENADOR DE AÇÃO

DESIGNACAO DOCUMENTO EXONERACAO DOCUMENTO

17/Mai/2004 PORT. 081/04

PERIODO(S) GESTAO
01/Jan/2006 A 31/Dez/2006

AGENTE : 173.019.554-72 - JOAQUIM GUEDES CORREA GONDIM FILHO

ENDERECO : SQS 307, BLOCO "E", APTO. 603

MUNICIPIO : BRASILIA

UF: DF CEP: 70377-010

CARGO : COORDENADOR DE AÇÃO

DESIGNACAO DOCUMENTO EXONERACAO DOCUMENTO

17/Mai/2004 PORT. 081/04

PERIODO(S) GESTAO
01/Jan/2006 A 31/Dez/2006

AGENTE : 230.681.086-91 - RODRIGO FLECHA FERREIRA ALVES

ENDERECO : SETOR POLICIAL SUL AREA 05 QUADRA 03, BLOCO "L", SALA 203

MUNICIPIO : BRASILIA

UF: DF CEP: 70610-200

CARGO : COORDENADOR DE AÇÃO

DESIGNACAO DOCUMENTO EXONERACAO DOCUMENTO

17/Mai/2004 PORT. 081/04

PERIODO(S) GESTAO
01/Jan/2006 A 31/Dez/2006

AGENTE : 238.798.401-30 - JOSE EDIL BENEDITO

ENDERECO : SETOR POLICIAL SUL AREA 05 QUADRA 03, BLOCO "M", SALA 219

MUNICIPIO : BRASILIA

UF: DF CEP: 70000-000

CARGO : COORDENADOR DE AÇÃO

DESIGNACAO DOCUMENTO EXONERACAO DOCUMENTO

17/Mai/2004 PORT. 081/04

PERIODO(S) GESTAO
01/Jan/2006 A 31/Dez/2006

====Continua...



L.40009.AN ROL DE RESPONSAVEIS
 ORGAO : 44205 - AGENCIA NACIONAL DE AGUAS
 UG : 443001 - GERENCIADE EXECUCAO ORC.E FINANCEIRA
 GESTAO : 44205 - AGENCIA NACIONAL DE AGUAS - ANA

PROCESSAO: 12/02/2007
 PAGINA : 006
 REF. : 2006
 Fls. 8
 Processo: 32.2/07
 Rubrica

Continuacao...=====

AGENTE : 440.315.306-25 - SERGIO AUGUSTO BARBOSA
 ENDEREÇO : AV. INDEPENDENCIA 531, APTO 113-B
 MUNICIPIO : TAUBATE
 CARGO : COORDENADOR DE AÇÃO
 DESIGNACAO DOCUMENTO EXONERACAO DOCUMENTO
 25/Ago/2005 PORT. 231/05

UF: SP CEP: 12031-000

PERIODO(S) GESTAO
 01/Jan/2006 A 31/Dez/2006

AGENTE : 450.261.147-68 - GISELA DAMM FORATTINI
 ENDEREÇO : SETOR POLICIAL SUL AREA 05 QUADRA 03, BLOCO "L", SALA 123
 MUNICIPIO : BRASILIA
 CARGO : COORDENADOR DE AÇÃO
 DESIGNACAO DOCUMENTO EXONERACAO DOCUMENTO
 17/Mai/2004 PORT. 081/04

UF: DF CEP: 70610-200

PERIODO(S) GESTAO
 01/Jan/2006 A 31/Dez/2006

AGENTE : 549.128.496-34 - ADRIANA MATTA DE CASTRO
 ENDEREÇO : SETOR POLICIAL SUL AREA 05 QUADRA 03, BOLCO "M", SALA 124
 MUNICIPIO : BRASILIA
 CARGO : COORDENADOR DE AÇÃO
 DESIGNACAO DOCUMENTO EXONERACAO DOCUMENTO
 25/Ago/2005 PORT. 231/05

UF: DF CEP: 70610-200

PERIODO(S) GESTAO
 01/Jan/2006 A 31/Dez/2006

AGENTE : 610.794.488-53 - JOAO GILBERTO LOTUFO CONEJO
 ENDEREÇO : SQS 113, BLOCO "A", APTO. 602
 MUNICIPIO : BRASILIA
 CARGO : COORDENADOR DE AÇÃO
 DESIGNACAO DOCUMENTO EXONERACAO DOCUMENTO
 17/Mai/2004 PORT. 081/04

UF: DF CEP: 70376-010

PERIODO(S) GESTAO
 01/Jan/2006 A 31/Dez/2006

AGENTE : 777.888.508-53 - ANTONIO FELIX DOMINGUES
 ENDEREÇO : SETOR POLICIAL SUL AREA 05 QUADRA 03, BLOCO "L", SALA 240
 MUNICIPIO : BRASILIA
 CARGO : COORDENADOR DE AÇÃO
 DESIGNACAO DOCUMENTO EXONERACAO DOCUMENTO
 17/Mai/2004 PORT. 081/04

UF: DF CEP: 70610-200

PERIODO(S) GESTAO
 01/Jan/2006 A 31/Dez/2006

ENCARREGADO
 João Luiz da Cunha
 Gerente de Execução Financeira
 SIAFI/ANA

Luiz André Muniz
 Ordenador de Despesas
 DIRIGENTE DA UNIDADE

José Machado
 Diretor-Presidente
 Agência Nacional de Águas - ANA

Oscar de Moraes Cordeiro Netto
 Diretor
 Agência Nacional de Águas - ANA

Bruno Pagnoccheschi
 DIRETOR
 Agência Nacional de Águas
 Benedito Braga
 Diretor
 Agência Nacional de Águas - ANA

Dalvino Troccoli Franca
 Diretor
 Agência Nacional de Águas



NATUREZA DE RESPONSABILIDADE : ORDENADOR DE DESPESAS

AGENTE : 367.057.808-00 - JOSE MACHADO

ENDERECO : RUA DO TRABALHO, NR. 67, APTO. 53

MUNICIPIO : PIRACICABA

CARGO : DIRETOR-PRESIDENTE DA ANA

DESIGNACAO DOCUMENTO EXONERACAO DOCUMENTO

13/Jan/2005 DEC S/NR.

UF: SP/CEP: 13416-230

PERIODO(S) GESTAO

01/Jan/2006 A 14/Fev/2006

25/Fev/2006 A 01/Out/2006

12/Out/2006 A 25/Dez/2006

SUBSTITUTO(S) :

550.602.698-68 - BENEDITO PINTO FERREIRA BRAGA JUNIOR

PERIODO(S) GESTAO : 15/Fev/2006 A 24/Fev/2006

02/Out/2006 A 11/Out/2006

26/Dez/2006 A 31/Dez/2006

AGENTE : 550.602.698-68 - BENEDITO PINTO FERREIRA BRAGA JUNIOR

ENDERECO : SETOR POLICIAL SUL AREA 05 QUADRA 03, BLOCO "M", SALA 211

MUNICIPIO : BRASILIA

UF: DF CEP: 70610-200

CARGO : DIRETOR DA AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS

DESIGNACAO DOCUMENTO EXONERACAO DOCUMENTO

04/Jun/2001 PORT. 075/01

NATUREZA DE RESPONSABILIDADE : ORDENADOR DE DESPESA P/ DELEG. DE COMPETENCIA

AGENTE : 116.852.711-20 - LUIS ANDRE MUNIZ

ENDERECO : SETOR POLICIAL SUL AREA 05 QUADRA 03, BLOCO "M", SALA 105

MUNICIPIO : BRASILIA

UF: DF CEP: 70610-200

CARGO : SUPERINTENDENTE DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

DESIGNACAO DOCUMENTO EXONERACAO DOCUMENTO

10/Jul/2002 PORT. 038/02

PERIODO(S) GESTAO

01/Jan/2006 A 20/Jan/2006

10/Fev/2006 A 04/Jul/2006

15/Jul/2006 A 31/Dez/2006

SUBSTITUTO(S) :

136.777.214-15 - PAULO LOPES VARELLA NETO

PERIODO(S) GESTAO : 21/Jan/2006 A 30/Jan/2006

31/Jan/2006 A 09/Fev/2006

05/Jul/2006 A 14/Jul/2006

AGENTE : 136.777.214-15 - PAULO LOPES VARELLA NETO

ENDERECO : RUA RAIMUNDO CHAVES 2189, BLOCO "C", APTO. 404, LAGOA NOVA

MUNICIPIO : NATAL

UF: RN CEP: 70000-000

CARGO : SUPERINTENDENTE DA AGENCIA NACIONAL DE AGUAS

DESIGNACAO DOCUMENTO EXONERACAO DOCUMENTO

23/Fev/2005 PORT. 23/05

NATUREZA DE RESPONSABILIDADE : RESPONSVEL PELA CONFORMIDADE DOCUMENTAL

AGENTE : 364.205.491-91 - KATIA CRISTINA SILVA FIORILLO

ENDERECO : SETOR POLICIAL SUL AREA 05 QUADRA 03, BLOCO "M" SALA 110

MUNICIPIO : BRASILIA

UF: DF CEP: 70610-200

CARGO : TECNICO CCT-III

DESIGNACAO DOCUMENTO EXONERACAO DOCUMENTO

21/Dez/2004 PORT. 143/04

PERIODO(S) GESTAO

01/Jan/2006 A 05/Nov/2006

16/Nov/2006 A 12/Dez/2006

23/Dez/2006 A 31/Dez/2006

SIAFI - SISTEMA INTEGRADO DE ADMINISTRACAO FINANCEIRA

L.40009.AN

ROL DE RESPONSAVEIS

EMISSAO: 14/02/2007

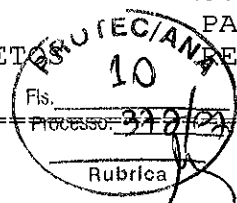
ORGAO : 44205 - AGENCIA NACIONAL DE AGUAS

PAGINA : 002

UG : 443025 - SUPERINTENDENCIA DE PROGRAMAS E PROJETOS

REF. : 2006

GESTAO : 44205 - AGENCIA NACIONAL DE AGUAS - ANA



Continuacao...=====

SUBSTITUTO(S) :

084.849.101-72 - WALTER SPINDOLA DE ATAIDE

PERIODO(S) GESTAO : 06/Nov/2006 A 15/Nov/2006

13/Dez/2006 A 22/Dez/2006

AGENTE : 084.849.101-72 - WALTER SPINDOLA DE ATAIDE

ENDERECO : SETOR POLICIAL SUL AREA 05 QUADRA 03, BLOCO "M", SALA 110

MUNICIPIO : BRASILIA

UF: DF CEP: 70610-200

CARGO : CARGO EM COMISSAO - CAS I

DESIGNACAO DOCUMENTO EXONERACAO DOCUMENTO

27/Out/2006 PORT. 172/06

=====

NATUREZA DE RESPONSABILIDADE : ENCARREGADO SETOR FINANCEIRO - TITULAR

AGENTE : 665.092.381-87 - HERMAN ANTUNES LAURINDO DOS SANTOS

ENDERECO : SETOR POLICIAL SUL AREA 05 QUADRA 03, BLOCO "B", SALA 211

MUNICIPIO : BRASILIA

UF: DF CEP: 70000-000

CARGO : GESTOR FINANCEIRO

DESIGNACAO DOCUMENTO EXONERACAO DOCUMENTO

01/Nov/2005 PORT.140/05

PERIODO(S) GESTAO

01/Jan/2006 A 24/Set/2006

25/Out/2006 A 31/Dez/2006

SUBSTITUTO(S) :

263.177.963-00 - FRANCISCO HOILTON ARARIPE RIOS

PERIODO(S) GESTAO : 25/Set/2006 A 27/Set/2006

795.469.861-00 - VALERIA CRISTINA PANNO DE ARAUJO

PERIODO(S) GESTAO : 28/Set/2006 A 24/Out/2006

AGENTE : 263.177.963-00 - FRANCISCO HOILTON ARARIPE RIOS

ENDERECO : AV. WASHINGTON SOARES, 515/302 - COCO

MUNICIPIO : FORTALEZA

UF: CE CEP: 60811-340

CARGO : GESTOR FINANC. SUBSTITUTO

DESIGNACAO DOCUMENTO EXONERACAO DOCUMENTO

18/Nov/2005 PORT.140/05 28/Set/2006 PORT.156/06

AGENTE : 795.469.861-00 - VALERIA CRISTINA PANNO DE ARAUJO

ENDERECO : SPS AREA 05, QUADRA 03, BLOCO B

MUNICIPIO : BRASILIA

UF: DF CEP: 70610-200

CARGO : GESTORA FINANCEIRA SUBSTITUTA

DESIGNACAO DOCUMENTO EXONERACAO DOCUMENTO

28/Set/2006 PORT.156/006

=====

NATUREZA DE RESPONSABILIDADE : RESPONSVEL PELA CONTABILIDADE - TITULAR

AGENTE : 084.849.101-72 - WALTER SPINDOLA DE ATAIDE

DESIGNACAO DOCUMENTO EXONERACAO DOCUMENTO

31/Mar/2004 PORT. 066/04

PERIODO(S) GESTAO

01/Jan/2006 A 31/Dez/2006

=====

NATUREZA DE RESPONSABILIDADE : DIRIG MAX ORGAO OU ENTIDADE SUPERV OU GESTORA

AGENTE : 367.057.808-00 - JOSE MACHADO

ENDERECO : RUA DO TRABALHO, NR. 67, APT. 53

MUNICIPIO : PIRACICABA

UF: SP CEP: 13416-230

CARGO : DIRETOR-PRESIDENTE DA ANA

DESIGNACAO DOCUMENTO EXONERACAO DOCUMENTO

13/Jan/2005 DEC. S/NR.

PERIODO(S) GESTAO

01/Jan/2006 A 25/Dez/2006

SUBSTITUTO(S) :

=====Continua...

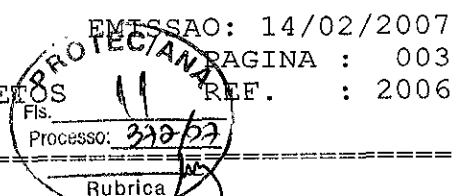
Handwritten signature and the number 10.

ORGAO : 44205 - AGENCIA NACIONAL DE AGUAS
UG : 443025 - SUPERINTENDENCIA DE PROGRAMAS E PROJETOS
GESTAO : 44205 - AGENCIA NACIONAL DE AGUAS - ANA

Continuacao...

038.685.244-87 - DALVINO TROCCOLI FRANCA

PERIODO(S) GESTAO : 26/Dez/2006 A 31/Dez/2006



AGENTE : 038.685.244-87 - DALVINO TROCCOLI FRANCA

ENDEREÇO : SETOR POLICIAL SUL AREA 05 QUADRA 03, BLOCO "M", SALA 207

MUNICIPIO : BRASILIA

UF: DF CEP: 70610-200

CARGO : DIRETOR DA AGENCIA NACIONAL DE AGUAS

DESIGNACAO DOCUMENTO EXONERACAO DOCUMENTO

20/Dez/2006 PORT. 212/06

NATUREZA DE RESPONSABILIDADE : MEMBRO DA DIRETORIA - TITULAR

AGENTE : 038.685.244-87 - DALVINO TROCCOLI FRANCA

DESIGNACAO DOCUMENTO EXONERACAO DOCUMENTO

04/Mai/2005 DEC. S/NR.

PERIODO(S) GESTAO

01/Jan/2006 A 31/Dez/2006

AGENTE : 112.533.391-04 - OSCAR DE MORAES CORDEIRO NETTO

ENDEREÇO : SHIS, QL 22, CONJUNTO 02, CASA 16, LAGO SUL

MUNICIPIO : BRASILIA

UF: DF CEP: 70000-000

CARGO : DIRETOR DA AGENCIA NACIONAL DE AGUAS

DESIGNACAO DOCUMENTO EXONERACAO DOCUMENTO

10/Nov/2004 DEC. S/NR.

PERIODO(S) GESTAO

01/Jan/2006 A 31/Dez/2006

AGENTE : 367.057.808-00 - JOSE MACHADO

ENDEREÇO : RUA DO TRABALHO, NR. 67, APTO. 53

MUNICIPIO : PIRACICABA

UF: SP CEP: 13416-230

CARGO : DIRETOR-PRESIDENTE DA ANA

DESIGNACAO DOCUMENTO EXONERACAO DOCUMENTO

13/Jan/2005 DEC S/NR

PERIODO(S) GESTAO

01/Jan/2006 A 31/Dez/2006

AGENTE : 457.541.958-34 - BRUNO PAGNOCCHESCHI

ENDEREÇO : SQS 304, BLOCO "C", APTO 306

MUNICIPIO : BRASILIA

UF: DF CEP: 70337-030

CARGO : DIRETOR DA ANA

DESIGNACAO DOCUMENTO EXONERACAO DOCUMENTO

04/Mai/2005 DER. S/NR.

PERIODO(S) GESTAO

01/Jan/2006 A 31/Dez/2006

AGENTE : 550.602.698-68 - BENEDITO PINTO FERREIRA BRAGA JUNIOR

ENDEREÇO : SETOR POLICIAL SUL AREA 05 QUADRA 03, BLOCO "M", SALA 211

MUNICIPIO : BRASILIA

UF: DF CEP: 70610-200

CARGO : DIRETOR DA AGENCIA NACIONAL DE AGUAS

DESIGNACAO DOCUMENTO EXONERACAO DOCUMENTO

04/Jun/2001 PORT.071/01

PERIODO(S) GESTAO

01/Jan/2006 A 31/Dez/2006

Valéria Cristina Panno de Araújo
Gerente Executivo - CGE IV
Superintendência de Implementação
de Programas e Projetos

ENCARREGADO DO SETOR

Luis André Muniz
Ordernador de Despesas

DIREGENTE DA UNIDADE

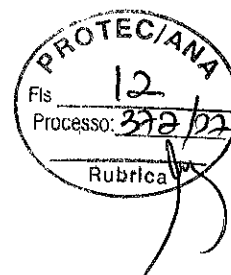
José Machado
Diretor-Presidente
Agência Nacional de Águas - ANA

Oscar de Moraes Cordeiro Netto
Agente

Benedito Braga
Agência Nacional de Águas - ANA

Bruno Pagnoccheschi
DIRETOR
Agência Nacional de Águas

Dalvino Troccoli Franca
Diretor
Agência Nacional de Águas



RELATÓRIO DE GESTÃO

Comunicação Interna nº 022/2007/SGE
Dec: 4054/07.

Em, 26 de fevereiro de 2007

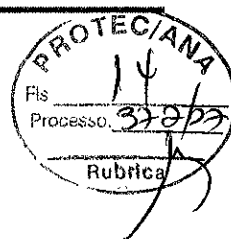
Ào: Superintendente de Administração, Finanças e Gestão de Pessoas (SAF)
Assunto: **Relatório de Gestão da ANA referente ao exercício de 2006**

Informo que a Diretoria Colegiada em sua 228ª Reunião Ordinária, realizada nesta data, aprovou o **Relatório de Gestão da ANA**, referente ao exercício de 2006, peça integrante do Processo de Prestação de Contas Anual da Agência, a ser assinado pelos diretores, conforme cronograma estabelecido pela Resolução ANA nº 6, de 22 de janeiro de 2007 e a legislação vigente.

Atenciosamente,



Mayui Vieira Guimarães Scafuto
Secretária-Geral



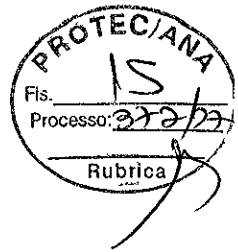
RELATÓRIO DE GESTÃO

PRESTAÇÃO DE CONTAS EXERCÍCIO 2006



República Federativa do Brasil

Luiz Inácio Lula da Silva
Presidente



Ministério do Meio Ambiente

Marina Silva
Ministra

Agência Nacional de Águas

Diretoria Colegiada

José Machado – Diretor-Presidente
Benedito Braga
Oscar Cordeiro Netto
Bruno Pagnoccheschi
Dalvino Troccoli Franca

**Coordenação Geral das Assessorias/Assessoria de Planejamento
Superintendência de Administração, Finanças e Gestão de Pessoas**



**MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS**



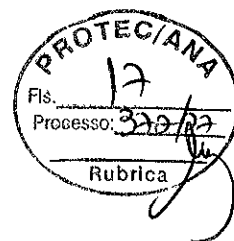
Relatório de Gestão

*Prestação de Contas
Exercício 2006*

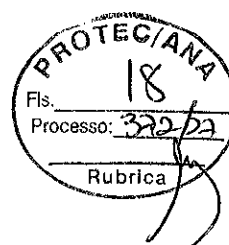
**Coordenação Geral das Assessorias/Assessoria de Planejamento
Superintendência de Administração, Finanças e Gestão de Pessoas
Brasília – DF
2007**



SUMÁRIO



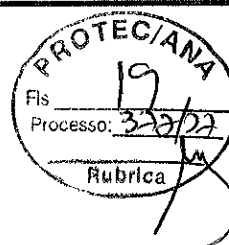
1. APRESENTAÇÃO	1
2. DADOS DA UNIDADE JURISDICIONADA	3
2.1. Caracterização	3
2.2. Amparo Legal	3
2.3. Estrutura Organizacional	4
2.4. Funcionograma	4
3. INTRODUÇÃO	6
4. OBJETIVOS E METAS	8
4.1. Programas Governamentais e Ações Administrativas	8
4.2. Descrição dos Programas e Ações	8
4.2.1. Programa Probacias	8
4.2.2. Programa Conservação, Uso Racional e Qualidade das Águas	10
4.2.3. Ações integrantes de Programas Coordenados por Outros Órgãos	11
4.3. Descrição de Indicadores	13
4.3.1. Do Programa Probacias	13
4.3.2. Do Programa Conservação, Uso Racional e Qualidade das Águas	13
4.3.3. De Desempenho da Gestão	13
4.4. Programação e Execução Orçamentária	14
4.4.1. Composição do Orçamento por Fonte de Receita	14
4.4.2. Composição do Orçamento por Grupo de Despesa	15
4.4.3. Composição do Orçamento por Programação	15
4.4.4. Alteração nas Metas Físicas e Financeiras (PLOA x LOA)	15
4.4.5. Evolução Orçamentária	16
5. DEMONSTRATIVOS DOS RESULTADOS ALCANÇADOS	17
5.1. Desempenho Global da Execução Orçamentária	17
5.2. Indicador de Desempenho do Programa Probacias	18
5.3. Indicador de Desempenho do Programa Conservação, Uso Racional e Qualidade das Águas	18
5.4. Indicadores de Desempenho da Gestão	18
5.4.1. Ações integrantes do Programa Probacias	19
5.4.2. Ações integrantes do Programa Conservação, Uso Racional e Qualidade das Águas	20
5.4.3. Ações integrantes de Programas Coordenados por Outros Órgãos	20



6. AVALIAÇÃO DOS RESULTADOS E MEDIDAS IMPLEMENTADAS	21
6.1. Da Execução Orçamentária	21
6.2. Dos Indicadores dos Programas	22
6.2.1. Programa Probacias	22
6.2.2. Programa Conservação, Uso Racional e Qualidade das Águas	24
6.3. DOS INDICADORES DE GESTÃO	24
6.3.1. Índice de Eficácia da Execução Física – IEEF	25
6.3.2. Índice de Eficácia do Gasto – IEG	25
6.3.3. Indicador de Eficiência Individual – IEI	25
6.3.4. Indicador de Eficiência Agrupado – IEA	26
6.4. Principais Realizações e Medidas Implementadas	26
6.4.1. Por Bacia Hidrográfica	27
6.4.2. Abrangência Nacional	31
7. PROÁGUA-GESTÃO (RECURSOS EXTERNOS)	39
7.1. Introdução	39
7.2. Demonstrativo do Fluxo Financeiro	40
7.3. Indicadores de Desempenho (Acórdão TCU 327/2005)	40
7.3.1. Descrição dos Indicadores	40
7.3.1.1. De Eficiência	40
7.3.1.2. De Eficácia	40
7.3.1.3. De Efetividade	41
7.3.1.4. De Economia	41
7.3.1.5. De Equidade	41
7.3.2. Demonstrativo dos Resultados Alcançados	42
7.4. Avaliação dos Resultados e Medidas Implementadas	43
7.4.1. Avaliação da Performance	43
7.4.2. Avaliação dos Resultados	43
7.4.2.1. No que concerne aos Componentes	43
7.4.2.2. No que concerne aos Indicadores	44
7.4.3. Avaliação dos Impactos	46
8. TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS	47
8.1. Convênios	47
8.2. Contratos de Repasse	59
8.3. PRODES – Remoção de Cargas Poluidoras de Bacias Hidrográficas	61
9. GASTOS COM CARTÕES DE CRÉDITO	62

**10. RECURSOS HUMANOS**

- 10.1. Quantitativo Pessoal e Cargos Comissionados
- 10.2. Quantitativo Pessoal Requisitado/Cedido
- 10.3. Admissões, Desligamentos e Aposentadorias
- 10.4. Diárias



65
65
71
71
72

11. DEMONSTRATIVOS

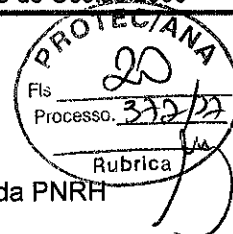
- 11.1. Denúncias Recebidas
- 11.2. Tomadas de Contas Especiais –TCE
 - 11.2.1. Demonstrativo Sintético das TCE com Valor Inferior ao Estabelecido pelo TCU em Normativo Específico
 - 11.2.2. Demonstrativo Sintético das TCE com Aprovação da Prestação de Antes do Envio ao TCU
- 11.3. Danos ao Erário Público (Ressarcimento)
 - 11.3.1. Demonstrativo de Ocorrências de Perdas, Extravios ou Outras Irregularidades em que o Dano foi Imediatamente Ressarcido
- 11.4. Contratos Administrativos (10 maiores)

80
80
80
80
80
80
80

12. TCU / CGU

- 12.1. Determinações do TCU
- 12.2. Recomendações da CGU

83
83
84



LISTA DE TABELAS

Tabela 1	Indicador de Desempenho do Programa Probacias	23
Tabela 2	Outras Bacias Hidrográficas com Implementação de Instrumentos da PNRH	24
Tabela 3	Convênios com Transferências de Recursos no Exercício	48
Tabela 4	Saldo das Contas de Convênios com Vigências Expiradas	57
Tabela 5	Contratos de Repasse com Transferências de Recursos no Exercício	60
Tabela 6	Saques Mediante Uso de Cartões de Crédito	63
Tabela 7	Quantitativos de Colaboradores por Situação Funcional e por Unid. Organizacional	66
Tabela 8	Cargos Comissionados por Unidade Organizacional	69
Tabela 9	Relatório de Viagens Iniciadas nos Finais de Semana e Feriados	73
Tabela 10	Contratos Celebrados no Exercício de 2006	81

LISTA DE FIGURAS

Gráfico 1	Evolução da Alocação de Recursos da Fonte 134 – Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos	17
Gráfico 2	Evolução dos PLOA's da Agência Nacional de Águas	22
Gráfico 3	VAHD Médio Anual dos Estados Partícipes do Programa Proágua Semi-Árido	46

ANEXOS

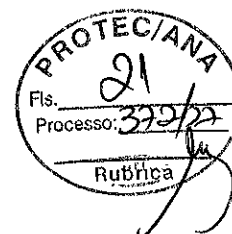
Anexo 1	Denúncias Recebidas
Anexo 2	Tomadas de Contas Especiais
Anexo 3	Danos ao Erário Público

ABREVIações e SIGLAS

ABNT	Associação Brasileira de Normas Técnicas
AGEVAP	Associação Pró-Gestão das Águas da Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul
ANA	Agência Nacional de Águas
APA	Área de Proteção Ambiental
APP	Área de Proteção Permanente
BIRD	Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento
CBH	Comitê da Bacia Hidrográfica
CELM	Complexo Estuarino Lagunar Mundaú-Manguaba
CERTOH	Certificado de Sustentabilidade da Obra Hídrica
CETESB	Companhia de Tecnologia de Saneamento Ambiental
CNARH	Cadastro Nacional de Usuários de Recursos Hídricos
CNRH	Conselho Nacional de Recursos Hídricos
CODEVASF	Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
COGERH	Companhia das Águas
CONAMA	Conselho Nacional do Meio Ambiente
CPRM	Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais
CTAI	Câmara Técnica de Articulação Institucional
CT-HIDRO	Fundo Setorial de Recursos Hídricos
CTOC	Câmara Técnica de Outorga e Cobrança
DAEE	Departamento de Águas e Energia Elétrica da Secretaria de Energia, Recursos Hídricos e Saneamento do Governo do Estado de São Paulo
DEM	Modelo de Elevação do Terreno
DIGICOB	Sistema Digital de Cobrança
DNOCS	Departamento Nacional de Obras Contra as Secas
DNPM	Departamento Nacional de Produção Mineral
ETE	Estação de Tratamento de Esgoto
FINEP	Financiadora de Estudos e Projetos
GEF	Fundo Global para o Meio Ambiente
IBAMA	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis



IBRAM	Instituto Brasileiro de Mineração
IEMA	Instituto Estadual de Meio Ambiente
IGAM	Instituto Mineiro de Gestão das Águas
IGARN	Instituto de Gestão das Águas do Estado do Rio Grande do Norte
IRD	Instituto de Pesquisa para o Desenvolvimento
ITAIPU	Usina Hidrelétrica Binacional de Itaipu
LOA	Lei Orçamentária Anual
MMA	Ministério do Meio Ambiente
MCT	Ministério da Ciência e Tecnologia
OEA	Organização do Estados Americanos
ONG	Organização Não Governamental
ONU	Organização das Nações Unidas
OMM	Organização Mundial de Meteorologia
OTCA	Organização do Tratado de Cooperação da Amazônia
PCJ	Rios Piracicaba, Capivari e Jundiaí
PGI	Programa Gerencial Interno
PLO	Projeto de Lei Orçamentária
PNRH	Política Nacional de Recursos Hídricos
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PPA	Plano Plurianual
PRH	Plano de Recursos Hídricos
PROÁGUA	Programa para o Desenvolvimento Integrado e Sustentável do Semi-Árido
PRODES	Programa de Despoluição de Bacias Hidrográficas
SEMARHN	Secretaria de Meio Ambiente, Recursos Hídricos e Naturais
SIGPlan	Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento do Plano Plurianual
SIPAM	Sistema de Proteção da Amazônia
SISPLANA	Sistema de Informações Setoriais de Orçamento e Gestão da ANA
SINGREH	Sistema Nacional de Gerenciamento dos Recursos Hídricos
SNIRH	Sistema Nacional de Informações sobre Recursos Hídricos
SRH	Superintendência de Recursos Hídricos
SRH/BA	Superintendência de Recursos Hídricos do Estado da Bahia
SUDERHSA	Superintendência de Desenvolvimento de Recursos Hídricos e Saneamento Ambiental
TCU	Tribunal de Contas da União
TDR	Termo de Referência
UAR	Unidade Administrativa Regional
UEGP	Unidade Estadual de Gerenciamento de Projetos
UHE	Usina Hidrelétrica
WEB	The World Wide Web (Internet)
WWF-BRASIL	The Global Conservation Organization





1. APRESENTAÇÃO



UNIDADE JURISDICIONADA: AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS - ANA

EXERCÍCIO: 2006

Este Relatório de Gestão apresenta as realizações da Agência Nacional de Águas (ANA) no exercício de 2006, com um relato detalhado dos procedimentos administrativos empregados no desempenho das suas atividades e aborda, de forma sucinta, os principais resultados e os aspectos técnicos mais relevantes. Trata-se, portanto, de documento que consolida os resultados obtidos pela Agência no cumprimento de sua missão institucional.

O Relatório foi elaborado por meio de um processo que envolveu consulta às diversas áreas da ANA e foi coordenado conjuntamente pela Coordenação Geral das Assessorias / Assessoria de Planejamento (CGA/ASPLA) e pela Superintendência de Administração, Finanças e Gestão de Pessoas (SAF). O processo de elaboração e a formatação do Relatório de Gestão atenderam ao disposto na Instrução Normativa nº 47, de 27 de outubro de 2004, e na Decisão Normativa nº 81, de 6 de dezembro de 2006, ambas do Tribunal de Contas da União e na Norma de Execução nº 03, instituída pela Portaria nº 555, de 28 de dezembro de 2006, da Controladoria-Geral da União.

O documento é composto por 12 capítulos, que incluem esta apresentação. No Capítulo 2, seguinte, são dispostos os dados da unidade jurisdicionada, com destaque para a sua caracterização jurídica, para os dispositivos legais que lhe dão amparo e para as estruturas organizacional e funcional que emprega.

O Capítulo 3 faz uma introdução aos aspectos centrais do Relatório. Resume, em algumas páginas, as principais realizações da ANA em 2006, com destaque para o esforço que vem sendo empreendido na orientação estratégica da atuação da Agência, na consolidação de instrumentos de gestão de recursos hídricos e na construção de um ambiente propício para aumentar a participação social no processo decisório.

No Capítulo 4 os objetivos e metas da ANA para o Exercício 2006 são apresentados, levando-se em conta a programação do Plano Plurianual (PPA) do Governo Federal. Nesse capítulo estão disponíveis informações sobre os 2 programas e sobre as 35 ações coordenadas da ANA, incluídas as ações que integram programas coordenados por outros órgãos. Observa-se que, em 2006, os recursos disponibilizados à Agência (Lei + Créditos) alcançaram R\$ 127,8 milhões, excluída a Reserva de Contingência (R\$ 115,5 milhões).

Em seguida, nos Capítulos 5 e 6, são demonstrados os resultados alcançados vis a vis à programação estabelecida e feita uma avaliação desses resultados e das medidas implementadas, respectivamente. No primeiro são apresentados os números da execução física, orçamentária e financeira dos programas e ações da ANA, incluindo-se os valores obtidos para os indicadores de desempenho. No segundo, esses números são analisados e detalhadamente comentados. No Capítulo 6 merecem especial destaque os comentários feitos sobre as principais realizações e medidas implementadas.

O Capítulo 7 é inteiramente dedicado aos resultados do Componente Gestão do PROÁGUA/Semi-Árido, parte executada pela ANA de projeto parcialmente financiado com recursos do Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD). O PROÁGUA tem como objetivo garantir a ampliação da oferta de água de boa qualidade para o semi-árido brasileiro (nos estados de Alagoas, Bahia, Ceará, Maranhão, Minas Gerais, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Norte e Sergipe). O PROÁGUA, que teve início em 1998, foi concluído em 31 de Dezembro de 2006 e apresentou resultados de grande relevância para a missão institucional da ANA. Em função do êxito na sua execução, o Governo

Brasileiro e o BIRD aprovaram, no final de 2006 um financiamento adicional para levar, por intermédio da ANA e do Ministério da Integração Nacional, as ações do projeto aos demais estados da União, até 2009.

Tendo em vista os seus objetivos, a ANA também executa ações de forma descentralizada. Para dar suporte a essas ações, são feitas transferências de recursos por meio de Convênios e Contratos de Repasse com órgãos e entidades federais, estaduais, municipais e com pessoas jurídicas de direito privado. Toda a demonstração desses mecanismos é feita no Capítulo 8.

Em seguida, no Capítulo 9, são apresentados e detalhados os gastos com o Cartão de Crédito da ANA.

O tema Recursos Humanos é abordado no Capítulo 10. A Agência contava, ao final do exercício, com 146 (cento e quarenta e seis) servidores do quadro efetivo, 254 (duzentos e cinquenta e quatro) terceirizados e 26 (vinte e seis estagiários), distribuídos em suas diversas unidades organizacionais.

No Capítulo 11 são apresentados os demonstrativos de denúncias recebidas, de Tomadas de Contas Especiais (TCE), de Danos ao Erário Público (Ressarcimento) e de Contratos Administrativos da Agência. Em relação aos três primeiros demonstrativos, observa-se, neste capítulo, que não houve ocorrências no Exercício 2006.

Finalmente, no Capítulo 12, são relacionadas as determinações do Tribunal de Contas da União e as recomendações da Secretaria Federal de Controle da Controladoria Geral da União enviadas à ANA em 2006, bem como as providências adotadas para o seu cumprimento.



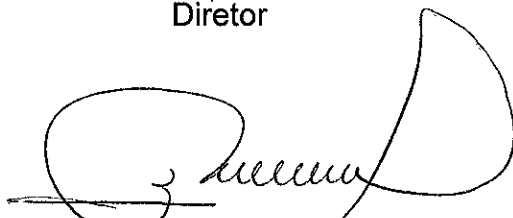
JOSÉ MACHADO
Diretor-Presidente



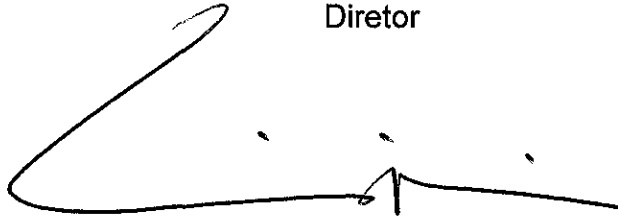
BENEDITO BRAGA
Diretor



OSCAR CORDEIRO NETTO
Diretor



BRUNO PAGNOCCHESCHI
Diretor



DALVINO TROCCOLI FRANCA
Diretor



2. DADOS DA UNIDADE JURISDICIONADA



2.1. Caracterização

- Agência Nacional de Águas ANA
- CNPJ nº 04.204.444/0001-08
- Natureza Jurídica: Autarquia Especial – Administração Indireta
- Vinculação: Ministério do Meio Ambiente MMA
- Endereço: Setor Policial Sul, Área 5, Quadra 3, Blocos B, L e M
CEP 70610-200 Brasília-DF
- Endereço eletrônico: <http://www.ana.gov.br>
- Unidade Gestora: 44205

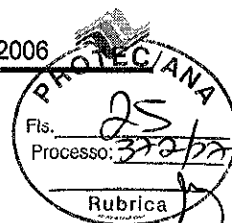
2.2. Amparo Legal

A Agência Nacional de Águas ANA é uma autarquia sob regime especial, criada pela Lei Federal nº 9.984, de 17 de julho de 2000, vinculada ao Ministério do Meio Ambiente MMA, responsável pela implementação da Política Nacional de Recursos Hídricos PNRH e pela coordenação do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos SINGREH, conforme princípios estabelecidos na Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997.

A PNRH estabelece, dentre os seus fundamentos, que a bacia hidrográfica é a unidade de planejamento e gestão de recursos hídricos, e que a ANA e os órgãos gestores estaduais devem atuar de forma harmônica e complementar, por meio de sistema unificado e específico para cada bacia hidrográfica, para implementação dos seus instrumentos.

As competências da ANA, conforme disposto no artigo 4º da Lei nº 9.984, de 2000, obedecerão aos fundamentos, objetivos, diretrizes e instrumentos da PNRH, cabendo-lhe, principalmente:

- implementar os instrumentos de regulação dos usos de recursos hídricos, promovendo a outorga, a cobrança e a fiscalização dos usos da água;
- organizar, implantar e gerir o Sistema Nacional de Informações sobre Recursos Hídricos SNIRH no âmbito do qual se insere a coordenação da Rede Hidrometeorológica;
- apoiar a elaboração de estudos técnicos e planos voltados para o planejamento de recursos hídricos em bacias hidrográficas;
- estimular a pesquisa e a capacitação para a gestão de recursos hídricos;
- apoiar as iniciativas de criação, instalação e funcionamento de Comitês e Agências de bacias, bem como de fortalecimento institucional junto aos órgãos gestores de recursos hídricos dos Estados;
- definir e monitorar as condições de operação de reservatórios; e
- planejar e promover ações destinadas a prevenir e minimizar os efeitos das secas e inundações.



2.3. Estrutura Organizacional

A estrutura organizacional da ANA foi concebida sob a égide dos pressupostos legais que orientam a sua missão e competências, dirigida em regime de colegiado por um Conselho de Diretores, sendo um deles o Diretor-Presidente. Essa estrutura vem sendo aprimorada para se adequar ao próprio processo de consolidação da Agência e, atualmente, apresenta-se como segue:

- I. Deliberação Superior:
 - i. *Diretoria Colegiada composta por um Diretor-Presidente e mais quatro Diretores;*
- II. Assistência direta e imediata ao Diretor-Presidente:
 - i. Gabinete;
 - ii. Superintendência de Administração, Finanças e Gestão de Pessoas.
- III. Assistência à Diretoria-Colegiada:
 - i. Secretaria-Geral;
 - ii. Coordenação-Geral das Assessorias:
 - a) Assessoria Parlamentar;
 - b) Assessoria de Comunicação Social;
 - c) Assessoria Internacional;
 - d) Assessoria de Planejamento;
 - iii. Procuradoria-Geral;
 - iv. Corregedoria;
 - v. Auditoria Interna;
- IV. Unidades Organizacionais subordinadas à Diretoria-Colegiada:
 - i. Superintendência de Administração da Rede Hidrometeorológica;
 - ii. Superintendência de Apoio à Gestão de Recursos Hídricos;
 - iii. Superintendência de Gestão da Informação;
 - iv. Superintendência de Implementação de Programas e Projetos;
 - v. Superintendência de Outorga e Fiscalização;
 - vi. Superintendência de Planejamento de Recursos Hídricos;
 - vii. Superintendência de Usos Múltiplos.

2.4 Funcionograma

Funcionalmente, a Agência está estruturada em Áreas, coordenadas pelos Diretores e pelo Diretor-Presidente. A execução das ações orçamentárias fica sob a responsabilidade das Unidades Organizacionais, que se vinculam às Áreas.

Abaixo são especificadas as correspondências entre as Áreas, as Superintendências e as ações orçamentárias da ANA. No item 4 deste relatório, são apresentados os objetivos específicos das ações orçamentárias.

- I. Área de Administração
 - i. Superintendência de Administração, Finanças e Gestão de Pessoas
 - a) Gestão e Administração do Programa Probasias
 - b) Gestão e Administração do Programa Conservação, Uso Racional de Qualidade das Águas
 - c) Administração da Unidade
 - d) Assistência Médica e Odontológica aos Servidores, Empregados e seus Dependentes
 - e) Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores e Empregados
 - f) Auxílio-Transporte aos Servidores e Empregados
 - g) Auxílio-Alimentação aos Servidores e Empregados
 - h) Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais



- i) Pagamento de Aposentadorias e Pensões – Servidores Civis
- j) Reforma do Bloco L da Agência Nacional de Águas
- k) Capacitação de Servidores Públicos em Processo de Qualificação e Requalificação

II. Área de Projetos

- i. Superintendência de Implementação de Programas e Projetos
 - a) *Gestão e Administração do Programa Conviver*
 - b) *Estruturação dos Sistemas Estaduais de Gerenciamento de Recursos Hídricos no Semi-Árido*
 - c) *Fomento a Projetos de Recuperação e Conservação de Bacias Hidrográficas*
 - d) *Fomento a Projetos Demonstrativos de Uso Racional da Água*
 - e) *10CS Despoluição de Lagoas*

III. Área de Planejamento, Gestão e Capacitação

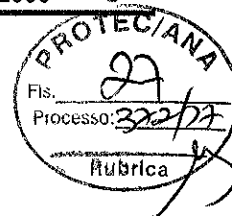
- i. Superintendência de Planejamento de Recursos Hídricos
 - a) *Elaboração dos Planos de Recursos Hídricos de Bacias Hidrográficas*
- ii. Superintendência de Apoio à Gestão de Recursos Hídricos
 - a) *Capacitação e Treinamento para a Gestão, Participação e Proteção dos Recursos Hídricos*
 - b) *Fomento a Projetos Demonstrativos de Uso Racional da Água*
 - c) *Fomento a Projetos de Difusão e Pesquisa Científica e Tecnológica para o Uso Sustentado e a Conservação de Recursos Hídricos*
 - d) *Fomento à Criação e Consolidação de Comitês e de Agências em Bacias Hidrográficas*
 - e) *Desenvolvimento de Ações Priorizadas pelo Comitê da Bacia Hidrográfica dos Rios Piracicaba/Jundiaí e Capivari com Recursos da Cobrança pelo Uso de Recursos Hídricos*
 - f) *Desenvolvimento de Ações Priorizadas pelo Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul com Recursos da Cobrança pelo Uso de Recursos Hídricos (Contrato de Gestão)*

IV. Área de Informação

- i. Superintendência de Administração da Rede Hidrometeorológica
 - a) *Levantamento e Disponibilização de Dados Hidrometeorológicos*
- ii. Superintendência de Gestão da Informação
 - a) *Implantação do Sistema Nacional de Informações sobre Recursos Hídricos*

V. Área de regulação

- i. Superintendência de Outorga e Fiscalização
 - a) *Cadastro Nacional de Usuários de Recursos Hídricos*
 - b) *Fiscalização do Uso de Recursos Hídricos*
 - c) *Implantação de Sistema de Cobrança pelo Uso dos Recursos Hídricos em Bacias Hidrográficas*
 - d) *Implantação do Sistema de Alerta da Qualidade da Água*
 - e) *Outorga do Direito de Uso dos Recursos Hídricos de Domínio da União*
- ii. Superintendência de Usos Múltiplos
 - a) *Sistema Nacional de Prevenção de Eventos Hidrológicos Críticos*



3. INTRODUÇÃO

Este Relatório de Gestão evidencia o desenvolvimento das ações e procedimentos afetos à competência legal da Agência Nacional de Águas ANA e os resultados dos esforços empregados no sentido de assegurar a boa e regular aplicação dos recursos públicos federais para o cumprimento de sua missão institucional.

Questões voltadas para a inclusão social, para a articulação com instituições atuantes na gestão de recursos hídricos, para o atendimento às populações carentes e para a conservação e uso sustentável dos recursos hídricos têm sido preocupações constantes da Agência.

Esse esforço envolve a consolidação de instrumentos gerenciais e a construção de pactos entre os diferentes gestores e atores sociais, não só usuários de recursos hídricos, como também os que se envolvem com a proteção e conservação dos recursos hídricos.

Neste exercício foi empreendido especial esforço para a construção de uma Agenda Estratégica que deverá nortear a atuação da Agência, com a definição de treze projetos estratégicos para serem executados no horizonte de planejamento, 2006 a 2010, compreendendo 9 projetos finalísticos e 4 administrativos:

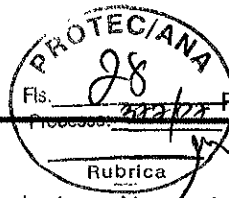
- Planejamento Regionalizado e Implementação do SINGREH - Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos;
- Desenvolvimento e Implementação do SNIRH – Sistema Nacional de Informações sobre Recursos Hídricos;
- Projeto para Modernização do Sistema de Monitoramento e de Disponibilização da Informação Hidrológica;
- Elaborar Plano de Capacitação para o SINGREH;
- Plano de Comunicação Integrada da ANA;
- PROÁGUA Nacional;
- GEF – São Francisco;
- GEF – Pantanal;
- GEF – Amazonas;
- Plano para a Administração Estratégica de Recursos Humanos;
- Planejamento Estratégico;
- Reestruturação Organizacional;
- Formulação e Implementação do Programa Nacional de Conservação e Uso Racional de Água.

A Agenda Estratégica não esgota o universo de ação da ANA, de grande complexidade e que envolve centenas de projetos e atividades. Contudo, constitui um conjunto consistente de propósitos, orientador das prioridades a serem consideradas na ação da Agência no período, de modo a dar foco e dimensão adequados às suas ações em relação ao Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos – SINGREH.

A implantação da cobrança na bacia dos rios Piracicaba, Capivari e Jundiá PCJ e o início de arrecadação e repasse de recursos, pela ANA, por meio de Contrato de Gestão, garantem o retorno dos recursos à bacia em que foram gerados, de acordo com a legislação em vigência, para aplicação em projetos definidos e priorizados pelo Comitê. No caso do PCJ as experiências de gestão praticadas no âmbito desta e da bacia do rio Paraíba do Sul contribuíram para que a implantação do processo ocorresse de forma mais harmônica e eficiente.

O reconhecimento da importância e da efetividade do Programa Proágua Semi-Árido ampliou a sua área de atuação, agora em todo o território nacional, contemplando parcela de recursos na proposta orçamentária 2007, ainda tímida, mas indicadora de que os resultados alcançados no semi-árido possam ser multiplicados Brasil afora nos próximos anos.

Outra vitória alcançada no exercício decorreu da inclusão do Programa de Despoluição de Bacias Hidrográficas Prodes na proposta orçamentária 2007. Trata-se de modelo inovador de gestão de recursos públicos, executado por meio de contratos que prevêm o pagamento pelos resultados alcançados com a implementação de estações de tratamento de esgotos ETE's.



Merece destaque também a publicação do Atlas Nordeste - Abastecimento Urbano de Água, cujas características e propostas podem contribuir para o alcance das metas de Governo simbolizadas pelo slogan "crescer, acelerar, incluir". O Atlas Nordeste é um documento técnico que consolida os resultados de estudos de planejamento de alternativas de oferta de água, com objetivo de suprir as atuais e futuras demandas humanas de água nas sedes municipais da região semi-árida e entorno.

A ANA empreendeu os estudos do Atlas tendo como premissa o gerenciamento integrado dos recursos hídricos regionais, contando, para tanto, com a colaboração de inúmeras instituições, das esferas federal, estadual e municipal, procurando agregar soluções e convergindo esforços, na busca da materialização de objetivos comuns, sempre a menores custos para a sociedade. O Atlas contempla os nove estados da Região Nordeste do Brasil e as bacias dos rios São Francisco, Pardo, Mucuri e Jequitinhonha, situadas em Minas Gerais, abrangendo toda a região semi-árida do país e áreas do seu entorno, notórias por sua escassez hídrica e grande diversidade em relação às condições físicas, climáticas, sócio-econômicas e de seus recursos hídricos.

O Atlas está publicado em versão gráfica e em versão digital, podendo ser acessado pela Internet através do site da ANA (www.ana.gov.br) onde são apresentadas a situação e a solução para cada um dos mais de um mil e trezentos municípios estudados. Ao disponibilizar seus resultados na Internet, permitindo consultas por município e um amplo acesso a seus resultados, o Atlas constitui-se em uma ferramenta transparente e estratégica para um processo permanente de planejamento da infra-estrutura hídrica na região.

O investimento total para implementação dos projetos e obras previstos no Atlas é da ordem de R\$ 3,5 bilhões. Desse total, 21% correspondem a obras que já possuem projetos e podem, de imediato, ser objeto de ações. Os demais 79% ainda carecem de projetos cuja estimativa de custos é de R\$ 100 milhões.

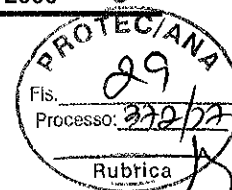
Os instrumentos concebidos pela Lei 9.433/97 são essenciais para assegurar o conhecimento sobre as águas brasileiras e a sua efetiva gestão. Nos dez anos, transcorridos desde a sua promulgação, registraram-se avanços que podem ser observados na elaboração dos Planos de Recursos Hídricos, em seus diferentes níveis, na disseminação dos Comitês de Bacias Hidrográficas por todo o país, nas outorgas e na cobrança pelo direito de uso e no Sistema de Informações sobre Recursos Hídricos.

O SINGREH foi estabelecido em estrita observância aos fundamentos da Lei nº 9.433/97 e sua efetividade pode ser aferida pelo pleno funcionamento do Conselho Nacional de Recursos Hídricos CNRH, dos conselhos estaduais, dos órgãos específicos dos poderes públicos federal, estaduais, do Distrito Federal e municipais, bem como dos comitês de bacias hidrográficas. Essa estrutura tem assegurado uma ampla participação de instituições públicas de diferentes níveis governamentais, de usuários de recursos hídricos, de instituições de classe e de representantes da sociedade civil.

O atual estágio de implementação desse Sistema de Gerenciamento permitiu, entre outras conquistas, a criação de entidades delegatárias das funções de Agência de Bacia nos locais onde se desenvolvem os projetos de recuperação e conservação de bacias hidrográficas e de seus recursos hídricos e a elaboração da primeira versão do Plano Nacional de Recursos Hídricos, em que a ANA participou com apoio técnico. Peça-chave para os futuros encaminhamentos da área de recursos hídricos no Brasil, este Plano é uma iniciativa pioneira no âmbito da América Latina e foi concebido por meio de amplo esforço que envolveu centenas de reuniões, abrangendo todas as regiões do país, num processo de aproximações e de construção de consenso.

Visando ao fortalecimento institucional e à otimização de seu desempenho, a ANA realizou o seu segundo concurso público para provimento de cargos efetivos. Vale salientar que esse foi o seu primeiro processo seletivo do tipo com vagas para a área administrativa, visto que a seleção anterior contemplou apenas vagas em cargos de Especialista em Recursos Hídricos e de Especialista em Geoprocessamento.

Publicado em 23 de março de 2006, o Edital nº 1/2006 da ANA anunciou o processo seletivo para o provimento de sessenta e cinco vagas de nível superior, distribuídas da seguinte forma: trinta para Especialista em Recursos Hídricos, trinta para Analista Administrativo e cinco para Especialista em Geoprocessamento. Dessa forma, o número de servidores concursados da Agência subiu de oitenta e nove, em 2005, para cento e quarenta e seis, ao término de 2006.



4. OBJETIVOS E METAS

4.1. Programas Governamentais e Ações Administrativas

O Plano Plurianual de Governo, no âmbito da Agência Nacional de Águas, contemplou programas e ações integrados para garantir a eficácia necessária ao cumprimento da missão institucional da Agência, compreendendo dois programas e 35 ações sob a coordenação da ANA, sendo que treze ações integram programas coordenados por outros órgãos.

O efetivo montante de recursos disponibilizado à Agência (Lei + Créditos) foi de R\$ 127,8 milhões para o exercício, excluída a Reserva de Contingência (R\$ 115,5 milhões), como segue:

4.2. Descrição dos Programas e Ações

4.2.1. Programa Probacias

Objetivo: Implementar o Sistema Integrado de Gestão de Bacias Hidrográficas.

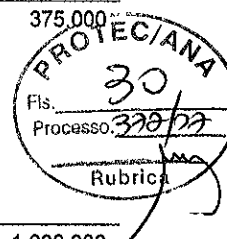
Público-alvo: Usuários de recursos hídricos e populações das bacias hidrográficas.

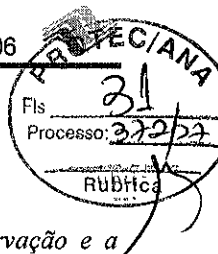
Ação	Finalidade (simplificada)	Produto	Unidade de Medida	Meta Física (LOA)	Meta Financeira (LOA+ Créditos)
2272 Gestão e Administração do Programa	Constituir um centro de custos administrativos dos programas, agregando as despesas que não são passíveis de apropriação em ações finalísticas do próprio programa.	*	*	*	800.000
2977 Fiscalização do Uso de Recursos Hídricos	Fiscalizar o uso dos recursos hídricos de domínio da União, a apuração de irregularidades e a eventual determinação de retificação das atividades, obras e serviços pelos agentes usuários.	Vistoria realizada	Unidade	70	800.000
4925 Elaboração dos Planos de Recursos Hídricos de Bacias Hidrográficas	Elaborar Planos de Recursos Hídricos como instrumento para fundamentar e orientar a implementação da PNRH.	Plano elaborado	Unidade	4	3.000.000
4926 Outorga do Direito de Uso dos Recursos Hídricos de Domínio da União	Controle quantitativo e qualitativo dos usos e o efetivo exercício dos direitos de acesso à água.	Usuário Regularizado	Unidade	750	330.000
4928 Capacitação e Treinamento para a Gestão, Participação e Proteção dos Recursos Hídricos	Promover a capacitação dos recursos humanos do SINGREH, nos diversos níveis, para atuarem na gestão, na proteção e no uso sustentável da água.	Pessoa capacitada	Unidade	700	250.000
4936 Cadastro Nacional de Usuários de Recursos Hídricos	Dispor de dados sobre os usuários de recursos hídricos para fins de controle de oferta e demanda e implementação da cobrança pelo uso.	Cadastro mantido	Unidade	1	2.185.438
4980 Fomento à Criação e Consolidação de Comitês e de Agências de Bacias	Estimular e apoiar iniciativas voltadas à criação e consolidação de comitês e de agências, bem como a estruturação de órgãos e entidades do sistema de gestão de recursos hídricos.	Órgão gestor consolidado	Unidade	2	1.370.083
6251 Sistema Nacional de Prevenção de Eventos Hidrológicos Críticos	Desenvolver o Sistema Nacional de Alerta de Previsão de Cheias e o Plano Nacional de Convivência com a seca.	Boletim emitido	Unidade	16	500.000



7270 Implantação de Sistema de Cobrança pelo Uso dos Recursos Hídricos em Bacias Hidrográficas	Reconhecer a água como bem econômico e dar ao usuário uma indicação de seu real valor. Viabilizar a arrecadação de recursos financeiros para o financiar programas e intervenções contemplados nos planos de recursos hídricos.	Sistema implantado	% de exec. física	9	375.000
7278 Implantação do Sistema Nacional de Informações sobre Recursos Hídricos	Desenvolver redes de informação sobre recursos hídricos para divulgar dados e informações sobre a situação qualitativa e quantitativa dos recursos hídricos no Brasil.	Sistema implantado	% de exec. física	20	1.000.000
7406 Implantação do Sistema de Alerta da Qualidade da Água	Prevenir acidentes que comprometam a qualidade dos corpos d'água e atuar com presteza nos casos de violação da qualidade da água na calha de rios, em bacias hidrográficas prioritárias em termos de criticidade.	Sistema implantado	% de exec. física	15	260.000
86A4 Desenvolvimento de Ações Priorizadas pelo Comitê da Bacia Hidrográfica dos rios Piracicaba/Jundiaí e Capivari com Recursos da Cobrança pelo Uso de Recursos Hídricos	Viabilizar a descentralização dos recursos oriundos da receita arrecadada pelo uso dos recursos hídricos na bacia em operação em cumprimento aos dispositivos legais, para apoiar projetos aprovados pelo comitê da bacia.	Projeto desenvolvido	Unidade	17	17.821.233
86A6 Desenvolvimento de Ações Priorizadas pelo comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul com Recursos da Cobrança pelo Uso de Recursos Hídricos	Idem.	Projeto desenvolvido	Unidade	14	13.479.130
86A7 Desenvolvimento de Ações Priorizadas pelo Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Verde Grande com Recursos da Cobrança pelo Uso de Recursos Hídricos	Idem.	Projeto desenvolvido	Unidade	2	402.578
86A8 Desenvolvimento de Ações Priorizadas pelo Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio São Fco. com Rec. da Cobrança pelo Uso de Recursos Hídricos	Idem.	Projeto desenvolvido	Unidade	1	1.006.443
86A9 Desenvolvimento de Ações Priorizadas pelo Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Doce com Rec da Cobrança pelo Uso de Recursos Hídricos	Idem.	Projeto desenvolvido	Unidade	1	503.220
TOTAL					44.083.125

Fonte: SIAFI/SIGPLAN.





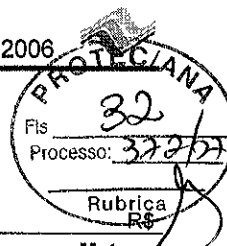
4.2.2. Programa Conservação, Uso Racional e Qualidade das Águas

Objetivo: *Melhorar a eficiência do uso dos recursos hídricos, a conservação e a qualidade das águas.*

Público-alvo: *Usuários de recursos hídricos e populações das bacias hidrográficas.*

R\$					
Ação	Finalidade (simplificada)	Produto	Unidade de Medida	Meta Física (LOA)	Meta Financeira (LOA+ Créditos)
2272 Gestão e Administração do Programa	Constituir um centro de custos administrativos dos programas, agregando as despesas que não são passíveis de apropriação em ações finalísticas do próprio programa.	*	*	*	550.000
10CS Despoluição de Lagoas	Ação atípica – Emenda CN.	Projeto apoiado	Unidade	5	500.000
2957 Fomento a Projetos de Recuperação e Conservação de Bacias Hidrográficas	Promover a conservação e recuperação de nascentes e mananciais hídricos e recuperação de áreas degradadas visando à implementação de técnicas de manejo, conservação e uso sustentável do solo e dos corpos d' água, visando o aumento da oferta de água de boa qualidade.	Projeto apoiado	Unidade	22	16.590.000 0
4641 Publicidade de Utilidade Pública	Informar, orientar, avisar, prevenir ou alertar a população ou segmento da população para adotar comportamentos que lhe tragam benefícios sociais reais, visando melhorar a sua qualidade de vida.	*	*	*	109.004
4929 Fomento a Projetos Demonstrativos de Uso Racional da Água	Desenvolvimento de projetos e experiências voltados ao uso racional da água em suas múltiplas aplicações, promovendo a adoção de medidas que minimizem perdas e maximizem a eficiência, o reuso e o uso racional da água.	Projeto apoiado	Unidade	5	500.000
4937 Fomento a Projetos de Difusão e Pesquisa Científica e Tecnológica para o Uso Sustentado e a Conservação de Recursos Hídricos	Gerar os conhecimentos científicos e tecnológicos necessários à conservação e uso sustentável dos recursos hídricos.	Projeto apoiado	Unidade	4	650.000
TOTAL					17.899.004

Fonte: SIAFI/SIGPLAN.



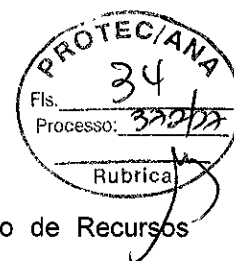
4.2.3. Ações Integrantes de Programas Coordenados por Outros Órgãos

Ação	Finalidade (simplificada)	Produto	Unidade de Medida	Meta Física (LOA)	Meta Financeira (LOA+ Créditos)
6270 Educação Ambiental para Recursos Hídricos	Promover ações educativas orientadas para estimular a participação da sociedade na proteção dos recursos hídricos do País.	Pessoa capacitada	Unidade	20.000	600.000
11TN Reforma do Bloco L da Agência Nacional de Águas	Dotar as estruturas físicas da Agência de instalações adequadas e modernas, com vistas a assegurar o desenvolvimento organizacional e funcional necessários à agilidade e a qualidade dos processos desenvolvidos com redução de custos.	Prédio reformado	% Exec. Física	50	1.344.000
4572 Capacitação de Servidores Públicos em Processo de Qualificação e Requalificação	Promover a qualificação e a requalificação de pessoal com vistas à melhoria continuada dos processos de trabalho, dos índices de satisfação pelos serviços prestados à sociedade e do crescimento profissional.	Servidor capacitado	Unidade	313	260.620
2378 Levantamento e Disponibilização de Dados Hidrometeorológicos	Dispor de dados e informações hidrometeorológicas para o gerenciamento do uso do recurso hídrico, pesquisa, inventário de potenciais energéticos, planejamento operacional de empreendimentos, projetos e fiscalização de aproveitamentos hídricos.	Informação produzida	Mil Unidades	3.253	17.655.904
2272 Gestão e Administração do Programa Conviver	Constituir um centro de custos administrativos dos programas, agregando as despesas que não são passíveis de apropriação em ações finalísticas do próprio programa.	*	*	*	2.000.000
3028 Estruturação dos Sistemas Estaduais de Gerenciamento de Recursos Hídricos no Semi-Árido	Garantir a qualidade e a quantidade de água ofertada e demandada, mediante o monitoramento do uso dos recursos hídricos nos corpos d'água das bacias hidrográficas do Semi-Árido.	Projeto elaborado	Unidade	33	1.338.979
2000 Administração da Unidade	Constituir um centro de custos administrativos das unidades orçamentárias constantes dos orçamentos da União, agregando as despesas que não são passíveis de apropriação em programas ou ações finalísticas.	*	*	*	40.356.985
2004 Assistência Médica e Odontológica aos Servidores, Empregados e seus Dependentes	Proporcionar aos servidores, empregados, seus dependentes e pensionistas condições para manutenção da saúde física e mental.	Pessoa beneficiada	Unidade	630	374.976
2010 Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores e Empregados	Oferecer aos servidores, durante a jornada de trabalho, condições adequadas de atendimento aos seus dependentes, conforme art. 3º do Decreto 977, de 10/11/93.	Criança atendida	Unidade	30	24.650



2011 Auxílio-Transporte aos Servidores e Empregados	Efetivar o pagamento de auxílio-transporte em pecúnia, pela União, de natureza jurídica indenizatória, destinado ao custeio parcial das despesas realizadas com transporte.	Servidor beneficiado	Unidade	3	1.000
2012 Auxílio-Alimentação aos Servidores e Empregados	Conceder o auxílio-alimentação, sob forma de pecúnia, custeado com recursos do órgão ou entidade de lotação ou exercício do servidor ou empregado, aquisição de vale ou ticket-alimentação ou refeição ou manutenção de refeitório.	Servidor beneficiado	Unidade	171	332.403
09HB Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais	Assegurar o pagamento da contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o custeio do regime de previdência dos servidores públicos federais na forma do art. 8º da Lei nº 10.887, de 18 de junho de 2004.	*	*	*	1.586.301
0181 Pagamento de Aposentadorias e Pensões – Servidores Civis	Garantir o pagamento devido aos servidores civis inativos do Poder Executivo ou aos seus pensionistas, em cumprimento às disposições contidas em regime previdenciário próprio.	*	*	*	1.000
TOTAL					65.876.818

Fonte: SIAFI/SIGPLAN.



4.3. Descrição dos Indicadores

4.3.1. Do Programa Probacias

Taxa do território brasileiro com implantação de Sistema de Gerenciamento de Recursos Hídricos, excluída a Bacia Amazônica.

- Fórmula de cálculo: Relação percentual entre as áreas das bacias hidrográficas com 70% dos instrumentos de gerenciamento de recursos hídricos (Comitê, Agência, Plano de Bacia, Regularização e Cobrança);
- Índice apurado em 2003: 1,3% (Bacia do Rio Paraíba do Sul) – revisão 2005;
- Índice previsto para o final do PPA 2004-2007: 19,33% - revisão 2005 (bacias hidrográficas dos rios Paraíba do Sul, PCJ, São Francisco, Verde Grande e Doce).

Número de bacias hidrográficas com índice de, pelo menos, 70% de implementação de instrumentos da PNRH:

- Fórmula de cálculo: soma aritmética das bacias com índice mínimo alcançado;
- Índice apurado em 2003: 1 (Bacia do Rio Paraíba do Sul);
- Índice previsto para o final do PPA 2004-2007: 5 bacias.

4.3.2. Do Programa Conservação, Uso Racional e Qualidade das Águas

Consumo Médio Anual de Água no Setor de Irrigação (unidade de medida: vazão em litros/segundo/ha):

- Índice apurado em 2003: 0,79 l/s/ha.
- Índice previsto ao final do PPA 2004-2007: 0,55 l/s/ha.

4.3.3. De Desempenho da Gestão

Os indicadores de gestão permitem aferir a eficácia, a eficiência e a economicidade da ação administrativa, levando-se em conta os resultados quantitativos e qualitativos alcançados na execução das ações no exercício. Para tais aferições, foram considerados:

- Índice de Eficácia da Execução Física - **IEEF**: permite apurar o desempenho da execução física e é determinado a partir da relação entre a meta física programada na Lei Orçamentária Anual - LOA e a sua efetiva execução, expresso em percentagem.

Fórmula de cálculo:

$$\text{IEEF} = \text{MFE} / \text{MFP}$$

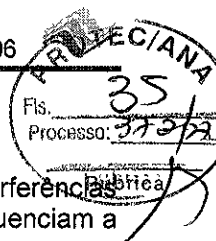
onde MFE é a meta física realizada no exercício e MFP é a meta física prevista na LOA.

- Índice de Eficácia do Gasto - **IEG**: permite mensurar o resultado da execução orçamentária da ação, tomando-se como referência o valor empenhado no exercício, em relação ao valor previsto na LOA, expresso em percentagem.

Fórmula de cálculo:

$$\text{IEG} = \text{IEGE} / \text{IEGP}$$

onde IEGE é o valor executado (empenhado) no ano e o IEGP é o valor previsto na LOA.



Em ambos os casos (IEEF e IEG), é importante frisar a ocorrência de interferências externas, em especial relativas aos contingenciamentos de recursos que influenciam a capacidade de execução.

- Indicador de Eficiência Individual – **IEI**: é o índice apurado entre as relações percentuais dos valores do IEEF e do IEG apurados para cada ação e permite avaliar a produtividade da execução.

Fórmula de cálculo:

$$IEI = IEEF / IEG$$

- Indicador de Eficiência Agrupado – **IEA**: permite avaliar a produtividade de um conjunto de ações (por programa, por unidade administrativa, ou mesmo do Órgão).

Fórmula de cálculo:

$$IEA = \sum IEI / n$$

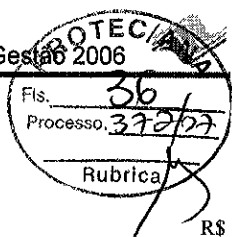
onde IEI é o Indicador de Eficiência Individual e "n" é o número de ações consideradas (do programa, da unidade administrativa ou do órgão).

4.4. Programação e Execução Orçamentária

4.4.1. Composição do Orçamento por Fonte de Receita

R\$				
Fontes de Receita	Dotação de Lei	Lei + Créditos	Empenho Liquidado	Pago
Fonte 100 - Recursos Ordinários	46.653.4611	49.781.634	46.918.444	31.519.445
Fonte 116 – Recursos de Outorga de Direitos de Uso de Recursos Hídricos	33.212.604	32.000.601	24.821.233	16.494.402
Fonte 134 - Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos	157.489.952	157.339.952	35.351.482	28.001.745
Fonte 148 – Operações de Crédito Externas – em Moeda	2.450.000	2.450.000	2.181.021	1.644.200
Fonte 174 – Taxas e Multas pelo Exercício do Poder de Polícia	80.000	80.000	0	0
Fonte 250 – Recursos Próprios Não-Financeiros	3.292	3.292	0	0
Fonte 280 – Recursos Próprios Financeiros	303.927	303.927	303.927	303.927
Fonte 300 – Recursos Ordinários	0	150.000	0	0
Fonte 316 – Rec. Hídricos Conces. Permissões	0	311.000	311.000	311.000
Fonte 650 – Rec. Não-Fin. Diret. Arrecadados	0	303.927	301.010	0
Fonte 680 – Recursos Próprios Financeiros	0	597.076	597.076	597.076
TOTAL	240.193.236	243.321.406	110.785.193	78.871.412

Fonte: SIAFI



4.4.2. Composição do Orçamento por Grupo de Despesa

Grupo de Despesa	Dotação de Lei	Lei + Créditos	Empenho Liquidado	Pago
Grupo 1 – Pessoal e Encargos Sociais	12.301.380	23.429.553	23.382.733	23.177.075
Grupo 3 – Outras Despesas Correntes	61.590.065	61.090.065	49.386.242	42.417.884
Grupo 4 – Investimentos	50.839.329	43.339.329	38.016.218	13.276.453
Grupo 9 – Reserva de Contingência	115.462.462	115.462.462	0	0
TOTAL	240.193.236	243.321.409	110.785.193	78.871.412

Fonte: SIAFI

4.4.3. Composição do Orçamento por Programação

Programação	Dotação de Lei	Lei + Créditos	Empenho Liquidado	Pago
Probacias	44.248.004	44.083.125	32.430.326	22.431.942
Conservação, Uso Racional e Qualidade das Águas	25.990.000	17.899.004	14.670.977	704.203
Proágua-Gestão	3.500.000	3.338.979	3.050.000	2.201.990
Rede Hidrometeorológica	17.883.904	17.655.904	17.134.238	14.892.548
Apoio Administrativo	31.027.866	42.676.315	42.204.158	39.676.235
Demais Programações	2.081.000	2.205.620	1.295.494	43.151
Reserva de Contingência	115.462.462	115.462.462	0	0
TOTAL	240.193.236	243.321.409	110.785.193	78.871.412

Fonte: SIAFI

4.4.4. Alterações nas Metas Físicas e Financeiras (PLOA x LOA)

A proposta orçamentária para o exercício de 2006 foi elaborada pela ANA tomando como referência os valores médios, físicos e financeiros, realizados nos anos anteriores, bem como os desvios decorrentes de dificuldades observadas para obtenção daqueles resultados.

No Congresso Nacional foram promovidas alterações à proposta inicial elaborada pela ANA, resultando na Lei Orçamentária, conforme se demonstra no quadro a seguir:

Programação	PLOA (R\$)	Meta Física	LOA (R\$)	Meta Física
10CS – Despoluição de Bacias	0	-	8.500.000	4
2000 – Administração da Unidade	28.819.426	-	29.396.145	-
2957 – Fomento a Projetos de Recuperação e Conservação de Bacias Hidrográficas	790.000	4	15.590.000	22
TOTAL	29.609.426	-	53.486.145	-



A primeira emenda registrada foi prevista, inicialmente na Lei do PPA. Trata-se de ação já desenvolvida pela Agência, por meio do Prodes – Remoção de Cargas Poluidoras de Bacias Hidrográficas, que não vinha sendo orçado por absoluta falta de recursos, já que suas intervenções demandam volumes significativos de recursos.

O que difere então, entre a emenda e o Prodes, é a forma de implementação. A emenda é executada sob forma de convênio, com recursos repassados à Caixa Econômica Federal e definição dos projetos a serem apoiados pelos autores e beneficiários da emenda. O Prodes fornece estímulo financeiro, na forma de pagamento pelo esgoto tratado, a Prestadores de Serviço de Saneamento que investirem na implantação de Estações de Tratamento de Esgotos – ETE's, desde que cumpridas as condições contratuais previstas.

O Prodes foi concebido para um período de dez anos, com investimentos anuais de R\$ 300 milhões, a partir do terceiro ano, com estimativa de redução de 50% da carga orgânica poluidora lançada nos corpos d'água brasileiros, para situação existente no ano 2001.

A segunda emenda, visou apenas à recomposição de recursos para atendimento às demandas de custeio administrativo da Agência.

A terceira ação emendada no Congresso Nacional CN, aportou recursos da ordem de R\$ 14,8 milhões para desenvolvimento de projetos de recuperação e conservação de bacias hidrográficas nas seguintes localidades e valores:

- Frecheirinha – CE, R\$ 150 mil;
- Colombo - PR, R\$ 200 mil;
- São Carlos – SP, R\$ 250 mil;
- Hortolândia – SP, R\$ 250 mil;
- Estado de Santa Catarina, R\$ 4,25 milhões;
- Nacional – R\$ 9,7 milhões.

O número de projetos a serem apoiados, de acordo com PLOA, era de quatro e tinha um custo médio previsto de R\$ 200 mil. Os dezoito projetos incluídos, por meio de alteração ao PLOA, apresentaram custo médio da ordem de R\$ 822 mil, o que elevou o médio do conjunto do total de projetos apoiados para R\$ 708,6 mil.

4.4.5. Evolução Orçamentária

A dotação orçamentária da Agência, de R\$ 243,2 milhões, apresentou um crescimento de aproximadamente 13% no exercício, comparando-a com 2005, cujo valor era de R\$ 216,4 milhões. Esse acréscimo derivou-se, principalmente, dos créditos adicionais destinados à cobertura de despesas com pessoal e encargos sociais, R\$ 11,6 milhões, de emendas parlamentares no valor de R\$ 15,6 milhões e da ampliação da Reserva de Contingência de Recursos da Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos (fonte 134).

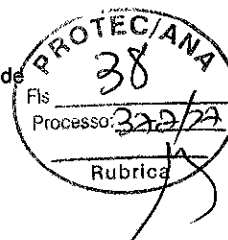
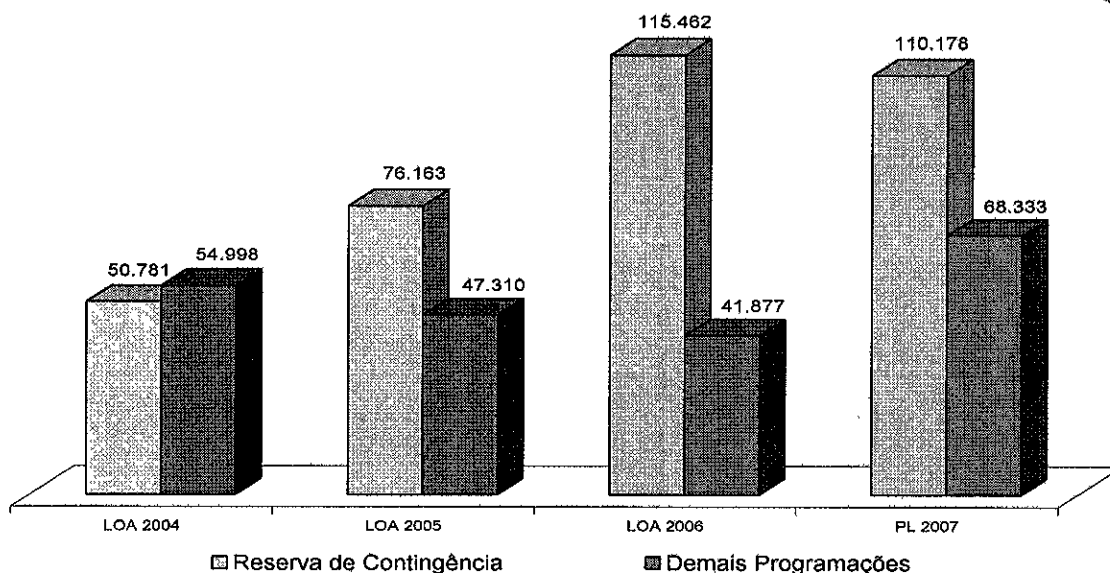
A previsão inicial de arrecadação na fonte de recursos 134 – Compensação Financeira pelo Uso de Recursos Hídricos, constante na LOA – 2006, era de R\$ 157,3 milhões, dos quais R\$ 115,5 milhões foram indisponibilizados quando alocados na Reserva de Contingência.

Isso significa que, a exemplo da sistemática adotada nos últimos anos, o aumento da arrecadação das receitas vinculadas ao setor de recursos hídricos, inclusive as decorrentes da cobrança pelo seu uso, continuam sendo retiradas do setor e utilizadas para a obtenção da Meta de Resultado Primário do Governo Central estabelecida na Lei de Diretrizes Orçamentárias, conforme gráfico apresentado a seguir:



Gráfico 1: Evolução da alocação de recursos da Fonte 134 - Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos

Alocação da Fonte 134 (R\$ Mil)



5. DEMONSTRATIVOS DOS RESULTADOS ALCANÇADOS

5.1. Desempenho Global da Execução Orçamentária

Da Dotação de Lei, acrescida de créditos, no montante de R\$ 243,3 milhões, R\$ 115,5 milhões (47%) foram indisponibilizados por força de sua alocação na reserva de contingência.

O restante, perfazendo R\$ 127,8 milhões, correspondeu às seguintes programações:

- R\$ 40,4 milhões para Pessoal e Encargos Sociais;
- R\$ 15,3 milhões em Emendas Congresso Nacional; e
- R\$ 72,1 milhões para demais programações.

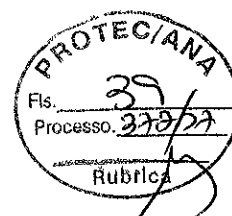
Dos recursos previstos para pagamento de pessoal, R\$ 39,9 milhões (99%) foram empenhados e liquidados e R\$ 37,4 milhões efetivamente pagos. Cabe destacar que o aporte adicional de recursos, da ordem de R\$ 11 milhões, permitiu à ANA reembolsar os órgãos cedentes de servidores lotados na Agência.

Com relação às emendas, foram empenhados e liquidados R\$ 13,6 milhões (94%), dos quais R\$ 100 mil foram pagos no exercício. Isso porque os limites para movimentação e empenho só foram disponibilizados no final do exercício.

Nas demais programações da ANA, destacam-se as seguintes execuções (empenho liquidado x Dotação de Lei):

- Rede Hidrometeorológica: R\$ 17,1 milhões (97%);
- Fomento à Criação de Comitês e Agências em Bacias Hidrográficas: R\$ 1,4 milhões (100%);
- Proágua Semi-Árido: R\$ 3,05 milhões (91%).

Por fim, importa destacar que, apesar dos atrasos na publicação da LOA e conseqüentemente na execução das despesas de capital, ainda foi possível realizar a licitação prevista para as obras de reforma do bloco L da Agência, o que deverá proporcionar melhores condições de acomodação física de seus servidores.



5.2. Indicador de Desempenho do Programa Probacias

Índice de referência no início do PPA: 1,3% (Paraíba do Sul) – revisão 2005.

Índice alcançado em 2005: 1,66% (Paraíba do Sul e PCJ)

Índice previsto para o final do PPA: 19,33% - revisão 2005 (Paraíba do Sul, PCJ, Verde Grande, Doce e São Francisco).

5.3. Indicador de Desempenho do Programa Conservação, Uso Racional e Qualidade das Águas

Este programa foi concebido para agregar o conjunto de ações voltadas para a recuperação de áreas degradadas, a minimização do desperdício de água nos grandes setores usuários e à conservação das áreas com alto potencial hídrico.

Para alcance dos resultados esperados foi proposto um indicador que procura mensurar a taxa de redução no consumo da água no setor usuário de irrigação, num primeiro momento e de outros grandes setores usuários posteriormente.

Entretanto, o aporte de recursos e a adesão de outros órgãos, por meio da inclusão de ações correlatas, mostrou-se muito aquém das reais necessidades do programa. Este fato levou a ANA, por meio da proposta de revisão do atual Plano Plurianual, neste exercício, a incorporar este programa ao Probacias, que, a partir de 2007, além de implementar a Política Nacional de Recursos Hídricos, terá por objetivo a conservação e recuperação de bacias hidrográficas e o uso racional dos recursos hídricos.

Desta forma, não houve aferição da evolução do indicador neste exercício.

5.4. Indicadores de Desempenho da Gestão

Os quadros demonstrativos constantes dos itens 5.4.1 a 5.4.3 permitem visualizar as ações, metas físicas e valores orçamentários/financeiros considerados para apuração dos índices e indicador que se seguem:

- Índice de Eficácia da Execução Física – IEEF (desempenho da execução física), expresso em percentagem;
-
- Índice de Eficácia do Gasto - IEG (resultado da execução orçamentária), expresso em percentagem; e
-
- Indicador de Eficiência Individual – IEI (comparativo do cumprimento das metas e da gestão dos recursos, em conjunto, para se avaliar a produtividade da execução da ação).

O Indicador de Eficiência Agrupado – IEA, demonstrado no item 6.3.4 – avalia a produtividade do conjunto de ações.



5.4.1. Ações Integrantes do Programa Probasias

Programação por Ação	Meta Física			Execução Orçamentária R\$			Indicador de Eficiência - IEI (c)/(g)
	Programada (a)	Executada (b)	IEEF % (c) = b/a	LOA + Créditos (d)	Empenho Liquidado (e)	Pago (f)	IEG % (g) = e/d
Ação: 2977 Fiscalização do Uso de Recursos Hídricos	70	50	71	800.000	282.002	204.124	35
Ação: 4925 Elaboração dos Planos de Bacias Hidrográficas de Rios de Domínio da União.	4	3	75	3.000.000	1.569.489	1.339.555	52
Ação: 4926 Outorga do Direito de Uso dos Recursos Hídricos de Domínio da União.	750	513	68	330.000	235.052	186.769	71
Ação: 4928 Capacitação e Treinamento para a Gestão, Participação e Proteção dos Recursos Hídricos.	700	1.336	191	250.000	160.864	145.596	64
Ação: 4936 Cadastro Nacional de Usuários de Recursos Hídricos.	1	1	100	2.185.438	701.178	690.741	32
Ação: 4980 Fomento à Criação de Comitês e Agências em Bacias Hidrográficas de Rios de Domínio da União	2	2	100	1.370.083	1.368.625	583.938	100
Ação: 6251 Sistema Nacional de Prevenção de Eventos Hidrológicos Críticos	16	48	300	500.000	160.716	101.785	32
Ação: 7270 Implantação de Sistema de Cobrança Pelo Uso dos Recursos Hídricos em Bacias Hidrográficas	9	5	56	375.000	172.106	172.106	46
Ação: 7278 Implantação do Sistema Nacional de Informações sobre Recursos Hídricos	20	5	25	1.000.000	788.159	478.867	79
Ação: 7406 Implantação do Sistema de Alerta da Qualidade da Água.	15	11	73	260.000	208.442	176.063	80
Ação: 86A4 Desenvolvimento de Ações Priorizadas pelo Comitê da Bacia Hidrográfica dos Rios Piracicaba/Jundiaí e Capivari com Recursos da Cobrança pelo Uso de Recursos Hídricos (Contrato de Gestão)	17	17	100	17.821.233	17.821.233	9.834.226	100
Ação: 86A6 Desenvolvimento de Ações Priorizadas pelo Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul com Recursos da Cobrança pelo Uso de Recursos Hídricos (Contrato de Gestão)	14	14	100	13.479.130	8.212.003	7.872.179	61



**5.4.2. Ações Integrantes do Programa Conservação, Uso Racional e Qualidade das Águas**

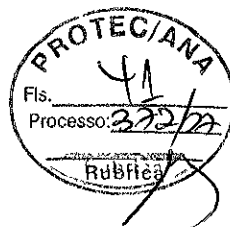
Programação por Ação	Meta Física			Execução Orçamentária R\$			Indicador de Eficiência - IEI (c)/(g)
	Programada (a)	Executada (b)	IEEF % (c) = b/a	LOA + Créditos (d)	Empenho Liquidado (e)	Pago (f)	
Ação: 2957 Fomento a Projetos de Recuperação e Conservação de Bacias Hidrográficas	22	4	18	15.590.000	13.887.199	122.985	0,2
Ação: 4937 Fomento a Projetos de Difusão e Pesquisa Científica e Tecnológica para ao Uso Sustentado e a Conservação de Recursos Hídricos	4	4	100	650.000	503.869	405.859	1,3

5.4.3. Ações Integrantes de Programas Coordenados por Outros Órgãos

Programação por Ação	Meta Física		IEEF % (c) = b/a	Execução Orçamentária			Indicador de Eficiência - IEI (c)/(g)	
	Programada (a)	Executada (b)		LOA + Créditos (d)	Empenho Liquidado (e)	Pago (f)		IEG % (g) = e/d
Atividades Finalísticas								
Ação: 4572 Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação	500	145	29	260.620	55.870	43.151	21	1,4
Ação: 2378 Levantamento e Disponibilização de Dados Hidrometeorológicos	3.252.960	2.667.400	82	17.655.904	17.134.238	13.213.890	97	0,8
Ação: 3028 Estruturação dos Sistemas Estaduais de Gerenciamento de Recursos Hídricos no Semi-Árido	33	19	58	1.338.979	1.050.000	300.000	78	0,7
Ação: 6270 - Educação Ambiental para Recursos Hídricos	20.000	21.000	105	600.000	600.000	600.000	100	1,1

Atividades Meio

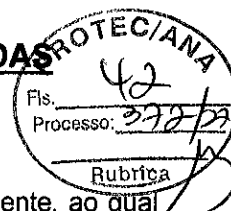
Ação: 2004 Assistência Médica e Odontológica aos Servidores, Empregados e seus Dependentes	858	630	73	374.976	374.976	374.976	0,7
Ação: 2010 Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores e Empregados	33	30	91	24.650	24.650	20.194	1,0
Ação: 2012 Auxílio-Alimentação aos Servidores e Empregados	171	171	100	332.403	291.082	291.082	1,1





6. AVALIAÇÃO DOS RESULTADOS E MEDIDAS IMPLEMENTADAS

6.1. Da Execução Orçamentária



O exercício de 2006 foi marcado por negociações da ANA com o Ministério do Meio Ambiente, ao qual se vincula, e com o Órgão Central do Sistema de Planejamento e Orçamento do Governo Federal, visando à ampliação dos seus limites de recursos. Assim, a recomposição de suas dotações orçamentárias e de seus limites para a efetiva execução da despesa ocupou lugar de destaque e repercutiu em um aumento dos valores empenhados de cerca de 23% em relação ano de 2005, de R\$ 89,7 milhões.

Os recursos orçamentários da ANA contemplaram as seguintes programações:

Programação	Lei + Créditos	Empenhado	Liquidado	Pago
Programa Probacias	44.083.125	32.430.326	32.430.326	22.431.942
Programa Conservação, Uso Racional e Qualidade das Águas (Emendas no valor de R\$ 15,3 milhões)	17.899.004	14.670.977(*)	14.670.977(*)	704.203
Proágua-Gestão	3.338.979	3.050.000	3.050.000	2.201.990
Rede Hidrometeorológica	17.655.904	17.134.238	17.134.238	13.213.890
Custeio Administrativo	42.676.315	42.204.158	42.204.158	39.676.235
Demais Programações	2.205.620	1.295.494	1.295.494	643.151
Reserva de Contingência	115.462.462	0	0	0
Total	243.321.409	110.785.193	110.785.193	78.871.412

Fonte : Lei nº 11306, de 16 de maio de 2006 e suas alterações e SIAFI

*Execução de Emendas no valor de R\$ 13,6 milhões

Desta forma, excetuando-se a Reserva de Contingência, o orçamento efetivo da ANA em 2006 foi de R\$ 127,8 milhões, dos quais foram empenhados e liquidados R\$ 110,8 milhões (87%) e pagos R\$ 78,9 milhões.

Cabe destacar que, dos valores empenhados, R\$ 24,8 milhões referem-se aos Contratos de Gestão da ANA com a Associação Pró-Gestão da Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul - AGEVAP e com o Consórcio Intermunicipal das Bacias Hidrográficas dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiá - PCJ.

Merecem destaque as execuções de algumas ações orçamentárias, como segue:

- Rede Hidrometeorológica, com 97,04% de sua dotação empenhada;
- Educação Ambiental, com 100% de empenho;
- Proágua-Gestão (componente nacional), com 100% de empenho; e
- Fomento a Comitês, também com praticamente 100% dos recursos empenhados.

A ampliação de espaço fiscal para a utilização das receitas provenientes da cobrança pelo direito de uso de recursos hídricos representa um grande desafio a ser alcançado nos exercícios futuros, mesmo considerando o significativo aumento dos valores disponibilizados no exercício de 2006.

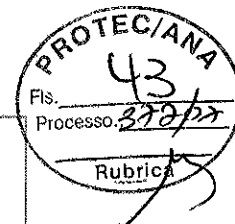
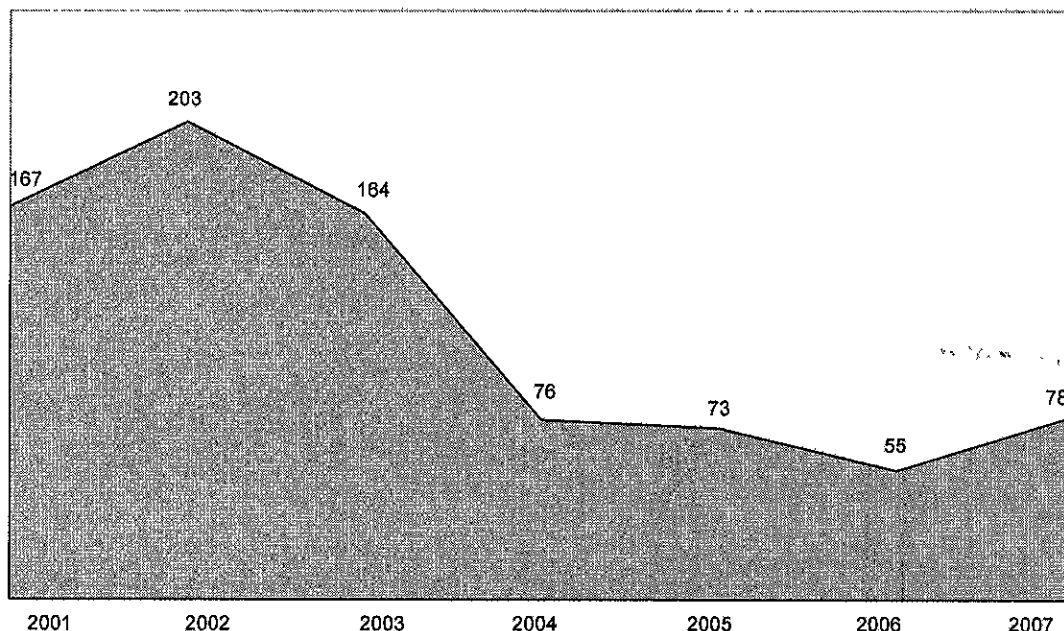
Cabe destacar que a ANA empreendeu grandes esforços para contemplar, em 2007, dois projetos considerados da maior importância e que não poderiam ser implementados senão por força de ampliação dos recursos inicialmente a ela disponibilizados, o Proágua-Gestão e o Prodes.

A implementação do Proágua-Gestão, agora em nível nacional, e do Prodes – Remoção de Cargas Poluidoras de Bacias Hidrográficas, só foi possível depois de grande mobilização para sensibilização do Órgão Central do Sistema de Planejamento e Orçamento do Governo Federal, que, reconhecendo a importância e a efetividade dessas iniciativas, ampliou os recursos da ANA, por ocasião da elaboração da proposta orçamentária anual, em R\$ 20,2 milhões. Pouco para atendimento às demandas das populações afetadas, mas um prenúncio da possibilidade de recuperação dos orçamentos da ANA aos níveis de 2001, por exemplo, quando foram efetivamente executados R\$ 164,9 milhões.



No gráfico a seguir são apresentados os montantes disponibilizados à ANA para elaboração dos respectivos projetos das leis orçamentárias, desde a sua criação. A curva, claramente descendente, pela primeira vez em cinco anos apresentou crescimento, fato que evidencia o esforço da Agência para alocação de recursos compatíveis com os níveis de exigência e de complexidade que a implementação da Política Nacional de Recursos Hídricos requer.

Gráfico 2 - Evolução dos PLOA's da Agência Nacional de Águas - R\$ milhões
(exclusive pessoal e encargos sociais, doações e reserva de contingência)



6.2. Dos Indicadores dos Programas

6.2.1. Programa PROBACIAS

O programa teve um desempenho considerado satisfatório, tendo em vista a evolução das articulações para implementação dos instrumentos da PNRH durante o exercício e os condicionantes legais de que dependem alguns instrumentos para a sua efetivação.

O Índice taxa do território brasileiro com implantação de Sistema de Gerenciamento de Recursos Hídricos, excluía a Bacia Amazônica, manteve-se em 1,66% da área do território brasileiro com implementação dos principais instrumentos de gerenciamento de recursos hídricos

Essa taxa refere-se à soma das áreas das bacias hidrográficas do rio Paraíba do Sul e dos rios Piracicaba, Capivari e Jundiá, expressas em pontos percentuais em relação à área do território nacional, excluía a bacia Amazônica.

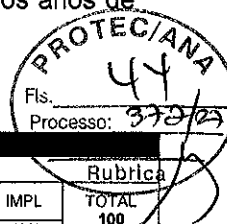
Outras bacias hidrográficas têm sido objeto de ações visando à implementação desses instrumentos. Nesse contexto, há ainda uma expectativa de evolução do indicador até o final do exercício de 2007, último ano do atual Plano Plurianual.

Cabe destacar que a bacia do rio São Francisco representa 77% da área prevista para o período deste PPA e que, apesar da sua enorme área de abrangência e complexidade, por envolver a negociação com sete unidades da federação, vem apresentando evolução satisfatória, sem ter, no entanto, atingido o percentual mínimo necessário de implementação dos instrumentos da PNRH para contabilização nos resultados do indicador.



A Tabela 1, apresentada a seguir, evidencia a evolução dos indicadores do programa entre os anos de 2005 e 2006.

Tabela 1 – Indicador de Desempenho do Programa Probacias



BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO PARAÍBA DO SUL													
2005							2006						Rubrica
INSTRUMENTO	NÃO EXIST. (0)	FASE INICIAL (5)	EM EXEC. (10)	CONC. (15)	IMPL. (20)	TOTAL 95		NÃO EXIST. (0)	FASE INICIAL (5)	EM EXEC. (10)	CONC. (15)	IMPL. (20)	TOTAL 100
COMITÊ						20							20
AGÊNCIA						20							20
PLANO DE RH						20							20
REGULARIZAÇÃO						15							20
COBRANÇA						20							20
* Novo Plano de RH em fase de elaboração; Campanha de ratificação e retificação de regularização de usos prevista para 2007													
BACIA HIDROGRÁFICA DOS RIOS PIRACICABA/CAPIVARI E JUNDIAÍ													
2005							2006						
INSTRUMENTO	NÃO EXIST. (0)	FASE INICIAL (5)	EM EXEC. (10)	CONC. (15)	IMPL. (20)	TOTAL 80		NÃO EXIST. (0)	FASE INICIAL (5)	EM EXEC. (10)	CONC. (15)	IMPL. (20)	TOTAL 95
COMITÊ						20							20
AGÊNCIA						15							20
PLANO DE RH						15							15
REGULARIZAÇÃO						15							20
COBRANÇA						15							20
*Plano de RH em revisão; cobrança em rios de domínio de São Paulo com início da implementação prevista para 2007													
BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO SÃO FRANCISCO													
2005							2006						
INSTRUMENTO	NÃO EXIST. (0)	FASE INICIAL (5)	EM EXEC. (10)	CONC. (15)	IMPL. (20)	TOTAL 45		NÃO EXIST. (0)	FASE INICIAL (5)	EM EXEC. (10)	CONC. (15)	IMPL. (20)	TOTAL 45
COMITÊ						20							20
AGÊNCIA						0							0
PLANO DE RH						15							15
REGULARIZAÇÃO						10							10
COBRANÇA						0							0
*Iniciado o processo de discussão da cobrança e agência de bacia													
BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO DOCE													
2005							2006						
INSTRUMENTO	NÃO EXIST. (0)	FASE INICIAL (5)	EM EXEC. (10)	CONC. (15)	IMPL. (20)	TOTAL 30		NÃO EXIST. (0)	FASE INICIAL (5)	EM EXEC. (10)	CONC. (15)	IMPL. (20)	TOTAL 35
COMITÊ						20							20
AGÊNCIA						5							5
PLANO DE RH						5							5
REGULARIZAÇÃO						0							5
COBRANÇA						0							0
*Plano de RH - convênio a ser celebrado													
BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO VERDE GRANDE													
2005							2006						
INSTRUMENTO	NÃO EXIST. (0)	FASE INICIAL (5)	EM EXEC. (10)	CONC. (15)	IMPL. (20)	TOTAL 40		NÃO EXIST. (0)	FASE INICIAL (5)	EM EXEC. (10)	CONC. (15)	IMPL. (20)	TOTAL 40
COMITÊ						20							20
AGÊNCIA						0							0
PLANO DE RH						5							5
REGULARIZAÇÃO						15							15
COBRANÇA						0							0
*Plano de RH – Termo de Referência - TDR em elaboração													

Legenda: Não existe, Fase inicial, Em execução, Concluído, Implantado.

Em outras três bacias hidrográficas de rios de domínio da União alguns instrumentos da Política Nacional de Recursos Hídricos já tiveram as suas implantações iniciadas, conforme se verifica na Tabela 2 a seguir:

Tabela 2 – Outras Bacias Hidrográficas com Implementação de Instrumentos da PNRH

BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO PARANAÍBA												
2005							2006					
INSTRUMENTO	NÃO EXIST. (0)	FASE INICIAL (5)	EM EXEC. (10)	CONC. (15)	IMPL. (20)	TOTAL 5	NÃO EXIST. (0)	FASE INICIAL (5)	EM EXEC. (10)	CONC. (15)	IMPL. (20)	TOTAL 5
COMITÊ						5						5
AGÊNCIA												
PLANO DE RH												
REGULARIZAÇÃO												
COBRANÇA												
BACIA HIDROGRÁFICA DOS RIOS PIRANHAS-AÇU												
2005							2006					
INSTRUMENTO	NÃO EXIST. (0)	FASE INICIAL (5)	EM EXEC. (10)	CONC. (15)	IMPL. (20)	TOTAL 5	NÃO EXIST. (0)	FASE INICIAL (5)	EM EXEC. (10)	CONC. (15)	IMPL. (20)	TOTAL 15
COMITÊ												5
AGÊNCIA												
PLANO DE RH												
REGULARIZAÇÃO						5						10
COBRANÇA												
*Comitê aprovado pelo CNRH												
BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO GRANDE												
2005							2006					
INSTRUMENTO	NÃO EXIST. (0)	FASE INICIAL (5)	EM EXEC. (10)	CONC. (15)	IMPL. (20)	TOTAL 0	NÃO EXIST. (0)	FASE INICIAL (5)	EM EXEC. (10)	CONC. (15)	IMPL. (20)	TOTAL 0
COMITÊ												
AGÊNCIA												
PLANO DE RH												
REGULARIZAÇÃO												
COBRANÇA												
*Iniciado o processo de discussão da criação do Comitê												

Legenda: Não existe, Fase inicial, Em execução, Concluído, Implantado.

6.2.2. Programa Conservação, Uso Racional e Qualidade das Águas

Este programa foi concebido para agregar o conjunto de ações voltadas para a recuperação de áreas degradadas, a minimização do desperdício de água nos grandes setores usuários e a conservação das áreas com alto potencial hídrico.

Para alcance dos resultados esperados foi proposto um indicador que procura mensurar a taxa de redução no consumo da água no setor usuário de irrigação, num primeiro momento e de outros grandes setores usuários posteriormente.

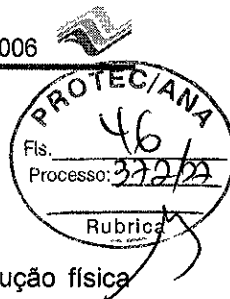
Não tendo ocorrido a esperada adesão de outros órgãos ao programa, restou o reconhecimento da sua incapacidade de influenciar o indicador de resultados proposto, integrando-o ao Probacias, que passará a denominar-se Probacias – Conservação de Bacias Hidrográficas, a partir de 2007.

6.3. Dos Indicadores de Gestão

O orçamento da ANA contemplou trinta e cinco ações com a seguinte configuração:

- sete ações não apresentam meta física;
- sete ações não apresentaram execução física e/ou orçamentária; e
- vinte e uma ações apresentaram execução física e financeira.

As vinte e uma ações, com execução física e financeira foram consideradas na análise dos indicadores de gestão, apresentados a seguir, cabendo destacar que a inexecução citada decorre de fatores diversos, dos quais citam-se a não concretização da previsão de arrecadação (caso das ações de cobrança pelo direito de uso de recursos hídricos nas bacias hidrográficas dos rios São Francisco, Verde Grande e Doce) e a falta de fluxo tempestivo de limites financeiros (caso da ação de reforma do bloco L da Agência), dentre outros.



6.3.1. Índice de Eficácia da Execução Física – IEEF

Em torno de 50% das ações consideradas na análise apresentaram desempenho de execução física superior a 80% das metas previstas, sendo que algumas ações superaram a casa dos 100%.

Destacam-se algumas ações que apresentaram resultados próximos do programado, com os respectivos percentuais de execução alcançados:

- Educação Ambiental para Recursos Hídricos (105%);
- Cadastro Nacional de Usuários de Recursos Hídricos (100%);
- Fomento à Criação de Comitês e Agências em Bacias Hidrográficas de Rios de Domínio da União (100%);
- Fomento a Projetos de Difusão e Pesquisa Científica e Tecnológica para o Uso Sustentado e a Conservação de Recursos Hídricos (100%);
- Desenvolvimento de Ações Priorizadas pelo Comitê da Bacia Hidrográfica dos Rios Piracicaba, Jundiá e Capivari com recursos da cobrança pelo Uso de Recursos Hídricos (100%); e
- Desenvolvimento de Ações Priorizadas pelo Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul com recursos da cobrança pelo Uso de Recursos Hídricos (100%).

Outras ações, por fatores diversos, apresentaram índices considerados baixos, numa primeira análise, cujos fatores causais decorreram de interferências externas, como as emendas promovidas no âmbito do Congresso Nacional, cujas quantificações nem sempre guardam a relação devida com o número de projetos apresentados, dificuldades de programação, tendo em vista que a proposta orçamentária é elaborada muito tempo antes da efetiva execução, necessidade de articulações com parceiros, impedimentos legais, atrasos na liberação de recursos orçamentários e financeiros, bem como alterações de rumo, redefinição de projetos em razão de avanços tecnológicos, dentre outros.

Citam-se as seguintes ações com desempenho considerado baixo:

- Fomento a Projetos de Recuperação e Conservação de Bacias Hidrográficas (18%);
- Implantação do Sistema Nacional de Informações sobre Recursos Hídricos (25%); e
- Capacitação de Servidores Públicos em Processo de Qualificação e Requalificação (29%).

6.3.2. Índice de Eficácia do Gasto – IEG

O IEG, de modo semelhante ao IEEF, por si só não reflete a efetividade na execução do gasto, uma vez que está associado aos valores inicialmente programados e de suas alterações, tanto no âmbito do Congresso Nacional como decorrentes de solicitação de créditos. Referidos valores sofrem, ainda, descontinuidade no fluxo disponibilizado à efetiva execução, por força dos instrumentos legais de programação orçamentária e financeira.

As ações destacadas a seguir apresentaram índices de execução considerados satisfatórios, especialmente em razão do peso relativo que representam no orçamento da ANA:

- Desenvolvimento de Ações Priorizadas pelo Comitê da Bacia Hidrográfica dos Rios Piracicaba, Jundiá e Capivari com recursos da cobrança pelo Uso de Recursos Hídricos (100%);
- Levantamento e Disponibilização de Dados Hidrometeorológicos (97%);
- Fomento a Projetos de Recuperação e Conservação de Bacias Hidrográficas (89%);
- Fomento à Criação de Comitês e Agências em Bacias Hidrográficas de Rios de Domínio da União (100%); e
- Educação Ambiental para Recursos Hídricos (100%).

6.3.3. Indicador de Eficiência Individual – IEI

O Índice 1 desse Indicador significa o equilíbrio entre a programação e a execução. O crescimento do Índice reflete uma melhor relação custo/benefício por ação, ou seja, maior o índice obtido, melhor a eficiência na utilização dos recursos públicos. Tais indicadores avaliam o quanto se conseguiu realizar, tomando como parâmetros o IEEF e o IEG.



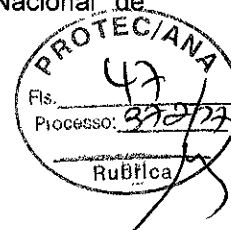
Os indicadores apurados demonstram um desempenho considerado satisfatório, pois apresentam, em sua maioria, índices iguais ou superiores ao ponto de equilíbrio, principalmente em relação às ações integrantes do programa Probacias. O baixo desempenho das ações Fomento a Projetos de Recuperação e Conservação de Bacias Hidrográficas e Implantação do Sistema Nacional de Informações sobre Recursos Hídricos deve-se às ocorrências já mencionadas.

6.3.4. Indicador de Eficiência Agrupado – IEA

Foram considerados cinco grupos distintos para apresentação dos resultados da Agência:

- o programa "Probacias";
- o programa "Conservação, Uso Racional e Qualidade das Águas";
- o conjunto de ações finalísticas da ANA integrantes de programas coordenados por outros órgãos;
- o conjunto das ações meio de programas coordenados por outros órgãos; e
- o resultado geral da Agência.

Não foram consideradas as ações sem execução de meta física ou financeira.



Indicador de Eficiência Agrupado – IEA		
Grupo de Ações	Nº de Ações	IEA
Dos Programas Coordenados pela ANA:		
Probacias	12	2
Conservação, Uso Racional e Qualidade das Águas	2	1
De Programas Coordenados por Outros Órgãos		
Atividade Finalística	4	1
Atividade Meio	3	1
Total da ANA	21	1,6

Fonte: SIGPlan

A análise do grau de eficiência do gasto de uma Unidade Administrativa, de um Programa de Governo, ou mesmo de um Órgão, deve considerar as peculiaridades do processo de execução orçamentária e financeira do Governo Federal, bem como as limitações impostas pela carga burocrática afeta aos procedimentos da Administração Pública.

O conjunto dos números apurados no âmbito da Agência Nacional de Águas reflete o grau de produtividade da aplicação dos recursos públicos que supera o ponto de equilíbrio em 60%.

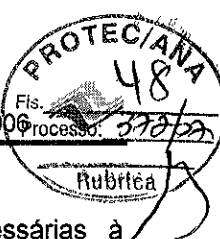
Esse resultado, em princípio, reflete uma alta efetividade do gasto – fazer mais com menos recursos. Cabe destacar, no entanto, a inevitável existência de fatores externos ao órgão que tendem a alterar esses resultados e, conseqüentemente, a sua análise.

A aplicação de recursos em despesas de capital, por exemplo, pode contribuir para a ampliação dos resultados futuros, por meio da incorporação de equipamentos e tecnologias mais avançados, mas não necessariamente terão impacto imediato. De forma inversa, a inexecução desses recursos leva a uma subestimação do IEG e, por conseqüência, uma superavaliação do IEI e do IEA.

No sentido de corrigir desvios na apuração de resultados, medidas abordando as questões suscitadas e outras são permanentemente implementadas com vistas à melhoria contínua da informação.

6.4. Principais Realizações e Medidas Implementadas

Dentre diversos sistemas informatizados existentes na ANA, visando a operacionalização e controle de suas atividades, está em desenvolvimento o "Sistema de Planejamento, Orçamento e Gestão – SISPLANA", composto de Subsistemas de Informações Gerenciais Setoriais, de Planejamento e de Monitoramento dos Gastos.



O SISPLANA objetiva dar suporte ao gerenciamento, contemplando facilidades necessárias à elaboração, priorização, execução, monitoramento e revisões das programações orçamentária e financeira da ANA, e permite que eventuais disfunções que possam inviabilizar o alcance dos objetivos e metas estabelecidas sejam previamente detectadas e corrigidas.

Parte das funcionalidades desse sistema já se encontra em funcionamento, contemplando recursos de acompanhamento da execução orçamentária e dos contratos e convênios em vigência. No exercício, foi desenvolvido o módulo de Planejamento que integrará as informações do Plano Gerencial Interno – PGI às de execução orçamentária, proporcionando os meios necessários à alocação de recursos, execução do gasto, apropriação de resultados e à tomada de decisão tempestiva para correção dos rumos.

A programação da Agência é explicitada no Plano Gerencial Interno – PGI, com nível de detalhamento das ações orçamentárias sob sua coordenação, bem como outras iniciativas de relevância destacadas na Agenda Estratégica.

Complementando a avaliação dos índices e indicadores apurados no exercício, destacam-se, a seguir, as principais realizações da Agência, com os itens que mais contribuíram para o cumprimento das metas estabelecidas e as medidas adotadas visando ao alcance dos objetivos para implementação dos instrumentos da Política Nacional de Recursos Hídricos.

6.4.1. por Bacia Hidrográfica

Bacia dos rios Piracicaba, Capivari e Jundiaí – PCJ

Foi implementada a cobrança pelo uso dos recursos hídricos nos rios de domínio da União e criado um mecanismo diferenciado de pagamento (com a concessão de descontos para quando houver a aplicação direta dos recursos em obras aprovadas pelo Comitê da respectiva Bacia), o que deverá incentivar os usuários a investirem diretamente nas intervenções prioritárias das bacias.

Outro ponto que merece destaque é a regulamentação, no âmbito dos estados de MG e SP, do instrumento da cobrança pelo uso dos recursos hídricos, viabilizando a implementação desse instrumento nos rios de domínio estadual.

Ainda, cabe destacar as ações voltadas ao monitoramento da bacia mediante a preparação e a divulgação do Boletim de Monitoramento dos Reservatórios do Sistema Cantareira e a disponibilização, pelo Comitê, de informações sobre o monitoramento do volume de água desse sistema.

Por fim, a ANA também apoiou os Comitês nas discussões relativas aos mecanismos e valores de cobrança.

Bacia do rio São Francisco

No exercício de 2006, há de se destacar o apoio dado à Câmara Técnica de Articulação Institucional (CTAI) do Comitê da bacia, na condução da 1ª Oficina de Articulação com os Comitês de Bacias de Rios Afluentes voltada para a gestão integrada na bacia.

Também foi desenvolvido um protótipo para a Região Hidrográfica do São Francisco, com a atualização das Ottobacias geradas a partir do Modelo de Elevação do Terreno DEM.

Destaca-se o aperfeiçoamento da metodologia aplicada para cadastramento de usuários da bacia com vistas à sua conclusão em 2007, o que poderá ensejar na possibilidade de conhecer-se os usuários de recursos hídricos e o estabelecimento da cobrança no exercício de 2008.

Outra importante função desempenhada pela Agência diz respeito ao suporte técnico e financeiro à estruturação e funcionamento da Secretaria Executiva do Comitê da Bacia Hidrográfica CBH-São Francisco, realizado por intermédio do convênio firmado com SRH/BA, o que ensejou no desenvolvimento dos seguintes eventos:

- Oficina de Articulação entre o CBH-SF e Comitês Afluentes;
- Oficina de Usuários do CBH-SF para discussão da cobrança;
- Oficina sobre Vazão Ecológica em Maceió;

- contratação de Consultores para elaboração de estudos visando à definição de modelo institucional e jurídico de uma Agência ou entidade delegatária, e para elaboração do estado da arte acerca de Vazão Ecológica; e
- elaboração de uma minuta de Termo de Referência para contratação de estudos sobre o tema para bacia do rio São Francisco.

A ANA também apoiou o desenvolvimento, em articulação com a Câmara Técnica de Outorga e Cobrança do CBHSF – CTOC, do Estudo Prognóstico sobre a Viabilidade Econômico-financeira para a Criação da Agência da Bacia Hidrográfica, disponível na página de cobrança da ANA (www.ana.gov.br).

Cumprir ressaltar a continuidade dos trabalhos de cadastramento de usuários, mediante fortalecimento Institucional de órgãos gestores dos estados da BA, AL e PE e complementação do cadastro nas respectivas regiões, com vistas à regularização de usos da água.

Por fim, em 2006 houve um importante apoio da Agência na implementação do Programa de Revitalização do São Francisco, de responsabilidade do MMA, no que diz respeito à análise e avaliação técnica dos projetos relacionados com a conservação de água e solo e uso racional dos recursos hídricos.

Bacia do rio Verde Grande

Foram mantidos o acompanhamento e o apoio técnico aos trabalhos das Comissões Gestoras de Reservatórios sobre a alocação negociada de água e negociações de conflitos, bem como realizada articulação e celebração de convênio de cooperação entre a Agência, a CODEVASF, o DNOCS, o IGAM, a Prefeitura Municipal de Montes Claros, a SRH-BA e o próprio CBH-Verde Grande, visando a estruturação e o funcionamento da Secretaria-Executiva e do Comitê de Bacia.

Foram realizados estudos técnicos e reuniões para alocação negociada de água nos açudes Estreito e Cova da Mandioca. Com base nesse processo, foram iniciados estudos, pela CODEVASF, para identificação de usuários de água localizados em Áreas de Proteção Permanente – APPs.

Iniciaram-se os trabalhos para a elaboração do Plano de Recursos Hídricos da Bacia Hidrográfica do Rio Verde Grande (MG/BA), mediante contratação de consultor para a elaboração de Relatório de Consolidação dos Dados Existentes sobre a Bacia e dos TDR's visando a contratação de seu Plano. Os termos de referência e o diagnóstico deverão estar concluídos em março de 2007.

Bacia do rio Paraíba do Sul

Houve a consolidação do modelo de gerenciamento implantado na bacia, como segue:

- concluídas as obras de melhoria na tomada de água para o abastecimento da cidade de Barra Mansa (RJ) e a Estação de Tratamento de Esgotos do Distrito São Silvestre, em Jacareí (SP);
- iniciadas a execução das ações de controle de erosão em Barra Mansa (RJ) e Ubá (MG), bem como obras de interceptores e elevatórias em Juiz de Fora (MG) e Resende (RJ);
- iniciadas as atividades de combate e controle da proliferação do capim capitava que vem ocorrendo no trecho paulista da bacia; e
- monitorados os reservatórios do Sistema Hidráulico do Rio Paraíba do Sul.

Cabe ainda destacar o aperfeiçoamento dos procedimentos operacionais de cobrança para a bacia, com a migração dos cadastros dos usuários para o Cadastro Nacional de Usuários de Recursos Hídricos - CNARH, que permitirá, a partir de 2007, que os cálculos dos valores e a emissão dos boletos sejam feitos de forma automática pelo Sistema Digital de Cobrança – DIGICOB.

Bacia dos rios Tocantins e Araguaia

A Ana conduziu o cadastramento em campo de 563 usuários de água, utilizando-se o sistema CNARH.

Iniciou-se a elaboração do Plano Estratégico de Recursos Hídricos da Bacia com destaque para as seguintes etapas:

- coleta e análise de dados foram realizados nos 5 Estados que compõem a Bacia e no Distrito Federal;
- formação do Grupo de Trabalho de Acompanhamento – GTA, com 60 membros, representando os governos, os usuários e a sociedade civil dos 5 Estados e do DF;
- levantamento cadastral de usuários do setor de irrigação no Alto da Bacia; e
- elaboração de Relatórios Temáticos, de Relatório de Estudos Técnicos Especiais e de Relatório Diagnóstico.

Bacia do rio Paranaíba

No que diz respeito à Bacia do rio Paranaíba, houve a articulação e acompanhamento dos trabalhos para a implementação do Plano de Gestão Integrada para a bacia, tendo sido instituído o Grupo Técnico Interestadual (GTI), o que resultou na proposição de uma minuta de Convênio de Integração, bem como de um Plano de Trabalho para a bacia.

Além disso, foram celebrados os convênios com os Estados de Goiás, Minas Gerais e com o Distrito Federal, de modo a viabilizar a implementação do programa de mobilização para instalação do Comitê.

A ANA também ajudou na realização de reuniões do Grupo de Apoio à Diretoria Provisória do CBH-Paranaíba, com vistas à implementação do Programa de Mobilização. Também promoveu e coordenou a Oficina de Atualização do Programa de Mobilização, e articulou com os Estados a melhor forma de efetivação desse Programa, firmando convênios de cooperação visando garantir o processo de instalação do Comitê.

Bacia do rio Doce

Dando continuidade aos trabalhos já desenvolvidos no rio Doce, houve o acompanhamento e o apoio técnico aos trabalhos do Ministério da Integração na elaboração e implementação do Plano de Controle de Cheias na bacia do Caratinga, afluente do rio Doce. No âmbito desse plano, a ANA apóia o monitoramento do rio e cedeu equipamentos para o sistema de alerta.

Também foi promovido o acompanhamento da elaboração do Plano de Ampliação e Modernização do Sistema de Alerta de Cheias do rio Doce no âmbito da Câmara Técnica de Gestão de Cheias do CBH.

A ANA apoiou o planejamento, dando início à implementação do Programa de Capacitação do CBH-Doce, com a realização do curso "Capacitação em Gestão de Recursos Hídricos e Elaboração de Projetos", com participação dos membros do Comitê e técnicos das prefeituras municipais. Foram acompanhadas e apoiadas as definições de ações relativas à elaboração do Plano da Bacia e ao cadastro de usuários.

Ainda em 2006, houve o pré-cadastramento de cerca de 750 usuários, a partir de dados secundários, utilizando-se o sistema CNARH como suporte aos processos de regularização de usos da água e cobrança.

Por fim, cumpre destacar a Elaboração do Plano de Recursos Hídricos da Bacia Hidrográfica do Rio Doce (MG/ES), com a realização de ajustes nos Termos de Referência, para inclusão de contribuições dos Comitês das Bacias Afluentes. Foram elaboradas, também, as minutas do Convênio entre a ANA, IGAM e IEMA, no sentido de viabilizar a elaboração do Plano Integrado de Recursos Hídricos da Bacia e das Bacias Afluentes: as bacias dos rios Piranga, Piracicaba, Santo Antônio, Caratinga, Suaçuí e Manhuaçu, no Estado de Minas; e as bacias dos rios Santa Maria do Doce, São José e Guandu, no Estado do Espírito Santo.

Bacia do rio Grande

A ANA apoiou a realização da Primeira Oficina de Integração dos Comitês da Bacia do Rio Grande, com o objetivo de promover a discussão sobre a integração dos Comitês da Bacia do Rio Grande e definir estratégias de gestão de recursos hídricos para a bacia.



Bacia dos rios Tibagi e Alto Iguaçu/Afluentes do Ribeira

Promoveu-se o acompanhamento, no âmbito do Convênio celebrado em 2005 com a SUDERHSA, de diversas ações: contratação e capacitação de técnicos e membros do CBH para as agências de bacia dos rios Tibagi e do Alto Iguaçu/Afluentes do Alto Ribeira; início da elaboração do Plano de Bacia do Alto Iguaçu/Afluentes do Alto Ribeira; e concepção do Sistema de Informações do Alto Iguaçu/Afluentes do Alto Ribeira.

Bacia dos rios Guandu, da Guarda e Guandu Mirim

Em 2006 foram cadastrados 162 usuários de água na bacia do Rio Guandu, utilizando-se o sistema CNARH. Ademais, também foi promovido o acompanhamento do processo de elaboração do Plano Estratégico de Recursos Hídricos da Bacia, com destaque para os seguintes temas: transposição de águas da bacia do rio Paraíba do Sul para a bacia do rio Guandu; a qualidade da água junto à captação para abastecimento da região metropolitana do Rio de Janeiro; a mineração de areia na bacia; e a intrusão salina no canal de São Francisco.

Bacia do rio Pardo

Realizadas vistorias em campo e estudos técnicos que resultaram na definição de regras para regularização de usos da água, como a exigência de implantação de pequenos barramentos. Por meio da Resolução nº 298/2006, foram definidas as vazões mínimas de fluentes do reservatório da UHE Machado Mineiro, o que incrementou significativamente a disponibilidade hídrica no rio Pardo, a jusante da barragem, permitindo a regularização dos usos da água existentes.

Bacia do rio Piranhas-Açu

Estruturados, a partir de Convênios de Cooperação firmados entre a ANA, o DNOCS e os Estados da Paraíba e do Rio Grande do Norte, dois escritórios de apoio ao gerenciamento de recursos hídricos, um no trecho paraibano e o outro no trecho potiguar do Sistema. Também foi implementado o Grupo de Acompanhamento do Marco Regulatório (GAMAR), formado por usuários do Sistema, com a atribuição de acompanhar e apoiar as ações de regularização e monitoramento empreendidas pelos órgãos gestores na bacia.

A ANA manteve o cadastro de 3.269 usuários, realizado em 2005, por meio de escritórios regionais e vistorias a usuários de água, como suporte às regras de uso da água definidas na Resolução nº 687/2004 (região de conflito pelo uso da água). O cadastro realizado está em processo de migração para o sistema CNARH.

Complexo Estuarino-Lagunar Mundaú-Manguaba CELMM

A ANA, por intermédio do PROÁGUA, financiou o Plano de Bacias do Complexo CELMM, que, com características diversas de um Plano de Bacia convencional, levantou os estudos e as soluções propostas para inúmeros problemas existentes nas Bacias, e ordenou estas ações num Plano de maneira a estabelecer um encadeamento lógico em termos de recursos, de prioridades e de tempo, o que causou grande impacto na gestão de recursos hídricos no Estado de Alagoas. O Resumo Executivo do Plano foi impresso e entregue oficialmente à Secretaria de Meio Ambiente, Recursos Hídricos e Naturais - SEMARHN do Estado de Alagoas.

Bacia do rio Parnaíba e sub-bacias dos rios Poti e Longá

A ANA e a CODEVASF negociaram a realização do Plano de Recursos Hídricos da Bacia Hidrográfica do Rio Parnaíba, com a articulação e a formulação de Acordo de Cooperação Técnica com a interveniência dos Estados do Ceará, Maranhão e Piauí, para a elaboração do referido Plano.

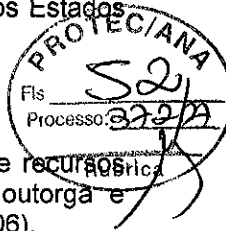
Foram definidas as regras de uso da água nas sub-bacias dos rios Poti e Longá (CE/PI), após trabalho realizado em parceria com Governo do Estado do Piauí (SEMAR PI), o Governo do Estado do Ceará



(SRH CE e COGERH), com o DNOCS, com a CODEVASF e com os Ministérios Públicos dos Estados do Piauí e do Ceará.

Bacia do ribeirão Pipiripau (DF)

No ribeirão Pipiripau foram concedidas 22 outorgas e entregues 82 declarações de usos de recursos hídricos para os usuários do canal Santos Dumont e 10 certificados de dispensa de outorga e estabelecidas regras de uso da água (marcos regulatórios) para a bacia (Resolução nº 127/2006).



Bacia do rio Vaza Barris (BA/SE)

A região do açude Cocorobó (BA) é caracterizada por conflitos pelo uso da água, em decorrência da insuficiência de disponibilidade hídrica para atendimento à demanda. Nesse sentido, foram definidas regras de uso da água, limitando a vazão de captação de água do açude e estabelecendo níveis de eficiência no uso da água, o que permitiu a regularização de 93 usuários de água, conforme Resoluções nº 312 e 343, de 2006.

Destaca-se, também, o cadastramento em campo de 336 usuários de água do açude Cocorobó (região de conflito pelo uso da água), utilizando-se o sistema CNARH, como suporte à definição de regras adequadas de uso da água.

Lagoa Mirim (RS)

A ANA definiu a regra geral para captações de água, baseada no nível da água na lagoa, o que permitiu a regularização de 13 grandes usuários de recursos hídricos.

6.4.2. Abrangência Nacional

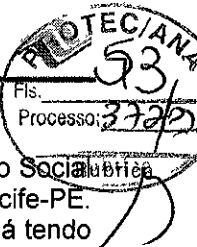
No âmbito nacional, destacam-se o lançamento do portal Água e Cultura www.ana.gov.br/aguaecultura. A iniciativa busca relacionar em um espaço virtual o conjunto de ações relacionadas com a água e a cultura, marcando, assim, um dos temas da década da água instituído pela ONU. Com isso, informações sobre manifestações culturais relacionadas ao tema água foram disponibilizadas no portal.

Outro importante projeto firmado em 2006 foi o Projeto "Caminho das Águas", representado pela parceria da ANA com a Fundação Roberto Marinho, visando atividades educativas ligadas à temática das águas. A estratégia central do projeto consiste na concepção de materiais educativos (kit) que serão distribuídos em escolas da rede pública e em instituições e organizações não governamentais que trabalhem com a temática ambiental nas regiões das Bacias Hidrográficas priorizadas pela ANA.

A idéia é transmitir ao público-alvo os subsídios básicos para a gestão descentralizada e participativa dos recursos hídricos – por meio da produção e veiculação de séries de programas televisivos para a grade nacional do Canal Futura e do uso sistemático desses programas como parte do material educativo em ações presenciais. Está prevista também a construção de um site para a internet, disponibilizando os conteúdos de forma sistemática. O projeto é focado nas bacias hidrográficas dos rios Piracicaba, Doce, São Francisco e Paraíba do Sul, e aborda os seguintes temas de forma transversal: Os Múltiplos Usos da Água; Poluição/Despoluição dos Rios; Governança das Águas; Desenvolvimento Sustentável; e Biodiversidade e Ecossistemas Aquáticos Brasileiros.

A Agência também procurou reconhecer e valorizar as iniciativas da sociedade – indivíduos, empresas, poder público, comitês de bacias hidrográficas, instituições de ensino de pesquisa – que se destacaram pela excelência de sua contribuição para a gestão e o uso sustentável de recursos hídricos, instituindo o "Prêmio ANA". Para concorrer ao prêmio foram apresentadas 284 iniciativas, de quinze estados. Essas iniciativas foram avaliadas pela comissão julgadora do prêmio que escolheu quinze finalistas. Os três projetos vencedores foram:

- na categoria Gestão de Recursos Hídricos o Projeto de Assessoria Técnica e Científica ao Comitê de Gerenciamento da Bacia Hidrográfica do Rio Cubatão do Norte – Extensão Universitária Voltada ao Meio Ambiente e aos Recursos Hídricos, da Universidade de Joinville (Univille), em Santa Catarina;



- na categoria Uso Racional de Recursos Hídricos o Programa de Formação e Mobilização Social para a Convivência com o Semi-Árido "Um Milhão de Cisternas Rurais", sediado em Recife-PE. O projeto atua em nove estados do Nordeste e áreas de Minas Gerais e Espírito Santo, já tendo capacitado, só neste ano, 124.265 famílias; e
- na categoria Água para a Vida foi premiada a "Convivência com a Realidade Semi-Árida" – Construção de Cisternas para Captação e Armazenamento de Água da Chuva. O projeto do Centro de Educação Popular e Formação Sindical (CEPFS) é sediado na cidade paraibana de Teixeira e conseguiu que mais de 870 cisternas fossem construídas na localidade.

A ANA em parceria com o WWF-Brasil realizou a Exposição Itinerante Água para a Vida, Água para Todos. A exposição teve por objetivo sensibilizar crianças e jovens para a questão da água no Brasil e no mundo. Jogos, brincadeiras, vídeos e exposições fizeram parte da campanha nacional. Durante um ano a exposição esteve em várias cidades nas cinco regiões brasileiras, destacando-se: São Paulo, Curitiba, Campo Grande, Florianópolis, Porto Alegre, Belo Horizonte e Brasília.

Merece destaque o Lançamento do livro "A Gestão dos Recursos Hídricos e a Mineração", cuja edição foi feita numa parceria entre a ANA e o Instituto Brasileiro de Mineração-IBRAM, com o propósito de apresentar à sociedade o estado do uso da água na atividade mineradora e de subsidiar, no âmbito empresarial, a implantação da gestão de recursos hídricos nos processos de lavra e beneficiamento de minérios. O livro tem como público-alvo profissionais de diversas formações acadêmicas, de institutos de pesquisa, ONGs e de empresas públicas e privadas que têm a água como fonte de negócios. Além da análise de casos reais, de companhias de mineração de pequeno e grande porte, o volume contém propostas de solução para o uso e a gestão da água relacionada a diferentes tipos de minério. Esse livro contou com a participação de 49 profissionais de diversas áreas.

Também em 2006 foi criado o Grupo de Trabalho sobre Água e Desenvolvimento, tendo como principais realizações: um evento sobre Água e Desenvolvimento; apoio e organização do lançamento do Relatório do Desenvolvimento Humano 2006, do PNUD, cujo tema foi "A água pra lá da escassez: poder, pobreza e a crise mundial da água"; e firmado Acordo de Cooperação Técnica com o MAPA, para articular políticas agrícolas, de irrigação e de recursos hídricos, visando o uso racional da água e do solo.

O ano de 2006 também ficou marcado pela aprovação, pelo Conselho Nacional de Recursos Hídricos, do Plano Nacional de Recursos Hídricos (PNRH), constituído, principalmente, pelos seguintes documentos: Síntese Executiva; Panorama e Estado dos Recursos Hídricos no Brasil; Águas para o Futuro – Uma Visão para 2020; Diretrizes; e Programas Nacionais e Metas. A ANA e a SRH se empenharam em estabelecer um Grupo de Trabalho de Coordenação e Execução do Plano (GTCE) para cumprir os compromissos assumidos com sua aprovação. Assim, elaboraram o documento Estratégia de Implementação do PNRH, o qual foi aprovado pelo CNRH na última reunião de 2006. Desenvolveram também o Sistema de Gerenciamento Orientado para os Resultados do PNRH – SIGEOR – proposto no PNRH, que deverá ser levado ao CNRH para aprovação, no início de 2007.

A ANA elaborou o Relatório Geo Brasil Recursos Hídricos - O Relatório adota a metodologia GEO (Estado, Pressão e Impactos, Respostas, Cenários e Propostas) para apresentar análises integradas da gestão de recursos hídricos no Brasil, como segue:

- acompanhamento e avaliação da Estimativa das Vazões para Atividade de Uso Consuntivo da Água em Bacias do Sistema Interligado Nacional – SIN;
- participação na Revisão do Manual de Inventário Hidrelétrico;
- participação em grupo de acompanhamento dos Estudos de Consistência e Reconstituição de Séries de Vazões Naturais em Locais de Aproveitamentos Hidrelétricos;
- análise da "Avaliação Ambiental Distribuída (AAD) e Conflitos", no âmbito dos estudos da Avaliação Ambiental Integrada dos Aproveitamentos Hidrelétricos da Bacia do Rio Uruguai;
- apoio aos estudos de Reserva de Disponibilidade Hídrica dos Aproveitamentos Hidroelétricos de Jirau e Santo Antônio, no Rio Madeira e outros; e
- orientação técnica dos Projetos de controle de contaminação das águas do rio São Francisco por infiltração da Barragem Velha e de controle da contaminação das águas por infiltração ocorrida na Barragem Nova, elaborados pela Votorantim Metais Zinco S/A.

A ANA promoveu diversos cursos e oficinas capacitando 1.336 pessoas no País, tendo por objetivo promover a conscientização da sociedade sobre a importância da preservação e uso racional dos



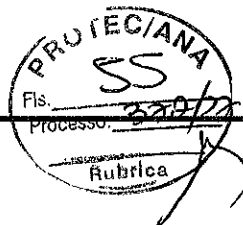
recursos hídricos. Em parceria com a Associação Amigos do Futuro, foram desenvolvidas ações conjuntas, por meio de um Acordo de Cooperação Técnica, com o objetivo de promover a capacitação e a educação ambiental para recursos hídricos, com diversas publicações para compor o acervo da biblioteca do Espaço Água.

Ainda em 2006, destacam-se as seguintes iniciativas da Agência no sentido de conceber e implementar o Sistema Nacional de Informação sobre Recursos Hídricos – SNIRH, em parceria com o Ministério da Ciência e Tecnologia – MCT, por meio do fundo setorial CT-HIDROC:

- definição da Arquitetura Tecnológica e Sistêmica do SNIRH;
- implantação da arquitetura tecnológica do SNIRH (aquisição de hardware e software);
- conclusão e aprovação pelo CNRH, do subsistema de Planejamento e Gestão, do Sistema Nacional de Informação sobre Recursos Hídricos – SNIRH, que tem por objetivo dar visibilidade aos processos de planejamento e gestão dos recursos hídricos;
- atualização da base de dados do Subsistema de Inteligência Geográfica do SNIRH, em função das melhorias nos processos de codificação, no intuito de incrementar as funcionalidades disponíveis nesse subsistema que permite associar e extrair dados e informações a jusante e a montante de cada trecho da rede hidrográfica; e
- priorização do desenvolvimento das ferramentas do Subsistema de Regulação dos Usos, do SNIRH, que reúne informações sobre usos de recursos hídricos em todo território nacional, visando possibilitar a regulação dos usos de recursos hídricos nas bacias hidrográficas com dominialidades partilhadas entre a União as Unidades da Federação;
- quatro Redes de Pesquisa foram constituídas, mediante a chamada Pública MCT/FINEP, no 09/2004 para desenvolverem trabalhos nos seguintes temas:
 - ✓ Rede 1: Proposição de Normas e Padrões para as Atividades de Monitoramento de Recursos Hídricos e para a Densificação da Informação na Base Hidro/ANA para apoio ao SNIRH – concluído o 2º relatório da Rede de Pesquisa 1, contendo os resultados da atividade Meta 1;
 - ✓ Rede 2: Estudos de Regionalização de Vazões para Apoio ao SNIRH – em fase de levantamento dos estudos de regionalização e sua integração em um aplicativo que permitirá a visualização e o acesso por parte dos usuários. Outro aplicativo, já em fase de avaliação pela Agência Nacional de Águas, é o Sistema Computacional para Análise Hidrológica (SISCAH), que permitirá o tratamento de dados hidrológicos já consistidos. Por fim, encontra-se em fase de desenvolvimento um aplicativo para a identificação de regiões hidrologicamente homogêneas e Regionalização de Vazões;
 - ✓ Rede 3: Pesquisa e Desenvolvimento para Integração de Modelos Chuva-Vazão ao SNIRH - em andamento a identificação dos critérios para a seleção e o detalhamento dos modelos selecionados, incluindo a descrição das aplicabilidades, restrições de uso e identificação das variáveis dos modelos; e
 - ✓ Rede 4: Construção de Sistema Generalizado para a Reconstituição de Vazões Naturais Médias Mensais em Bacias Hidrográficas para Apoio ao Desenvolvimento do SNIRH – iniciados os trabalhos no mês de outubro de 2006 com a primeira atividade prevista no cronograma que é a definição da base de dados de entrada para o sistema com a relação, formato e especificações dos dados de entrada necessários.

A Agência procurou consolidar os procedimentos técnicos e administrativos para análise e emissão da Declaração de Reserva de Disponibilidade Hídrica – DRDH para aproveitamento hidrelétricos. Os aproveitamentos hidrelétricos Jirau e Santo Antônio, situados no Rio Madeira, foram analisados e tiveram as respectivas DRDHs emitidas em 2006. Também foi analisada a Pequena Central Hidrelétrica – PCH Fazenda Santana, no rio do Braço (RJ) e suspensa a DRDH da PCH Piraju II, em decorrência do indeferimento da licença ambiental. A DRDHs da usina hidrelétrica Dardanelos, no rio Aripuanã (MT), foi revista, de modo a contemplar novas prioridades para geração de energia no local, onde existem outros aproveitamentos hidrelétricos e novas necessidades ambientais, conforme já previsto na DRDH original.

As grandes obras de infra-estrutura hídrica são outorgadas e fiscalizadas de forma diferenciada pela ANA. Foram analisadas as seguintes obras: Eixo Castanhão-Fortaleza, que abastecerá a região metropolitana de Fortaleza a partir do açude Castanhão; a barragem Oiticica, localizada no rio Piranhas Açu, que incrementará significativamente a disponibilidade hídrica do rio; as barragens Peão e Setúbal, na bacia do rio Pardo; o Sistema Adutor Bocaina, que abastecerá sete cidades no Piauí; e os perímetros de Irrigação Pontal e Salitre, na bacia do rio São Francisco.



Também merece destaque o Atlas Nordeste – Abastecimento Urbano de Água, que é um estudo que tem por objetivo identificar os problemas e soluções de abastecimento de água nas sedes municipais com população urbana superior a 5.000 habitantes. A área de estudo abrange toda a Região Nordeste, incluindo a região semi-árida brasileira e parte do Estado de Minas Gerais, correspondente às bacias dos rios São Francisco, Jequitinhonha, Mucuri e Pardo, com as seguintes realizações:

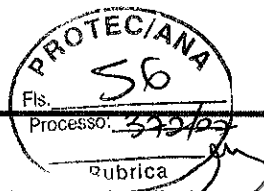
- publicação do Resumo Executivo do ATLAS NORDESTE com alternativas de oferta de água para as sedes municipais da Região Nordeste do Brasil e do norte de Minas Gerais;
- lançamento oficial do ATLAS NORDESTE durante a XVI Reunião do Conselho Nacional de Recursos Hídricos (CNRH), em Brasília; e
- disponibilização na Internet dos relatórios e demais resultados do referido estudo, segmentados por município, e podem ser acessados no sítio da ANA (www.ana.gov.br).

No Proágua Semi-Árido - Programa para o Desenvolvimento Integrado e Sustentável do Semi-Árido, destacam-se as seguintes realizações:

- promovidos grandes avanços na gestão dos recursos hídricos no Brasil, com ênfase na Região Nordeste, a partir da estruturação dos Sistemas Estaduais de Gerenciamento de Recursos Hídricos e da implementação de infra-estrutura física prioritária, com a garantia da ampliação da oferta de água de boa qualidade. Coube à ANA, no período de 2001 a 2006, o gerenciamento e a implementação dos Componentes Gestão de Recursos Hídricos, Estudos e Projetos, e parte da Administração, Monitoria e Avaliação do Projeto, tanto na esfera Federal quanto na Estadual, esta última por meio de Convênios específicos com os Estados do Semi-árido; e
- conveniados e alocados R\$ 1,9 milhão aos Estados.

Sobre o Proágua-Gestão Nacional, cabe destacar:

- foram desenvolvidas ações de fortalecimento da própria Agência para a continuidade da implementação da PNRH e da estruturação do SINGREH, destacando-se a contratação de estudos para o "Enquadramento do Rio Mundaú/AL", a produção editorial e apoio ao evento de lançamento do livro "A Gestão dos Recursos Hídricos e a Mineração", a "Avaliação dos Sistemas Estaduais de Recursos Hídricos", e a realização do "Diagnóstico da Rede Hidrometeorológica Nacional";
- aprovado o Financiamento Adicional (Additional Financing) ao Subprograma de Desenvolvimento Sustentável de Recursos Hídricos, com duração de 3 (três) anos, que tem por objetivo contribuir para a melhoria da qualidade de vida da população, especialmente nas regiões menos desenvolvidas do Brasil, mediante planejamento e gestão dos recursos hídricos, simultaneamente com a expansão e a otimização da infra-estrutura hídrica. Para preparação do Proágua Nacional realizaram-se as atividades a seguir:
 - ✓ vasto diagnóstico do estágio de implementação da Política Nacional de Recursos Hídricos em todos os estados da federação. A partir de um diagnóstico preliminar elaborado por técnicos de todas as superintendências da própria Agência, foram elaborados relatórios enviados a todos os Estados, e cujos resultados foram consolidados em uma grande oficina de trabalho realizada na ANA em maio de 2006, contando com a presença de técnicos dos Organismos Gestores de Recursos Hídricos de 24 dos 27 Estados, 13 Secretários estaduais de Recursos Hídricos, produzindo um novo documento de avaliação do estágio de implementação dos instrumentos de gestão de recursos hídricos; e
 - ✓ posteriormente, a ANA realizou visitas a todos os Estados e avaliou o estágio de implementação dos instrumentos de gestão, auditando, "in loco", as informações prestadas na Oficina. Com estas informações, foi realizada a classificação dos instrumentos de gestão de recursos hídricos, classificando-os em básicos, intermediários e avançados, considerando a importância relativa para a gestão e o seu efeito sobre a disponibilidade de água em quantidade e qualidade. Também foi avaliado o estágio de implementação desses instrumentos em cada um dos órgãos gestores estaduais de recursos hídricos. Os resultados dessas avaliações foram apresentados em uma nova Oficina de Trabalho na ANA que contou com a presença de vários especialistas do setor, recebendo contribuições e validando seus resultados. Esse trabalho constitui-se no mais completo levantamento sobre a situação da gestão de recursos hídricos no Brasil e servirá como marco inicial para o Proágua Nacional, permitindo, no futuro, uma avaliação dos resultados obtidos pelo Programa, comparando a situação atual com aquela ao final de sua execução.



Com relação às atividades de emissão de outorgas de direito de uso de recursos hídricos e à caracterização de usos insignificantes por tipologia, porte e eficiência do uso de recursos hídricos, destacam-se a emissão de 513 Outorgas no exercício, além de emissão de Certificados de Regularização de Uso da Água que independem de outorga, e da emissão e análise de outros documentos, com segue:

- Declarações de Reserva de Disponibilidade Hídrica para aproveitamentos hidrelétricos e implantação de parques aquícolas para piscicultura;
- Declarações de Reserva de Disponibilidade Hídrica;
- Certificados de Avaliação da Sustentabilidade da Obra Hídrica – CERTOH; e
- avaliação de solicitações de alteração de CERTOH, da barragem de Macaíba, no Rio Grande do Norte, alterando a finalidade de controle de cheias, para usos múltiplos.

Como subsídio às análises dos processos de outorga foram realizadas, ainda, vistorias técnicas a usuários e a açudes já existentes e com possibilidades de conflitos pelos usos da água.

No que se refere ao Sistema Nacional de Prevenção de Eventos Hidrológicos Críticos, cumpre observar que foi iniciado o funcionamento da “Sala de Situação”, com seu foco no monitoramento de bacias prioritárias e sistema de reservatórios. Também foram produzidos Informes que relatam as anormalidades verificadas nos sistemas hidráulicos através do monitoramento. Mantiveram-se sob monitoramento de recursos hídricos os seguintes projetos especiais: GEF Alto Paraguai/Pantanal; Articulação Institucional ANA/SIPAM/CPRM, na Região Amazônica; Cooperação Técnica relativa ao Sistema de Prevenção e Controle de Cheias da Bacia Hidrográfica do Rio Itajaí; e Programa de Ação Nacional de Combate à Desertificação e Mitigação dos Efeitos da Seca – PAN.

Com relação, ainda, ao Sistema Nacional de Prevenção de Eventos Hidrológicos Críticos, observam-se as seguintes realizações:

- concebido e elaborado o Mapa atualizado dos Reservatórios do Nordeste. Por meio de boletim mensal são disponibilizadas informações atualizadas sobre volumes dos principais reservatórios, localizados na BA, CE, PB, PE, PI e RN, totalizando 451 reservatórios monitorados;
- revisto o Manual do Programa produtor de Água, procurando ajustes às decisões dos Comitês de Bacias que já promovem a cobrança, possibilitando a participação das Agências de Bacias, responsáveis pela aplicação de parte dos recursos;
- elaborada a primeira versão do Manual ANA sobre a construção de barraginhas, com o objetivo de orientar os técnicos e produtores rurais;
- apresentada, no Congresso Nacional de Irrigação e Drenagem, proposta para desenvolvimento de estudos com vistas ao aproveitamento dos efluentes domésticos tratados na produção de biomassa;
- foram também emitidos boletins com vistas ao:
 - ✓ planejamento e acompanhamento da Operação dos Reservatórios da Região Nordeste, visando prevenir ou minimizar os efeitos de secas e inundações;
 - ✓ monitoramento da Bacia do Alto Paraguai. A estação de Ladário, localizada nessa bacia, é a mais importante, pois possui a série de níveis mais extensa, além da sua localização estratégica (controla cerca de 81% da vazão média de saída do território brasileiro);
 - ✓ monitoramento para situações de emergência e calamidade pública;
 - ✓ monitoramento das condições de operação dos Reservatórios do Sistema Interligado Nacional (Mediação de Conflitos); e
 - ✓ acompanhamento mensal das vazões dos Reservatórios do Sistema Cantareira (SC).

Outra ação de fundamental importância para a gestão de recursos hídricos é o acompanhamento dos dados hidrometeorológicos. Neste exercício foram levantados e disponibilizados 2.667.400 dados. A disponibilização desses dados se dá por meio da página eletrônica da ANA ou, quando solicitado, por e-mail. Juntamente com o IBAMA realiza-se o “Monitoramento da Qualidade da Água em Unidades de Conservação Federais UC’s” com a implantação de cinco Plataformas de Coleta de Dados <http://hidroweb.ana.gov.br/> ou <http://200.140.135.139/Usuario/mapa.aspx>. Também foram realizadas pelas empresas que operaram as estações da ANA, aproximadamente, 4.012 visitas de inspeção, 2.293 medições de descarga líquida, e 212 medições de descarga sólida em suspensão. Ainda em 2006 foi realizado o atendimento em torno de 4.200 usuários, via telefone ou e-mail, e foram registradas cerca de 80.000 consultas diretas ao sítio do Hidroweb.



Também para acompanhamento desses dados, foi iniciado no exercício de 2006 um trabalho denominado de Operação Integrada, mediante realização de oficinas de trabalho envolvendo a participação de instituições, em cada Estado, que desenvolvem ações relacionadas ao monitoramento hidrometeorológico, com o objetivo de promover a otimização e a expansão da rede de monitoramento. Estas oficinas visam o monitoramento mais efetivo, com participação dos demais órgãos gestores de recursos hídricos, organizados por Estado.

Na Rede de Monitoramento de Qualidade da Água foram cadastradas 326 novas estações sob responsabilidade dos Estados, bem como inseridas as respectivas séries históricas de dados no banco de dados da Agência. Foram armazenados e disponibilizados os dados dos estados de São Paulo (CETESB), Paraná (SUDERHSA), Minas Gerais (IGAM), Espírito Santo (IEMA), Rio Grande do Norte (IGARN), além daqueles que participaram das oficinas relativas à Operação Integrada.

Na Rede Telemétrica foi implementado o Sistema de Visualização de Controle de Qualidade dos Dados Telemétricos, o qual permite:

- o cadastramento das estações e dos parâmetros monitorados;
- a inserção dos dados telemétricos em um banco de dados atribuindo, a cada dado, uma nota referente à sua qualidade; e
- a visualização e a disponibilização dos dados para todos usuários, via Internet, através do sítio www.ana.gov.br/telemetria.

Também na área de telemetria foram realizados alguns projetos especiais, podendo-se citar:

- monitoramento em Unidades de Conservação Federais, em parceria com o IBAMA;
- implantação de um Observatório dos Recursos Hídricos, na bacia do Alto Paraguai, em parceria com o FFEM - Fonds Français pour l'Environnement Mondial; e
- organização do Curso Itinerante sobre Operações de Monitoramento de Estações Hidrométricas Automáticas, realizado, em 2006, pela OMM e participação das Oficinas promovidas pelo CIC-Plata, que trataram da elaboração do Plano de Ações Estratégicas para a Bacia do Rio Prata.

Ainda, em âmbito Nacional, a ANA apoiou os seguintes projetos especiais:

- monitoramento da espécie invasora mexilhão dourado (*Limnoperna fortunei*), de acordo com a designação dada pela Força Tarefa Nacional do MMA;
- implantação da coleta seletiva, em todos os prédios em que a ANA funciona, inclusive nas representações estaduais, dando andamento às ações da Agenda Ambiental para a Administração Pública A3P;
- participação no Programa FRIEND (Flow Regimes from International Experimental and Network Data), criado no âmbito do Programa Hidrológico Internacional - PHI, junto à UNESCO;
- início dos trabalhos em parceria com o IRD – França, relativos ao tema "Hidrologia Espacial"; e
- com aprovação, junto ao CT-HIDRO, destacam-se a Rede de Pesquisa 1 - Proposição de Normas e Padrões para a Atividade de Monitoramento de Recursos Hídricos e, para a Densificação da Informação na Base Hidro/ANA para apoio ao SNIRH, o Projeto Integrado de Cooperação Amazônica e de Modernização do Monitoramento e Sensor para monitoramento de perfil de velocidade e cálculo de vazão líquida em corpos hídricos por efeito Doppler.

Tendo em conta a magnitude dos problemas nas grandes bacias hidrográficas nacionais, a ANA vem contando com o apoio financeiro do GEF - Global Environmental Fund e do Banco Mundial para o desenvolvimento de projetos em bacias transfronteiriças multinacionais e em bacias transfronteiriças nacionais, tais como as bacias dos rios São Francisco e Pantanal/Alto Paraguai, Bacia do Prata e Bacia Amazônica. Destacam-se as seguintes realizações:

- no âmbito do Projeto GEF São Francisco e Pantanal/Alto Paraguai, a ANA desenvolveu intensas gestões junto ao GEF/OEA para liberação dos recursos já aprovados visando a implementação de estudos e projetos previstos no Projeto de Médio Porte (Medium Size Project – MSP) e no Programa de Ações Estratégicas - PAE, para ambas bacias respectivamente;
- com relação ao Projeto de Gestão Integrada e Sustentável dos Recursos Hídricos Transfronteiriços na Bacia do rio Amazonas, por meio da sua Unidade Nacional para a Preparação do Projeto – UPP/SIP-ANA, a Agência selecionou e indicou à OTCA consultores especialistas para os principais temas do Projeto, bem como elaborou Termos de Referência



para temas específicos requeridos, além de coordenar a elaboração da Visão Nacional da Bacia, incluindo realização de Workshop em Santarém-PA; e

- a ANA participou ativamente do Projeto de Proteção Ambiental e Desenvolvimento Sustentável do Sistema Aquífero Guarani (SAG), marcando presença nas duas reuniões do Conselho Superior de Direção do Projeto, em Buenos Aires e em Curitiba. Na reunião da Argentina foram apresentados aos conselheiros os progressos dos trabalhos do mapa básico do aquífero e os avanços nos estudos em hidrogeologia, além da definição da nova data de finalização do Projeto, 31 de janeiro de 2009. Em Curitiba, foi discutido o relatório semestral de atividades da Secretaria-Geral (SG) e aprovado o Plano de Operações do Projeto (POP 2007).

Por fim, destacam-se as seguintes participações da ANA em colegiados e articulações institucionais:

- Conselho Nacional de Meio Ambiente – CONAMA:
participação como conselheira no plenário do CONAMA e participou com representantes nas câmaras técnicas e grupos de trabalho, especialmente nos temas relacionados à gestão das águas e às interfaces entre o Sistema Nacional de Meio Ambiente - SISNAMA e o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos- SINGREH. Foram aprovadas as seguintes resoluções anteriormente introduzidas pela ANA: Resoluções CONAMA 2006, nºs 357, 369, 370, 371, 375 e 377;
- CT-HIDRO: o Comitê Gestor do CT-Hidro fez realizar, no exercício, cinco oficinas regionais de prospecção em recursos hídricos para discutir e atualizar as diretrizes e prioridades de apoio as atividades de desenvolvimento científico, tecnológico e inovação (C,T&I) com recursos do Fundo Setorial. Os temas debatidos foram a Quantidade e disponibilidade hídrica; a Qualidade das águas; a Gestão Integrada de recursos hídricos; o Saneamento ambiental; a Gestão de águas costeiras e interiores; a Meteorologia; as Ciências sociais e recursos hídricos. Dentre os Editais, Chamadas Públicas e Encomendas há várias ações verticais e transversais de interesse direto da ANA: Cooperação e Modernização do Monitoramento Hidrológico na Amazônia, Capacitação de Agentes Gestores de Recursos Hídricos, Vazões Ecológicas, Rede de pesquisa do Aquífero Guarani, Rede de pesquisa da Bacia do rio São Francisco, Projeto de construção de um sensor Doppler;
- Conselho Consultivo da Área de Proteção Ambiental - APA do Planalto Central:
 - ✓ participa do Conselho Consultivo da APA do Planalto Central, localizado no Distrito Federal e no Estado de Goiás. A ANA disponibilizou informações relevantes para a gestão de recursos hídricos da APA. Tema relevante em 2006 foi o uso de recursos hídricos em unidades de conservação, com ênfase para a outorga e o licenciamento ambiental;
- Comissão Gestora da A3P- Agenda Ambiental na Administração Pública:
 - ✓ participa da Comissão Gestora, designada pela Portaria 221/04 e que constitui estratégia de construção de nova cultura institucional para inserção de critérios socioambientais na Administração Pública;
- Participação em Grupos de Trabalho, com destaque para:
 - ✓ comissão de dirigentes, comissão organizadora nacional, comissão interministerial e o comitê de apoio da II Conferência Nacional do Meio Ambiente;
 - ✓ participação Institucional e Cooperação Técnica no âmbito de Geotecnologias e Sistemas de Informação; e
 - ✓ participação em projetos internacionais: Projeto Mapa Digital da Bacia do Prata (Proyecto Mapa Digital de la Cuenca del Plata); Aquífero Guarani e Comissão intergovernamental coordenadora da bacia do Prata – CIC.
- Outras Participações:
 - ✓ Comissão de Estudo Especial Temporária de Recursos Hídricos - CEET / ABNT;
 - ✓ Comitê Brasileiro de Avaliação da Conformidade - CBAC, no âmbito do Conselho Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial - CONMETRO / INMETRO;
 - ✓ Comitê Brasileiro de Regulamentação – CBR, no âmbito do Conselho Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial - CONMETRO / INMETRO;
 - ✓ Câmara Temática da Agricultura Competitiva e Sustentável, do Conselho do Agronegócio do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento;
 - ✓ Comissão coordenadora do Plano Estratégico Nacional de Áreas Protegidas- PNAP;
 - ✓ Grupo de Trabalho Interestadual - GTI Bacia Hidrográfica do Rio Paranaíba; e
 - ✓ Articulação Institucional ANA/ SIPAM/ CPRM- na Região Amazônica.



No cenário Internacional destacam-se:

- coordenação da participação da delegação brasileira no IV Fórum Mundial da Água, realizado no México, sob os auspícios do WWC;
- no âmbito da cooperação técnica bilateral:
 - ✓ Espanha – os governos da Espanha e do Brasil assinaram o plano de implementação da cooperação técnica;
 - ✓ França – i) negociação, aprovação e implementação do projeto Alto Paraguai (FFEM); ii) início de negociação de acordos inter-institucionais com o OIEau, CEMAGREF, IRD (Institut de Recherche pour le Développement) e Agence Adour-Garrone; e
 - ✓ Finlândia – início de negociação de acordo de cooperação técnica na área de recursos hídricos, com ênfase nos sistemas de informação hidrológica com o Instituto de Meteorologia e Instituto de Meio Ambiente da Finlândia;
 - ✓ Itália – início de negociação para participação da Agência em ações de cooperação técnica triangular em Moçambique na área de recursos hídricos;
- no âmbito da cooperação técnica multilateral:
 - ✓ representação e participação em fóruns organizados pela UNESCO, OMM, MERCOSUL, WWC, GWP, RIOB;
 - ✓ implementação e negociação de projetos no âmbito da OEA (Organização dos Estados Americanos) e PNUMA (Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente);
 - ✓ negociação da articulação com a OTCA (Organização do Tratado de Cooperação Amazônica) para um projeto regional na área de recursos hídricos;
 - ✓ início de discussão de ações de parceria da ANA com WWF, TNC (The Nature Conservancy), USGS (United States Geological Survey);
 - ✓ com apoio da OEA e no contexto do Fundo para o Meio Ambiente Mundial (Global Environment Facility - GEF), concluiu a primeira etapa e iniciou a segunda etapa de negociações do projeto GEF Alto Paraguai; está em andamento a construção do programa GEF Amazônia, em parceria com a OTCA; e exerce representação no Conselho Superior de Direção do Projeto GEF Guarani;
 - ✓ Como órgão gestor do ProÁgua/Semi-Árido, a ANA implementou o acordo de empréstimo concedido pelo Banco Mundial;
 - ✓ Com a UNESCO, a ANA apoiou a negociação do Memorando de Entendimento entre a UNESCO e ITAIPU Binacional, assinado durante a 17ª Sessão Internacional do Conselho Intergovernamental do PHI; e
 - ✓ Com a Organização Mundial de Meteorologia (OMM), a ANA participou da 58ª Sessão do Conselho Executivo, realizada na sede da OMM, em Genebra. Apoiou, ainda, a organização da reunião da Associação Regional III (AR III – América Latina) realizada em Brasília, e participou da reunião da AR III em Lima, Peru. Ainda com a OMM a ANA tem participado do Programa de Hidrologia e Recursos Hídricos (HWRP), que implementa o Sistema Mundial de Observação de Ciclos Hidrológicos (WHYCOS);
- no âmbito da cooperação técnica prestada a países em desenvolvimento:
 - ✓ Cuba - No contexto da implementação do projeto "Intercâmbio Técnico e Institucional na Área de Planejamento e Gerenciamento de Recursos Hídricos em Bacias Hidrográficas";
 - ✓ China – realizou o I Workshop Brasil-China na Área de Recursos Hídricos, no âmbito do Memorando de Entendimento em Cooperação Técnica e Científica no Campo dos Recursos Hídricos;
 - ✓ Honduras, Nicarágua e República Dominicana – participação em missão técnica da Agência Brasileira de Cooperação (ABC/MRE) para definição de projetos de capacitação em gestão de recursos hídricos na América Central;
 - ✓ Panamá – missão política e técnica da Agência junto à Autoridade Nacional de Ambiente do Panamá (ANAM) para identificação de possibilidade de cooperação técnica na área de recursos hídricos;
 - ✓ Peru – realização de missão em Brasília do Serviço Nacional de Meteorologia e Hidrologia (SENAMHI) e do Ministério de Habitação, Construção e Saneamento do Peru para início de negociação de Protocolo de Intenções para Cooperação Técnica na Área de Recursos Hídricos;
 - ✓ Bolívia, Colômbia, Peru e Venezuela – A ANA participa de Grupos de Trabalho que discute temas de informação hidrológicas de interesse desses países, principalmente nas regiões de fronteiras, sob a coordenação do MRE;



- ✓ Guiné-Bissau e Moçambique – realização de missão dos dois governos na ANA para identificação de possibilidade de cooperação técnica a ser prestada àqueles países na área de recursos hídricos;
- ✓ Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP) – participação da ANA na III Reunião de Ministros de Meio Ambiente da Comunidade de Países de Língua Portuguesa e início de negociação da participação da Agência no esforço do governo brasileiro de apoio a CPLP por intermédio de capacitação e projetos de cooperação técnica; e
- ✓ Agência Brasileira de Cooperação (ABC) – início da negociação para implementação do projeto "Ações Integradas em Recursos Hídricos na América do Sul: Uma Iniciativa Regional de Cooperação Técnica.

7. PROÁGUA-GESTÃO (RECURSOS EXTERNOS)

7.1. Introdução

O PROÁGUA/Semi-árido tem como objetivo, em linhas gerais, garantir a ampliação da oferta de água de boa qualidade para o semi-árido brasileiro, com promoção do uso racional desses recursos, de tal modo que sua escassez relativa não continue a impedir o desenvolvimento sustentável da região que abrange os estados de Alagoas, Bahia, Ceará, Maranhão, Minas Gerais, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Norte e Sergipe.

O Projeto iniciado em 1998, que no ano de 2005 teve seu prazo de duração estendido até 31 de dezembro de 2006, previa a aplicação de um montante de US\$ 236,6 milhões, sendo US\$ 158 milhões financiados pelo Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento-BIRD e US\$ 78,6 milhões financiados com recursos do Tesouro Nacional e dos estados co-partícipes, a título de contrapartida nacional.

Coube à Agência Nacional de Águas - ANA, o gerenciamento e a implementação dos componentes de Gestão de Recursos Hídricos, a realização de Estudos e Projetos e parte da Administração, bem como a Monitoria e Avaliação do Projeto. Nesse contexto, foram financiados estudos e projetos que forneceram bases para a implementação de obras de infra-estrutura hídrica levadas a efeito pelo Ministério da Integração Nacional.

O PROÁGUA/Semi-árido tem atuação nas esferas dos estados que integram o programa e na esfera federal, sendo que ambas tiveram ações implementadas no ano de 2006. O componente estadual do projeto tem uma missão estruturante, com ênfase no fortalecimento institucional de todos os órgãos envolvidos com a gestão de recursos hídricos nas bacias nacionais e de domínio dos estados beneficiários do projeto. Para êxito desse fim, têm sido promovidas ações visando à estruturação dos sistemas estaduais de gerenciamento de recursos hídricos, incluindo os instrumentos técnicos e institucionais de gestão.

Para o gerenciamento e a implementação dos componentes de Gestão de Recursos Hídricos, Estudos e Projetos e parte da Administração, Monitoria e Avaliação do Projeto no que concerne ao componente estadual, a ANA firmou convênios com cada estado integrante do Programa.

No final do exercício de 2006, apesar do fim do acordo de empréstimo, foram prorrogadas as vigências dos convênios dos estados até 31 de Julho de 2007 a fim de que fosse, principalmente, elaborada a prestação de contas final dos convênios, pois ainda havia dinheiro da contrapartida estadual a ser gasto. No concernente aos recursos financeiros, foram conveniados e alocados, no exercício de 2006, um montante de R\$ 962 mil, sendo R\$ 750 mil da ANA e R\$ 212 mil de contrapartida dos estados.



7.2. Demonstrativo do Fluxo Financeiro

Discriminação (código do projeto, descrição, finalidade e organismo financiador)	Custo Total	Empréstimo Contratado (ingressos externos)	Contrapartida Nacional	Valor das transferências de recursos*			Em caso de não ter atingido a conclusão total ou de etapa	
				Motivo	Valor do Ano	Valor acumulado do Projeto	Motivos que impediram ou inviabilizaram	Providências adotadas para correção
PROÁGUA/Semi-Árido – Acordo de Empréstimo nº 4310-BR – Garantir a ampliação da oferta de água de boa qualidade para o Semi-Árido Brasileiro – Banco Mundial	3.400.000	2.450.000	950.000	A amortização, o pagamento de juros e a comissão de compromissos são controlados pela Secretaria de Infra-Hídrica do Ministério da Integração Nacional – SIH/MI				

7.3. Indicadores de Desempenho (Acórdão TCU 327/2005 - Plenário)

Em atendimento às recomendações do Tribunal de Contas da União - TCU, por meio do Acórdão nº 327/2005 – Plenário, são apresentados, a seguir, indicadores de desempenho do PROÁGUA/Semi-árido, os quais visam permitir uma avaliação dos impactos desse programa sobre a promoção do gerenciamento adequado e do uso racional dos recursos hídricos dos estados de Alagoas, Bahia, Ceará, Maranhão, Minas Gerais, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Norte e Sergipe, que integram o semi-árido brasileiro, de modo que a escassez de tais recursos não continue a impedir o desenvolvimento sustentável da região.

Os indicadores selecionados, seus objetivos e suas fórmulas de cálculo estão apresentados a seguir.

7.3.1. Descrição dos Indicadores

7.3.1.1. De Eficiência

RLE: (Total de recursos liberados pelo PROÁGUA/Semi-árido para gestão em cada estado/ Total de recursos liberados para gestão no conjunto de estados) x 100.

- Visa avaliar a capacidade de cada estado de auferir recursos do PROÁGUA/Semi-árido, já que os mesmos são competitivos.

RLP: (Total de recursos liberados pelo PROÁGUA/Semi-árido para os estados por ano para gestão/Total de recursos previstos para serem liberados por ano para gestão) x 100.

- Visa comparar o previsto com o realizado. Está calculado para o exercício de 2006 para a região como um todo, ou seja, incluindo os 10 estados integrantes do PROÁGUA/Semi-árido.

RACT: (Valor anual arrecadado como tarifa sobre o uso da água bruta/ Custo total anual do sistema de gestão de recursos hídricos) x 100.

- Visa avaliar o comportamento dos recursos arrecadados com o uso da água bruta em relação aos custos de gerenciamento dos recursos hídricos dos estados. Os únicos estados com este sistema de arrecadação implantado são Ceará e Bahia, que desta forma estão representando toda a região de abrangência do PROÁGUA/Semi-árido.

7.3.1.2. De Eficácia

RRRT: (Total de recursos liberados no ano pelo PROÁGUA/Semi-árido para os estados/ Total de recursos liberados pelo PROÁGUA/Semi-árido e por outras fontes com finalidades similares) x100.

- Visa avaliar a eficácia com que os recursos do PROÁGUA/Semi-árido são incorporados pelos estados em relação ao total de recursos incorporados incluindo o próprio PROÁGUA/Semi-árido, além de outras fontes, porém, com destinações similares. Os recursos incluem todas as destinações, ou seja, estudos, projetos, obras, aquisições, treinamento, etc., relacionados aos recursos hídricos.



AMPE: (Somatório do grau atingido pelas metas dos POA's para todos os estados/Somatório do grau ideal a ser atingido pelas metas dos POA's) x 100.

- Visa avaliar o alcance atingido nas várias metas dos POAs em relação ao que seria o ideal. Às metas que atingiram um grau ideal atribui-se a pontuação 1,0. Às metas que não foram desenvolvidas atribui-se a pontuação 0,0. Conforme a avaliação do nível atingido atribui-se pontuação intermediária. O AMPE é determinado pela relação supra-indicada.

CAOM: (Número de atividades obrigatórias previstas no Manual Operativo que foram cumpridas no ano/ Número total de atividades obrigatórias previstas no ano) x 100.

- Visa avaliar o desenvolvimento das atividades obrigatórias realizadas, em relação ao total de atividades obrigatórias prevista, conforme Manual Operativo.

CAEM: (Número de atividades esperadas previstas no Manual Operativo que foram cumpridas no ano/ Número total de atividades esperadas previstas no Manual Operativo no ano) x 100.

- Visa avaliar o desenvolvimento das atividades esperadas previstas no ano e que foram realizadas, em relação ao total de atividades esperadas previstas no ano.

7.3.1.3. De Efetividade

VAHD: (Volume anual de água bruta captada e disponibilizada à população dos estados integrantes do Proágua através de sistemas públicos de atendimento/ População total dos estados) (m³/hab x ano).

- Visa avaliar a tendência de disponibilidade de água bruta para as populações dos estados que integram o programa. Não se trata de consumo "per capita", pois o denominador é a população total e não apenas a população atendida.

RREP: (Número de reuniões dos comitês e consórcios realizadas no ano/ Número de reuniões de comitês e consórcios previstas no ano) x 100.

- Visa avaliar o comportamento das previsões em termos de reuniões dos comitês/consórcios em relação às reuniões realizadas

7.3.1.4. De Economia

CCP: (custo médio anual do abastecimento de água por carros-pipa).

- Visa mensurar diretamente o impacto das ações do PROÁGUA/Semi-árido sobre os gastos, em reais, das entidades da federação, partícipes do programa, com carros-pipa. Foi calculada a média anual considerando o número de estados que forneceram os dados, os quais foram obtidos junto a cada município atendido e agrupados por Estado. Em seguida, foram totalizados para o conjunto dos estados que disponibilizaram os dados e obtida a média entre estes.

7.3.1.5. De Equidade

PCDA: (Produto entre a população atendida por carros-pipa no ano e o número de dias desse atendimento).

- Visa avaliar a evolução do atendimento por carros pipa, tanto em relação ao número de pessoas atendidas quanto ao número de dias de atendimento. Foram utilizados dados de parte dos estados, pois nem todos dispõem dos mesmos de forma consistente.



7.3.2. Demonstrativos dos Resultados Alcançados

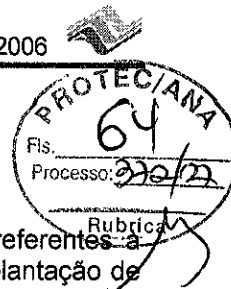
Estados	Indicadores de Eficiência					Indicadores de Efetividade							Indicador de Economia			
	RLE		RLP **		RACT		VAHD (m3/hab.ano)			RREP				CCP		
	Total (R\$)	%	Recursos Previstos R\$)	Recursos Liberados (R\$)	% (c/b)	Recursos Arrecad. (R\$)	Recursos Aplicados (R\$)	% (d/e)	Volume Captado e Disponibilizado (m³)	População dos Estados (hab)	Result. (f/g)	Reuniões Previstas (h)			Reuniões Realizadas (i)	% (i/j)
	(a)		(b)	(c)		(d)	(e)		(f)	(g)	(f/g)	(h)			(i)	(j)
AL	-	-	-	-	-	-	-	-	127.635.105	3.015.912	42	16	13	81	868.529	
BA	-	-	-	-	-	2.331.737	8.200.000	28	1.625.533.763	13.822.921	118	22	20	91	395.147	
CE	-	-	-	-	-	25.026.854	26.875.811	93	366.564.461	8.217.085	45	37	33	89	-	
MA*	150.000	20	150.000	150.000	100	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
MG	150.000	20	150.000	150.000	100	-	-	-	-	-	-	142	157	111	705.600	
PB	-	-	-	-	-	-	-	-	200.712.000	3.043.760	66	28	25	89	1.057.447	
PE	150.000	20	150.000	150.000	100	-	-	-	528.313.764	7.929.153	67	32	31	97	7.420.775	
PI	150.000	20	150.000	150.000	100	-	-	-	286.544.000	3.036.290	94	-	-	-	1.707.412	
RN	150.000	20	150.000	150.000	100	-	-	-	200.712.000	3.043.760	66	28	25	89	1.057.447	
SE*	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Total	750.000	100	750.000	750.000	100	27.358.591	35.075.811	78	3.336.015.093	42.108.881	79	305	304	100	1.887.480	

Estados	Indicador de Equidade		Indicadores de Eficácia												
	PCDA (hab.dia/ano)		RRRT			AMPE			CAOM				CAEM		
	Pop. Atendida (a)	Média de Dias (b)	Recursos PROÁGUA (R\$) – (c)	Recursos Totais (R\$) (d)	% (c / d)	Metas Avaliadas (e)	Grau de Atendimento (f)	% (f / e)	Atividades Obrig. Prev. (g)	Atividades Obrig. Realiz. (h)	% (h / g)	Atividades Previstas (i)	Atividades Realizadas (j)	% (j / i)	
			Total (a x b)												
AL	78.920	51	4.024.920	400.000	0	1	1	100	14	7	50	9	7	81	
BA	472.487	24	11.535.390	32.529.782	45	12	11	92	10	8	80	12	12	100	
CE	-	-	-	29.800.736	22	-	-	-	-	-	93	-	-	-	
MA*	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
MG	-	-	-	24.913.000	100	115	103	90	6	6	100	32	29	91	
PB	129.730	110	14.235.600	-	-	1	1	100	11	6	54	18	7	39	
PE	-	-	-	150.000	100	101	100	99	13	9	69	9	4	44	
PI	156.263	152	23.751.976	-	-	1	1	100	11	6	54	18	7	39	
RN	129.730	110	14.235.600	150.000	100	1	1	100	-	-	-	-	-	-	
SE*	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Total	967.130	70	67.783.486	87.943.518	28	232	218	94	65	42	64	98	66	68	

* Os Estados do Maranhão e Sergipe foram os únicos que não enviaram os dados

** Ressalta-se que os recursos foram efetivamente liberados apenas para os Estados de Pernambuco e Rio Grande do Norte, com relação aos demais, constam em "restos a pagar"





7.4 Avaliação dos Resultados e Medidas Implementadas

A avaliação foi dividida em três segmentos básicos, abordando-se apenas os aspectos referentes à gestão dos recursos hídricos e itens correlatos, sem inclusão de considerações sobre a implantação de infra-estrutura hídrica e indicando-se, concomitantemente, as medidas que vêm sendo implementadas de acordo com as diretrizes e objetivos do PROÁGUA/Semi-árido:

- Avaliação de Performance;
- Avaliação dos Resultados;
- Avaliação dos Impactos.

7.4.1. Avaliação de Performance

Componente Gestão de Recursos Hídricos: dentro deste componente o PROÁGUA/Semi-árido promoveu a criação e o fortalecimento de instituições voltadas para a gestão dos recursos hídricos, a capacitação dos recursos humanos, a conscientização e a participação pública no processo decisório, além do apoio à reforma institucional do setor e da participação na estruturação e implantação do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos. Desta forma, a avaliação que se pode fazer sobre o avanço alcançado nestes itens é positiva.

Componente Estudos e Projetos: dentro deste componente foi viabilizado o planejamento em nível estadual e em nível de bacia hidrográfica, bem como a elaboração de estudos específicos ou de pré-investimento necessários à identificação das soluções para o desequilíbrio entre a demanda e a disponibilidade de água. Verifica-se que os estudos e projetos conduzidos no âmbito do PROÁGUA/Semi-árido são os mais diversos, indo desde instrumentos de planejamento até estudos técnicos específicos sobre questões do semi-árido, atendendo satisfatoriamente aos objetivos fixados, resultando em uma avaliação satisfatória para este componente.

7.4.2. Avaliação dos Resultados

7.4.2.1. No que concerne aos Componentes

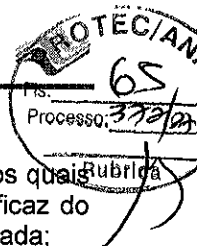
Componente Gestão de Recursos Hídricos: a atuação do Programa para obtenção dos resultados dentro deste componente deu-se segundo os seguintes itens:

- Aspectos Legais, financiando estudos técnicos que embasaram as políticas estaduais e sua regulamentação bem como apoiando a realização de eventos e consultas públicas para discutir o tema;
- Aspectos Institucionais, promovendo o fortalecimento das instituições ligadas à gestão dos Recursos Hídricos, sobretudo as estaduais e especialmente na capacitação de recursos humanos, no apoio ao desenvolvimento de ações de suporte à concepção e ao projeto de sistemas de informação, no apoio à implantação destes sistemas, no apoio à criação de comitês de bacias e fortalecimento das associações de usuários e ainda no apoio à ampliação das redes meteorológicas.

Com relação a este componente, a avaliação também é positiva dada à importância dos trabalhos realizados.

Componente Estudos e Projetos: aqui os principais itens cujos resultados podem ser avaliados de forma positiva são os seguintes:

- Elaboração de Planos de Recursos Hídricos, dando suporte à realização de planos de bacia e planos estaduais ou, quando for o caso, apoiando a revisão ou atualização de pontos específicos de planos já realizados;
- Produção Técnica voltada para os instrumentos de Gestão tanto em nível dos estados do semi-árido como em nível federal, destacando-se, neste, a elaboração do Atlas de Obras Prioritárias na Região do Semi-árido;
- Análises de Viabilidade, destacando-se as análises técnica, ambiental, financeira e sócio-econômica, estas duas últimas com base no fluxo de caixa de todos os valores envolvidos nas situações com e sem projeto;



- Planos de Administração, Operação e Manutenção de Obras de Infra-Estrutura Hídrica, os quais estabelecem metas de curto, médio e longo prazo, visando garantir o funcionamento eficaz do sistema e sua utilização racional, com o que se pretende conferir a sustentabilidade desejada;
- Levantamento das Disponibilidades Hídricas, cuja realização é fundamental para a construção do pacto de gestão de águas além de permitir o planejamento de infra-estrutura adequada e a seleção das práticas de gestão necessárias.

Diante da intensidade dos serviços elaborados, relativos ao componente *Estudo e Projetos*, entende-se que a avaliação deste item também é positiva.

7.4.2.2. No que concerne aos Indicadores

Neste item será efetuada uma análise qualitativa acerca dos indicadores apresentados no item 7.3.2 deste documento. Inicialmente, é necessário informar que, no geral, os indicadores apresentados não expressam de forma direta os impactos do PROÁGUA/Semi-árido, mas, em alguns casos, demonstram sua contribuição para evolução da implementação dos instrumentos de gestão de recursos hídricos e, por conseguinte, para o uso racional e garantia da oferta de água, em quantidade e qualidade satisfatórias, com reflexo na melhoria da qualidade de vida da população beneficiada, objetivo geral do programa.

Durante a coleta de dados, junto aos estados, houve muitos problemas, em especial no tocante à falta de dados para compor os indicadores e, em um segundo momento, com relação à consistência destes dados. A seguir, a análise de cada um dos indicadores:

RLE:

Apenas cinco, dos dez estados, receberam repasses do PROÁGUA/Semi-árido em 2006, quais sejam: Maranhão, Minas Gerais, Pernambuco, Piauí e Rio Grande do Norte. Cada um destes estados recebeu o montante de R\$ 150mil, sendo, desta forma, o RLE igual a 20% para todos os cinco. O valor repassado tinha como objetivo apenas a manutenção da equipe permanente das UEGP's.

Cabe ressaltar que o ano de 2006 foi atípico, já que, no final de 2005, quando os convênios dos dez estados tiveram sua vigência prorrogada até 31/12/06, apenas os cinco estados já mencionados contaram com este novo aporte de recursos, os demais não demonstraram interesse, pois não tinham novas ações a serem realizadas e ainda contavam com recursos do exercício de 2005 em conta, suficientes para manutenção das equipes de suas UEGP's.

Para o exercício de 2006, devido à atipicidade do ano, conclui-se que não houve competição pelos recursos como no período de 2001 a 2005, o que fez com o indicador não evidenciasse a capacidade dos estados partícipes do programa em auferir recursos do PROÁGUA/Semi-árido.

RLP:

O RLP, referente ao ano de 2006, para os cinco estados (Maranhão, Minas Gerais, Pernambuco, Piauí e Rio Grande do Norte) que contaram com repasse de recursos do PROÁGUA/Semi-árido, foi de 100%, o que demonstra que houve liberação integral dos recursos previstos. No entanto, isto é devido ao fato de que as únicas ações previstas para serem executadas em 2006 foram as de manutenção das UEGP's.

RACT:

Com relação a este indicador, como até 2005 apenas o Ceará havia implementado a cobrança pela água bruta, este estado representava toda a área de abrangência do PROÁGUA/Semi-árido, apresentando uma tendência de sustentabilidade do processo, com RACT médio de 109% (anos de 2001 a 2005), e refletindo o avanço e a consolidação de um dos principais instrumentos da gestão de recursos hídricos. Em 2006, a Bahia também iniciou o processo de cobrança pela água bruta, evidenciando o fortalecimento da gestão no Estado.

Para o ano de 2006, o RACT médio foi de 78%, valor este que é menor do que o do ano de 2005 (99,52%), pois como a Bahia ainda estava em processo de implementação de sua cobrança pela água



bruta obteve um RACT de 28,44%. O Estado do Ceará, para o ano de 2006, obteve um RACT de 93,12%, seguindo a média apresentada nos anos anteriores (2001 a 2005).

RRRT:

Com relação a este indicador, os estados de Alagoas, Bahia, Ceará, Minas Gerais, Pernambuco e Rio Grande do Norte enviaram os dados. O RRRT médio, para o ano de 2006, foi de 28%. Isso demonstra que os estados, tendo o PROÁGUA/Semi-árido como um catalisador deste processo, têm conjugado esforços para implementação de suas políticas estaduais de recursos hídricos, buscando aportar outros recursos além daqueles disponibilizados pelo PROÁGUA/Semi-árido.

AMPE, CAOM e CAEM:

O AMPE médio, para o ano de 2006, foi de 94%, o que demonstra uma significativa melhora quando comparado aos valores dos anos anteriores, cuja média ficou em 76%. Observa-se, também, que o planejamento vem sendo realizado de forma consistente, uma vez que a execução dos planos operativos anuais e o alcance das metas estabelecidas têm se mantido em patamares razoáveis.

Com relação ao CAOM, para 2006, o valor médio foi de 64%. Em 2005, o valor médio foi de 44% e a média, para os anos de 2001 a 2005, foi de 48%, o que evidencia que o cumprimento das atividades obrigatórias previstas, no Manual Operativo do PROÁGUA/Semi-árido, vem sendo melhorado de forma continuada.

Por fim, o CAEM médio de 2006 foi de 68%, valor superior tanto ao obtido no ano anterior (2005), que foi de 59%, como à média relativa aos anos de 2001 a 2005, que foi de 48%.

Observa-se que os três indicadores de eficácia em pauta demonstraram resultados satisfatórios e, principalmente, melhorias significativas ao longo da implementação do PROÁGUA/Semi-árido.

CCP e PCDA:

O CCP médio, para o ano de 2006, foi de R\$ 1.887mil (um milhão, oitocentos e oitenta e sete mil reais), ficando um pouco acima do valor de 2005, que foi de R\$ 1.200mil (um milhão e duzentos mil reais), este fato, provavelmente, está relacionado a uma menor precipitação na região no ano 2006. Os estados que enviaram dados para o cálculo deste indicador foram: Alagoas, Bahia, Minas Gerais, Paraíba, Pernambuco, Piauí e Rio Grande do Norte.

Com relação ao PCDA, o valor para o ano de 2006 foi de 67.783mil hab.dia/ano. O valor foi superior ao do ano de 2005 (37.379mil hab.dia/ano) e praticamente igual à média observada a partir de 2001, que foi de 67.608mil hab.dia/ano. Os estados que enviaram dados para o cálculo deste indicador foram: Alagoas, Bahia, Paraíba, Piauí e Rio Grande do Norte.

Ressalta-se que, praticamente todos estados integrantes do PROÁGUA/Semi-árido, durante o processo de envio dos indicadores, notificaram sobre a dificuldade na obtenção dos dados para o cálculo destes indicadores, pois a diversidade de instituições – exército, defesa civil, municípios, estado – que atuam no atendimento de populações por meio de carro-pipa, dificulta a consolidação destes dados.

VAHD:

O valor médio do VAHD, para o ano de 2006, foi de 79 m³/hab. O valor foi superior tanto ao do ano anterior (2005), 53 m³/hab, como à média observada durante os anos de 2001 a 2005, que foi de 43 m³/hab.

Este indicador evidencia um aumento da disponibilidade hídrica para a população dos estados partícipes, que se deve, em parte, ao PROÁGUA/Semi-árido, que vem, conforme proposto no objetivo geral do programa, contribuindo para o fortalecimento da gestão ampliação da infra-estrutura hídrica dos estados.



RREP:

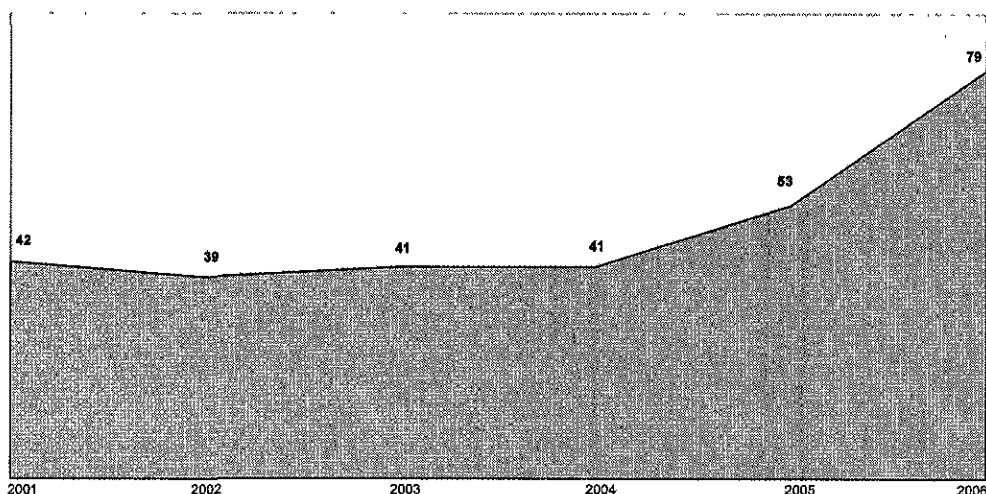
Para o ano de 2006, o valor médio do RREP foi de praticamente 100%, demonstrando, conforme a média – 85,67% – dos anos de 2001 a 2005 já indicava, que o PROÁGUA/Semi-árido vem de forma gradativa e continua fortalecendo os princípios da descentralização e participação no processo de gerenciamento de recursos hídricos.

Por fim, pode-se concluir que o PROÁGUA/Semi-árido tem tratado com precisão as raízes do problema associado à gestão dos recursos hídricos no semi-árido brasileiro, ao contribuir para a garantia na oferta de água, para o incremento na capacidade de execução dos beneficiários e para a sustentabilidade das ações implementadas.

7.4.3. Avaliação dos Impactos

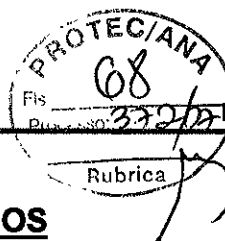
Impactos da Melhoria na Oferta de Água: As estimativas indicam que o PROÁGUA/Semi-árido beneficiou mais de cinco milhões de pessoas. O impacto mais relevante deste fato pode ser observado na diminuição dos índices de redução de doenças de veiculação hídrica e nos índices de redução da mortalidade infantil, que vêm sendo observados na região de atuação do programa, o que confere ao item uma avaliação satisfatória. Além disso, com relação à melhoria na oferta de água, o indicador VAHD evidencia a ampliação da disponibilidade de água para a população dos estados partícipes, conforme apresentado no gráfico a seguir:

Gráfico 3: VAHD Médio Anual dos Estados Partícipes do Programa Proágua Semi-Árido (m3/habitante)



Impactos na Capacidade de Execução dos Estados Beneficiários: ainda que não se verifique uma desejável igualdade entre os estados integrantes do programa, pois alguns evoluíram mais, o patamar de organização técnico-institucional se alterou, elevando-se significativamente, revelando consideráveis avanços, sobretudo nos aspectos relacionados ao aparelhamento legal e à adequação institucional, o que vem a significar um avanço adequado neste aspecto do programa. Essas afirmativas estão evidenciadas nos indicadores de eficácia, que demonstram uma evolução dos estados na capacidade geral de execução do projeto.

Impactos na Sustentabilidade das Ações Realizadas: o projeto apresentou à União e aos estados da região semi-árida uma nova forma de abordar o tema recursos hídricos. Por isto é de fundamental importância a criação de condições para a manutenção dos avanços obtidos. Pode-se afirmar que a formação de recursos humanos muito contribuiu para a consolidação da filosofia do PROÁGUA/Semi-árido. Há, entretanto, algumas lacunas que precisam ser sanadas, como, por exemplo, a manutenção de equipes vinculadas aos recursos do projeto e que necessitarão constituir-se em equipes do quadro próprio de pessoal, a fim de se eliminar esta ameaça à sustentabilidade. Em que pese o fato da necessidade de ainda serem criadas em alguns estados, equipes próprias para continuar o gerenciamento dos recursos hídricos, é incontestável o avanço obtido na capacidade de realização dos estados envolvidos no programa.



8. TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS

As transferências de recursos foram realizadas sob a forma de celebração de Convênios e Contratos de Repasse com órgãos e entidades federais, estaduais, municipais e com pessoas jurídicas de direito privado, envolvendo assuntos relacionados a recursos hídricos de competência da ANA. Tais instrumentos encontram-se demonstrados nos itens 8.1 – Convênios, 8.2 – Contratos de Repasse e comentários constantes do item 8.3 – PRODES Remoção de Cargas Poluidoras de Bacias Hidrográficas.

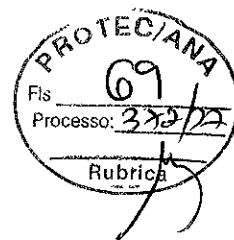
8.1. Convênios

Os convênios com valores empenhados no exercício encontram-se detalhados na Tabela 3, na forma estabelecida no Anexo X da Decisão Normativa TCU nº 81/2006, e os saldos das Contas de Convênios, com vigência expirada, estão demonstrados na Tabela 4, conforme estabelecido no Anexo IX da Portaria CGU nº 555/2006.



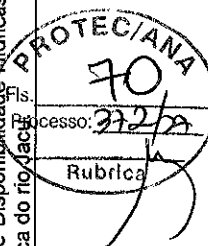
Tabela 3 – Convênios com Transferências de Recursos no Exercício

TIPO	SIAFI	Identificação do Termo Inicial ou Aditivos	OBJETO	Data publicação D.O.U.	VALORES R\$			BENEFICIÁRIO (razão social e CNPJ)	SITUAÇÃO DA AVENÇA
					Total	Transferido do no exercício	Contra-partida		
Convênio nº 005/2001	415686	Instrumento Principal	Aprimoramento da gestão integrada dos recursos hídricos em bacias hidrográficas dos rios de domínio do Estado de Minas Gerais e a elaboração de estudos e projetos de interesse do Estado na área de recursos hídricos, objetivando aumentar a disponibilidade hídrica na região do semi-árido.	13/6/2001	187.500	150.000	37.500	Instituto Mineiro de Gestão das Águas - IGAM/MG - CNPJ: 17.387.481/0001-32	O desenvolvimento do projeto apresentou resultados satisfatórios, inclusive com o fortalecimento institucional do órgão gestor. A execução do convênio foi acompanhada de missões de auditoria. O Estado realizou visitas técnicas à ANA, visando obter orientação para a implantação do PROÁGUA. Em 2006, entre outras, foram concluídas as seguintes atividades: Estudos para a outorga de efluentes e implantação da Cobrança; Elaboração do Projeto Básico São Francisco e Jequitinhonha; e Plano para Operação e Manutenção do Sistema Águas Vermelhas (blocos 1, 2 e 3). Encontram-se em execução a manutenção da UEGP até o final do convênio e a elaboração do Plano Estadual de Recursos Hídricos.
		7º Termo Aditivo	Adequação do Plano de Trabalho e a alteração das cláusulas segunda e quarta.	30/11/2006					
		8º Termo Aditivo	Prorrogar o prazo de vigência até 31 de julho de 2007 e aprovar a adequação do Plano de Trabalho.	16/11/2007					
Convênio nº 006/2001	416014	Instrumento Principal	Aprimoramento da gestão integrada dos recursos hídricos em bacias hidrográficas dos rios de domínio do Estado de Pernambuco e a elaboração de estudos e projetos de interesse do Estado na área de recursos hídricos, objetivando aumentar a disponibilidade hídrica na região do semi-árido.	22/6/2001	212.271	150.000	62.271	Secretaria de Ciência, Tecnologia e Meio Ambiente do Estado de Pernambuco - SECTMA - CNPJ: 02.980.517/0001-10	O desenvolvimento do projeto apresentou resultados satisfatórios, inclusive com o fortalecimento institucional do órgão gestor. A execução do convênio foi acompanhada de missões de auditoria. O Estado realizou visitas técnicas à ANA, visando obter orientação para a implantação do PROÁGUA. No ano de 2006 foram concluídas, entre outras, as seguintes atividades: Plano de Administração, Operação e Manutenção da Adutora Luiz Gonzaga e Plano de Administração, Operação e Manutenção da Adutora de Afogados da Ingazeira.
		9º Termo Aditivo	Adequação do Plano de Trabalho e a alteração das cláusulas segunda e quarta.	5/12/2006					
		10º Termo Aditivo	Prorrogar o prazo de vigência até 30 de abril de 2007 e aprovar a adequação do Plano de Trabalho.	8/1/2007					
		6º Termo Aditivo	Prorrogar o prazo de vigência até 31 de julho de 2007, aprovar a adequação do Plano de Trabalho e alterar as cláusulas segunda e quarta do convênio.	8/1/2007					





Convênio nº 010/2001	Instrumento Principal	Aprimoramento da gestão integrada dos recursos hídricos em bacias hidrográficas dos rios de domínio do Estado do Piauí e a elaboração de estudos e projetos de interesse do Estado na área de recursos hídricos, objetivando aumentar a disponibilidade hídrica na região do semi-árido.	8/8/2001	187.500	150.000	37.500	Secretaria do Meio Ambiente e Recursos Hídricos do Estado do Piauí - SEMARH - CNPJ: 31.752.645/0001-04	O desenvolvimento do projeto apresentou resultados satisfatórios, inclusive com o fortalecimento institucional do órgão gestor. A execução do convênio foi acompanhada de missões de auditoria. O Estado realizou visitas técnicas à ANA, visando obter orientação para a implantação do PROÁGUA. Entre as atividades concluídas em 2006, destacam-se: Apoio à gestão participativa e mobilização das comunidades localizadas nas margens do Rio Longá, perímetro urbano de Teresina e a digitalização e atualização da base cartográfica digital do Estado do Piauí. Encontram-se em execução o projeto de formação de hidrogeólogos e monitoramento de aquíferos em Teresina e Picos e a elaboração de projetos executivos para implantação de sistemas de controle de vazão em poços jorrantes no Vale do Guruguêia.
	7º Termo Aditivo	Aprovar a adequação do Plano de Trabalho e alterar as cláusulas segunda e quarta do Convênio nº 010/2001.	21/12/2006					
	8º Termo Aditivo	Prorrogar o prazo de vigência até 30 de junho de 2007.	9/1/2007					
	9º Termo Aditivo	Aprovar a adequação do Plano de Trabalho e alterar as cláusulas segunda e quarta do convênio.	23/12/2006					
	10º Termo Aditivo	Prorrogar o prazo de vigência até 31 de julho de 2007, adequar o Plano de Trabalho, reduzir o valor total do convênio para R\$ 5.032.657,30, excluindo o inciso VI da cláusula quarta do Nono Termo Aditivo ao Convênio nº 012/2001.	11/1/2007					
	7º Termo Aditivo	Prorrogar o prazo de vigência até 31 de julho de 2007, aprovar a adequação do Plano de Trabalho, e alterar a cláusula segunda do Convênio nº 013/2001.						
Convênio nº 014/2001	Instrumento Principal	Aprimoramento da gestão integrada dos recursos hídricos em bacias hidrográficas dos rios de domínio do Estado do Ceará e a elaboração de estudos e projetos de interesse do Estado na área de recursos hídricos, objetivando aumentar a disponibilidade hídrica na região do semi-árido.	8/8/2001	187.500	150.000	37.500	Secretaria de Recursos Hídricos do Estado do Rio Grande do Norte - SRN - CNPJ: 01.066.896/0001-74	O desenvolvimento do projeto apresentou resultados satisfatórios, inclusive com o fortalecimento institucional do órgão gestor. A execução do convênio foi acompanhada de missões de auditoria. O Estado realizou visitas técnicas à ANA, visando obter orientação para a implantação do PROÁGUA. Entre as atividades concluídas em 2006, destacam-se: a elaboração da sistematização, padronização e manualização de empreendimentos de Recursos Hídricos e o Plano de controle ambiental do trecho inferior do Rio Açu. Encontram-se em execução o Cadastro de pontos de água do sistema Dunas Barreiras Natal-RN e os estudos de Disponibilidade Hídrica da bacia hidrográfica do rio Açu.
	8º Termo Aditivo	Aprovar a adequação do Plano de Trabalho e a alteração das cláusulas segunda e quarta do convênio.	4/7/2006					
	9º Termo Aditivo	Prorrogar o prazo de vigência até 30 de junho de 2007 e aprovar a adequação do Plano de Trabalho.	26/12/2006					



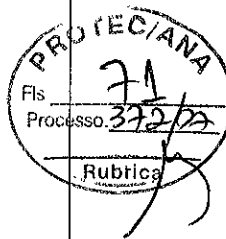
Processo: 372/2006

Rubrica



Relatório de Gestão 2006

Convênio nº 010/2002	455298	Instrumento Principal	Troca de dados e informações hidrometeorológicas e a cooperação mútua na operação de estações hidrométricas de interesse das partes, nas bacias 6 (Estados do PR e SC) e 8 (Estado do PR).	5/7/2002	2.500.904	1.331.779	1.169.125	Superintendência de Desenvolvimento de Recursos Hidráulicos e Saneamento Ambiental - SUDERHSA - CNPJ: 76.584.564/0001-80	Os trabalhos desenvolvidos pela Superintendência de Desenvolvimento de Recursos Hidráulicos - SUDERHSA, no âmbito do Convênio ANA/SUDERHSA nº 010/2002, no exercício de 2006, foram realizados a contento e de acordo com o programa estabelecido. A não-paralisação da operação da rede resulta na continuidade das séries hidrológicas, informações relevantes para o embasamento de estudos e projetos hidrológicos, tanto para o aproveitamento dos recursos hídricos como para definição de restrições ou tomada de decisões gerenciais.
		4º Termo Aditivo	Alterar o disposto na cláusula oitava do convênio nº 010/2002, celebrado em 5 de julho de 2002, promover a readaptação do plano de trabalho e indicar a alocação de novos recursos.	5/7/2006					
Convênio nº 002/2003	486676	Instrumento Principal	Execução de atividades hidrológicas nas bacias dos rios Tocantins, Paranálba, Grande, Paraíba do Sul e Manso.	17/12/2003					Os trabalhos desenvolvidos por Furnas Centrais Elétricas S/A - FURNAS, no âmbito do Convênio ANA/FURNAS nº 002/2003, no exercício de 2006, foram realizados a contento e de acordo com o programa estabelecido. Toda a série de dados do exercício de 2004, 2005 e 2006 de setembro já está no arquivo da ANA.
		2º Termo Aditivo	Indicar o crédito orçamentário e a nota de empenho, correspondente às despesas previstas para o exercício financeiro de 2006, e adequar o Plano de Trabalho - Anexo I.	15/9/2006	1.373.947	1.280.763	93.183	Furnas Centrais Elétricas S/A - FURNAS - CNPJ: 23.274.194/0001-19	
		5º Termo Aditivo	Prorrogar o prazo de vigência até 31 de março de 2007 e aprovar a adequação do Plano de Trabalho e alterar a redação da letra "g" do inciso II da cláusula terceira.	29/8/2006					
Convênio nº 001/2004	498819	Instrumento Principal	Desenvolvimento de atividades conjuntas para a operacionalização de Programas de Estágio de Estudantes que, obrigatório ou não, devesse ser de interesse curricular, desenvolvido ao longo do curso e permitindo ao estudante receber um treinamento prático no papel de futuro profissional, na linha de sua formação, em situações reais de vida e trabalho, obedecendo as diretrizes estabelecidas na Lei nº 6.494, de 1977, regulamentada pelo Decreto nº 87.497, de 1982, e Portaria nº 8, de 2001, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.	3/3/2004	85.602	85.602	0	Centro de Integração Empresa-Escola - CIEE - CNPJ: 61.600.839/0001-55	Foram efetuadas, em média, 28 (vinte e oito) contratações da previsão de 35 (trinta e cinco) estagiários de Nível Superior.
		2º Termo Aditivo	Promover a adequação dos recursos utilizados no exercício de 2005, alocar recursos orçamentários e financeiros para o exercício de 2006 e aprovar o Plano de Trabalho, parte integrante deste instrumento.	28/4/2006					





Convenção nº 002/2004	3º Termo Aditivo	Alterar a redação da cláusula terceira, parágrafo segundo, bem como da cláusula nona, prorrogando o prazo de vigência do convênio até 31 de dezembro de 2008, e readequar o Plano de Trabalho, para majoração do quantitativo de estagiários, de trinta e cinco para cinquenta, e alocação de novos recursos, no valor estimado de R\$ 337.200,00, sendo R\$ 168.600,00 para o exercício de 2007 e R\$ 168.600,00 para o exercício de 2008.	15/1/2007						
Convenção nº 002/2004	Instrumento Principal	Execução de atividades hidrográficas nas bacias hidrográficas dos rios Tapajós e Xingu	10/3/2004						
	2º Termo Aditivo	Indicar o crédito orçamentário e a nota de empenho correspondente às despesas previstas para o exercício financeiro de 2006, alterando o Cronograma de Desembolso do Plano de Trabalho - Anexo I.	4/8/2006	1.913.710	886.428	1.027.282			
	3º Termo Aditivo	Adequar o Plano de Trabalho, parte integrante deste instrumento, e alterar as cláusulas terceira, quarta e oitava.	11/1/2007						
Convenção nº 003/2004	Instrumento Principal	Estruturação e Operacionalização as Secretaria Executiva do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco, como forma de apoiar a gestão de recursos hídricos na respectiva bacia hidrográfica.	15/3/2004						
	6º Termo Aditivo	Indicar o crédito orçamentário e as notas de empenho correspondente às despesas previstas para o exercício financeiro de 2006, adequando o cronograma de desembolso do plano de trabalho - Anexo I, e alterar a redação da letra "g" do inciso II da cláusula terceira.	22/11/2006	161.260	161.260	0			
	7º Termo Aditivo	Aportar novos recursos orçamentários e financeiros ao Convênio nº 003/2004, prorrogar o prazo de vigência até 31 de julho de 2007, e adequar o Plano de Trabalho.	29/12/2006	526.507	488.500	38.007			
Convenção nº 010/2004	Instrumento Principal	Operação e manutenção de estações hidrométricas convencionais e telemétricas nas bacias dos Rios Grande, Tietê e Paraná, no Estado de São Paulo.	2/7/2004	360.931	231.982	128.949			

Os trabalhos desenvolvidos pela Companhia Centrais Elétricas do Norte do Brasil S/A - ELETRONORTE, no âmbito do Convênio ANA/CPRM nº 002/2004, no exercício de 2006, foram realizados a contento, observando o programa estabelecido, atendendo, assim, nesta etapa, o objetivo do Convênio.

Sob o ponto de vista técnico, as metas acordadas estão sendo cumpridas dentro dos valores previstos e em relativa conformidade com o Cronograma de Execução do Plano de Trabalho. Os objetivos do Convênio no exercício estão sendo atingidos e sua execução física pode ser considerada satisfatória.

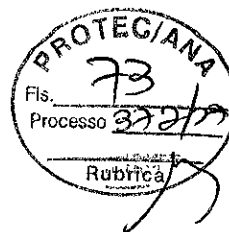
Os trabalhos desenvolvidos pela Fundação Centro Tecnológico de Hidráulica - FCTH, no âmbito do Convênio ANA/FCTH nº 010/2004, no exercício de 2006, foram realizados



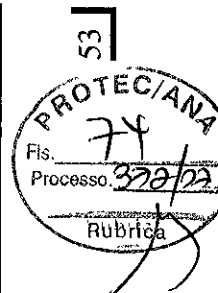


Relatório de Gestão 2006

Convênio nº 011/2004	510686	2º Termo Aditivo	Alocar novos recursos orçamentários, indicar o crédito orçamentário e a nota de empenho, correspondentes às despesas previstas para o exercício financeiro de 2006, prorrogar o prazo de vigência para 32 de dezembro de 2007, adequar o plano de trabalho, com alteração das cláusulas terceira, quarta e oitava do Convênio nº 010/2004.	27/12/2006							parcialmente, sem atingir todo o programa estabelecido, em vista do não repasse financeiro do exercício de 2006. Cabe destacar que parte dos recursos de 2005 foi utilizada para a realização de campanhas de campo de 2006 e para a coleta de dados diários nas estações da rede (1º semestre de 2006), ressaltando, assim, que as séries de dados foram preservadas, uma vez que as leituras de campo não foram interrompidas.
		Instrumento Principal	Aprimoramento da gestão integrada dos recursos hídricos em bacias hidrográficas dos rios de domínio do Estado do Maranhão e a elaboração de estudos e projetos de interesse do Estado na área de recursos hídricos, objetivando aumentar a disponibilidade hídrica na região do semi-árido.	30/8/2004	187.500	150.000	37.500	Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Recursos Naturais do Estado do Maranhão - SEMA - CNPJ: 06.354.468/0001-60	O desenvolvimento do projeto apresentou resultados satisfatórios, inclusive com o fortalecimento institucional do órgão gestor. A execução do convênio foi acompanhada de missões de auditoria. O Estado realizou visitas técnicas à ANA, visando obter orientação para a implantação do PROÁGUA. Entre as atividades concluídas em 2006, destaca-se a elaboração do Plano de Gerenciamento Participativo em RH da Área de proteção ambiental da baixada maranhense. Encontram-se em execução a elaboração do Sistema Estadual de Informações de Recursos Hídricos e o Cadastro de usuários de água da bacia hidrográfica do Rio Muniim.		
		3º Termo Aditivo	Aprovar a adequação do Plano de Trabalho, parte integrante deste instrumento, e alterar as cláusulas segunda e quarta do Convênio nº 011/2004.	21/12/2006							
		4º Termo Aditivo	Prorrogar o prazo de vigência até 31 de julho de 2007 e aprovar a adequação do Plano de Trabalho.	19/1/2007							
Convênio nº 003/2005	524140	Instrumento Principal	Realizar o cadastramento censitário de usuários de recursos hídricos da Bacia Hidrográfica do Rio Pará, afluente do Rio São Francisco, no Estado de Minas Gerais, atendendo ao disposto da Resolução ANA nº 61, de 21 de fevereiro de 2005, que determinou a regularização e o cadastramento dos usuários de recursos hídricos da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco.	13/7/2005	177.415	138.575	38.840	Associação de Usuários da Bacia Hidrográfica do Rio Pará - CNPJ: 00.126.591/0001-48	Atividades concluídas em setembro de 2006. No exercício de 2006 as atividades previstas foram realizadas, com superação da meta de usuários cadastrados.		
		3º Termo Aditivo	Prorrogar o prazo de vigência até 31/7/2006 e aprovar a adequação do Plano de Trabalho.	17/11/2005					Obs.: O valor executado de contrapartida de R\$ 20.540,00 corresponde à parte dos recursos da conveniente no Segundo Termo Aditivo celebrado no final do ano de 2005 e que foi executado em 2006.		
		4º Termo Aditivo	Prorrogar o prazo de sua vigência até 30 de setembro de 2006 e aportar novos recursos financeiros no valor de R\$ 177.415,13, adequando o Plano de Trabalho.	4/7/2006							



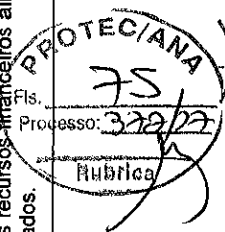
74





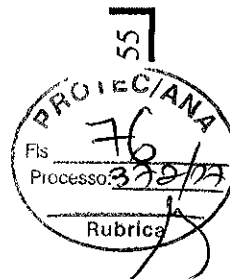
Relatório de Gestão 2006

Convenção nº 001/2006	561765	Instrumento Principal	Implantação do Programa de Mobilização para a Instalação do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Paranaíba na área de abrangência do Estado de Minas Gerais	13/12/2006	99.010	76.500	22.510	Instituto Mineiro de Gestão das Águas - IGAM/MG - CNPJ: 17.387.481/0001-32	Embora este Convênio tenha sido assinado em 30/06/2006 e o extrato publicado no Diário Oficial de 10/07/2006, os recursos referentes a 1ª parcela do convênio, conforme consta no cronograma de desembolso do Plano de Trabalho, no valor de R\$ 76.500,00 não puderam ser repassados no Exercício de 2006 em função das restrições impostas pela legislação eleitoral, que impedia o repasse das transferências voluntárias no período de 01/07/2006 a 29/10/2006, e a situação fiscal do Estado de Minas Gerais com relação ao Subsistema CAUC - Cadastro Único de Exigências para Transferências Voluntárias (do SIAFI) que permaneceu até o final de 2006.	prejudicaram a execução da Meta A (Fortalecimento do Órgão Gestor).
Convenção nº 002/2006	561759	Instrumento Principal	Implantação do Programa de Mobilização para a Instalação do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Paranaíba na área de abrangência do Distrito Federal	10/7/2006	36.970	33.970	3.000	Agência Reguladora de Águas e Saneamento do Distrito Federal - ADASA - CNPJ: 07.007.955/0001-10	Assim que os recursos referentes à 1ª parcela (Restos a Pagar) forem repassados ao IGAM, o cronograma de execução do Plano de Trabalho deste convênio deverá ser revisado. O valor total deste Convênio é de R\$ 201.280,00 (duzentos e um mil, duzentos e oitenta reais), sendo R\$ 155.130,00 (cento e cinquenta e cinco mil cento e trinta reais) a parte da Concedente e R\$ 46.150,00 (quarenta e seis mil cento e cinquenta reais) a contrapartida da Conveniente.	
Convenção nº 004/2006	561751	Instrumento Principal	Monitorar e manter as estações hidrométricas, de propriedade da ANA, localizadas na Bacia do Rio Grande, no Estado de Minas Gerais.	10/7/2006	352.643	319.370	33.273	Instituto Mineiro de Gestão das Águas - IGAM/MG - CNPJ: 17.387.481/0001-32	Os trabalhos do Instituto Mineiro de Gestão das Águas - IGAM, desenvolvidos no âmbito do Convênio nº 004/2006, pelo período entre junho de 2006 a 2009, foram retomados no exercício de 2006. Além disso, os dados relativos à operação começaram a ser enviados à ANA e armazenados no HIDRO.	
Convenção nº 005/2006	571903	Instrumento Principal	Apoiar a Secretaria do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Verde Grande na operacionalização da gestão participativa dos recursos hídricos.	6/11/2006	98.790	84.490	14.300	Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Paranaíba - CODEVASF - CNPJ: 00.399.857/0001-26	O Convênio foi assinado em outubro de 2006, os recursos orçamentários foram descentralizados em novembro do mesmo ano, porém os recursos financeiros ainda não foram repassados.	





Convênio nº 008/2006	580780	Instrumento Principal	Implantação do Programa de Mobilização para a Instalação do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Paranaíba na área de abrangência do Estado de Goiás	4/1/2007	138.187	138.187	0	Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Hídricos do Estado de Goiás - SEMARH - CNPJ: 00.638.357/0001-08	Este convênio só foi assinado em 21/12/2006 e o seu extrato foi publicado no Diário Oficial da União de 04/01/2007. Embora os recursos referentes a 1ª parcela estivessem empenhados, não houve tempo hábil para repassá-los no Exercício de 2006, ficando em Restos a Pagar.
Convênio nº 010/2006	579258	Instrumento Principal	Implementar ações integradas que envolvem a mobilização social, a educação ambiental e a implantação de obras e serviços, visando à revitalização e ao manejo integrado da sub-bacia hidrográfica do Córrego da Velha, no âmbito do Programa de Revitalização de Bacias Hidrográficas em Situação de Vulnerabilidade e Degradação Ambiental e do Programa de Revitalização do Rio São Francisco.	29/12/2006	202.656	192.393	10.263	Prefeitura Municipal de Luz-MG - CNPJ: 18.301.036/0001-70	Em andamento.
Convênio nº 011/2006	582576	Instrumento Principal	Promover a revitalização e educação ambiental, com conservação de solo, medições de quantidade e qualidade de águas, plantio em área de mata ciliar e de recarga de lençol freático, cercamento de nascentes, captações de águas pluviais através da construção de micro barragens nas margens das estradas municipais, no município de Pedra do Indaial, na região correspondente ao Alto Rio Lambari, Bacia Hidrográfica do Rio Pará, Alto São Francisco, no âmbito do Programa de Revitalização do Rio São Francisco.	15/1/2007	92.506	82.233	10.273	Associação de Usuários da Bacia Hidrográfica do Rio Pará - CNPJ: 00.126.591/0001-48	Em andamento.
Convênio nº 012/2006	58220	Instrumento Principal	Implementar ações integradas que envolvem a mobilização social, a educação ambiental e a implantação de obras e serviços, visando à revitalização e ao manejo integrado da Sub-bacia hidrográfica do Córrego da Mina, no âmbito do Programa de Revitalização de Bacias Hidrográficas em Situação de Vulnerabilidade e Degradação Ambiental e do Programa de Revitalização do Rio São Francisco.	3/1/2007	192.252	185.236	7.016	Prefeitura Municipal de Pains - MG - CNPJ: 20.920.575/0001-30	Em andamento.





Convênio nº 013/2006	580781	Instrumento Principal	Implementação, na prática diária dos produtores rurais, de informações sobre a conservação do solo relacionadas com uma maior absorção de água no solo, principalmente nas áreas de recarga do lençol freático, com a transferência de conhecimentos técnicos e práticos para que ocorra uma mudança de comportamentos das pessoas que lidam com a terra, além de promover um aumento na disponibilidade hídrica no Rio Picaço. Tais ações serão efetivadas no âmbito do Programa de Revitalização da Bacia do Rio São Francisco.	4/1/2007	130.970	122.595	8.376	Município de Marinho Campos - MG - CNPJ: 18.315.234/0001-93	Em andamento.
----------------------------	--------	--------------------------	---	----------	---------	---------	-------	---	---------------

(*) A situação da avença foi baseada nos relatórios enviados pelos Gestores dos respectivos Convênios.

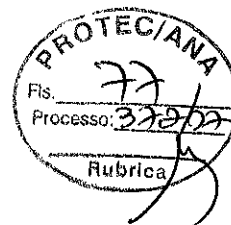




Tabela 4 – Saldos das Contas de Convênios com Vigências Expiradas

Convênio	SIAFI	CNPJ	CNPJ/Conveniente	Saldo das Contas R\$			Comentário
				Não liberado	A aprovar	A comprovar	
017/2001	417765	07.954.480/0001-79	GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ	2.253.030	5.835.351	-	Os servidores recém nomeados, em exercício na DICON, estão sendo capacitados para auxiliar na análise das prestações de contas do convênio.
019/2001	418129	33.762.154/0001-70	DIACONIA	-	7.120.535	-	Os servidores recém nomeados, em exercício na DICON, estão sendo capacitados para auxiliar na análise das prestações de contas do convênio.
018/2001	419026	01.440.615/0001-00	FUNDACAO DE APOIO AO DESENVOLVIMENTO DE ENSINO SUPERIOR	250.048	276.552	-	Os servidores recém nomeados, em exercício na DICON, estão sendo capacitados para auxiliar na análise das prestações de contas do convênio.
020/2001	419170	00.333.963/0001-07	FUNDACAO ESTADUAL DE MEIO AMBIENTE	-	19.200	-	Os servidores recém nomeados, em exercício na DICON, estão sendo capacitados para auxiliar na análise das prestações de contas do convênio.
031/2001	435017	19.198.118/0001-02	EMPRESA DE ASSIST TECNICA E EXTENSÃO RURAL DO EST DE MG	-	548.480	-	Os servidores recém nomeados, em exercício na DICON, estão sendo capacitados para auxiliar na análise das prestações de contas do convênio.
003/2002	450163	29.178.233/0001-60	PREFEITURA MUNICIPAL DE RESENDE - RJ	-	1.007.901	-	Os servidores recém nomeados, em exercício na DICON, estão sendo capacitados para auxiliar na análise das prestações de contas do convênio.
008/2002	455082	26.444.059/0001-62	SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE E RECURSOS HIDRICOS-DF	-	495.000	-	Os servidores recém nomeados, em exercício na DICON, estão sendo capacitados para auxiliar na análise das prestações de contas do convênio.
011/2002	455434	83.052.191/0001-62	EMPRESA DE PESQUISA AGROPECUARIA E EXTENSÃO	150.000	96.792	-	Os servidores recém nomeados, em exercício na DICON, estão sendo capacitados para auxiliar na análise das prestações de contas do convênio.
012/2002	462723	03.971.373/0001-06	FUNDACAO DE APOIO A EDUCACAO DO CEFET BAMBUI	330.076	98.988	-	Os servidores recém nomeados, em exercício na DICON, estão sendo capacitados para auxiliar na análise das prestações de contas do convênio.
018/2002	465920	33.641.663/0001-44	FUNDACAO GETULIO VARGAS - FGV	-	243.165	-	Os servidores recém nomeados, em exercício na DICON, estão sendo capacitados para auxiliar na análise das prestações de contas do convênio.

57

78

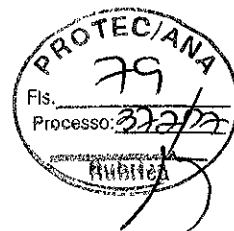
372/02

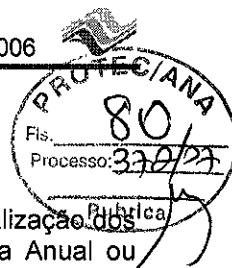
Rubrica



002/2003	486676	23.274.194/0001-19	FURNAS CENTRAIS ELETRICAS S A	-	2.790.858	-	Os servidores recém nomeados, em exercício na DICON, estão sendo capacitados para auxiliar na análise das prestações de contas do convênio.
003/2003	488922	12.176.046/0001-45	SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE E RECURSOS NATURAIS-PI	-	79.464	-	Os servidores recém nomeados, em exercício na DICON, estão sendo capacitados para auxiliar na análise das prestações de contas do convênio.
005/2004	505642	00.957.404/0001-78	SECRETARIA DO ESTADO MEIO AMBIENTE E DESENV. SUSTENTAVEL	-	60.000	-	Os servidores recém nomeados, em exercício na DICON, estão sendo capacitados para auxiliar na análise das prestações de contas do convênio.
009/2004	517179	17.387.481/0001-32	INSTITUTO MINEIRO DE GESTAO DAS AGUAS - IGAM	46.350	13.650	-	Os servidores recém nomeados, em exercício na DICON, estão sendo capacitados para auxiliar na análise das prestações de contas do convênio.
003/2005	524140	00.126.591/0001-48	ASSOCIACAO DE USUARIOS DA BACIA HIDROGRAFICA DO RIO PARA	7	470.108	-	Os servidores recém nomeados, em exercício na DICON, estão sendo capacitados para auxiliar na análise das prestações de contas do convênio.
006/2005	526392	29.969.193/0001-75	ASSOCIACAO BRASILEIRA DE RECURSOS HIDRICOS	-	82.000	-	Os servidores recém nomeados, em exercício na DICON, estão sendo capacitados para auxiliar na análise das prestações de contas do convênio.

* Dados relativos à UG : 443001





8.2. Contratos de Repasse

Dando prosseguimento à prestação de serviços pela Caixa Econômica Federal na operacionalização dos programas sob gestão da ANA, lastreados em recursos consignados na Lei Orçamentária Anual ou referentes a créditos adicionais, por meio de celebração de Contratos de Repasse com os Estados, Distrito Federal e Municípios, a Agência celebrou, em 28 de dezembro de 2006, o Contrato nº 0027, em substituição ao Contrato Administrativo ANA nº 007/2001, de 25 de julho de 2001, com o mesmo objetivo.

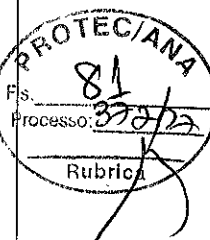
Na tabela 5, a seguir, são detalhados os contratos de repasse com transferências de recursos no exercício.

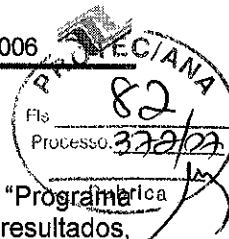


Tabela 5 – Contratos de Repasse com Transferências de Recursos no Exercício

CONTRATO REPASSE	SIAFI	OBJETO	DATA PUBLICAÇÃO DOU	VALORES EXECUTADOS NO EXERCÍCIO - R\$			BENEFICIÁRIO (razão social e CNPJ)	SITUAÇÃO DA AVENÇA
				Total	Concedente	Contrapartida		
0171679-99	520009	Recuperação e preservação de cursos d'água.	7/1/2005	1.900.000	1.900.000	0	Fundação Ruraiminas CNPJ - 17.291.105/0001-40	Obra atrasada. Avanço físico de 1,73 %, ref. 12/2006.
0167972-70	516406	Recuperação e manutenção de nascentes do Tijuco.	7/1/2005	100.000	100.000	0	PM de São Carlos/SP CNPJ - 45.358.249/0001-01	Obra em execução com avanço físico de 84,51 %, ref. 07/2006.
0184552-44	548755	Projeto piloto de conservação de água e solo nas Sub-bacias dos rios Bambuí e Samburá, no município de Bambuí/MG.	4/1/2006	370.579	364.704	5.875	PM de Bambuí/MG CNPJ - 20.920.567/0001-93	Avanço físico de 40,33 %, ref. 12/2006.
0187294-87	550763	Revitalização da Bacia do São Francisco, monitoramento da qualidade da água.	6/1/2006	186.000	186.000	0	Centro de Recursos Ambientais/BA CNPJ - 13.220.686/0001-78	Não iniciada
0187295-92	542572	Revitalização da Bacia do São Francisco, rede de monitoramento hidrometeorológico e da qualidade da água	29/12/2005	179.000	179.000	0	Agência Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos CNPJ - 06.052.204/0001-52	Não iniciada, ref. 11/2006.
0187296-05	550762	Monitoramento hidrometeorológico da Bacia do Rio São Francisco em Minas Gerais e Distrito Federal.	6/1/2006	344.000	344.000	0	Instituto Mineiro de Gestão das Águas - IGAM/MG CNPJ - 18.715.383/0001-40	Não iniciada, ref. 12/2006
0187616-71	550764	Revitalização de bacias de monitoramento hidrometeorológico da Bacia do Rio São Francisco.	6/1/2006	91.000	91.000	0	Superintendência de Recursos Hídricos do Estado da Bahia - SRH CNPJ - 00.535.623/0001-69	Não iniciada.
0187617-85	548756	Projeto de recuperação ambiental e revitalização da Bacia da Lagoa da Pampulha.	5/1/2006	9.960.000	8.000.000	1.960.000	PM de Belo Horizonte/MG CNPJ - 18.715.383/0001-40	Contrato celebrado com cláusula suspensiva.
0187621-44	542243	Revitalização da Bacia Hidrográfica Rio Negro.	4/1/2006	1.461.501	1.461.501	0	PM Bagé/RS CNPJ - 88.073.291/0001-99	Obra em execução com avanço físico de 33,27 %, ref. 12/2006.
0188395-20	550496	Projeto de desassoreamento e recuperação ambiental da Lagoa de Aratuama.	11/1/2006	693.000	693.000	0	PM Iguaçu Grande/RJ CNPJ - 01.615.882/0001-62	Obra atrasada. Indicação de avanço físico de 1,5 %, ref. 12/2006.
0202837-78	589454	Recursos Híd. - Rec e Pres de Mananciais D'água	29/12/2006	300.000	250.000	50.000	Prefeitura Mun. De Hortolândia - SP CNPJ - 67.995.027/0001-32	Em fase inicial.
0215222-27	584988	Rec. Híd. Despoluição de Corpos D'água	29/12/2006	7.200.000	6.000.000	1.200.000	Pref. Mun. de Bagé - RS CNPJ - 88.073.291/0001-99	Em fase inicial.
0215221-13	585745	Rec. Hídricos Rec. e Preserv. de Mananciais D'Água	29/12/2006	5.701.520	4.250.000	1.451.520	Pesquisa CNPJ - 01.682.869/0001-26	Em fase inicial

Fonte: Banco de Dados Caixa Econômica Federal.





8.3. PRODES – Remoção de Cargos Poluidoras de Bacias Hidrográficas

O Programa Despoluição de Bacias Hidrográficas – PRODES, também conhecido como “Programa Compra de Esgoto Tratado” por sua concepção voltada à avaliação e certificação de resultados, completou 6 anos de execução em 2006.

Apesar das restrições orçamentárias para a execução do Programa, o que impediu a contratação de novos empreendimentos em 2006, há muito que se comemorar com os resultados até então alcançados, seja pelos investimentos realizados no controle da poluição hídrica, seja pelas repercussões do Programa no campo institucional.

A experiência do PRODES já se constitui em uma das ações de maior visibilidade da Administração Pública nas áreas de saneamento e de gestão de recursos hídricos, sendo amplamente reconhecida tanto por lideranças da sociedade civil organizada, quanto pelos representantes do setor de saneamento e de recursos hídricos.

Prova de tal reconhecimento foi a seleção do PRODES como um dos subprogramas setoriais a serem desenvolvidos no âmbito do Plano Nacional de Recursos Hídricos (PNRH), lançado em 30 de janeiro de 2006.

Atribui-se grande valor ao PRODES como mecanismo de incentivo à institucionalização do SINGREH, dos SEGRHs e de seus respectivos instrumentos de gestão, fato que o diferencia dos demais programas governamentais voltados ao setor de saneamento.

Criado em 2001, o PRODES já permitiu a contratação de 38 empreendimentos em diversas regiões do país, principalmente nas bacias hidrográficas que enfrentam graves problemas de poluição hídrica pelo lançamento de esgotos sanitários sem tratamento. Desses, 19 já foram concluídos e encontram-se em certificação pela ANA, com uma capacidade instalada para abatimento de uma carga orgânica total de 76 ton DBO/dia, beneficiando uma população equivalente de 1,8 milhão de habitantes.

Até o presente momento, foram liberados aproximadamente R\$ 19,6 milhões para diversos serviços de saneamento no país, mediante o cumprimento de metas de abatimento de poluição.

Ano	Número de empreendimentos que iniciaram a certificação pelo PRODES	Recursos liberados (milhões R\$)
2002	1 ETE	-
2003	1 ETE	0,53
2004	7 ETEs	1,36
2005	5 ETEs	8,16
2006	5 ETEs	9,51
Total	19 ETEs	19,56

Verifica-se que, em 2006, foi autorizado o início do processo de certificação de mais 5 empreendimentos (ETE Praia Azul em Americana/SP, ETE Santa Mônica em Campinas/SP, ETE Capuava em Valinhos/SP, ETE Araretama em Pindamonhangaba/SP e ETE São Luiz do Paraitinga em São Luiz do Paraitinga/SP) e a liberação de recursos financeiros da ordem de R\$ 9,5 milhões, após verificado o cumprimento às metas de abatimento da carga poluidora estabelecidas em contrato.



9. GASTOS COM CARTÕES DE CRÉDITO

Demonstramos, a seguir, de forma sintética, os valores gastos com cartões de crédito, discriminando o total de despesas pagas mediante fatura e saques no exercício de 2006, bem como, a série histórica dos dois exercícios anteriores a que se referem as contas:

			R\$
Exercício	Despesas Pagas Mediante Fatura	Despesas Pagas Mediante Saques	Total
2004	0	0	0
2005	2.097	92.273	94.370
2006	46.921	36.581 ¹	83.502

¹ Após a realização da auditoria pela Secretaria Federal de Controle Interno e em atendimento às recomendações constantes em seu relatório, de maio de 2006, a Agência modificou seus procedimentos para a concessão de suprimento de fundos via cartão, na modalidade saque, tendo o mesmo sido admitido somente em situações excepcionais, quando não era possível a realização do pagamento via fatura.

A Tabela 6, a seguir, detalha o valor total, por processo, de despesas pagas mediante fatura e saques efetuados no exercício.

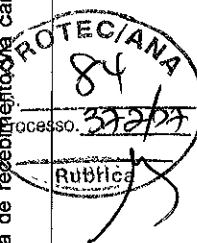
Grande parte dos saques refere-se ao primeiro semestre do exercício. A Agência modificou seus procedimentos para concessão de suprimento de fundos, via cartão, na modalidade saque, tendo a mesma sido admitida somente em casos excepcionais, mediante a utilização da Conta Corrente Tipo "B", previamente justificados com as razões de impedimento técnico ou legal que inviabilizaram o pagamento tipo fatura. Em janeiro de 2007, a Agência expediu a Circular nº 002/2007/SAF estabelecendo procedimentos para a concessão e utilização de suprimentos de fundos e a proibição de concessão na modalidade Cartão de Pagamento do Governo Federal – CPGF, tipo saque.



Tabela 6 - Saques Mediante Uso de Cartões de Crédito

R\$

Processo	Responsável	Valor dos Saques Efeituados	Valor das Despesas Realizadas	Justificativa da Concessão
02501.000070/2006-46	Daniel Jordão de Magalhães Rosa	625	588	Estimativa de gastos junto a estabelecimentos comerciais que poderiam não dispor de sistema de recebimento via cartão de crédito.
02501.000086/2006-59	Eduardo Gondim Calo	2.300	2.170	Estimativa de gastos junto a estabelecimentos comerciais que poderiam não dispor de sistema de recebimento via cartão de crédito.
02501.000086/2006-59	Eduardo Gondim Calo	1.030	910	Estimativa de gastos junto a estabelecimentos comerciais que poderiam não dispor de sistema de recebimento via cartão de crédito.
02501.000088/2006-48	Luiz Paulo Garcia Parente Filho	8.000	7.729	Despesas de caráter eventual e de urgência. Estimativa de gastos junto a estabelecimentos comerciais que poderiam não dispor de sistema de recebimento via cartão de crédito.
02501.000088/2006-48	Luiz Paulo Garcia Parente Filho	7.800	7.531	Despesas de caráter eventual e de urgência. Estimativa de gastos junto a estabelecimentos comerciais que poderiam não dispor de sistema de recebimento via cartão de crédito.
02501.000088/2006-49	Luiz Paulo Garcia Parente Filho	4.700	4.358	Despesas de caráter eventual e de urgência. Estimativa de gastos junto a estabelecimentos comerciais que poderiam não dispor de sistema de recebimento via cartão de crédito.
02501.000105/2006-47	Marco Antonio Neves de Azambuja	1.400	166	Atender gastos em viagem que exijam pronto pagamento em espécie.
02501.000108/2006-81	Ivarlindo Albuquerque Luna	384	384	Utilização em visitas de auditoria. Estimativa de gastos junto a estabelecimentos comerciais que poderiam não dispor de sistema de recebimento via cartão de crédito.
02501.000115/2006-82	Maurrem Ramon Vieira	1.000	678	Estimativa de gastos junto a estabelecimentos comerciais que poderiam não dispor de sistema de recebimento via cartão de crédito.
02501.000117/2006-71	Fabício Vieira Alves	500	134	Estimativa de gastos junto a estabelecimentos comerciais que poderiam não dispor de sistema de recebimento via cartão de crédito.
02501.000122/2006-84	Luiz Henrique Pinheiro Silva	300	42	Utilização em viagem (deslocamento para o interior), envolvendo despesas com prestação de serviços, pessoa física (barqueiro) e/ou estabelecimentos comerciais que poderiam não dispor de sistema de recebimento via cartão de crédito.
02501.000163/2006-71	João Luiz da Cunha	1.000	1.000	Visitas técnicas de auditoria. Estimativa de gastos junto a estabelecimentos comerciais que poderiam não dispor de sistema de recebimento via cartão de crédito.





02501.000163/2006-72	João Luiz da Cunha	2.000	1.050	Realização de pagamento a entidade de direito público estrangeiro – Embaixada de Cuba -, uma vez que a entidade não possui serviços de recebimento mediante cartões de crédito.
02501.000174/2006-51	Fernando Arruda Noleto	570	543	Estimativa de gastos junto a estabelecimentos comerciais que poderiam não dispor de sistema de recebimento via cartão de crédito.
02501.000178/2006-39	Cláudio Pereira	3.000	2.813	Necessidade de atender despesas eventuais que exijam pronto pagamento em espécie, não sendo possível a utilização do cartão de crédito.
02501.000375/2006-58	Luciano Meneses Cardoso da Silva	600	537	Estimativa de gastos junto a estabelecimentos comerciais que poderiam não dispor de sistema de recebimento via cartão de crédito.
02501.000413/2006-72	Ney Albert Murtha	3.950	3.950	Despesas de caráter eventual e de urgência. Estimativa de gastos junto a estabelecimentos comerciais que poderiam não dispor de sistema de recebimento via cartão de crédito.
02501.000413/2006-72	Ney Albert Murtha	1.350	1.233	Despesas de caráter eventual e de urgência. Estimativa de gastos junto a estabelecimentos comerciais que poderiam não dispor de sistema de recebimento via cartão de crédito.
02501.000466/2006-93	Pedro Dias Junior	800	345	Despesas de caráter eventual e de urgência. Estimativa de gastos junto a estabelecimentos comerciais que poderiam não dispor de sistema de recebimento via cartão de crédito.
02501.001549/2006-08	Eduardo Gondim Calo	210	210	Despesas de caráter eventual e de urgência. Estimativa de gastos junto a estabelecimentos comerciais que poderiam não dispor de sistema de recebimento via cartão de crédito.
02501.001655/2006-83	Luiz Paulo Garcia Parente Filho	300	210	Realização de pagamento a entidade de direito público estrangeiro, uma vez que a entidade não possui serviços de recebimentos via cartão de crédito.



10. RECURSOS HUMANOS

10.1. Quantitativo Pessoal e Cargos Comissionados

Ao final do exercício, o quadro de pessoal da Agência era de quatrocentos e trinta e um servidores, sendo cinco procuradores federais, duzentos e cinquenta e quatro terceirizados, vinte e seis estagiários e cento e quarenta e seis servidores integrantes do quadro efetivo da ANA, sendo que desses, seis encontravam-se cedidos a outros Órgãos, na forma detalhada no item 10.2. Tais servidores encontravam-se distribuídos nas diversas Unidades Organizacionais da Agência, conforme demonstrado na Tabela 7.

O efetivo de cargos comissionados, englobando pessoal nomeado sem vínculo, pessoal requisitado e pessoal do quadro efetivo, está representado por cento e trinta e três servidores, incluindo a Diretoria Colegiada e encontra-se distribuído nas diversas Unidades Organizacionais da ANA, conforme Tabela 8.

São ocupantes dos cargos CCTV, CCTIII e CCTI funcionários dos quadros efetivos da ANA e de outros Órgãos (servidores requisitados). A partir da edição da Lei nº 10.871/2004, esses cargos passaram a ser de ocupação privativa de ocupantes de cargos do Quadro de Pessoal Efetivo da ANA.



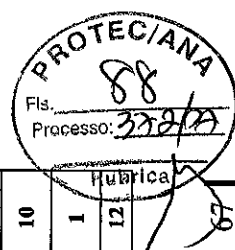
Tabela 7 – Quantitativos de Colaboradores por Situação Funcional e por Unidade Organizacional

Cargo/Unidade	Procuradores Federais com exercício descentralizado	Ativo Permanente						Terceirizados					TOTAL		
		Servidores Cedidos	Servidores com Licença para acompanhar cônjuge	Especialista em Recursos Hídricos	Especialista em Geoprocessamento	Analista Administrativo	Agente Administrativo	Analista de Sistema	Cactus BA	Cactus	Poliedro	City Car		Capital	Estagiários
ÁREA FIM															
Diretoria Colegiada - DC	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0
Área de Projetos - AP	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0
Superintendência de Implementação de Programas e Projetos - SIP	-	-	12	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2	14
Área de Informação - AI	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1
Superintendência de Administração da Rede Hidrometeorológica - SAR	-	-	8	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3	11
Superintendência de Gestão da Informação - SGI	-	-	1	9	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2	12
Área de Planejamento, Gestão e Capacitação - AG	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	1
Superintendência de Planejamento de Recursos Hídricos - SPR	-	-	13	1	1	-	-	-	-	-	-	-	-	1	16
Superintendência de Apoio à Gestão de Recursos Hídricos - SAG	-	-	14	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3	17
Área de Regulação - AR	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1
Superintendência de Outorga e Fiscalização - SOF	-	-	27	2	1	-	-	-	-	-	-	-	-	5	35
Superintendência de Usos Múltiplos - SUM	-	-	16	1	-	-	-	1	-	-	-	-	-	1	19
Piracicaba Capivari Jundiaí/SP	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1
TOTAL	0	0	94	13	2	1	1	0	-0	0	0	0	0	17	128
ÁREA MEIO															





Cargo/Unidade	Procuradores Federais com exercício descentralizado	Ativo Permanente						Terceirizados					Estagiários	TOTAL
		Servidores Ceditos	Servidores com Licença para acompanhar cônjuge	Especialista em Recursos Hídricos	Especialista em Geoprocessamento	Analista Administrativo	Analista de Sistema	Cactus BA	Cactus	Poliedro	City Car	Capital		
Chefia-de-Gabinete - GAB	-	-	-	-	-	-	-	-	2	-	-	-	-	2
Secretaria Geral - SGE	-	-	-	-	-	-	-	-	4	-	-	-	-	4
Centro de Documentação - CEDOC/SGE	-	-	-	-	-	3	-	-	16	-	-	-	4	23
Procuradoria Geral - PGE	5	-	-	-	-	-	-	-	6	-	-	-	3	14
Auditoria Interna - AUD	-	-	-	-	-	-	-	-	2	-	-	-	-	2
Coordenação-Geral das Assessorias - CGA	-	-	-	1	-	-	-	-	3	-	-	-	-	4
Assessoria Parlamentar - ASPAR/CGA	-	-	-	-	-	1	-	-	1	-	-	-	-	2
Assessoria de Comunicação Social - ASCOM/CGA	-	-	-	-	-	2	-	-	2	-	-	-	-	4
ASSESSORIA Internacional - ASINT/CGA	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	1
Assessoria de Planejamento - ASPLA/CGA	-	-	-	-	-	-	-	-	2	-	-	-	-	2
Área Administração - AA	-	-	-	1	-	-	-	-	2	-	1	-	-	4
Superintendência de Administração, Finanças e Gestão de Pessoas - SAF	-	-	-	-	0	15	-	-	154	30	9	10	2	220
TOTAL	5	0	0	2	0	21	0	0	195	30	10	10	9	282
ÁREA DESCENTRALIZADA														
Unidade Administrativa de Governador Valadares - UAR/MG	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1
Unidade Administrativa de Salvador - UAR/BA	-	-	-	1	-	-	-	9	-	-	-	-	-	10
Unidade Administrativa de Manaus - UAR/AM	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1
TOTAL	0	0	0	3	0	0	0	9	0	0	0	0	0	12





Cargo/Unidade	Procuradores Federais com exercício descentralizado	Ativo Permanente						Terceirizados					Estagiários	TOTAL	
		Servidores Cedidos	Servidores com Licença para acompanhar cônjuge	Especialista em Recursos Hídricos	Especialista em Geoprocessamento	Analista Administrativo	Agente Administrativo	Analista de Sistema	Cactus BA	Cactus	Poliedro	City Car			Capital
SERVIDORES EM LICENÇA/AFASTADOS/CEDIDOS															
LICENÇA	-	-	3	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3
Ministério do Meio Ambiente-MMA	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1
Ministério da Integração -MI	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1
Ministério do Planejamento - MP	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1
Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca -SEAP	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1
Centro de Pesquisa de Energia Elétrica-CEPEL/MME	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1
Centro Gestor e Operacional do Sistema de Vigilância da Amazônia -CENSIPAM	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1
TOTAL	0	6	3	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	9
TOTAL GERAL	5	6	3	99	13	23	1	9	195	30	10	10	26	431	

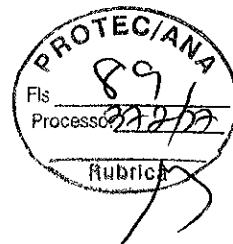
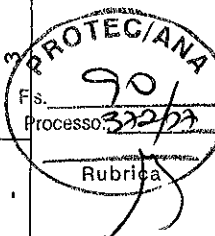




Tabela 8 -- Cargos Comissionados por Unidade Organizacional

UORG	Cargos Comissionados												
	CD I	CD II	CGE I	CGE III	CGE IV	CA III	CA II	CAS I	CAS II	CCT V	CCT III	CCT I	TOTAL
ÁREA FIM – SEDE													
Diretoria Colegiada	1	4	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	5
Área de Projetos - AP	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	1
Superintendência de Implementação de Programas e Projetos -SIP	-	-	1	1	2	-	-	-	-	1	4	-	9
Área de Informação - AI	-	-	-	-	-	-	1	-	-	1	-	-	2
Superintendência de Administração da Rede Hidrometeorológica - SAR	-	-	1	1	2	-	-	-	-	1	3	-	8
Superintendência de Gestão da Informação - SGI	-	-	1	1	2	-	-	-	-	1	4	-	9
Área de Planejamento, Gestão e Capacitação - AG	-	-	-	-	-	-	1	-	-	1	-	-	2
Superintendência de Planejamento de Recursos Hídricos - SPR	-	-	1	1	2	-	-	-	-	1	4	-	9
Superintendência de Apoio á Gestão de Recursos Hídricos - SAG	-	-	1	1	1	-	1	-	-	2	4	-	10
Área de Regulação - AR	-	-	-	-	-	-	1	-	-	1	-	-	2
Superintendência de Outorga e Fiscalização -SOF	-	-	1	-	5	-	-	-	-	1	5	-	12
Superintendência de Usos Múltiplos - SUM	-	-	1	1	2	-	-	-	-	2	4	-	10
Piracicaba Capivari Jundiaí/SP	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	1
TOTAL	1	4	7	6	16	0	5	0	0	12	29	0	80
ÁREA MEIO – SEDE													
Chefia-de- Gabinete -GAB	-	-	1	-	-	1	-	-	-	-	-	-	2
Secretária Geral - SGE	-	-	1	1	1	-	-	-	-	-	-	-	3
Centro de Documentação - CEDOC/SGE	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	1
Procuradoria Geral - PGE	-	-	1	-	4	-	2	-	-	-	-	-	7
Auditoria Interna - AUD	-	-	1	-	2	-	-	-	-	-	-	-	3



PROTEC/ANA
Fls. 91
Processo: 322/n
Rubrica



10.2. Quantitativo de Pessoal Requisitado/Cedido

O quantitativo de pessoal requisitado de outros órgãos, observado ao final do exercício, totalizava trinta e três servidores.

Em face da publicação, em 15 de dezembro de 2005, da Medida Provisória nº 269, convertida na Lei nº 11.292, de 26 de abril de 2006, publicada no Diário Oficial da União de 27 subsequente, a Agência efetuou em favor dos Órgãos e Entidades que mantêm servidores e empregados à disposição da Autarquia o reembolso dos valores referentes às suas remunerações e encargos sociais, devidos até 14 de dezembro de 2005, à exceção do Departamento Nacional de Produção Mineral – DNPM - R\$ 199,8 mil, da Universidade de São Paulo – USP - R\$ 46 mil, e da Fundação José Pinheiro - R\$ 36,6 mil.

Essas pendências serão regularizadas tão logo a parcela correspondente de recursos seja liberada pela Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda – STN/MF.

Por intermédio do Ofício nº 6/2007/GESEP/SAF-ANA, de 31 de janeiro de 2007, essa informação foi prestada à Coordenação-Geral de Cadastro, Lotação e Atendimento ao SIPEC da Secretaria de Recursos Humanos do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão – SRH/MP, em resposta ao Ofício nº 356/2006/COCLA/DASIS/SRH/MP, de 29 de dezembro de 2006 (Acórdão TCU nº 3.259/2006 – Tomada de Contas).

De outro lado, encontram-se cedidos a outros órgãos seis funcionários da Agência:

Órgão	Servidor Cedido
MMA – Ministério do Meio Ambiente	1
MI – Ministério da Integração	1
MP – Ministério do Planejamento	1
SEAP – Secretaria Especial de Arquitetura e Pesca	1
CEPEL/MME – Centro de Pesquisa de Energia Elétrica/Ministério do Meio Ambiente	1
CENSIPAM – Centro Gestor e Operacional do Sistema de Vigilância da Amazônia	1
Total	6

10.3. Admissões, Desligamentos e Aposentadorias

Relativamente ao segundo concurso público da Agência, objeto do Edital nº 1/2006/ANA, de 23 de março de 2006, foram nomeados sessenta e cinco servidores em cargos efetivos do quadro de pessoal, sendo trinta Especialistas em Recursos Hídricos, cinco Especialistas em Geoprocessamento e trinta Analistas Administrativos. Desses, foram empossados, em novembro de 2006, cinquenta e nove servidores.

Não há registro de atos de concessão de aposentadoria e pensão na Agência.

Os registros das admissões e desligamentos ocorridos no exercício foram devidamente cadastrados no Sistema de Avaliação e Registro dos Atos de Admissão e Concessões – SISAC/TCU, conforme comprovações de envio a seguir:

Código da Guia	Data do Envio	Hora do envio
GVNW.260J.VSYB.C1YT	4.5.2006	15:42:48
7PR7.C2VQ.7QE5.SA60	7.2.2007	10:43:50
XDEG.TO4V.EG1Z.L6CR	7.2.2007	10:55:03



As informações a serem encaminhadas à CGU, nos prazos e forma de que trata o art. 8º da IN/TCU nº 44/2002, foram comprovadas por meio do Ofício nº 31279/DPPES/DP/SFC/CGU/PR, de 27 de setembro de 2006.

10.4. Diárias

Na Tabela 9, a seguir, são demonstradas as diárias concedidas a servidores da Agência, iniciadas em final de semana ou feriado, com o detalhamento do beneficiário, local de destino, objetivos/motivação e os resultados respectivos das viagens:

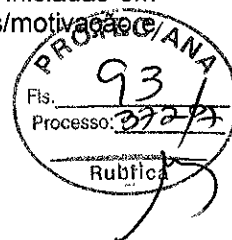
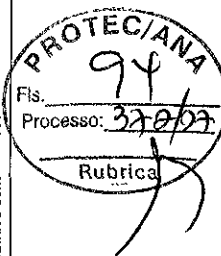


Tabela 9 - Relatório de Viagens Iniciadas nos Finais de Semana ou Feriados

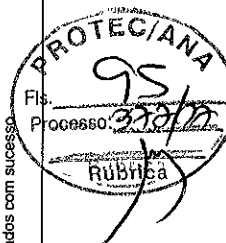
PCD	NOME	UORG	SERVIDOR/CONSULTOR	PERÍODO	PERCURSO	DIÁRIAS		PASSAGENS		TOTAL DE GASTOS	OBJETIVO DA VIAGEM	RESULTADO DA VIAGEM	R\$
						QTDE.	CONC.	VALORES	VALOR DO BILHETE				
14	JOÃO GILBERTO LOTUFO CONEJO	SPR	S	7-10/1/06	BSB/RJ/BSB			55	753	808	Aprovar a preparação do evento internacional da IWRM, participar do Workshop da IWRM.	Conforme Relatório Simplificado e Comprovação de Viagem apresentado a SAF pelo servidor, os trabalhos foram realizados com sucesso.	
61	OSCAR DE MORAES CORDEIRO NETO	AG	S	13/1/06	BSB/BH/BSB	0,5		137	614	751	Discutir projeto piloto de Saneamento Ambiental Integrado na Bacia do Rio Jequitinhonha	Conforme Relatório Simplificado e Comprovação de Viagem apresentado a SAF pelo servidor, os trabalhos foram realizados com sucesso.	
66	PATRICK THADEU THOMAS	SOF	S	20-22/1/06	BSB/CAMPINAS/PIRACICABA/BSB	1,5		202	579	781	Participar do evento de entrega dos boletins a representantes dos segmentos de usuários pagadores da Cobrança pelo Uso da Água	Conforme Relatório Simplificado e Comprovação de Viagem apresentado a SAF pelo servidor, os trabalhos foram realizados com sucesso.	
110	ROBERTO CARNEIRO DE MORAIS	SAG	S	24-25/2/06	RJ/RESENDE/BSB	1,0		96	-	96	23 e 24/01 - Participar da Reunião com a empresa Sondotécnica e a Comissão de Coordenação e Acompanhamento - CGA. 25/01 - Acompanhamento dos contratos de Repasses da cobrança - CEIVAP - CEIVAP 2003	Conforme Relatório Simplificado e Comprovação de Viagem apresentado a SAF pelo servidor, os trabalhos foram realizados com sucesso.	
111	ANTONIO FELIX DOMINGUES	CGA	S	17-19/2/06	BSB/BH/MONTALVANIA/BSB	2,5		363	-	363	Acompanhar, por solicitação, ao Deputado Márcio Rainaldo (PP/MG), em viagem de supervisão a projetos e a áreas problemáticas no município de Montalvania	Conforme Relatório Simplificado e Comprovação de Viagem apresentado a SAF pelo servidor, os trabalhos foram realizados com sucesso.	
112	HERBERT EUSENIO DE ARAUJO CARDOSO	SUM	S	17-19/2/06	BSB/BH/MONTALVANIA/BSB	2,5		302	-	302	Acompanhar, por solicitação, o Dep Márcio Rainaldo (PP/MG), para supervisão a projetos e áreas problemáticas no município de Montalvania	Conforme Relatório Simplificado e Comprovação de Viagem apresentado a SAF pelo servidor, os trabalhos foram realizados com sucesso.	
162	ANTONIO FELIX DOMINGUES	CGA	S	3-5/2/06	BSB/MACEIO/RJ/BSB	3,5		683	2.032	2.715	03/2 - em Maceió - verificação "In loco" das propostas da secretaria executiva de meio ambiente, Recursos Hídricos e Naturais 06/02 - Rio de Janeiro - Reunião na FINEP sobre o edital de água em aeroportos que será desenvolvido com a colaboração da ANA.	Conforme Relatório Simplificado e Comprovação de Viagem apresentado a SAF pelo servidor, os trabalhos foram realizados com sucesso.	
163	ANTONIO FELIX DOMINGUES	CGA	S	10-11/2/06	BSB/SP/BSB	1,5		315	795	1.110	Participar da 2ª reunião da Comissão Julgadora do 1º prêmio FIESP.	Conforme Relatório Simplificado e Comprovação de Viagem apresentado a SAF pelo servidor, os trabalhos foram realizados com sucesso.	
189	MARCOS ANDRE BAIOCO PORFIRIO	SOF	S	17/2/06	BSB/SP/BSB	0,5		109	1.189	1.299	Participar da reunião com a ABNT - GT 3/4 da CEET de Recursos Hídricos	Conforme Relatório Simplificado e Comprovação de Viagem apresentado a SAF pelo servidor, os trabalhos foram realizados com sucesso.	
209	OSCAR DE MORAES CORDEIRO NETO	AG	S	17/2/06	BSB/RJ/BSB	0,5		137	1.016	1.153	Participar da discussão no COPPE/UFRJ com o consultor Dr. Francisco Lobato e a Dra. Rosa Formiga sobre publicações de "Questões sobre Política de Água no Brasil"	Conforme Relatório Simplificado e Comprovação de Viagem apresentado a SAF pelo servidor, os trabalhos foram realizados com sucesso.	
212	DEVANIR GARCIA DOS SANTOS	SUM	S	24/2/06	BSB/BH/BSB	0,5		106	914	1.021	Participar de reunião para tratar de conservação de água e solo na Fundação Rural de Minas e EMATER.	Conforme Relatório Simplificado e Comprovação de Viagem apresentado a SAF pelo servidor, os trabalhos foram realizados com sucesso.	
345	JOSE MACHADO	AA	S	24-25/3/06	BSB/SALVADOR/BSB	1,5		315	1.037	1.352	Participar da inauguração da UAR-BA/ANA/CBHSF	Conforme Relatório Simplificado e Comprovação de Viagem apresentado a SAF pelo servidor, os trabalhos foram realizados com sucesso.	





Relatório de Gestão 2006

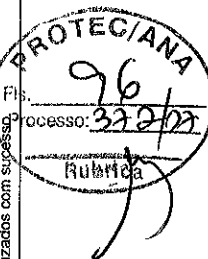
358	RODRIGO FLECHA FERREIRA ALVES	SAG	S	24-25/03/06	BSB/SALVADOR/BSB	1,5	315	778	1 093	Participar da inauguração da UAR-BA/ANA/CBHSF	Conforme Relatório Simplificado e Comprovação de Viagem apresentado a SAF pelo servidor, os trabalhos foram realizados com sucesso.
360	ROSANA GARJULLI SALES COSTA	SAG	S	24-25/03/06	BSB/SALVADOR/BSB	1,5	270	778	1 049	Participar da inauguração da UAR-BA/ANA/CBHSF	Conforme Relatório Simplificado e Comprovação de Viagem apresentado a SAF pelo servidor, os trabalhos foram realizados com sucesso.
361	ANA CAROLINA PINTO COELHO	SAG	S	24-25/03/06	BSB/SALVADOR/BSB	1,5	233	778	1.011	Participar da inauguração da UAR-BA/ANA/CBHSF	Conforme Relatório Simplificado e Comprovação de Viagem apresentado a SAF pelo servidor, os trabalhos foram realizados com sucesso.
397	MARIA INÊS MUANIS PERSECHINI	AG	S	7/4/06	BSB/SP/BAURER/BSB	1,5	226	633	859	Reunião com o consórcio responsável pela elaboração do Atlas de Obras Prioritárias para a Região Semi-Árida	Conforme Relatório Simplificado e Comprovação de Viagem apresentado a SAF pelo servidor, os trabalhos foram realizados com sucesso.
424	BRUNO PAGNOCCHESCHI	DC	S	8/4/06	BSB/RJ/BSB	1,5	315	883	1 198	Reunião com a administração da AGEVAP e CPRM	Conforme Relatório Simplificado e Comprovação de Viagem apresentado a SAF pelo servidor, os trabalhos foram realizados com sucesso.
518	NEY ALBERT MURTHA	UAR-MG	S	28-29/4/06	G.VALADARES/LARANJA DA TERRA/BAIXO GUANDUJG.VALADARES	1,5	172	-	172	Participar da UAR na atividade "Descida Ecológica do Rio Guandú"	Conforme Relatório Simplificado e Comprovação de Viagem apresentado a SAF pelo servidor, os trabalhos foram realizados com sucesso.
519	FABIANO HENRIQUE DA SILVA ALVES	UAR-MG	S	28-29/4/06	G.VALADARES/LARANJA DA TERRA/BAIXO GUANDUJG.VALADARES	1,5	143	-	143	Participar da UAR na atividade "Descida Ecológica do Rio Guandú"	Conforme Relatório Simplificado e Comprovação de Viagem apresentado a SAF pelo servidor, os trabalhos foram realizados com sucesso.
522	DALVINO TROCCOLI FRANCA	DC	S	28/4 a 1/5/06	BSB/PETROLINA/RECIFE/ PAULO AFONSO/BSB	3,5	636	859	1.495	Em Petrolina,acompanhar a Sr. Ministra do Meio Ambiente Marina Silva no II encontro e formação do programa Água Doce/Sede Zero Em Paulo Afonso, participar juntamente com a Chefia da operação e documentação fotográfica do fechamento das comportas do complexo de Paulo Afonso	Conforme Relatório Simplificado e Comprovação de Viagem apresentado a SAF pelo servidor, os trabalhos foram realizados com sucesso.
555	MARCOS ANTONIO DE SOUZA	SOF	S	19/5/06	BSB/RJ/BSB	0,5	109	428	538	Participar da 5ª Reunião CEET-ABNT de Recursos Hídricos	Conforme Relatório Simplificado e Comprovação de Viagem apresentado a SAF pelo servidor, os trabalhos foram realizados com sucesso.
562	LUÍS AUGUSTO PRETO	SUM	S	19/5/06	BSB/RJ/BSB	0,5	109	453	563	Participar da 5ª Reunião CEET-ABNT de Recursos Hídricos	Conforme Relatório Simplificado e Comprovação de Viagem apresentado a SAF pelo servidor, os trabalhos foram realizados com sucesso.
569	ANTONIO CARDOSO NETO	AR	S	19/5/06	BSB/RJ/BSB	0,5	122	453	575	Participar da 5ª Reunião CEET-ABNT de Recursos Hídricos	Conforme Relatório Simplificado e Comprovação de Viagem apresentado a SAF pelo servidor, os trabalhos foram realizados com sucesso.
573	NEY ALBERT MURTHA	UAR-MG	S	12/5/06	G.VALADARES/MARLIÉRIA/ G.VALADARES	0,5	110	-	110	Participação da UAR-MG na Reunião do Conselho Consultivo do Parque Estadual do Rio Doce	Conforme Relatório Simplificado e Comprovação de Viagem apresentado a SAF pelo servidor, os trabalhos foram realizados com sucesso.
617	ANNA PAOLA MICHELANO BUBEL	SOF	S	9/6/06	BSB/BH/BSB	0,5	122	588	710	Reunião para o acompanhamento do protocolo de compromisso 0001/2205 entre a Votorantim Metais Zinco S.A e a ANA	Conforme Relatório Simplificado e Comprovação de Viagem apresentado a SAF pelo servidor, os trabalhos foram realizados com sucesso.
618	LEONARDO PERES ARAUJO PIAU	SOF	S	9/6/06	BSB/BH/BSB	0,5	122	588	710	Reunião para acompanhamento do Protocolo de Compromisso 0001/2005 firmado entre a ANA e a Votorantim Metais Zinco S.A.	Conforme Relatório Simplificado e Comprovação de Viagem apresentado a SAF pelo servidor, os trabalhos foram realizados com sucesso.
628	HORACIO DA SILVA FIGUEIREDO JUNIOR	GAB	S	19-23/5/06	BSB/CORUMBA/BSB	3,5	559	-	559	Participar do Seminário no Festival Anância do Sul	Conforme Relatório Simplificado e Comprovação de Viagem apresentado a SAF pelo servidor, os trabalhos foram realizados com sucesso.
658	FLAVIA GOMES DE BARROS	SAG	S	5-7/5/06	BSB/FLORIANÓPOLIS/BSB	2,5	383	-	383	Trata-se de prorrogação da PCD 658/2006, onde o período inicialmente previsto não foi suficiente para participar da reunião na secretaria do estado de desenvolvimento sustentável.	Conforme Relatório Simplificado e Comprovação de Viagem apresentado a SAF pelo servidor, os trabalhos foram realizados com sucesso.





Relatório de Gestão 2006

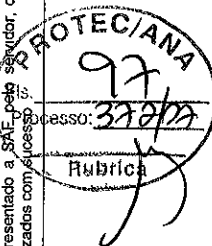
678	ELDIS CAMARGO NEVES DA CUNHA	PGE	S	26-27/5/06	BSB/SP/BSB	1,5	270	1.058	1 329	Participar do evento Viva a Mata, em comemoração ao dia da Mata Atlântica	Conforme Relatório Simplificado e Comprovação de Viagem apresentado a SAF pelo servidor, os trabalhos foram realizados com sucesso
704	NEY ALBERT MURTHA	UAR-MG	S	9-10/6/06	STO ANT. DO ITAMBÉ/S PE DOS FERROS/G VALADARES	1,0	117	-	117	Participar da UAR na reunião de mobilização para a nova composição do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Piranga	Conforme Relatório Simplificado e Comprovação de Viagem apresentado a SAF pelo servidor, os trabalhos foram realizados com sucesso
709	FABIANO HENRIQUE DA SILVA ALVES	UAR-MG	S	9-10/6/06	STO ANT. DO ITAMBÉ/S PE DOS FERROS/G VALADARES	1,0	97	-	97	Participar da reunião de mobilização para a nova composição do CBH do Rio Piranga	Conforme Relatório Simplificado e Comprovação de Viagem apresentado a SAF pelo servidor, os trabalhos foram realizados com sucesso
729	MARIO LUIZ NONATO CANEVELLO	SOF	S	9/6/06	BSB/VALPARAÍSO/BSB	0,5	44	-	44	Participar da Campanha de Campo para levantamento para Estimativa de Disponibilidade Hídrica em pequenas bacias de cabeceiras sem dados fluviométricos	Conforme Relatório Simplificado e Comprovação de Viagem apresentado a SAF pelo servidor, os trabalhos foram realizados com sucesso
743	MAURÍCIO ORLANDI RIBEIRO	SAR	S	9/6/06	BSB/VALPARAÍSO/BSB	0,5	55	-	55	Participar da Campanha de Campo para levantamento para Estimativa de Disponibilidade Hídrica em pequenas bacias de cabeceiras sem dados fluviométricos	Conforme Relatório Simplificado e Comprovação de Viagem apresentado a SAF pelo servidor, os trabalhos foram realizados com sucesso
746	FABRÍCIO VIEIRA ALVES	SAR	S	14/6/06	BSB/FORMOSA/BSB	0,5	109	-	109	Participar da Campanha de Campo para levantamento para Estimativa de Disponibilidade Hídrica em pequenas bacias de cabeceiras sem dados fluviométricos	Conforme Relatório Simplificado e Comprovação de Viagem apresentado a SAF pelo servidor, os trabalhos foram realizados com sucesso
764	FABRÍCIO VIEIRA ALVES	SAR	S	20/6/06	BSB/FORMOSA/BSB	0,5	55	-	55	Fazer o acompanhamento do projeto de monitoramento na bacia do Rio Preto	Conforme Relatório Simplificado e Comprovação de Viagem apresentado a SAF pelo servidor, os trabalhos foram realizados com sucesso
829	IVAN LAERTE FETT LAYDNER	SAG	S	26-27/6/06	BSB/BH/BSB	1,5	226	618	844	Participar de reunião para a construção da agenda de trabalho para Bacia do Rio Doce	Conforme Relatório Simplificado e Comprovação de Viagem apresentado a SAF pelo servidor, os trabalhos foram realizados com sucesso
859	JOSE MACHADO	AA	S	23-25/6/06	BSB/SP/GOIANIA/BSB	3,5	703	1 153	1 856	Em São Paulo - visitar ao Centro de Gerenciamento de Emergência - CGE e reunião de integração entre ANA e DAEE. Em Goiânia, representar a Ministra Marina da Silva na abertura do XVI Congresso Nacional de Ingestão e Drenagem	Conforme Relatório Simplificado e Comprovação de Viagem apresentado a SAF pelo servidor, os trabalhos foram realizados com sucesso
956	JOSE MACHADO	AA	S	14-17/7/06	BSB/SP/JACAREÍ/BSB	3,5	619	908	1 526	Em São Paulo - Participar da reunião com o Dr. Eduardo Jorge, Secretário Estadual de Verde e Meio Ambiente de São Paulo em Jacareí - Participar da 11ª reunião Extraordinária da Diretoria Colegiada da ANA e também do evento comemorativo dos 10 anos da criação do Comitê para Integração da Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul	Conforme Relatório Simplificado e Comprovação de Viagem apresentado a SAF pelo servidor, os trabalhos foram realizados com sucesso
1081	WALSZON TERLIZIE TERLIZIE ARAÚJO LOPES	SAR	S	18-23/8/06	BSB/MANAUS/MANACAPUR U/BSB	10,5	1 418	899	2 317	1. Participar do "V Curso Internac. de Mediação de Descarga Líquida em Grandes Rios: Técnicas de Mediação", que ocorrerá nas cidades de Manaus e Manacapuru-AM. 2. Lecionar a parte do programa do curso ref. à amostragem de sedimentos em suspensão, bem como dar suporte aos alunos em relação a qualquer item do programa	Conforme Relatório Simplificado e Comprovação de Viagem apresentado a SAF pelo servidor, os trabalhos foram realizados com sucesso
1082	VALDEMAR SANTOS GUIMARÃES	SAR	S	18-28/8/06	BSB/MANAUS/MANACAPUR U/BSB	10,5	1 699	899	2 598	Participar do "V Curso Internacional de Mediação de Descarga Líquida em Grandes Rios: Técnicas de Mediação", que ocorrerá nas cidades de Manaus e Manacapuru - AM	Conforme Relatório Simplificado e Comprovação de Viagem apresentado a SAF pelo servidor, os trabalhos foram realizados com sucesso
1083	OSCAR DE MORAES CORDEIRO NETO	AG	S	4/8/06	BSB/BH/BSB	0,5	137	619	755	Diretor participará da jornada de metodologia de avaliação do projeto Vila no Vale (SEMED - Universidade de Michigan)	Conforme Relatório Simplificado e Comprovação de Viagem apresentado a SAF pelo servidor, os trabalhos foram realizados com sucesso





Relatório de Gestão 2006

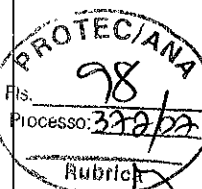
1095	BRUNO PAGNOCCHESCHI	DC	S	18-19/06	BSB/MANAUAS/BSB	1,5	329	1.044	1.374	Abertura do curso Mediação de Grandes Rios, Inauguração da UAR-AM e Assinatura de Acordado Coop com o Gov Est. do Amazonas.	Conforme Relatório Simplificado e Comprovação de Viagem apresentado a SAF pelo servidor, os trabalhos foram realizados com sucesso.
1114	CELSON ROSA DE ÁVILA	SAG	C	18-29/06	RJ/MANAUAS/ MANACAPURU/ MACÉIO	11,5	1.364	2.288	3.652	18 e 19/08 - organizar a logística do Curso Internacional de Mediação de Descarga Líquida em Grandes Rios, participar da Solenidade de Abertura do curso e ser o instrutor da aula teórica, na cidade de Manaus - AM, 20 a 26/08 - Participar como Instrutor do Curso Internacional de Mediação de Descarga Líquida em Grandes Rios na cidade de Manacapuru - AM, 27/08 - Participar como instrutor do Curso de Mediação de Descarga Líquida em Grandes Rios na cidade de Manaus - AM.	Conforme Relatório Simplificado e Comprovação de Viagem apresentado a SAF pelo colaborador, os trabalhos foram realizados com sucesso.
1115	PAULO EVERARDO MUNIZ GAMARRO	SAG	C	18-29/06	FOZ DO IGUAÇU/MANAUAS/ MANACAPURU/FOZ DO IGUAÇU	10,5	1.234	3.473	4.707	18 e 19/08 - organizar a logística do Curso Internacional de Mediação de Descarga Líquida em Grandes Rios, participar da Solenidade de Abertura do curso e ser o instrutor da aula teórica, na cidade de Manaus - AM, 20 a 26/08 - Participar como Instrutor do Curso Internacional de Mediação de Descarga Líquida em Grandes Rios na cidade de Manacapuru - AM, 27/08 - Participar como instrutor do Curso de Mediação de Descarga Líquida em Grandes Rios na cidade de Manaus - AM.	Conforme Relatório Simplificado e Comprovação de Viagem apresentado a SAF pelo colaborador, os trabalhos foram realizados com sucesso.
1117	ROSSINI FERREIRA MATOS SENA	SUM	S	18-28/06	BSB/MANAUAS/ MANACAPURU/BSB	10,5	1.182	899	2.081	Participar do V curso Internacional de mediação de Descarga Líquida em Grandes Rios: técnicos de mediação, nas cidades de Manaus e Manacapuru/AM.	Conforme Relatório Simplificado e Comprovação de Viagem apresentado a SAF pelo servidor, os trabalhos foram realizados com sucesso.
1118	PEDRO CUNHA	SUM	S	18-28/06	BSB/MANAUAS/ MANACAPURU/BSB	10,5	1.418	899	2.317	Participar do V curso Internacional de mediação de Descarga Líquida em Grandes Rios: técnicos de mediação, nas cidades de Manaus e Manacapuru/AM.	Conforme Relatório Simplificado e Comprovação de Viagem apresentado a SAF pelo servidor, os trabalhos foram realizados com sucesso.
1120	MAURO SILVO RODRIGUES	SAG	C	18-28/06	FLN/MANAUAS/ MANACAPURU/ FLN	10,5	1.261	2.204	3.465	18 e 19/08 - organizar a logística do Curso Internacional de Mediação de Descarga Líquida em Grandes Rios, participar da Solenidade de Abertura do curso e ser o instrutor da aula teórica, na cidade de Manaus - AM, 20 a 26/08 - Participar como Instrutor do Curso Internacional de Mediação de Descarga Líquida em Grandes Rios na cidade de Manacapuru - AM, 27/08 - Participar como instrutor do Curso de Mediação de Descarga Líquida em Grandes Rios na cidade de Manaus - AM.	Conforme Relatório Simplificado e Comprovação de Viagem apresentado a SAF pelo servidor, os trabalhos foram realizados com sucesso.
1122	CARLOS MOTTA NUNES	SIP	S	18-28/06	BSB/MANAUAS/MANACAPUR U/BSB	10,5	1.418	899	2.317	Participar do V Curso Internacional de Mediação de Descarga Líquida em Grandes Rios	Conforme Relatório Simplificado e Comprovação de Viagem apresentado a SAF pelo servidor, os trabalhos foram realizados com sucesso.
1125	MARIO LUIZ NONATO CANEVELLO	SOF	S	18-28/06	BSB/MANAUAS/MANACAPUR U/BSB	10,5	1.182	899	2.081	Participar do V curso Internacional de Mediação de Descarga Líquida em Grandes Rios - Técnicas de Mediação, a realizar-se em Manacapuru, AM.	Conforme Relatório Simplificado e Comprovação de Viagem apresentado a SAF pelo servidor, os trabalhos foram realizados com sucesso.
1127	FERNANDO ARRUDA NOLETO	SOF	S	18-28/06	BSB/MANAUAS/MANACAPUR U/BSB	10,5	1.182	899	2.081	Participar do V curso Internacional de Mediação de Descarga Líquida em Grandes Rios - Técnicas de Mediação, a realizar-se em Manacapuru, AM.	Conforme Relatório Simplificado e Comprovação de Viagem apresentado a SAF pelo servidor, os trabalhos foram realizados com sucesso.
1128	LUCIMAR REZENDE	SOF	S	18-28/06	BSB/MANAUAS/MANACAPUR U/BSB	10,5	1.182	899	2.081	Participar do V curso Intern. de Mediação de Descarga Líquida em Grandes Rios - Técnicas de Mediação, Manacapuru, AM.	Conforme Relatório Simplificado e Comprovação de Viagem apresentado a SAF pelo servidor, os trabalhos foram realizados com sucesso.





Relatório de Gestão 2006

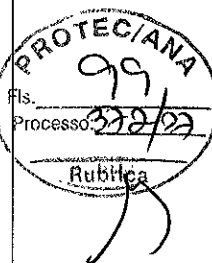
1129	LEONARDO PERES ARAUJO PIAU	SOF	S	18-28/06	BSB/MANAUAS/MANACAPUR U/BSB	10,5	1.418	899	2.317	Participar do V curso Internacional de Mediação de Descarga Líquida em Grandes Rios - Técnicas de Mediação, a realizar-se em Manacapuru, AM	Conforme Relatório Simplificado e Comprovação de Viagem apresentado a SAF pelo servidor, os trabalhos foram realizados com sucesso.
1130	VIVIANE DOS SANTOS BRANDÃO	SOF	S	18-28/06	BSB/MANAUAS/MANACAPUR U/BSB	10,5	1.418	899	2.317	Participar do V curso Internacional de Mediação de Descarga Líquida em Grandes Rios - Técnicas de Mediação, a realizar-se em Manacapuru, AM	Conforme Relatório Simplificado e Comprovação de Viagem apresentado a SAF pelo servidor, os trabalhos foram realizados com sucesso.
1132	FERNANDO ROBERTO DE OLIVEIRA	SIP	S	18-28/06	BSB/MANAUAS/MANACAPUR U/BSB	10,5	1.472	899	2.371	Participar do V curso Internacional de Mediação de Descarga Líquida em Grandes Rios em Manaus/AM Manacapuru, AM	Conforme Relatório Simplificado e Comprovação de Viagem apresentado a SAF pelo servidor, os trabalhos foram realizados com sucesso.
1139	MAURICIO ORLANDI RIBEIRO	SAR	S	18/06	BSB/FORMOSA/BSB	0,5	55	-	55	Fazer o acompanhamento do projeto de monitoramento na bacia do rio preto, atendendo à Meta 1 - Etapa 1.5 do Convênio ANA - SEMARH/DF, antes da entrega das estações hidrometeorológicas, e treinamento dos técnicos envolvidos na operação dos equipamentos automáticos (registrador de nível d'água da chuva)	Conforme Relatório Simplificado e Comprovação de Viagem apresentado a SAF pelo servidor, os trabalhos foram realizados com sucesso.
1140	FABRICIO VIEIRA ALVES	SAR	S	18/06	BSB/FORMOSA/BSB	0,5	55	-	55	Fazer o acompanhamento do monitoramento na bacia do rio preto	Conforme Relatório Simplificado e Comprovação de Viagem apresentado a SAF pelo servidor, os trabalhos foram realizados com sucesso.
1141	ANTONIO CARDOSO NETO	AR	S	18-28/06	BSB/MANAUAS/MANACAPUR U/BSB	10,5	1.418	899	2.317	Participar do V curso Internacional de medição de Descarga Líquida em Grandes Rios - técnicas de medição, nas cidades de Manaus e Manacapuru/AM.	Conforme Relatório Simplificado e Comprovação de Viagem apresentado a SAF pelo servidor, os trabalhos foram realizados com sucesso.
1148	BRUNO PAGNOCCHESCHI	DC	S	11/06	BSB/SP/BSB	0,5	137	1.058	1.195	Visitar as duas estações Unidades Remotas Telemétricas.	Conforme Relatório Simplificado e Comprovação de Viagem apresentado a SAF pelo servidor, os trabalhos foram realizados com sucesso.
1152	DALVINO TROCCOLI FRANCA	DC	S	18-21/06	BSB/MANAUAS/MANACAPUR U/BSB	3,5	638	899	1.538	Abertura do curso de Mediação de Grandes Rios, inauguração da UAR-AM e Assinatura de Acordo de Cooperação com o Governo do Estado de Amazonas.	Conforme Relatório Simplificado e Comprovação de Viagem apresentado a SAF pelo servidor, os trabalhos foram realizados com sucesso.
1271	PEDRO CARLOS POCCOTTI	SAF	C	7-8/06	SP/BSB/SP	1,5	251	1.158	1.409	Participar da reunião na Agência Nacional de Águas - ANA, referente elaboração e definição de diretrizes e estratégias para implantação do Cadastro de Usuários de Recursos Hídricos na Bacia do Rio Doce.	Conforme Relatório Simplificado e Comprovação de Viagem apresentado a SAF pelo servidor, os trabalhos foram realizados com sucesso.
1275	BENEDITO PINTO FERREIRA BRAGA JÚNIOR	DC	S	7-14/06	BSB/BEIJING/BSB	0,0	6.329	22.712	29.041	Participar do "IMR World Congress and Exhibit" e da reunião de trabalho no Ministério de Recursos Hídricos, em Pequim.	Conforme Relatório Simplificado e Comprovação de Viagem apresentado a SAF pelo servidor, os trabalhos foram realizados com sucesso.
1445	FABIANO HENRIQUE DA SILVA ALVES	UAR-MG	S	20-21/10/05	G.VALADARES/P.NOVA/ G.VALADARES	1,5	148	-	148	Reunião Preparatória para elaboração do Plano de Recursos Hídricos da Bacia Hidrográfica do Rio Doce	Conforme Relatório Simplificado e Comprovação de Viagem apresentado a SAF pelo servidor, os trabalhos foram realizados com sucesso.
1447	NEY ALBERT MURTHIA	UAR-MG	S	20-21/10/06	G.VALADARES/P.NOVA/ G.VALADARES	1,5	179	-	179	Reunião Preparatória para elaboração do Plano de Recursos Hídricos da Bacia Hidrográfica do Rio Doce	Conforme Relatório Simplificado e Comprovação de Viagem apresentado a SAF pelo servidor, os trabalhos foram realizados com sucesso.
1511	PEDRO DE SOUZA MECHAS	GAB	S	12-14/10/06	BSB/FLORIANOPOLIS/ LAJES/BSB	2,5	412	858	1.270	Aterir Projeto finalista do Prêmio ANA	Conforme Relatório Simplificado e Comprovação de Viagem apresentado a SAF pelo servidor, os trabalhos foram realizados com sucesso.
1536	ANTONIO FÉLIX DOMINGUES	CGA	S	27-28/10/06	BSB/S. J. R. PRETO/BSB	1,5	270	714	984	Proferir palestra sob o título "Política Nacional de Recursos Hídricos e Agricultura", a convite da Associação dos Engenheiros, Arquitetos e Agrônomos de São José do Rio Preto (SP), na sede da CIESP/FIESP	Conforme Relatório Simplificado e Comprovação de Viagem apresentado a SAF pelo servidor, os trabalhos foram realizados com sucesso.





Relatório de Gestão 2006

1557	WALTER COLLISCHON	AR	C	27/10/06	P ALEGRE/BSB/P ALEGRE	0,5	120	1.178	1.299	Apresentação do projeto "TWIN LATIN" IPI- UFRGS	Conforme Relatório Simplificado e Comprovação de Viagem apresentado a SAF pelo servidor, os trabalhos foram realizados com sucesso.
1574	FABIANO HENRIQUE DA SILVA ALVES	UAR-MG	S	27-28/10/06	G.VALADARES/MANHUMIRI M/G.VALADARES	1,5	148	-	148	Reunião Preparatória para elaboração do Plano de Rec. Hídricos da Bacia Hid. do Rio Doce	Cf. Relat. Simplificado e comprovação de viagem apresentados, os trabalhos foram realizados com sucesso.
1580	NEY ALBERT MURTHA	UAR-MG	S	27-28/10/06	G.VALADARES/MANHUMIRI M/G.VALADARES	1,5	179	-	179	Reunião Preparatória para elaboração do Plano de Recursos Hídricos da Bacia Hidrográfica do Rio Doce.	Conforme Relatório Simplificado e Comprovação de Viagem apresentado a SAF pelo servidor, os trabalhos foram realizados com sucesso.
1590	OSCAR DE MORAES CORDEIRO NETO	AP	S	27/10/06	BSB/RJ/BSB	0,5	137	949	1.055	Participar da reunião da Fundação Roberto Marinho para avaliação e aprovação da série de interprogramas do Projeto Caminho das Águas	Conforme Relatório Simplificado e Comprovação de Viagem apresentado a SAF pelo servidor, os trabalhos foram realizados com sucesso.
1661	FRANCISCO LOPES VIANA	SOF	S	10-12/11/06	BSB/P VELHO/BSB	2,5	468	1.094	1.562	Participação em Audiência Pública promovida por Furnas Centrais Elétricas S. A.	Conforme Relatório Simplificado e Comprovação de Viagem apresentado a SAF pelo servidor, os trabalhos foram realizados com sucesso.
1663	LEONARDO PERES ARAUJO PIAU	SOF	S	15-16/11/06	BSB/CORUMBÁ/BSB	1,5	233	1.414	1.647	Profen palestra no curso - Programa de Aperfeiçoamento das Polícias Ambientais da Federação.	Conforme Relatório Simplificado e Comprovação de Viagem apresentado a SAF pelo servidor, os trabalhos foram realizados com sucesso.
1668	NEY MARANHÃO	SPR	S	15-17/11/06	BSB/RJ/BSB	2,5	411	599	1.011	Participar da 10ª Reunião de Trabalho da Comissão de Coordenação e Acompanhamento do Plano ad Bacias Hidrográficas dos Rios Guandú, da Guarda e Guandu-Mirim	Conforme Relatório Simplificado e Comprovação de Viagem apresentado a SAF pelo servidor, os trabalhos foram realizados com sucesso.
1669	MARCELO PIRES DA COSTA	SPR	S	15-17/11/06	BSB/RJ/BSB	2,5	411	669	1.081	Participar da 10ª Reunião de Trabalho da Comissão de Coordenação e Acompanhamento do Plano ad Bacias Hidrográficas dos Rios Guandú, da Guarda e Guandu-Mirim	Conforme Relatório Simplificado e Comprovação de Viagem apresentado a SAF pelo servidor, os trabalhos foram realizados com sucesso.
1680	ANDRE RAYMUNDO PANTIE	SOF	S	17-20/11/06	BSB/P ALEGRE/BSB	3,5	560	1.178	1.738	Reunião Técnica com a Diretoria de Recursos Hídricos/SEMA/RGS.	Conforme Relatório Simplificado e Comprovação de Viagem apresentado a SAF pelo servidor, os trabalhos foram realizados com sucesso.
1710	FABRICIO VIEIRA ALVES	SAR	S	24/11 a 6/12/06	BSB/CUIABÁ/RONDONÓPOLIS/COXIM/CORUMBÁ/PORTO ESPERANÇA/PORTO MURTINHO/ CAMPO GRANDE/BSB	12,5	1.535	724	2.259	Instalar plataforma de coleta de dados com transmissão via satélite para coleta de dados do nível do rio e parâmetros de qualidade de água.	Conforme Relatório Simplificado e Comprovação de Viagem apresentado a SAF pelo servidor, os trabalhos foram realizados com sucesso.
1717	SERGIO AUGUSTO BARBOSA	SGI	S	8-17/12/06	MANAUS/PANAMAHAVANA/ SP/BSB/MANAUS	9,0	5.783	3.177	8.961	Realização da 2ª Missão Técnica da ANA em Cuba	Conforme Relatório Simplificado e Comprovação de Viagem apresentado a SAF pelo servidor, os trabalhos foram realizados com sucesso.
1718	MAURICIO CEZAR REBELLO CORDEIRO	SGI	S	8-17/12/06	MANAUS/PANAMAHAVANA/ SP/BSB/MANAUS	9,0	5.398	3.177	8.575	Realização da 2ª Missão Técnica da ANA em Cuba	Conforme Relatório Simplificado e Comprovação de Viagem apresentado a SAF pelo servidor, os trabalhos foram realizados com sucesso.
1723	BRUNO PAGNOCCHESCHI	DC	S	17-18/11/06	BSB/SP/BSB	1,5	315	558	873	Realizar duas sessões de entrevista com o consultor Fabio Feldman, referente a finalização dos trabalhos sobre Geo Recursos Hídricos.	Conforme Relatório Simplificado e Comprovação de Viagem apresentado a SAF pelo servidor, os trabalhos foram realizados com sucesso.
1725	FABRICIO VIEIRA ALVES	SAR	S	8-17/12/06	MANAUS/PANAMAHAVANA/ SP/BSB/MANAUS	9,0	5.205	3.177	8.382	Realização da 2ª Missão Técnica da ANA em Cuba	Conforme Relatório Simplificado e Comprovação de Viagem apresentado a SAF pelo servidor, os trabalhos foram realizados com sucesso.
1737	LEONARDO PERES ARAUJO PIAU	SOF	S	15-19/11/06	BSB/CORUMBÁ/BSB	3,0	364	-	364	Complementação da AV/PCD Nº 2006 01663	Conforme Relatório Simplificado e Comprovação de Viagem apresentado a SAF pelo servidor, os trabalhos foram realizados com sucesso.

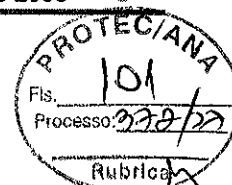




Relatório de Gestão 2006

1763	JOAQUIM GUEDES CORREA GONDIM FILHO	SUM	S	8-17/12/06	BSB/PANAMA/HAVANA/SP/ BSB	9,0	6.035	3.177	9.212	Realização da 2ª Missão Técnica da ANA em Cuba	Conforme Relatório Simplificado e Comprovação de Viagem apresentado a SAF pelo servidor, os trabalhos foram realizados com sucesso.
1766	JOAO AUGUSTO DE PESSOA	SUM	S	8-17/12/06	BSB/PANAMA/HAVANA/SP/ BSB	9,0	3.548	3.117	6.665	Realização da 2ª Missão Técnica da ANA em Cuba	Conforme Relatório Simplificado e Comprovação de Viagem apresentado a SAF pelo servidor, os trabalhos foram realizados com sucesso.
1777	JOAQUIM GUEDES CORREA GONDIM FILHO	SUM	S	8-9/12/06	BSB/MANUS	1,0	237	-	237	Perboite em Manaus	Conforme Relatório Simplificado e Comprovação de Viagem apresentado a SAF pelo servidor, os trabalhos foram realizados com sucesso.
1782	MAURICIO CEZAR REBELLO CORDEIRO	SIG	S	8-9/12/06	BSB/MANAUAS	1,0	204	-	204	Perboite em Manaus	Conforme Relatório Simplificado e Comprovação de Viagem apresentado a SAF pelo servidor, os trabalhos foram realizados com sucesso.
1783	JOÃO AUGUSTO DE PESSOA	SUM	S	8-9/12/06	BSB/MANAUAS	1,0	204	-	204	Perboite em Manaus	Conforme Relatório Simplificado e Comprovação de Viagem apresentado a SAF pelo servidor, os trabalhos foram realizados com sucesso.
1784	FERNANDO ROBERTO DE OLIVEIRA	SIP	S	8-9/12/06	BSB/MANAUAS	1,0	204	-	204	Perboite em Manaus	Conforme Relatório Simplificado e Comprovação de Viagem apresentado a SAF pelo servidor, os trabalhos foram realizados com sucesso.
1799	JOSE MACHADO	AA	S	24-25/11/06	BSB/JOINVILE/BSB	1,5	270	1.374	1.644	Participar da Solenidade Oficial de Lançamento da 1ª Outorga de Direito ad Uso da Água em Santa Catarina.	Conforme Relatório Simplificado e Comprovação de Viagem apresentado a SAF pelo servidor, os trabalhos foram realizados com sucesso.
1807	FERNANDO ROBERTO DE OLIVEIRA	SIP	S	8-17/12/06	MANAUAS/PANAMA/ HAVANA/SP/BSB	9,0	2.635	3.178	5.812	Realização da 2ª Missão Técnica da ANA em Cuba	Conforme Relatório Simplificado e Comprovação de Viagem apresentado a SAF pelo servidor, os trabalhos foram realizados com sucesso.
1866	LUIS AUGUSTO PRETO	SUM	S	8-11/12/06	BSB/CHAPADA DO CEUCAMPO GRANDE/SP/BSB	1,5	233	594	827	Ministrar palestra no Seminário Manejo Adequado e Impacto no uso de Defensivos Agrícolas no Entorno do Parque Nacional das Ervas.	Conforme Relatório Simplificado e Comprovação de Viagem apresentado a SAF pelo servidor, os trabalhos foram realizados com sucesso.





11. DEMONSTRATIVOS

11.1. Denúncias Recebidas

No exercício, não houve registro de denúncias recebidas pela ANA, por consequência, não demandou providências por parte desta Agência, conforme declaração constante do **Anexo I** a este relatório.

11.2. Tomadas de Contas Especiais - TCE

11.2.1. Demonstrativo sintético das TCE com valor inferior ao estabelecido pelo TCU em normativo específico

Por intermédio da Comunicação Interna nº 105/2007/GEEFI/SAF/ANA, **Anexo II** a este relatório, a Superintendência de Administração, Finanças e Gestão de Pessoas desta Agência informa que não houve instauração de Tomada de Contas Especial, cujo valor esteja abaixo do limite fixado pelo Tribunal de Contas da União, na forma do inciso I do art. 7º da IN/TCU nº 13/1996.

11.2.2. Demonstrativo sintético das TCE com aprovação da Prestação de Contas antes do envio ao TCU

Na forma da Comunicação Interna nº 105/2007/GEEFI/SAF/ANA, **Anexo II** a este relatório, a Superintendência de Administração, Finanças e Gestão de Pessoas desta Agência informa que não consta registro de ocorrência de Tomada de Contas Especial que, antes do encaminhamento ao TCU, tenha havido a aprovação da prestação de contas dos recursos financeiros repassados, mesmo que apresentada intempestivamente, ou tenha ocorrido o recolhimento do débito imputado, desde que comprovada a ausência de má-fé do responsável, conforme inciso II do art. 7º da IN/TCU nº 13/1996.

11.3. Danos ao Erário Público (Ressarcimento)

11.3.1. Demonstrativo de ocorrências de perdas, extravios ou outras irregularidades em que o dano foi imediatamente ressarcido

De acordo com as declarações prestadas pela Superintendência de Administração, Finanças e Gestão de Pessoas desta Agência, por intermédio da Comunicação Interna nº 047/2007/DIREL/SAF, **Anexo III** a este relatório, não há registro de ocorrências de perdas, extravios ou outras irregularidades em que o dano foi imediatamente ressarcido, sem que tenha sido caracterizada má-fé de quem lhe deu causa, sem instauração de Tomada de Contas Especial – TCE, conforme § 3º do art. 197 do RI/TCU.

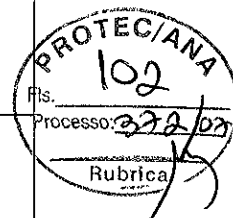
11.4. Contratos Administrativos (10 maiores)

Encontram-se demonstrados na Tabela 10, a seguir, os dez maiores contratos celebrados mediante realização de pregão, os contratos firmados com base em tomada de preços, e os contratos celebrados por dispensa e inexigibilidade de licitação. Não houve celebração de contratos envolvendo as demais modalidades de licitação.



Tabela 10 – Contratos Celebrados no Exercício de 2006

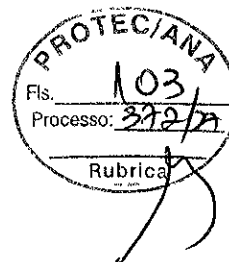
Número do Contrato	Data Contrato	Data publicação	Natureza da Despesa	Modalidade Licitação	Empresa	Objeto	Valor R\$	Nº Processo	R\$
006/ANA/2006	31/3/2006	18/4/2006	33.90.37	Pregão	Cactus Locação de Mão-de-Obra LTDA	Prestação de serviços de apoio às atividades administrativas da Contratante, de forma contínua, conforme especificações do Edital do Pregão Eletrônico nº 004/2006 e seus anexos e da proposta da Contratada, que passam a fazer parte integrante do Contrato como se transcrito fossem	9.394.000	02501.001500/2005-66	
008/ANA/2006	2/5/2006	3/5/2006	33.90.33	Pregão	Freedom Turismo LTDA	Prestação de serviços de reserva, emissão, marcação e remarcação de bilhetes de passagens terrestres e aéreas, nacionais e internacionais, e reservas em hotéis, para os servidores e colaboradores eventuais da ANA, quando em viagens no interesse de serviço, conforme características e configurações descritas no Pregão Eletrônico nº 003/2006 e seu respectivo Anexo I – Termo de Referência.	1.818.800	02501.001778/2005-33	
031/ANA/2006	29/12/2006	11/1/2007	44.90.52	Pregão (Reg. Preços)	Proad Informática LTDA	Fornecimento pela CONTRATADA de duzentas estações de trabalho, com garantia de três meses, conforme descrição e especificações contidas no Termo de Referência (Anexo I) do Edital do Pregão Eletrônico INCRA n. 20/2006, parte integrante deste instrumento	594.000	02501.001311/2006-74	
009/ANA/2006	9/6/2006	30/6/2006	33090.37	Pregão	Cactus Locação de Mão-de-Obra LTDA	Contratação de empresa para a prestação de serviços de apoio às atividades administrativas da Unidade Administrativa Regional - UAR da Agência Nacional de Águas - ANA, localizada na cidade de Salvador/BA e em locais de apoio à Secretária Executiva do Comitê - SECEX no âmbito das Câmaras Consultivas Regionais do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco, consoante especificações no Edital do Pregão Eletrônico nº 005/ANA/2006 e seus anexos e da proposta da CONTRATADA	475.073	02501.000015/2006-56	
029/ANA/2006	29/12/2006	10/1/2007	44.90.52	Pregão	Star do Brasil Informática LTDA	Aquisição e instalação de equipamentos de informática para a ampliação da capacidade de armazenamento corporativo (70 discos rígidos magnéticos de 300GB para Storage IBM DS4500 e três módulos de expansão para Storage IBM DS4500), consoante especificações no Edital do Pregão Eletrônico n. 023/ANA/2006 e seus anexos e da proposta da CONTRATADA	320.877	02501.001448/2006-29	
015/ANA/2006	10/1/2006	13/1/2006	44.90.52	Pregão (Reg. Preços)	Star do Brasil Informática LTDA	Fornecimento e instalação, pela CONTRATADA, de seis unidades de Console e oito unidades de Servidores, registrados, respectivamente, nos itens 3 e 4, da Ata de Registro de Preços n. 014/2006, do TRF/1ª Região, bem como a prestação de serviços de assistência técnica da garantia dos mesmos, conforme condições, especificações técnicas constantes dos Anexos deste Contrato	267.897	02501.001343/2006-70	
028/ANA/2006	28/12/2006	10/1/2007	44.90.52	Pregão (Reg. Preços)	Star do Brasil Informática LTDA	Fornecimento e instalação, pela CONTRATADA, de cinco unidades de Servidores, registrados no item 4, da Ata de Registro de Preços n. 014/2006, do TRF/1ª Região, bem como a prestação de serviços de assistência técnica da garantia dos mesmos, conforme condições, especificações técnicas constantes dos Anexos deste Contrato	158.811	02501.001825/2006-20	
001/ANA/2006	16/01/2006	18/01/2006	33.90.39	Pregão	Amerioel S/A	Prestação de Serviço Móvel Pessoal – SMP, no Distrito federal, com fornecimento de até 50 (cinquenta) aparelhos digitais, em regime de comodato, conf. Características e configurações descritas no Pregão Eletrônico nº 012/2005 e seu respectivo Anexo I – Termo de referência	120.432	02501.001379/2005-72	





Relatório de Gestão 2006

017/ANA/2006	22/11/2006	28/11/2006	44.90.52	Pregão (Reg Pregos)	Star do Brasil Informática LTDA	Aquisição de 5 unidades do servidor tipo 13 marca IBM, modelo Xsénos 338 (833725U), com garantia, conforme as especificações técnicas descritas na cláusula 1, item 13, da Ata de Registro de Preços nº 99/2005 - JFPE, da Justiça Federal de Primeira Instância - Seção Judiciária de Pernambuco.	62 750	02501.001158/2006-85
013/ANA/2006	21/08/2006	31/08/2006	33 90 39	Pregão	Type Máquinas e Serviços LTDA	Prestação de serviços de impressão e reprografia, com o fornecimento de equipamento e seus insumos, exceto papel, com sistema de gerenciamento de impressões na Agência Nacional de Águas, conforme especificações no Edital do Pregão Eletrônico n. 010/ANA/2006 e seus anexos e da proposta da CONTRATADA.	58 176	02501.000549/2006-82
025/ANA/2006	27/11/2006	28/12/2006	44 90 51	Tomada de Preços	Cristofer Luiz Theodoroviz - Conceito Engenharia Ltda	prestação de serviços de engenharia para obra de reforma do Bloco "L", consoante especificações da Tomada de Preços n. 001/2006 e seus respectivos Anexos	639.625	02501.001184/2006-11
024/ANA/2006	27/11/2006	28/12/2006	44.90.51	Tomada de Preços	HM Arquitetura e Construções LTDA.	construção, com fornecimento de materiais, de cobertura com telha metálica tipo isotérmica, entre os Blocos "L", "M" e o Auditório, incluindo as obras de fundação dos pilares de sustentação, conforme especificações técnicas do Edital da Tomada de Preços n. 002/2006 e respectivos Anexos	187 520	02501.000765/2004-66
004/ANA/2006	23/3/2006	3/4/2006	33 90 39	Dispensa	Fundação Universidade de Brasília	Prestação de serviços com vistas à organização e à realização de todas as etapas do concurso público para provimento de 65 vagas de cargos de nível superior, sendo 30 para o cargo de Especialista em Recursos Hídricos, 5 para o cargo de Especialista em Geoprocessamento e 30 para o cargo de Analista Administrativo, conforme constante do Termo de Referência e da proposta encaminhada pela Contratada à Contratante.	452 500	02501.001475/2004-30
027/ANA/2006	28/12/2006	21/1/2007	33.90.39	Dispensa	Caixa Econômica Federal	Prestação de serviços pela CAIXA na operacionalização dos programas sob gestão da ANA, lastreados em recursos consignados na Lei Orçamentária anual ou referentes a créditos adicionais, por meio da celebração de Contratos de Repasse com os Estados, Distrito Federal e Municípios	100.000	02501.001214/2006-81
011/ANA/2006	17/8/2006	1/9/2006	33 90 39	Dispensa	Fundação para o Desenvolvimento da Agronomia - FUNDAÇÃO DESAGRO	Locação do imóvel comercial, localizado na Avenida Magalhães Neto, nº 1450, Edifício Millennium, Sala 1.203, Bairro Pituba, em Salvador/BA, para fins de instalação da Unidade Administrativa Regional da ANA em Salvador/BA - UAR/Salvador.	14 400	02501.000561/2006-97
014/ANA/2006	4/10/2006	23/10/2006	33 91 39	Inexigibilidade	RADIOBRÁS- Empresa Brasileira de Comunicações S/A	Distribuição da publicidade legal impressa e/ou eletrônica de interesse da ANA	82 000	02501.001140/2006-83





12. TCU/CGU

Encontram-se relacionadas, a seguir, as determinações do Tribunal de Contas da União e recomendações da Secretaria Federal de Controle da Controladoria Geral da União enviadas a esta Agência, em 2006, bem como as providências adotadas para o seu cumprimento.

12.1. Determinações TCU

Acórdão nº 3021/2006 – 2ª Câmara, publicado no Diário Oficial da União em 3/11/2006.

Interessado: Tribunal de Contas dos Municípios no Estado de Goiás

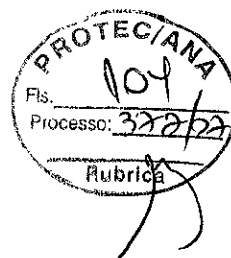
Assunto: Contrato 003/2003-CPL, firmado entre a Prefeitura e a empresa Arte Flora Comércio de Flores e Plantas Ltda., e edital de Tomada de Preços nº 010/2002, encaminhados pelo TCM por envolver recursos federais (Convênio 32/2001).

Determinação TCU

"1 – Determinar à Agência Nacional de Águas (ANA), nos termos do art. 43, inciso I, da Lei nº 8.443/92, que providencie a restituição aos cofres públicos dos valores impugnados referentes ao contrato 003/2003, celebrado entre a Prefeitura de Formosa e a empresa Arte Flora Comércio de Flores e Plantas Ltda. (Convênio 032/2001), instaurando, se necessário, a devida tomada de contas especial".

Situação/Providências ANA.

A Tomada de Contas Especial - TCE já havia sido instaurada pela Portaria nº 161, de 29/09/2006. Conforme informações do Presidente da Comissão, a TCE encontra-se com relatório final assinado em fase de encaminhamento aos Órgãos de Controle.





12.2. Recomendações CGU

Relatório de Auditoria nº 175.777 – Secretaria Federal de Controle Interno
Auditoria de Gestão

4 GESTÃO FINANCEIRA

- 4.1 SUBÁREA - RECURSOS DISPONÍVEIS
- 4.1.1 ASSUNTO – Cartão de Pagamento do Governo Federal
- 4.1.1.1 CONSTATAÇÃO (023)

UTILIZAÇÃO DE CARTÃO DE PAGAMENTO DO GOVERNO FEDERAL (CPGF) EM DESACORDO COM A LEGISLAÇÃO

Constatações – CGU

Por meio da Solicitação de Auditoria 175777/001, item "e", foi solicitada a seguinte informação: se a unidade utilizou o cartão de crédito corporativo e, em caso afirmativo, a disponibilização da lista dos respectivos processos.

Por meio da Comunicação Interna nº 68/2006/SAF, de 28/3/2006, o Superintendente de Administração e Finanças encaminhou a seguinte mensagem ao Auditor Interno da ANA: "Informamos que houve a utilização por parte desta Agência do Cartão de Crédito Corporativo do Governo Federal". Em anexo foi enviada a relação dos 49 (quarenta e nove) processos formados no exercício de 2005.

Por meio da SA 175177/003, foi solicitada a disponibilidade dos seguintes processos:

- 02501.000945/2002-86; 02501.001856/2004-19;
- 02501.000308/2005-52; 02501.001855/2004-74;
- 02501.001171/2005-53; 02501.001178/2005-75;
- 02501.001394/2005-11; 02501.001402/2005-29.

Na análise dos processos selecionados, verificamos os seguintes aspectos das despesas realizadas por meio de Cartão de Pagamento do Governo Federal:

- a) formalização das prestações de contas decorrentes, notadamente quanto aos aspectos de autorização, 'atesto' e suporte documental das despesas; e
- b) comprovação e justificativas para os pagamentos efetuados em moeda corrente, em detrimento do uso do cartão em transações a crédito.

Ressaltamos que nos processos 02501.001402/2005-29, 02501.001171/2005-53, 02501.001178/2005-75 e 02501.000945/2002-86, não houve despesas realizadas por meio de Cartão de Pagamento do Governo Federal.

Quanto às prestações de contas, verificamos, nos processos analisados, que as despesas realizadas pelos portadores (mediante saques ou compras a crédito) estavam comprovadas nos autos por meio de documentos hábeis devidamente atestados.

Quanto aos pagamentos efetuados em moeda corrente, em detrimento do uso do cartão em transações a crédito, verificamos que esse tipo de transação foi utilizada em 96,8% dos processos analisados e que as mesmas estavam comprovada, porém não possuíam justificativas.

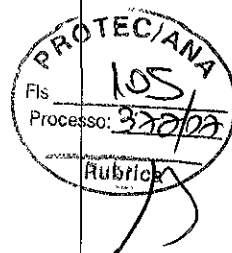
Por meio da SA 175777/006, foram solicitados esclarecimentos para os seguintes fatos:

- Processos 02501.001855/2004-74, 02501.000308/2005-52 e 02501.001856/2004-19:

1) falta de definição de prazos para aplicação dos recursos e para apresentação da prestação de contas;

2) realização de saques sem autorizações, descumprindo o que determina a Macrofunção SIAFI 02.11.21, item 8.4;

3) utilização do cartão, na sua quase totalidade para saque e não excepcionalmente conforme determina o item 8.4, da Macrofunção SIAFI 02.11.21;





- 4) a utilização de saques em valores superiores à despesa a ser realizada, descumprindo o item 8.5, da Macrofunção SIAFI 02.11.21; e
- 5) falta dos demonstrativos mensais e das faturas nas apresentações da prestação de contas, conforme determina o item 11.5.10, da Macrofunção SIAFI 02.11.21.

- Processo 02501.001855/2004-74:

item 1 – o DESPACHO/GEEFI/SAF-ANA, de 11/4/2005, (fls. 90 a 93) que aprovou a 1ª Prestação de Contas, continha as seguintes recomendações ao suprido: que agilizasse a comprovação dos recursos faltantes e que passasse a adotar a partir daquele momento o procedimento de saque somente para excepcionais e, em cujas situações, sua comprovação pudesse realizar-se em um prazo máximo de três dias após o saque.

Verificamos, no entanto, que novos saques (3/5, 11/5 e 8/6) foram feitos sem nenhuma excepcionalidade justificada e antes mesmo de comprovação dos recursos já sacados anteriormente.

item 2 – nos despachos e notas técnicas que aprovaram as demais prestações de contas não foi emitido nenhum comentário a despeito das recomendações feitas por meio do DESPACHO/GEEFI/SAF-ANA, de 11/4/2005 e não cumpridas pelo suprido;

item 3 - verificamos que os oito mil reais sacados de 26/2 a 21/3, só foram comprovados com a apresentação da sexta prestação de contas em 13/6/2005;

item 4 – as Notas de Empenho 928 e 929, que constam do processo como sem efeito, não foram anuladas e seus valores, ainda que parcialmente, foram pagos;

item 5 – a última prestação de contas constante do processo foi aprovada em 7/10/2005, por meio da Nota Técnica nº 056/GEEFI/SAF/ANA (folha 308). As prestações de contas constantes do processo consideram recursos liberados no total de R\$ 15.000,00, que se referem às ordens bancárias emitida até 27/6/2005. Verificamos, no entanto, que foram emitidas em 2005 Ordens Bancárias em favor do suprido que totalizaram R\$ 29.500,00.

- Processo 02501.001856/2004-19:

1) aquisição de materiais permanentes (livros), descumprindo o item 9.6 da Macrofunção SIAFI 02.11.21;

2) pagamento de multa no valor de R\$ 127,69, sem que tenham sido informados das providências para o seu ressarcimento (fl. 1197); devolução de apenas parte do valor pago a maior à empresa Submarino.

Recomendações CGU

À Agência Nacional de Águas – ANA, que:

a) quando da concessão de suprimento de fundos, faça uso do formulário disponível no endereço http://www.stn.fazenda.gov.br/programacao_financeira/execucao_financeira.asp, conforme item 5.2 da Macrofunção SIAFI 02.11.21;

b) nas aquisições de bens e serviços com cartão de crédito corporativo, atente para a possibilidade de ocorrência de fracionamento de despesas, com fuga ao procedimento licitatório, em afronta ao art. 23 da Lei nº 8.666/1993;

c) se abstenha de comprar material permanente com recursos de suprimento de fundos e utilize essa modalidade apenas para despesas as quais não se possa utilizar o processo normal de compra;

d) obedeça o princípio da segregação de funções quando do atesto dos documentos que compõem as prestações de contas.

Resaltamos, ainda, que o uso do cartão de crédito traz diversos ganhos para a administração pública. Esses ganhos, contudo, deixam de existir quando o pagamento das despesas é feito em espécie, utilizando-se o cartão apenas para viabilizar saques de numerário diretamente da Conta Única. Assim sendo e tendo em vista que o procedimento de saque tem predominado nas concessões de suprimentos via CPGF no âmbito da ANA, recomendamos à Unidade que:

a) atente para o fato de que, quanto justificável, o procedimento de saque em Cartão de Pagamento do Governo Federal depende de prévia autorização do ordenador de despesas, autorização essa que deve ser devidamente formalizada, explicitando-se os fundamentos que a justificaram; e

b) nos casos de necessidade de pagamento em espécie, utilize o suprimento de fundos via conta bancária e desse forma se submeteria aos seus limites de valores.

Por fim, alertamos a Unidade que atente para o cumprimento rigoroso da Macrofunção SIAFI 02.11.21, em especial quanto aos seguintes itens:

6.1.2 – Na concessão serão estabelecidos os valores de gasto para a modalidade de fatura e de saque, necessitando de justificativa, se autorizado algum valor na modalidade de saque.

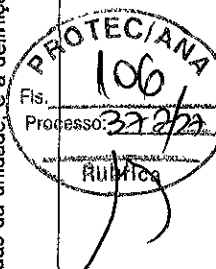
6.4 – Do ato de concessão de suprimento de fundos constará, obrigatoriamente:

6.4.1 – Prazo máximo para utilização dos recursos;

6.4.2 – Prazo para prestação de contas; e

6.4.3 – Sistemática de pagamento, se somente fatura, ou também saque, quando for movimentado por meio de Cartão de Pagamento do Governo Federal.

6.5 – A cada concessão de suprimento de fundos, seja qual for o meio de pagamento, deverá haver a identificação da motivação do ato, esclarecendo as demandas da unidade, e a definição de valores compatíveis com a demanda, vinculando o gasto com o suprimento de fundos.





8.2 – O prazo máximo para aplicação do suprimento de fundos será de até 90 (noventa) dias a contar da data do ato de concessão do suprimento de fundos, e não ultrapassará o término do exercício financeiro.

8.4 – Quando a entrega do numerário for mediante limite do Cartão de Pagamento, a despesa deve ser efetuada de meio de pagamento a um estabelecimento afiliado, utilizando-se a modalidade de fatura.

Somente na impossibilidade da utilização em estabelecimento afiliado é que deve haver o saque, desde que autorizado em cada concessão de suprimento de fundos, sempre sendo evidenciado eu se trata de procedimento excepcional e carente de justificativa formal.

8.5 – Quando o suprido efetuar saques da conta corrente ou por meio do Cartão de Pagamento do Governo Federal, o valor do saque deverá ser o das despesas a serem realizadas.

8.6 – Se o valor do saque exceder ao da despesa a ser realizada, o valor excedente deverá ser devolvido, por intermédio da GRU, código de recolhimento 68808-8 – anulação de despesa no exercício, no prazo máximo de 3 (três) dias úteis a partir do dia seguinte ao da data do saque, diminuindo o valor do suprimento a ser utilizado.

8.7 – Se o valor excedente do saque a que se refere o item 8.6 não for maior que R\$ 30,00 (trinta reais), o suprido deverá efetuar a devolução conforme o item 8.6, 3 (três) dias úteis. Na data em que o valor excedente somar R\$ 30,00 (trinta reais), o suprido deverá efetuar a devolução conforme o item 8.6.

8.8 – Caso algum valor em espécie permaneça com o suprido sem justificativa formal por prazo maior que o indicado no item acima, autoridade competente deverá apurar responsabilidades.

8.9 – Nos casos em que o suprido ausentar-se por prazos extensos ou estiver impossibilitado de efetuar saques por períodos longos, poderá permanecer com valores em espécie acima do prazo do item 8.6, justificando formalmente as circunstâncias que impediram os procedimentos normais.

11.1 – No ato em que autorizar a concessão de suprimento, a autoridade ordenadora fixará o prazo da prestação de contas, que deverá ser apresentada dentro dos 30 (trinta) dias subsequentes do término do período de aplicação.

Situação/Providências – ANA

Pelo Ofício nº 290/2006/SAF-ANA, de 25/5/2006, encaminhado ao Senhor Diretor de Auditoria da Área de Infra-Estrutura da Secretaria Federal de Controle Interno, a Superintendência de Administração, Finanças e Gestão de Pessoas – SAF/ANA, informou que acatou na íntegra as recomendações, e que foram adotadas todas as medidas, a partir de então, para cumprir rigorosamente o previsto na Macrofunção SIAFI, e, para os casos onde haja necessidade de pagamento em espécie, passou-se a adotar a sistemática anterior ao suprimento de fundos via conta bancária, observando os limites para a modalidade.

5 GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS

5.2 SUBÁREA – INDENIZAÇÕES

5.2.1 ASSUNTO – DIÁRIAS

5.2.1.1 – CONSTATAÇÃO: (004)

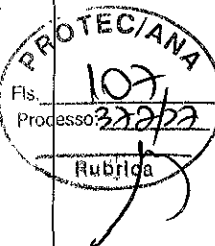
FALHAS VERIFICADAS EM PROCESSO DE DIÁRIAS NO PAÍS

Constatações – CGU

Foram analisados 04 (quatro) processos de diárias, englobando a análise de 25 (vinte e cinco) Solicitação/Autorização de Viagem/Pedido de Concessão de Diárias – AV/PCD, envolvendo viagens nacionais, ou seja, no País, no valor total de R\$ 17.393,91 (dezesseis mil, trezentos e noventa e um centavos), sendo evidenciadas as falhas incorridas e detectadas, por processo e nº de AV/PCD, como segue:

- solicitação/autorização de viagem sem atentar para o mínimo de dez dias do início da viagem, em desobediência ao art. 2º, I, da Portaria MP nº 98/2003;
- liberação dos recursos durante ou após a realização da viagem, contrariando o art. 6º do Decreto nº 343/1991;
- relatório de viagem e bilhetes de passagem arquivados fora de ordem, o que dificulta a análise do processo e induz a pensar que o referido relatório foi entregue depois do prazo para a prestação de contas (cinco dias);
- no formulário AV/PCD os campos destinados ao proponente e ao ordenador de despesa não estão datados, o que dificulta a análise, notadamente, quanto à questão do planejamento da viagem.

Por derradeiro informa-se que, em que pese a iniciativa da Agência em adotar procedimentos corretivos, constatou-se, embora de forma menos assídua, as mesmas ocorrências verificadas no Relatório de Auditoria de Gestão de 2004 nº 161563 e na Nota Técnica nº 1278/DIAMB/SFC/CGU-PR, de 11/1/2005.



**Recomendações CGU**

Tendo em vista que falhas da espécie já foram objeto de recomendações anteriores e, mesmo, assim, continuam ocorrendo, embora de forma menos acentuada em face de gestões corretivas adotadas pela Agência, recomendamos à ANA a adoção de tratamento mais efetivo reforçando novamente, junto às suas Unidades Administrativas, a necessidade do planejamento das viagens com antecedência mínima de 10 dias e da liberação dos recursos antes do deslocamento do beneficiário.

Situação/Providências – ANA

Pelo Ofício nº 290/2006/SAF-ANA, de 25/5/2006, encaminhado ao Senhor Diretor de Auditoria da Área de Infra-Estrutura da Secretaria Federal de Controle Interno, a Superintendência de Administração, Finanças e Gestão de Pessoas – SAF/ANA, informou que as recomendações foram acatadas na íntegra, e que será reforçada junto às Unidades Organizacionais a necessidade de cumprimento dos normativos aplicáveis, em especial, quanto à programação de viagens e apresentação de relatórios no retorno das mesmas, bem como para que se proceda o pagamento das diárias antes dos afastamentos.

**6 CONTROLES DE GESTÃO
6.1 SUBÁREA – CONTROLES EXTERNO****6.1.1 ASSUNTO –**

- Acórdão 747/2005 – Primeira Câmara, de 26/4/2005.

Constatações – CGU**6.1.1.1 INFORMAÇÃO (021)**

Determinação do TCU: que a Agência Nacional de Águas (ANA):

- 1.17 – presente no relatório de gestão de suas próximas contas anuais, os indicadores e metas já definidos para acompanhamento do Proágua e outros programas, conforme estabelece o art. 14, inciso II e § 1º da IN/TCU 47/04, c/c o art. 5º, inciso I da Decisão Normativa/TCU 62/04;
- 1.19 – no caso de problemas em obras e implementação de sistemas, oriente o conveniente a adotar as providências cabíveis e, quanto à capacitação das famílias, dê ênfase na importância do tratamento adequado da água para o consumo humano, bem como oriente sobre o tratamento da água em cisternas de qualquer volume; e
- 1.22 – acompanhe a gestão do PRODES por meio de indicadores de desempenho representativo.

6.1.2.5 INFORMAÇÃO (039)

- 3.2) "Item 7.2.1.1 do Relatório de Gestão de 2004 nº 161563.

Desaparecimento de bem – conclusão de sindicância sem atribuir responsabilidade e imputação à empresa contratada para serviço de vigilância

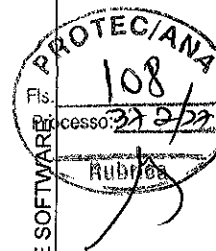
6.1.2.6 INFORMAÇÃO (040)

- 3.3) "Item 8.2.2.1 do Relatório de Gestão de 2004 nº 151563.

Verificamos a realização de despesas com locação de veículos, com dispensa de licitação, no montante de R\$ 47.702,68 (quarenta e sete mil, setecentos e dois reais e sessenta e oito centavos), sendo que haviam sido empenhados R\$ 88.202,19 (oitenta e oito mil, duzentos e dois reais e dois centavos) para a City Car Brasília-Automóveis Ltda.

6.1.2.7 CONSTATAÇÃO (041)

NECESSIDADE DE EMISSÃO DE PARECER DETALHANDO OS CUSTOS ENVOLVENDO O VALOR DE R\$ 80.000,00, RELATIVO AO SERVIÇO OU AQUISIÇÃO DE SOFTWARE





3.4) "Item 8.3.2.3 do Relatório de Gestão de 2004 nº 161563 – Instituto Brasileiro da Qualidade e Produtividade – IBPQ/Movimento Brasil Competitivo - MBC
Processo nº 02501.002260/2001-93
Convênio 34/2001
SIAFI 430408.

Recomendações – CGU

6.1.1.1 INFORMAÇÃO (021) Com base nas informações prestadas pela Agência Nacional de Águas, verificamos que de maneira geral a Unidade adotou providências a fim de atender as determinações do Tribunal de Contas emanadas por meio do Acórdão 747/2005. No entanto, permaneceram pendentes os itens 1.17, 1.19 e 1.22, por falta de informação das providências adotadas.

6.1.2.5 INFORMAÇÃO (039) Considerando as providências adotadas pelo gestor – instauração de processo de sindicância, e visando reduzir danos/prejuízos causados por furto, roubo ou desaparecimento de bens, recomendamos ao gestor que:
a) após realizado o processo de sindicância e verificado que o servidor responsável agiu com zelo quanto à guarda do bem patrimonial, responsabilize a empresa prestadora de serviço de vigilância quanto à reposição do bem.

Na segunda justificativa apresentada, em resposta ao Relatório Prévio, a UJ confirma que a situação continua pendente. Dessa forma, mantêm-se a recomendação.

6.1.2.6 INFORMAÇÃO (040) A Unidade demonstra estar enviando esforços para contratar empresa especializada na locação de mão-de-obra de veículo com motorista. Nesse sentido, é que, segundo informações da ANA, desde março de 2004 a Agência vem adotando providências. Assim, recomendamos que a unidade adote medidas urgentes no sentido de dar prosseguimento buscando concluir o processo licitatório.

A Unidade com a segunda justificativa apresentada em resposta ao Relatório Preliminar não acrescenta nada que modifique o entendimento por parte deste órgão de controle interno, haja vista que a situação continua a mesma, ou seja, pendente a realização do devido processo licitatório recomendado. Portanto, a recomendação é mantida na íntegra.

6.1.2.7 INFORMAÇÃO (041) Que a ANA emita parecer técnico demonstrando o detalhamento dos custos gastos no valor de R\$ 80.000,00 relativos ao "desenvolvimento de um arquivo dentro do software Lótus Notes de fluxo de trabalho" e ainda a destinação e utilização do referido produto pela Agência, enviando cópia do solicitado a esta CGU.

Situação/Providências – ANA

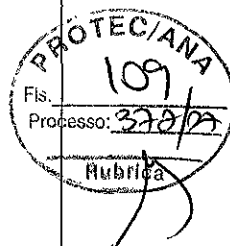
6.1.1.1 INFORMAÇÃO (021):

Item 1.17 - Os indicadores e metas para acompanhamento do Proágua foram definidos no Relatório de Gestão da Superintendência de Implementação de Programas e Projetos, parte integrante da Prestação de Contas da Agência Nacional de Águas, exercício 2005.

Item 19 – Pelo Ofício nº 4/2006/SUM/ANA, de 30.6.2006, encaminhado ao Senhor Diretor Executivo da Sociedade Civil de Ação Social – DIACONIA, foram solicitadas providências para acatamento das determinações do TCU (Acórdão nº 747/2005).

Item 1.22 - Pela Comunicação Interna nº 05/2006, de 19/6/2006, a Superintendência de Implementação de Programas e Projetos, informou que conforme Resolução ANA Nº 530, de 19/10/2004 e Resolução ANA nº 163, de 25/4/2005, envolve a avaliação trimestral de metas contratuais de desempenho dos empreendimentos contratados, os quais se constituem em seus indicadores de desempenho, cuja verificação do cumprimento é realizada trimestralmente.

6.1.2.5 INFORMAÇÃO (039) Pelo Ofício nº 290/2006/SAF-ANA, de 25/5/2006, encaminhado ao Senhor Diretor de Auditoria da Área de Infra-Estrutura da Secretaria Federal de Controle Interno, a Superintendência de Administração, Finanças e Gestão de Pessoas – SAF/ANA, informou que o assunto está sendo objeto de avaliação pelo Tribunal de Contas da União, tendo sido prestadas as informações requerida por intermédio do Ofício nº 232/2006/AS/ANA, de 2/5/2006





6.1.1.6 INFORMAÇÃO (040) Pelo Ofício nº 290/2006/SAF-ANA, de 25/5/2006, encaminhado ao Senhor Diretor de Auditoria da Área de Infra-Estrutura da Secretaria Federal de Controle Interno, a Superintendência de Administração, Finanças e Gestão de Pessoas – SAF/ANA, informou que a Carta Convite nº 015/2004 foi repetida por quatro vezes, sem obtenção de êxito; que em 5/4/2006 foi autuado o processo nº 02501.000544/2006-50, para licitação, em âmbito nacional, de prestação de serviços de locação de veículo.

6.1.1.7 INFORMAÇÃO (041) Anexada ao Ofício nº 307/2006/SAF/ANA, de 8/6/2006, a Nota Técnica nº9/2006/SUM-ANA, de 30/5/2006, foi encaminhada ao Senhor Diretor de Auditoria da Área de Infra-Estrutura da Federal de Controle Interno.

SECRETARIA FEDERAL DE CONTROLE INTERNO
RELATÓRIO DE AUDITORIA Nº 175.281
Acordo de Empréstimo BIRD – 4310/BR

Constatações – CGU

3.1.5 – ASSUNTO: ATUAÇÃO DA CGU – EXERCÍCIOS ANTERIORES

3.1.5.1 – Constatação

Continuam pendentes de implementação os fatos contidos no item 9.1.1.8 do Relatório SFC nº 117972, sobre a devolução dos valores pagos a maior aos Contratos de Consultoria nºs. SC 02958/2001 – Regina Coeli Carneiro Marques (R\$ 6.000,00 a restituir), SC 02887/2001 – Fátima Lourdes Casarín (R\$ 5.333,33 a restituir) e SC 02870/2001 – Andréa Paula de Carestato Costa (R\$ 5.333,33 a restituir).

Recomendações – CGU

Mantemos a recomendação para que seja devolvido o valor de R\$ 16.666,66, devidamente corrigido, relativo à parcela paga a maior nos contratos de consultoria nº. SC 02958/2001, nº SC 02887/2001 e nº SC 02870/2001.

Situação/Providências – ANA

Pela Comunicação Interna nº 293/2006, de 6/10/2006, a Superintendência de Administração, Finanças e Gestão de Pessoas- SAF/ANA informou que o processo foi encaminhado, em 5/10/2006, à Procuradoria-Geral da ANA para análise sobre a viabilidade de cobrança judicial.

Constatações – CGU

3.1.10 – ASSUNTO: RECURSOS DE PROJETOS COM FONTE EXTERNA

3.1.10.2 – Constatação

Diferença de US\$ 22.253,12 verificada entre os registros do BRID e do Projeto.





O valor adiantado pelo BIRD para crédito da conta especial foi integralmente utilizado, fato evidenciado pela análise do extrato da conta 00.394.460 fornecido pelo Projeto, que apresenta saldo igual a zero em 12/5/2005. Os créditos realizados a partir dessa data se referem, não a adiantamento para recomposição do fundo rotativo, mas reembolso do Banco em favor da STN por despesas já realizadas, constituindo-se em uma conta de disponibilidade do Tesouro Nacional em moeda estrangeira.

Da mesma forma, a Demonstração de Fontes e Usos apresenta na linha "Adiantamentos para a Conta Especial" o valor de US\$ 7.638,042.51, como movimento no exercício de 2005.

Analisando o "Monthly Disbursement Summary", verificamos que o valor contabilizado pelo BIRD como recuperação da conta especial em 2005 confere com o registrado pelo Projeto, ou seja, US\$ 7.638,042.51. No entanto, os registros do Banco apresentam em 1/1/2006 saldo de US\$ 22.253.12 na linha referente à conta especial – "SA-C SPECIAL ACCOUNT".

Não foi apresentado demonstrativo de conciliação dessa diferença (US\$ 22.253.12) constatada no confronto entre os valores registrados pelo Projeto e os registrados pelo Banco.

Recomendações - CGU

Ao Projeto que inclua nas demonstrações financeiras relativas ao exercício de 2006 informação complementar contendo a conciliação da Conta Especial com os registros do BIRD.

Situação/Providências - ANA

A Gerência de Execução Financeira – GEEFI/ANA, pela Comunicação Interna nº 050/2006, de 6/10/2006 informou que embora a conciliação da Conta Especial seja de responsabilidade da Secretaria do Tesouro Nacional, tomou boa nota das recomendações apresentadas.

Constatções - CGU

3.1.2.12 – ASSUNTO: DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DE PROJETOS EXTERNOS

3.1.12.1 – Constatção (036)

Falhas na elaboração da Demonstração de Fontes e Usos de Recursos relativa ao exercício de 2005.

As Notas Explicativas definem em relação às principais políticas contábeis que:

"2.2 As transações do Projeto foram apropriadas sob regime de caixa para efeito de origem, sendo reconhecidas quando do desembolso realizado pelo Banco Mundial, e, para efeito de aplicação, reconhecidas quando do reembolso e/ou ressarcimento efetuado pela Conta Especial ou do aceite pelo Banco Mundial.

2.3 As transações internas foram registradas em moeda local (reais).

Para preparar as demonstrações de Fontes e Usos de Recursos e de Investimentos Cumulativos, os pagamentos em moeda local foram convertidos em dólares americanos usando a taxa cambial da data da despesa, até o encerramento da Conta Especial. Após o encerramento da Conta Especial, os pagamentos em moeda local foram convertidos em dólares americanos usando a taxa cambial da data do desembolso realizado pelo Banco Mundial"

E, especificamente quanto à Demonstração de Fontes e Usos de Recursos, que:

"4.1 Na 'Demonstração de Fontes e Usos dos Recursos' contas, como de origem do BIRD, os valores sacados diretamente da Conta de Empréstimos...."

Com base nesses princípios, analisando a Demonstração de Fontes e Usos de Recursos do PROAGUA SEMI-ÁRIDO, relativa ao período de 1/1/2005 a 31/12/2005, verificamos que o Projeto considerou como origens BIRD os Applications reembolsados ou aceitos pelo Banco, ponderada a diferença proveniente da Cesta de Moedas. No entanto, foram verificadas as seguintes impropriedades:

a) na linha dos "Avanços Concedidos", não foi incluído como ajuste de exercício anterior ou como movimento do exercício o valor de US\$ 86.032.27, relativo ao estorno de avanço da "SA-W WMO-001-2002" registrado pelo BIRD com código de documento "REFUND Ver TN – 47".





As Notas Explicativas também não apresentam esclarecimentos quanto a esse valor. Única referência é feita na "Conciliação da Conta do Projeto com os Registros do Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento", quando o valor é considerado como "Variações ocorridas (No exercício de 2004, houve a apropriação 115 do BIRD, estornando avanço)"; b) também não foi apropriada como ajuste de exercício anterior ou como movimento do exercício a baixa do avanço concedido ao PNUD ("UNDP ADVANCE"), no valor de US\$ 32.926.93, relativo ao reconhecimento de gastos na categoria "1-C" registrado pelo BIRD com códigos de documento "Ver TN-32"; c) não foi apresentada conciliação dos saldos relativos aos avanços concedidos, mesmo diante da expressiva diferença existente entre os controles do Banco e os do Projeto.

Já no que se refere à aplicações, verificamos que o item 4.9 das Notas Explicativas informa que "Foram constatadas divergências entre as apropriações nas categorias de investimentos realizadas pelo Banco Mundial e as contabilizadas pelo Projeto, as quais serão objeto de verificação para fins de encerramento do Acordo de Empréstimo". Tendo em vista a metodologia utilizada pelo Projeto para contabilização das origens e aplicações, falhou também apresentar comparativo entre o total das origens (US\$ 188.811.735,37) e o total das aplicações (US\$ 192.933.866,06), esclarecendo as fontes utilizadas para custear a diferença aplicada a maior (US\$ 4.122.130,65).

3.1.12.2 - Constatação (037)

Falta de conciliação do Demonstrativo de Investimentos relativo ao exercício de 2005 com as demonstrações financeiras complementares do Projeto e com os registros do BIRD.

Tendo em vista as políticas contábeis já mencionadas no item deste relatório relativo à Demonstração de Fontes e Usos de Recursos, analisamos o Demonstrativo de Investimentos (DI) do PROÁGUA SEMI-ÁRIDO, relativo ao ano de 2005, e verificamos que o total dos gastos apropriados à parcela BIRD no exercício não confere com o apresentado na "Demonstração de Solicitação de Reembolso/Ressarcimento, de Pagamentos Diretos e/ou por Applications", apresentadas de forma analítica, e nem com os registros do BIRD.

Também, não foi apresentada conciliação dos saldos, comparando os registros do Projeto com os do Banco. Conforme já mencionado, no item 4.9 das Notas Explicativas o Projeto já reconhece a necessidade de verificar as divergências entre as apropriações nas categorias de investimentos realizadas pelo Banco Mundial e as contabilizadas pelo Projeto.

3.1.12.3 - Constatação (038)

Apresentação das Notas Explicativas sem os elementos necessários à fiel compreensão das Demonstrações Financeiras do Projeto.

Da análise das Notas Explicativas apresentadas pelo PROÁGUA, verificamos que:

- os critérios utilizados para apropriação das origens e aplicações foram descritos nos itens 2.2 e 2.3;
- os ajustes de exercícios anteriores constantes da Demonstração de Fontes e Usos de Recursos foram explicitados nos itens 6.1 e 6.2;
- não foi apresentada conciliação entre a Demonstração de Fontes e Usos e o Demonstrativo de Investimentos, uma vez que os critérios utilizados para apropriação das despesas foram idênticos;
- as informações sobre o orçamento do Projeto constam dos itens 1.2 ao 1.4.

Constatamos, no entanto, as seguintes impropriedades na confecção das Notas Explicativas:

- faltou incluir entre os métodos de conversão de moeda utilizados (itens 2.3 e 4.9) o fato de ter sido utilizada, também, a taxa de câmbio do dia do processamento na Conta Especial, para aqueles Pedidos de Reembolso processados na sistemática antiga, quando apresentados à STN em prazo superior a 85 dias da realização das despesas;
- não constaram informações sobre fundos disponíveis, informando as disponibilidades existentes em 31/12/2005, tendo sido detectada relevante diferença entre os saldos de avanços concedidos pelo BIRD na comparação dos registros do Projeto com os do Banco;
- faltou apresentar informações sobre a diferença de US\$ 22.253.12 verificada entre os registros da Conta Especial do BIRD e do Projeto;
- faltaram informações sobre a diferença a maior verificada nas aplicações em relação às origens, indicando as fontes de recursos utilizadas para custear a diferença;
- faltou apresentar informações sobre a conciliação dos registros do Programa com os Registros do BIRD por Categoria de Investimento;
- faltou esclarecer a existência de diferença a recompor pelo BIRD relativas a Applications apresentados à STN em datas anteriores a 30/6/2005.

Recomendações - CGU

3.1.12.1 - Constatação (036)

Ao Projeto que, ao apresentar a Demonstração de Fontes e Usos de Recursos relativa ao exercício de 2006:

- a) presente demonstrativo de conciliação dos saldos de avanços concedidos, confrontando os registros do Projeto com os do Banco;





- b) apresente demonstrativo de conciliação das aplicações do PROÁGUA confrontando os saldos do Projeto com os do Banco;
c) apresente demonstrativo de conciliação entre o total das origens e o total das aplicações do projeto, informando a (s) fonte (s) utilizada (s) para custear o valor aplicado a maior;
d) inclua nas Notas Explicativas esclarecimentos necessários à fiel compreensão do demonstrativo.

3.1.12.2 – Constatação (037)

Ao Projeto que, ao apresentar o Demonstrativo de Investimentos relativos ao exercício de 2006:

- a) apresente demonstrativo de conciliação das aplicações do PROÁGUA confrontando os saldos do Projeto com os do Banco;
b) inclua nas Notas Explicativas esclarecimentos necessários à fiel compreensão de demonstrativo.

3.1.12.3 – Constatação (038)

Ao Projeto que, ao apresentar as Notas Explicativas relativas ao exercício de 2006 inclua esclarecimentos necessários à fiel compreensão das Demonstrações Financeiras, em especial sobre:
a) os métodos de conversão de moeda utilizados;

- b) as informações sobre os fundos disponíveis, informando as disponibilidades existentes em 31/12/2006, e conciliando as diferenças dos saldos de avanços concedidos pelo BIRD porventura existentes entre os registros do Projeto e os do Banco;
c) informações sobre a diferença porventura existente entre os registros da Conta Especial mantidos pelo BIRD e pelo Projeto;
d) caso seja detectada diferença a maior, verificada no total das aplicações em relação ao total das origens, disponibilizar informações sobre as fontes de recursos utilizadas para custear tal diferença;
e) informações sobre a conciliação dos registros do Programa com os Registros do BIRD por Categoria de Investimento;
f) informações sobre a existência de eventuais diferenças a recompor pelo BIRD relativas a Applications apresentados ao Banco.

Situação/Providências – ANA

3.1.12.1 – Constatação (036)

A Gerência de Execução Financeira – GEEFI/ANA, pela Comunicação Interna nº 050/2006, de 6/10/2006 informou reconhecer a existência de divergências entre as totalizações das demonstrações financeiras e o *Monthly Disbursement Summary* do BIRD, as quais foram declaradas nas próprias Notas Explicativas apresentadas juntamente com as Demonstrações Financeiras aos auditores da SFC, manifestando, também, que acatou as recomendações apresentadas.

3.1.12.2 – Constatação (037)

A Gerência de Execução Financeira – GEEFI/ANA, pela Comunicação Interna nº 050/2006, de 6/10/2006 informou reconhecer a existência de divergências entre as totalizações das demonstrações financeiras e o *Monthly Disbursement Summary* do BIRD, as quais foram declaradas nas próprias Notas Explicativas apresentadas juntamente com as Demonstrações Financeiras aos auditores da SFC, manifestando, também, que acatou as recomendações apresentadas.

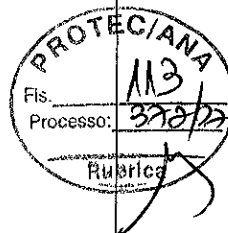
3.1.12.3 – Constatação (038)

A Gerência de Execução Financeira – GEEFI/ANA, pela Comunicação Interna nº 050/2006, de 6/10/2006 informou que concordou com as constatações listadas, tomando boa nota das recomendações apresentadas.

Constatações – CGU

3.1.13 – ASSUNTO: INVENTÁRIO FÍSICO E FINANCEIRO

3.1.13.1 – Constatação (017)





Não há transferência à ANA de material permanente adquirido à conta do programa.

Conforme Ofício nº 016/2006-JUGPG/PROÁGUA/SIP, a ANA não adquiriu bens patrimoniais no exercício de 2005. Contudo, do exame dos demais documentos apresentados à CGU, verificou-se que a ANA adquiriu, desde o início da execução do PROÁGUA, diversos bens permanentes necessários às suas atividades. As aquisições foram efetuadas em conjunto com a UNESCO com respaldo nos PRODOC's 91BRA2042, 914BRA2044, 91BRA2045 (ANA, Gestão e Obras), 914BRA2046 e 704BRA2041. Consta, ainda, que a exceção do PRODOC 704BRA2041, todos os outros já foram encerrados.

Para esses bens, a ANA mantém controle paralelo identificando-os como pertencentes a terceiros. A esse respeito, determina o termo do contrato em seu Art. 15, do Título X, que trata dos bens móveis, que "Os bens móveis adquiridos com recursos do projeto serão transferidos à ANA após seu recebimento e/ou instalação no Projeto". O Manual de Execução da UNESCO, por sua vez, no item 16.5.3, preconiza: "com a conclusão de projeto desenvolvido em cooperação com a entidade pública brasileira, os materiais adquiridos com recursos a ele vinculados são convertidos em propriedade do Governo Brasileiro e transferidos à Agência Executora do Projeto". Disso se conclui que a ANA já deveria ter efetuado a transferência de todos os bens móveis adquiridos, uma vez que todos eles estão vinculados a PRODOC's já encerrados. Tal procedimento se traduz como inobservância de cláusula contratual. Além disso, a situação posta acarreta dificuldades no controle sobre esses bens por parte da ANA.

3.1.13.2 – Constatação (018)

Controle insuficiente de Termos de Responsabilidade.

Do resultado do trabalho de consultoria com enfoque no inventário dos bens adquiridos com recursos do PROÁGUA, processo 02501.000926/2005-01, o consultor apresentou três relatórios fazendo neles constar a existência de 188 termos de responsabilidades. Há, também, menção a termos de responsabilidade de bens em poder das UEGP-RN e UEGP-MA pendentes de devolução pelas respectivas entidades. Uma verificação na pasta de arquivo dos termos de responsabilidade confirmou que de fato os documentos ainda não haviam sido devolvidos pelas executoras estaduais.

Especificamente quanto aos termos dos bens vinculados ao PRODOC 704BRA2041, único vigente, constatamos que todos datam de 2004, necessitando, portanto, de uma urgente atualização em vista das constantes movimentações.

3.1.13.4 – Constatação (020)

Bens não localizados.

Para levantamento da situação patrimonial dos bens adquiridos com recursos do PROÁGUA, a ANA contratou pessoa física, conforme processo 02501.000926/2005-01. O contratado procedeu levantamento, identificação, conferência e acolhimento de termos de responsabilidade dos bens adquiridos mediante documentos de projeto PRODOC's 914BRA2046, 914BRA2045, 914BRA2044 e 914BRA2042 firmados com a UNESCO, todos eles encerrados. Há ainda o PRODOC 704BRA2041 que encontra-se vigente e através do qual foram adquiridos 239 bens para utilização no PROÁGUA. Da análise do processo e das planilhas e relatórios dele decorrentes, constatou-se a não localização de 58 (cinquenta e oito) bens, conforme quadros sintéticos e analíticos.

Recomendações - CGU

3.1.13.1 – Constatação (017)

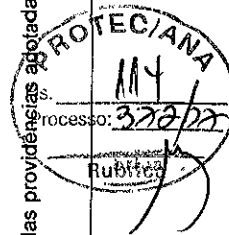
Que a entidade constitua comissão e proceda a imediata transferência de todos os bens do PROÁGUA, cujos projetos com a UNESCO já tenham sido encerrados.

3.1.13.2 – Constatação (018)

A fim de que se obtenha os termos assinados, recomendamos que o Gestor científico diretamente os responsáveis pela execução do PROÁGUA nos respectivos Estados, notificando, inclusive, o secretário de estado ao qual o programa esteja vinculado.

3.1.13.4 – Constatação (020)

Recomendamos que o Gestor institua comissão com a maior brevidade para localização dos bens, comunique acerca dos resultados dos trabalhos dessa comissão e das providências adotadas para aqueles bens que permanecerem desaparecidos.





Situação/Providências - ANA

3.1.13.1 – Constatação (017)

Pela Comunicação Interna nº 293/2006, de 6/10/2006, a Superintendência de Administração, Finanças e Gestão de Pessoas- SAF/ANA informou que foram adotadas providências em relação à transferência dos bens adquiridos nos PRODOC's 914BRA2042, 914BRA2046, 914BRA2045-ANA-Gestão e 704BRA2041 para a ANA, conforme Termos de Transferência de Posse e Propriedade. Informou, ainda, que foram adotadas providências junto à UNESCO solicitando a regularização dos dados do PRODOC 914BRA2044 no Sistema CIU/UNESCO, em 30/8/2006.

3.1.13.2 – Constatação (018)

Pela Comunicação Interna nº 293/2006, de 6/10/2006, a Superintendência de Administração, Finanças e Gestão de Pessoas- SAF/ANA informou que os Estados do Rio Grande do Norte e do Maranhão encaminharam os Termos de Responsabilidade devidamente assinados, conforme cópias anexadas aos Ofícios nº 041/2006-UEGP/RN, de 4/7/2006 e nº 298-UEGP/MA, de 4/8/2006.

3.1.13.4 – Constatação (020)

Pela Comunicação Interna nº 293/2006, de 6/10/2006, a Superintendência de Administração, Finanças e Gestão de Pessoas- SAF/ANA informou que:

- a) foi realizado um novo levantamento junto ao setor de patrimônio da ANA, constatando-se que alguns bens embora patrimoniados pela ANA como bens de terceiros foram efetivamente adquiridos pelo Projeto, tendo os respectivos registros sido reconhecidos como patrimônio do Projeto e posteriormente incorporados ao patrimônio da ANA;
- b) foi solicitado à UNESCO, por intermédio do Ofício nº 432/2006/SAF/ANA, de 28/8/2006 a baixa patrimonial de 23 (vinte e três) itens relativos a uma Central Telefônica, a qual foi efetivada pela UNESCO no Sistema CIP;
- c) para os bens ainda não localizados, serão adotadas as medidas administrativas cabíveis..

Constatações - CGU

3.1.17- ASSUNTO: INDENIZAÇÕES**3.1.17.2 – Constatação (013)**

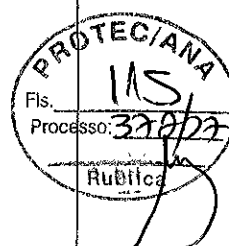
Diárias e passagens aéreas pagas sem que houvesse a efetiva viagem do consultor.

O consultor Hiroaki Makibara foi contratado em 2/9/2005 (SA 18263/2005) para elaboração do Plano Nacional de Recursos Hídricos - PNRH. O Termo de Referência previa o pagamento de diárias e passagens aéreas e a entrega de três produtos técnicos. O valor final desses produtos totalizava R\$ 45.000,00, divididos da seguinte forma: primeiro produto R\$ 9.000,00; segundo produto R\$ 18.000,00; e terceiro produto R\$ 18.000,00.

Embora a vigência do contrato tenha encerrado em 31/12/2005, o segundo e o terceiro produtos não chegaram a ser concluídos, sendo que somente a primeira etapa foi entregue, recebendo o contratado R\$ 9.000,00 (nove mil reais) pelos serviços.

Ressalte-se, no entanto, que no dia 23/1/2005 foram pagas diárias ao Consultor no valor de R\$ 482,71 (Documento UNESCO SPD-37782/2005) e no dia 20/12/2005, houve o pagamento de passagens aéreas à Interline Turismo no valor de R\$ 814,24 (Documento UNESCO SP-172877/2005). Esses pagamentos teriam relação com uma viagem a Brasília (DF) que não se efetivou, de acordo com análise ao processo 02501.001036/2005-16 somando R\$ 1.296,95 em gastos indevidos.

Esses gastos não foram apresentados ao BIRD em 2005 e, portanto, não impactaram nas demonstrações financeiras apresentadas pelo PROÁGUA.





Recomendações - CGU

3.1.17.2 – Constatação (013)

Providenciar o ressarcimento ao projeto dos valores gastos indevidamente, no montante de R\$ 1.296,95, relativos a pagamento de diárias e aquisição de passagens aéreas para deslocamento que não se efetivou.

Situação/Providências – ANA

3.1.17.2 – Constatação (013)

Pela Comunicação Interna nº 293/2006, de 6/10/2006, a Superintendência de Administração, Finanças e Gestão de Pessoas- SAF/ANA informou que o consultor devolveu o valor da diárias. Quanto ao valor relativo às passagens aéreas, foi reiterado à UNESCO, por meio do Ofício nº 489/2006, de 5/10/2006, a solicitação de reembolso do montante devido.

Constatações CGU

3.1.18 – ASSUNTO: CONTRATAÇÃO DE CONSULTORIA**3.1.18.2 – Constatação (026)**

Contratação de consultor sem processo seletivo.

A Agência Nacional de Águas contratou consultor para Avaliação e diagnóstico da rede hidrometeorológica Nacional – RBHN, firmando o Contrato SA-18285/2005. O processo de contratação iniciou em 19/7/2005, tendo sido efetuada consulta aos setores daquela entidade (Decreto 5.151/2004) sobre a existência de servidor capacitado para executar os serviços licitados, bem como publicação para conhecimento das outras entidades da Administração Pública Federal, com o mesmo objetivo, de acordo com a Lei de Diretrizes Orçamentárias.

Após os trâmites supracitados, o gestor achou conveniente pedir a “não-objeção” ao BIRD para a contratação direta do consultor, justificando a situação como excepcional, já que o Acordo de empréstimo 4310/BRA findava-se em 31/12/2005.

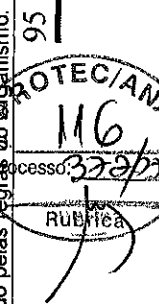
3.1.18.3 – Constatação (027)

Aditivo a contrato de consultoria realizado em desacordo das regras da UNESCO e a nova contratação sem a obediência ao contido no § 4º Art. 20 da Portaria MRE nº 433/2004.

Para a elaboração de documentos técnicos que iriam integrar o Plano Nacional de Recursos Hídricos – PNRH, a Agência Nacional de Águas realizou processos seletivos simplificados, na modalidade produto, contratando dois consultores para a realização dos trabalhos. Essas contratações se deram em dois processos, distintos, cujo valor total foi de R\$ 90.000,00. Dessa forma, em 2/9/2005, foram assinados os contratos SA-18273/2005 e SA-18274/2005, com término previsto para 31/12/2005.

Em 23/12/2005, atendendo solicitação da Agência Nacional de Águas conforme Ofício 390/2005, o BIRD concedeu “não-objeção” para prorrogação contratual de 30 dias e aumento do escopo dos trabalhos com incremento de R\$ 11.000,00 (onze mil reais) em cada um dos contratos. Os contratos foram aditivados, conforme documento SA- 28868/2005 e SA-28869/2005, com período de vigência entre 31/12/2005 e 31/1/2006, valor contratual (cada contrato): R\$ 29.000,00 (vinte e nove mil reais), sendo R\$ 18.000,00 referentes ao restante do contrato anterior e mais R\$ 11.000,00 (onze mil reais) referentes ao incremento solicitado.

Ocorre, no entanto, que a UNESCO solicitou em 19/1/2006 o cancelamento desses termos aditivos, por serem emendas com aditivo de valor e produto – caso proibido pelas regras do organismo.



Para solução da questão a UNESCO sugeriu ainda ao projeto que:

“- Após os cancelamentos, procedam com o pagamentos das últimas parcelas das SAs 1827/3/2005 e 18274/2005, quitando dessa forma todos os pagamentos desses contratos;
- Após os pagamentos das parcelas dos contratos SAs mencionadas no item anterior, gerar novas SAs (novas contratações, não emendas), constando o novo produto e pagamento solicitados e que contenham em seus respectivos campos 'informações complementares' as seguintes informações: o número, data e jornal da publicação do edital original que gerou as contratações; o número da Não-objeção do Banco Mundial e não pode constar que se trata de um aditivo (pois não é, é uma nova contratação)”

Assim, o gestor da Agência Nacional de Águas, por meio das Instruções 01/2006 e 02/2006 de 7/2/2006, autorizou novas contratações dos consultores. Diante desse novo ato, verifica-se o descumprimento da Portaria MRE nº 433, de 22/10/2004, que estabelece quanto à contratação de consultores que:

“Art. 20. A seleção dos serviços técnicos de consultoria referidos nos arts. 4º e 5º, do Decreto nº 5.151/04, a ser realizada pelo órgão ou entidade executora nacional, deverá se pautar por critérios objetivos, previamente publicados, sem prejuízos de outras exigências estabelecidas pelo Diretor Nacional do projeto.

(.....)

§ 4º A autorização para nova contratação do mesmo consultor, mediante nova seleção, nos termos do art. 5º do Decreto 5.151/04, somente será concedida após decorridos três meses do encerramento do contrato anterior.”

Recomendações - CGU

3.1.18.2 – Constatação (026)

Que doravante a ANA atente para o correto planejamento das ações a serem desenvolvidas no âmbito do projeto, a fim de que sejam observadas fielmente as recomendações do Acórdão 747/2005 – Primeira Câmara /TCU, do Artigo 5º do Decreto 5.151/2004 e do Artigo 20 da Portaria MRE nº 433/2004

3.1.18.3 – Constatação (027)

Ponderado que, mesmo não tendo sido objeto de análise desta equipe de auditoria, os produtos finais muito provavelmente já foram entregues ao projeto, bem como diante da alegada defesa dos interesses públicos, acatamos as justificativas apresentadas. Recomendamos ao projeto, no entanto, que doravante:

- a) observe as condições estabelecidas pela UNESCO para prorrogação de contratos de consultoria; e
- b) atente para o fiel cumprimento da Portaria MRE nº 433/2004, especialmente no que se refere ao intervalo mínimo a ser observado entre duas contratações de um mesmo consultor.

Situação/Providências – ANA

3.1.18.2 – Constatação (026)

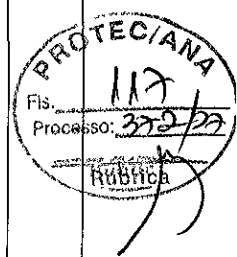
A Superintendência de Implementação de Programas e Projetos – SIP/ANA, por meio de expediente eletrônico, informou que a recomendação concernente aos dispositivos citados foi acatada, em especial à realização de prévio processo seletivo para a contratação de serviços de consultoria técnica.

3.1.18.3 – Constatação (027)

A Superintendência de Implementação de Programas e Projetos – SIP/ANA, por meio de expediente eletrônico, informou que:

- a) a recomendação foi acatada, e a prorrogação de contratos está sendo realizada de conformidade com as condições estabelecidas pela UNESCO; e
- b) a recomendação concernente aos dispositivos citados foi acatada, em especial a realização de prévio processo seletivo para a contratação de serviços de consultoria técnica.

Constatações - CGU





3.1.19 – ASSUNTO: PROCESSOS LICITATÓRIOS

3.1.19.2 – Constatação (031)

Aceitação de produtos fora das especificações licitadas.

Com o objetivo de divulgar e dar publicidade de seus atos, a Agência Nacional de Águas contratou diversos serviços gráficos: folders, cartazes, folhetos, livros e outros, executados e produzidos no exercício de 2005. As contratações, que se deram por meio da modalidade shopping, orientaram-se pelos chamados Termos de Referência, instrumentos de seleção, que nortearam o processo de escolha. Após análise de alguns TR's foram verificadas divergências entre os produtos solicitados e os produtos recebidos, sobretudo quanto as medidas dos produtos licitados, problema observado nos processos relacionados abaixo:

a) Processo nº 02501.001714/2005-32:
Área Demandante: SAF/ANA
Contratada: Luciana Freire da Natividade – ME (Editora Acalanto)
Contrato SA-28143/2005
Atesto: Instrução nº 163/2005, de 26/12/2005
Shopping nº 016/2005, conforme Termo de Referência para Pessoa Jurídica.
- Objeto (produto) licitado: Panfletos; 21 x 30 cm; Folder: aberto 40 x 21 cm.
Nota Fiscal nº 0017, de 19/12/2005:
- Objeto (produto) recebido: Panfletos: 22 x 30 cm; Folder aberto: 29,7 x 21 cm. (diferença de 10,3 cm a menor).

b) Processo nº 02501.002234/2004-16
Área Demandante: SGE/ANA
Contratada: TDA – Desenhos e Artes Ltda.
Contrato: SA-2376/2005
Atesto: Instrução nº 033/2005, de 8/6/2005, Instrução nº 042/2005, de 8/7/2005 e Instrução nº 044/2005, de 8/7/2005.
Shopping nº 134/2005, conforme Termo de Referência para Pessoa Jurídica:
- Objeto (produto) licitado: Mídia impressa – Livro (Confeção gráfica do Relatório de Atividades da ANA); Mídia digital – mini CD-ROM: Acomodação (capa) do CD: formato fechado 9 x 9 cm; formato aberto 12 x 35 cm.

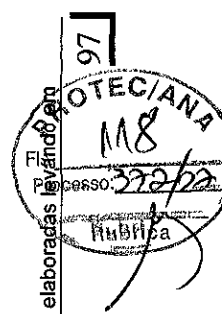
* não há solicitação de orelha no Termo de Referência.
Notas Fiscais nºs. 36, de 23/5/2005 (20% do valor), 050, de 20/6/2005 (20% do valor) e 055, de 7/7/2005 (60% do valor):
- Objeto (produto) recebido: Mídia impressa – Livro: formato fechado 21x26 cm; formato aberto 26 x 56 cm (incluindo 14 cm de orelha); Mídia digital: Acomodação (capa) CD: formato fechado 8,6 x 9 cm; formato aberto 9 x 23,3 cm.

c) Processo nº 02501.002323/2004-54
Área Demandante: SPR/ANA
Contratada: ATHALAJA Gráfica e Editora Ltda.
Contratos: SA-19470/2005 e SA-21054/2005.
Atesto: Instrução nº 02/2006, de 16/1/2006 (documento relativo ao Pagamento de 60% do valor contratado)
Shopping nº 588/2005, conforme Termo de Referência para Pessoa Jurídica:
- Objeto (produto) licitado: Mídia impressa – Livro: formato fechado 24,5 x 30 cm; formato fechado 49 x 30 cm (com orelha de 10 cm).
Notas Fiscais nºs 9.305 e 9.306, ambas emitidas em 6/12/2005:
- Objeto (produto) recebido: Mídia impressa- Livro: formato fechado: 23 x 28 cm; formato aberto 46 x 28 cm.

3.1.19.3 – Constatação (032)

Elaboração de lista curta com número restrito de empresas.

O Distrito Federal conta com mais de trezentas empresas especializadas em serviços gráficos. As listas curtas de onze processos analisados no exercício de 2005, foram elaboradas





conta um número pequeno de fornecedores, que estão presentes em quase todas as relações expostas em listas curtas enviadas ao BIRD. Fato que pode prejudicar a obtenção de preços mais vantajosos, bem como impedir que outras empresas interessadas possam fornecer produtos e prestar serviços para a Administração Pública.

Recomendações - CGU

3.1.19.2 – Constatação (031).

Verifica-se que apenas os gastos relativos ao processo nº 02501.002234/2004-16 foram incluídos nos Applications apresentados ao BRID até 31/12/2005. Assim recomendamos:

- a) não incluir as despesas relativas aos processos 02501.001714/2005-32 e 02501.002323/2004-54 nos Applications a serem encaminhados ao BIRD até a conclusão da recomendação;
- b) apurar as diferenças pagas a maior em função das alterações de especificações ocorridas nos produtos recebidos, tomando por base as medidas (especificações) do TR e os Documentos Fiscais emitidos para entrega dos produtos;
- c) solicitar às empresas contratadas nos processos nº 02501.001714/2005-32 (nota fiscal nº 17, de 19/12/2005), nº 02501.002234/2004-16 (notas fiscais nº 36, de 23/5/2005, nº 50, de 20/6/2005 e nº 055, de 7/7/2005) e nº 02501.002323/2004-54 (notas fiscais nº 9.305 e 9.306, ambas emitidas em 6/12/2005) que apresentem defesa prévia sobre o faturamento divergente nos respectivos documentos fiscais em relação aos produtos efetivamente fornecidos;
- d) em caso de não aceitação das razões de justificativas, para a recomendação acima, aplicar às empresas envolvidas sanções administrativas (não inclusão em lista curta por prazo definido pela Administração), conforme preceitua a lei de licitações e contratos, baseados nos princípios constitucionais da moralidade e probidade administrativa;
- e) aperfeiçoar o controle interno, uma vez que foram atestados documentos fiscais que não condizem com os produtos licitados nos Termos de Referência;
- f) anexar ao processo pedidos de alterações entre a Área Demandante e a empresa responsável pelo fornecimento do produto ou serviço, fazendo constar no Termo de Referência as condições para determinadas modificações;
- g) submeter à apreciação do Comitê de Editoração/ANA produtos e serviços que levam a marca do programa PROÁGUA;
- h) observar fielmente as condições impostas nos Termos de Referência, principalmente as especificações: medidas, qualidade do papel para impressão, prazo de entrega, entre outros; evitando alterações que maculem a lisura do processo de escolha;
- i) ainda, em relação ao processo nº 02501.002323/2004-54, apresentar documento denominado Instrução, com o atesto e assinatura do ordenador de despesa.

3.1.19.3 – Constatação (032)

Recomendamos que o Projeto adote mecanismos para ampliar ou diversificar as empresas relacionadas para compor as listas curtas, dando oportunidade para que outros fornecedores possam concorrer, aproveitando, dessa forma, efetivamente as vantagens advindas com um número maior de empresas potencialmente aptas a contratar com a entidade, bem como conferindo maior transparência aos processos de aquisições de serviços gráficos.

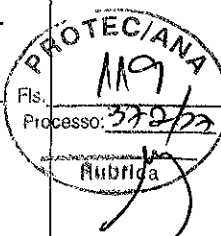
Situação/Providências - ANA

3.1.19.2 – Constatação (031)

Pela Comunicação Interna nº 293/2006, de 6/10/2006, a Superintendência de Administração, Finanças e Gestão de Pessoas- SAF/ANA informou que foi concedido um prazo de 15 (quinze) dias úteis às empresas para apresentação da defesa prévia, sob o risco de não inclusão em futuras listas curtas de produtos a serem licitados pela ANA, e que encaminhou a todas as UORCs a Circular nº 009/2006/SAF/ANA, de 6/10/2006 orientando que em caso seja necessária alguma mudança nas especificações de publicações durante o decorrer dos serviços, as mesmas deverão ser devidamente registradas no processo e só poderão ocorrer mediante Termo Aditivo ou caso haja, no Termo de Referência, a previsão de possibilidade de alteração de especificação que não comprometa o custo total do produto contratado.

3.1.19.3 – Constatação (032)

Pela Comunicação Interna nº 293/2006, de 6/10/2006, a Superintendência de Administração, Finanças e Gestão de Pessoas- SAF/ANA informou que providências foram adotadas para ampliação e/ou diversificação do convite a empresas para composição de Lista Curta.





ANEXOS

- 1. Declaração da Auditoria Interna**
- 2. Comunicação Interna nº 105/2007/GEEFI/SAF/ANA**
- 3. Comunicação Interna nº 047/2007/DIREL/SAF/ANA**

DECLARAÇÃO

Esta Auditoria Interna da Agência Nacional de Águas – ANA, respondendo pelas atividades da Unidade de Ouvidoria da mesma Agência, de conformidade com o que está estabelecido na alínea “b” do subitem 3.3.3.4, da Norma de Execução nº 03, de 28 de dezembro de 2006, emitida pela Controladoria-Geral da União, aprovada pela Portaria CGU nº 555, de 28 de dezembro de 2006, declara, para efeito de compor o processo de Prestação de Contas Anual, exercício 2006, que durante o período não foi registrada nenhuma denúncia, por consequência não gerando providências a adotar.

Brasília, 30 de janeiro de 2007



IVARLINDO ALBUQUERQUE LUNA
Auditor Interno, Substituto

Comunicação Interna nº 105/2007/GEEFI/SAF-ANA
Doc. 00000.002068/2007

Brasília-DF, 25 de janeiro de 2007.

Ao Senhor Superintendente de Administração, Finanças e Gestão de Pessoas

Assunto: Prestação de Contas da Agência Nacional de Águas. Exercício 2006. Atendimento do estabelecido nos itens 15 e 16, do Anexo II, da Decisão Normativa TCU nº 81, de 2006, e itens 3.3.7.2 e 3.3.7.3, e Anexos VI e VII, da Norma de Execução nº 03, de 2006, da Controladoria Geral da União.

Senhor Superintendente da SAF/ANA,

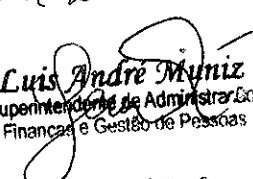
1. Visando o cumprimento do estabelecido nos itens 15 e 16, do Anexo II, da Decisão Normativa TCU nº 81, de 2006, do Tribunal de Contas da União, e e itens 3.3.7.2 e 3.3.7.3, e Anexos VI e VII, da Norma de Execução nº 03, de 2006, da Controladoria geral da União, informamos::

- a) em atendimento ao estabelecido no item 15, do Anexo II, da DN/TCU nº 81, de 2006, e item 3.3.7.2, da NE/CGU nº 03, de 2006, informamos que no exercício de 2006 não houveram processos de Tomadas de Contas – TCE, no âmbito da Administração Financeira das Unidades Gestoras Executoras desta Agência Nacional de Águas, cujo valor esteja abaixo do limite fixado pelo Tribunal de Contas da União, informamos ainda, não houveram processos de Tomadas de Contas – TCE Simplificada; e
- b) em atendimento ao estabelecido no item 16, do Anexo II, da DN/TCU nº 81, de 2006, e item 3.3.7.3, da NE/CGU nº 03, de 2006, informamos que no exercício de 2006 não houveram processos de Tomadas de Contas – TCE que, antes de serem encaminhadas ao Tribunal, tenha ocorrida a aprovação da prestação de contas dos recursos financeiros repassados, mesmo que apresentada intempestivamente, ou tenha ocorrido o recolhimento do débito imputado, desde que comprovada a ausência de má-fé do responsável.



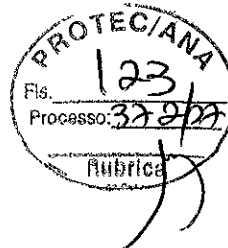
João Luiz da Cunha
Gerente da GEEFI/SAF-ANA

De acordo.
em 25.01.2007



Luis André Muniz
Superintendente de Administração,
Finanças e Gestão de Pessoas

122



AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS

Comunicação Interna nº 047/2007/DIREL/SAF

Doc. nº: 2625/2007

Em 2 de fevereiro de 2007

Ao Senhor Superintendente Adjunto de Administração, Finanças e Gestão de Pessoas

Assunto: **Atendimento ao item 17 - documentos e informações gerais a constar dos relatório de gestão.**

1. Em atendimento ao item 17, do Anexo II, da DB-TCU/81/2006, informo a Vossa Senhoria que não há registros pertinentes a esta Divisão de Recursos Logísticos – DIREL, no que concerne às “**...ocorrências de perdas, extravios ou outras irregularidades em que o dano foi imediatamente ressarcido, sem que tenha sido caracterizada má-fé de quem lhe deu causa, sem instauração de Tomada de Contas Especial - TCE.**” (g.n).

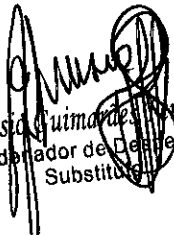
Atenciosamente,


EDUARDO GONDIM CALÓ
Chefe da Divisão de Recursos Logísticos
Substituto

CIENTE

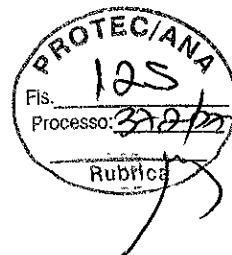
AO SR. TAZANO.

2/2/2007.


Aluisio Guimarães Pereira
Ordernador de Despesas
Substituto



DEMONSTRATIVOS CONTÁBEIS



BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

TÍTULO	BALANÇO ORÇAMENTÁRIO	EXERCÍCIO	MÊS
ENTIDADE	44205 - AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS	2006	DEZEMBRO
		EMISSION	PÁGINA
		31/12/2006	001

RECEITA				DESPESA			
TÍTULOS	PREVISÃO	EXECUÇÃO	DIFERENÇA	TÍTULOS	FIXAÇÃO	EXECUÇÃO	DIFERENÇA
RECEITAS CORRENTES	307.219,00	231.332,55	75.886,45	CREDITO ORÇAMENTARIO SUPL	243.321.408,00	95.683.165,27	147.715.243,73
RECEITA PATRIMONIAL	303.927,00	231.332,55	72.594,45	DESPESAS CORRENTES	64.518.618,00	61.283.630,74	23.233.187,26
OUTRAS REC CORRENTES	3.292,00	0,00	3.292,00	PESSOAL E ENCARGOS SOC.	23.428.563,00	23.382.733,02	46.819,98
				OUTRAS DESPESAS CORRENT	61.090.055,00	57.900.697,72	23.183.357,28
				DESPESAS DE CAPITAL	43.339.329,00	34.322.734,53	9.016.594,47
				INVESTIMENTOS	43.339.329,00	34.322.734,53	9.016.594,47
				RESERVA DE CONTINGENCIA	115.462.462,00	0,00	115.462.462,00
SUBTOTAL (1)	307.219,00	231.332,55	75.886,45	SUBTOTAL (1)	243.321.408,00	95.683.165,27	147.715.243,73
MOVIMENTACAO FINANCEIRA				MOVIMENTACAO DE CREDITO			
REPASSE	227.252.401,51	69.340.698,84	157.911.712,67	CREDITO ORÇAMENTARIO SUPL			
AUTORIZADO	242.113.187,00	63.614.800,33	158.498.386,67	DESPESAS CORRENTES	-14.880.785,49	318.242,22	-15.179.027,71
DESCENTRALIZADO	-14.860.785,49	-14.274.111,49	-586.674,00	OUTRAS DESPESAS CORRENT	-11.167.301,92	318.242,22	-11.485.544,14
				DESPESAS DE CAPITAL	-11.167.301,92	318.242,22	-11.485.544,14
				INVESTIMENTOS	-3.683.483,57	0,00	-3.683.483,57
SUBTOTAL (2)	227.252.401,51	69.340.698,84	157.911.712,67	SUBTOTAL (2)	-14.880.785,49	318.242,22	-15.179.027,71
TOTAL (1+2)	227.559.620,51	69.572.021,39	157.987.599,12	TOTAL (1+2)	228.460.623,51	95.924.407,49	132.536.216,02
DEFICIT TOTAL		28.362.386,10	-28.362.386,10	SUPERAVIT TOTAL			
TOTAL GERAL	227.559.620,51	95.924.407,49	131.635.213,02	TOTAL GERAL	228.460.623,51	95.924.407,49	132.536.216,02

Walter Spindola de Azevedo
Chefe do Núcleo de Contabilidade
NUCON/GEEF/SAF-ANA
CRC 003857/0-0 DF

Bruno Pagnoccheschi
DIRETOR
Agência Nacional de Águas

Oscar de Moraes Cordeiro Netto
Diretor
Agência Nacional de Águas - ANA

José Machado
Diretor-Presidente
Agência Nacional de Águas - ANA

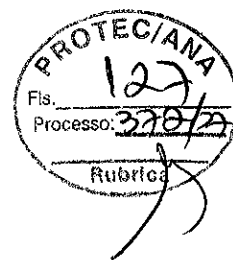
Roberto Bragança
Diretor
Agência Nacional de Águas - ANA

Roberto Fraga
Diretor
Agência Nacional de Águas

Luiz André Muniz
Ordenador de Despesas

João Luiz da Cunha
Gerente de Execução Financeira
SAF/ANA

PROTEC/ANA
126
Fis.
Processo: 372/07
Rubrica



BALANÇO FINANCEIRO

TÍTULO BALANÇO FINANCEIRO

ENTIDADE 44205 - AGENCIA NACIONAL DE AGUAS

EXERCÍCIO
2006

MÊS
DEZEMBRO

EMIÇÃO
31/12/2006

PÁGINA
001

INGRESSOS		DISPÊNDIOS	
TÍTULOS	2006	TÍTULOS	2005
RECEITAS CORRENTES	231.332,55	DESPESAS CORRENTES	61.601.672,96
RECEITA PATRIMONIAL	231.332,55	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	13.607.330,73
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	0,00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	37.725.049,14
DEDUÇÕES DA RECEITA	0,00	TRANSFERÊNCIAS A ESTADOS E MUNICÍPIOS	3.031.136,39
TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS	193.050.739,36	TRANSFERÊNCIAS AO EXTERIOR	993.332,05
TRANSFERÊNCIAS ORÇAMENTÁRIAS	187.006.339,91	OUTRAS DESPESAS	33.700.590,89
REPASSE RECEBIDO	83.614.800,33	DESPESA ENTRE ORÇÃOS DO ORÇAMENTO	10.269.243,09
SUB-REPASSE RECEBIDO	99.739.119,94	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	9.775.352,29
SUB-REPASSE RECEBIDO NO EXERC.	99.739.119,94	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	493.890,90
VALORES DIFERIDOS - BAIXA	3.602.444,60	DESPESAS DE CAPITAL	34.322.734,53
VALORES DIFERIDOS - INSCRIÇÃO	49.975,04	INVESTIMENTOS	33.420.744,53
CORRESPONDÊNCIA DE DÉBITO	75,00	OUTRAS DESPESAS DE CAPITAL	901.990,00
INCORPORAÇÃO DE DESPESA	75,00	TRANSFERÊNCIAS AO EXTERIOR	901.990,00
TRANSFERÊNCIAS EXTRA-ORÇAMENTÁRIAS	6.044.324,45	TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS	123.729.833,12
TRANSFERÊNCIAS DIVERSAS RECEBIDAS	6.044.324,45	TRANSFERÊNCIAS ORÇAMENTÁRIAS	117.665.651,07
INGRESSOS EXTRA-ORÇAMENTÁRIOS	216.564.887,81	REPASSE CONCEDIDO	13.913.012,27
VALORES EM CIRCULAÇÃO	54.464.473,07	SUB-REPASSE CONCEDIDO	99.739.119,94
RECURSOS ESPECIAIS A RECEBER	4.013.394,68	SUB-REPASSE CONCEDIDO NO EXERC.	99.739.119,94
VALORES PENDENTES A CURTO PRAZO	4.013.394,68	VALORES DIFERIDOS - BAIXA	3.602.444,60
VALORES DIFERIDOS	67.862.750,61	VALORES DIFERIDOS - INSCRIÇÃO	410.930,08
OBRIGAÇÕES EM CIRCULAÇÃO	4.900.000,00	REPASSES PREVIDENCIÁRIOS CONCEDIDOS - RPPS	124,18
FORNECEDORES	4.900.000,00	CORRESPONDÊNCIA DE CRÉDITOS	75,00
CONTRATO DE PROGRAMA DE REPASSE A PAGAR	0,00	DESINCORPORAÇÃO DE DESPESA	75,00
PESSOAL E ENCARGOS A PAGAR	32.051.211,76	TRANSFERÊNCIAS EXTRA-ORÇAMENTÁRIAS	6.064.107,05
RESTOS A PAGAR	28.809.572,42	TRANSFERÊNCIAS DIVERSAS CONCEDIDAS	6.064.107,05
NAO PROCESSADOS A LIQUIDAR	3.251.639,34	DISPÊNDIOS EXTRA-ORÇAMENTÁRIOS	191.574.022,26
CANCELADO	14.871,33	VALORES EM CIRCULAÇÃO	66.030.317,44
VALORES EM TRANSITO	373.598,81	RECURSOS ESPECIAIS A RECEBER	96.020.317,44
RECURSOS A LIBERAR POR TRANSFERÊNCIA	30.513.069,71	RECURSOS DA UNIÃO	0,00
RECURSOS A LIBERAR PARA PAGAMENTO DE RP	19.082,60	VALORES PENDENTES A CURTO PRAZO	7.726.234,24
RECEITA EXTRA-ORÇAMENTÁRIA	19.082,60	VALORES DIFERIDOS	7.726.234,24
RESTITUIÇÃO DE RECEITAS FEDERAIS	19.082,60	DÉPOSITOS	0,00
		CONSIGNAÇÕES	0,00

TÍTULO	BALANÇO FINANCEIRO	EXERCÍCIO	2006	MÊS	DEZEMBRO
ENTIDADE	44205 - AGENCIA NACIONAL DE AGUAS	EMISSION	31/12/2006	PÁGINA	002

INGRESSOS		DISPÊNDIOS	
TÍTULOS	2006	TÍTULOS	2006
AJUSTES DE DIREITOS E OBRIGAÇÕES	30.805.185,85	DEPOSITOS DE DIVERSAS ORIGENS	0,00
INCORPORACAO DE DIREITOS	65.090.455,58	OBRIGACOES EM CIRCULACAO	48.819.334,39
CREDITOS DIVERSOS A RECEBER	60.998.673,92	FORNECEDORES	6.800.000,00
OUTRAS INCORPORACOES DE DIREITOS	4.121.815,66	DE EXERCICIOS ANTERIORES	0,00
DESINCORPORACAO DE OBRIGACOES	25.514.691,27	CONTRATO DE PROGRAMA DE REPASSE A PAGAR	6.800.000,00
EXERCICIOS ANTERIORES	395,82	PESSOAL E ENCARGOS A PAGAR	395,82
RECURSOS DIVERSOS A LIBERAR	25.514.235,45	RP'S NAO PROCESSADOS - INSCRICAO	17.130.920,13
		RECURSOS A LIBERAR POR TRANSFERENCIA	373.598,81
		RECURSOS A LIBERAR PARA PAGAMENTO DE RP	25.514.419,63
		DESPESAS EXTRA-ORÇAMENTARIA	0,00
		RESTITUICAO DE RECEITAS FEDERAIS	0,00
		AJUSTES DE DIREITOS E OBRIGACOES	68.008.198,19
		BAIXA DE DIREITOS	37.388.085,36
		CREDITOS DIVERSOS A RECEBER	37.388.085,36
		INCORPORACAO DE OBRIGACOES	30.938.070,83
		RECURSOS DIVERSOS A LIBERAR	30.513.088,71
		OUTRAS INCORPORACOES DE OBRIGACOES	98.002,12
		DISPONIBILIDADE PLO PERIODO SE	606.488,18
DISPONIBILIDADE DO PERIODO ANT	1.596.796,33	CONTA UNICA DO TESOURO NACIONAL	606.488,18
CONTA UNICA DO TESOURO NACIONAL	1.596.796,33	TOTAL DISPÊNDIOS	411.533.756,05
TOTAL INGRESSOS	411.833.756,05		343.539.695,84

Walter Spindola de Azevedo
Chefe do Núcleo de Contabilidade
NUCON/GEFUSAF-ANA
CRC 003857/0-0 DF

Bruno Ragnoccheschi
DIRETOR
Agência Nacional de Águas - ANA

Oscar de Moraes Contem Netto
Diretor
Agência Nacional de Águas - ANA

Jose Machado
Diretor-Presidente
Agência Nacional de Águas - ANA

Adelino Trindade Franca
Diretor
Agência Nacional de Águas

João Luiz da Cunha
Gerente de Execução Financeira
SAF/ANA

Luiz Roberto Muniz
Ordernador de Despesas

PROTEC/ANA
Fls. 129
Processo: 332/03
Rubrica

NOTAS EXPLICATIVAS DOS BALANÇOS

1. Os Balanços Orçamentário, Financeiro, Patrimonial e as Demonstrações das Variações Patrimoniais estão apresentados de forma consolidada em consonância com as disposições contidas na Instrução Normativa TCU nº 47/2004, publicada no DOU de 08 de novembro de 2004; Decisão Normativa TCU nº 81/2006; Portaria CGU nº 555/2006, de 28 de dezembro de 2006, e Normas Internacionais de Contabilidade para o Setor Público – NICSP nº 01, a saber:

- ✓ Balanço Orçamentário, conforme previsto na Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964;
- ✓ Balanço Financeiro, conforme previsto na Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964;
- ✓ Balanço Patrimonial, conforme previsto na Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964;
- ✓ Demonstração das Variações Patrimoniais, conforme previstas na Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964; e
- ✓ **Notas Explicativas que acompanham as Demonstrações Contábeis;**

NOTA EXPLICATIVA DO BALANÇO FINANCEIRO

DISPÊNDIOS

Despesas Correntes

Transferências ao Exterior

(Conta Contábil: 333803926 - UNESCO). R\$ 993.332,06. Valor contabilizado pelas Notas de sistema nrs. 2006NS000040, 2006NS000041, 2006NS000042, 2006NS000046 e 2006NS000047, no exercício de 2006, referente a transferência de recursos à Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura UNESCO – conforme Projeto de Cooperação Técnica nr. 704BRA2041 firmado com a UJ – UGR 443025 – Gestão 44205.

Despesa de Capital

Transferências ao Exterior

(Conta Contábil: 344805226 - UNESCO). R\$ 901.990,00. Valor contabilizado pela 2006NS000033, 2006NS000040, 2006NS000045, 2006NS000046 e 2006NS000047, no exercício de 2006, referente a transferência de recursos à Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura UNESCO – conforme Projeto de Cooperação Técnica 704BRA2041 firmado com a UJ – UGR 443025 – Gestão 44205..

Ingressos Extra-Orçamentários

Valores em Trânsito Exigíveis

Cartão de Pagamento do Governo Federal

(Conta Contábil: 212680200 – Fatura – Cartão de Pagamento do Governo Federal). R\$ 14.871,33. Valor contabilizado pelas seguintes notas de sistema: 2006NS004409, 2006NS003608, 2006NS004404 e 2006NS004226. Regularizado por meio das seguintes notas de sistema e ordens bancárias: 2006NS000008/OB900067 (R\$ 4.826,65); 2006NS000076/OB900070 (R\$ 5.038,00); 2006NS4938/2007OB900068/2007OB900205 (R\$ 3.331,96) e 2007NS000007/ 2007NS000011/ 2007NS000013/ 2007NS000076/ 2007OB900066/2007OB900069 (R\$ 1.674,72), no exercício de 2006/2007.

As contas foram analisadas pelo Núcleo de Contabilidade dentro dos princípios e critérios de contabilidade geralmente aceitos nos Órgãos do Serviço Público Federal, com adoção da Norma Internacional de Contabilidade para o Setor Público – NICSP nº 01, tendo sido consultados os registros no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal - SIAFI, conjuntamente com as demais peças inseridas no processo de Prestação de Contas.

Brasília-DF, 07 de fevereiro de 2007.

WANDER MACHADO DE SOUZA

Núcleo de Contabilidade
GEEFI/SAF/ANA

WALTER SPINDOLA DE ATAÍDE

Chefe do Núcleo de Contabilidade
GEEFI/SAF/ANA
CRC 003857/0-O DF

João Luiz da Cunha
Gerente de Execução Financeira
SAF/ANA



BALANÇO PATRIMONIAL

TÍTULO	BALANÇO PATRIMONIAL	EXERCÍCIO	2006	MÊS	DEZEMBRO
ENTIDADE	44205 - AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS	EMIÇÃO	31/12/2006	PÁGINA	001

ATIVO		PASSIVO	
TÍTULOS	2006	TÍTULOS	2006
ATIVO FINANCEIRO	66.625.810,62	PASSIVO FINANCEIRO	64.972.086,31
DISPONÍVEL	605.493,18	OBRIGAÇÕES EM CIRCULAÇÃO	64.611.111,27
DISPONÍVEL EM MOEDA NACIONAL	605.493,18	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	4.900.000,00
CREDITOS EM CIRCULAÇÃO	66.020.317,44	CONTRATO DE PROGRAMA DE REPASSE A PAGAR PESSOAL A PAGAR - DO EXERCÍCIO	4.900.000,00
CREDITOS A RECEBER	318.242,22	RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	28.808.572,42
LIMITE DE SAQUE CIVIL DE PAGAMENTO	5.051.637,52	A LIQUIDAR	28.808.572,42
RECURSOS A RECEBER PARA PAGAMENTO DE RP	60.660.437,70	VALORES EM TRANSITO EXIGÍVEIS	14.871,33
ATIVO NÃO FINANCEIRO	36.661.405,91	RECURSOS ESPECIAIS A LIB. P/ TRANSFERENCIA	373.598,81
REALIZÁVEL A CURTO PRAZO	2.037.542,48	RECURSOS A LIBERAR PARA PAGAMENTO DE RP	30.513.068,71
CREDITOS EM CIRCULAÇÃO	1.473.382,73	VALORES PENDENTES A CURTO PRAZO	380.975,04
DIVERSOS RESPONSÁVEIS	1.473.382,73	REPASSE RECEBIDO DIFERIDO	380.975,04
BENS E VALORES EM CIRCULAÇÃO	564.159,75	PASSIVO NÃO FINANCEIRO	48.975,04
ESTOQUES	564.159,75	VALORES PENDENTES A CURTO PRAZO	48.975,04
VALORES PENDENTES A CURTO PRAZO	21.913.788,01	VALORES DIFERIDOS	48.975,04
VALORES DIFERIDOS	48.975,04	PASSIVO REAL	66.022.081,35
BENS/DIREITOS A INCORP. POR INSC. RP	21.863.782,97	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	38.255.155,18
PERMANENTE	12.700.065,42	LUCROS OU PREJUÍZOS ACUMULADOS	38.255.155,18
IMOBILIZADO	12.700.065,42		
BENS MOVEIS E IMOVEIS	12.700.065,42		
ATIVO REAL	103.277.216,53		
ATIVO COMPENSADO	271.246.146,17	PASSIVO COMPENSADO	271.246.146,17
COMPENSAÇÕES ATIVAS DIVERSAS	271.246.146,17	COMPENSAÇÕES PASSIVAS DIVERSAS	271.246.146,17
RESPONSABILIDADES POR VALORES, TÍTULOS E BENS	333,46	VALORES, TÍTULOS E BENS SOB RESPONSABILIDADE	333,46
DIREITOS E OBRIGAÇÕES CONVENIADOS	168.428.310,37	DIREITOS E OBRIGAÇÕES CONVENIADOS	173.010.453,98
DIREITOS E OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS	84.389.898,31	DIREITOS E OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS	84.389.898,31
OUTRAS COMPENSAÇÕES	0,00	COMPENSAÇÕES DIVERSAS	0,00
TOTAL ATIVO	374.523.362,70	TOTAL PASSIVO	374.523.362,70

NOTA: ESTE BALANÇO ESTÁ ESTRUTURADO DE ACORDO COM AS NORMAS INTERNACIONAIS DE CONTABILIDADE PARA O SETOR PÚBLICO - NICSP 01

Proteção ANA
Fls. 132
Processo: 378/07
Auditoria

Walter Spindola de Almeida
Chefe do Núcleo de Contabilidade
UICON/GEEF/ISAF-ANA
REC 003857/0-0 DF

João Luiz da Cunha
Gerente de Execução Financeira
SAF/ANA

Bruno Pagnoccheschi
Diretor
Agência Nacional de Águas - ANA

Osvaldo Marques Cardozo Neto
Diretor
Agência Nacional de Águas - ANA

Dafino Garófalo França
Diretor
Agência Nacional de Águas - ANA

Benedito Braga
Diretor
Agência Nacional de Águas - ANA

Lucas Martins Menezes
Organizador de Despesas

NOTAS EXPLICATIVAS DOS BALANÇOS

1. Os Balanços Orçamentário, Financeiro, Patrimonial e as Demonstrações das Variações Patrimoniais estão apresentados de forma consolidada em consonância com as disposições contidas na Instrução Normativa TCU nº 47/2004, publicada no DOU de 08 de novembro de 2004; Decisão Normativa TCU nº 81/2006; Portaria CGU nº 555/2006, de 28 de dezembro de 2006, e Normas Internacionais de Contabilidade para o Setor Público – NICSP nº 01, a saber:

- ✓ Balanço Orçamentário, conforme previsto na Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964;
- ✓ Balanço Financeiro, conforme previsto na Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964;
- ✓ Balanço Patrimonial, conforme previsto na Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964;
- ✓ Demonstração das Variações Patrimoniais, conforme previstas na Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964; e
- ✓ **Notas Explicativas que acompanham as Demonstrações Contábeis;**

NOTA EXPLICATIVA DO BALANÇO PATRIMONIAL

ATIVO

Disponível

Disponível em Moeda Nacional

(Conta Contábil: 111120122 - RECURSOS DA CONTA ÚNICA - APLICADOS). Saldo em 31.12.2006: R\$ 605.493,18, conforme movimentação abaixo:

UGR: 443003

Saldo em 01.01.2006	Aplicações	Resgates	Rendimentos	Saldo em 31.12.2006
R\$ 1.586.796,33	R\$ 991,66	R\$ 1.213.627,36	R\$ 231.332,55	R\$ 605.493,18

(Conta Contábil: 112160400 - LIMITE DE SAQUE COM VINCULAÇÃO DE PAGAMENTO). Saldo em 31.12.2006 - R\$ 5.051.637,52, conforme abaixo:

UGR	Descrição	Saldo em R\$
443001	GERÊNCIA DE EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA	4.517.187,31
443002	GESTÃO DE RECURSOS HÍDRICOS	468.304,18
443003	GERÊNCIA DE ORÇAMENTO E FINANÇAS	57.457,50
443025	SUPERINTENDÊNCIA DE PROGRAMAS E PROJETOS	8.688,53
Total		5.051.637,52

Detalhamento UGR: 443003

Fonte / Vinculação	Descrição	Saldo em R\$
0134044302 / 400	CUSTEIO E INVESTIMENTO	57.457,50*
Total		1157.457,50

* Valor contabilizado pela 2006PF000505 e regularizado no exercício de 2007 por meio da 2007PF000001.

(Conta Contábil: 112162200 - RECURSOS A RECEBER PARA PAGAMENTO DE RP). Saldo em 31.12.2006: R\$ 60.650.437,70, conforme abaixo:

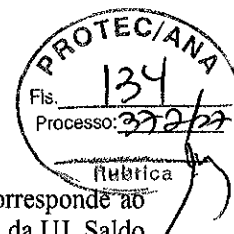
UG	Descrição	Saldo em R\$
443001	GERÊNCIA DE EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA	1.840.061,42
443002	GESTÃO DE RECURSOS HÍDRICOS	17.931.695,82
443003	GERÊNCIA DE ORÇAMENTO E FINANÇAS	30.137.368,99
443025	SUPERINTENDÊNCIA DE PROGRAMAS E PROJETOS	741.311,47
Total		60.650.437,70

133

Ativo Não Financeiro
Realizável a Curto Prazo
Bens e Valores em Circulação

Estoques

(Conta Contábil: 11318.01.00 - MATERIAL DE CONSUMO) No montante de R\$ 442.564,42, que corresponde ao valor do material de consumo adquirido e estocado em almoxarifado destinado a atender às necessidades da UJ. Saldo compatível com os RMMAs da UJ no exercício de 2006.



UGR: 443001

Conta Corrente	Descrição	Valor em R\$
16	MATERIAL DE EXPEDIENTE	246.551,71
17	MATERIAL DE PROCESSAMENTO DE DADOS	180.534,02
19	MATERIAL DE ACONDICIONAMENTO E EMBALAGEM	1.712,95
22	MATERIAL DE LIMPEZA E PROD. DE HIGIENIZAÇÃO	1.905,01
26	MATERIAL ELÉTRICO E ELETRÔNICO	1.625,45
28	MATERIAL DE PROTEÇÃO E SEGURANÇA	341,79
29	MATERIAL P/ ÁUDIO, VÍDEO E FOTO	8.782,44
35	MATERIAL LABORATORIAL	889,05
42	FERRAMENTAS	222,00
Total		442.564,42

(Conta Contábil: 1.1.3.1.9.98.00 - ESTOQUE A INCORPORAR PELA INSCRIÇÃO DE RP). No montante de R\$ 121.595,33, que corresponde ao valor do material de consumo adquirido no exercício financeiro a incorporar pela inscrição de Restos a Pagar não processados.

Permanente

Imobilizado

Bens Móveis e Imóveis

(Conta Contábil: 1.4.2.1.2.00.00 - BENS MÓVEIS). O montante de R\$ 8.922.046,32 representa o saldo dos bens móveis da UJ ao final do exercício de 2006. Saldo compatível com os RMBs da UJ, cujas variações ativas e passivas estão demonstradas no quadro abaixo:

UGR: 443001

SIAFI 2006		
Movimentação	Conta Contábil	Saldos
Saldo do Exercício Anterior	14212.00.00	6.837.797,88
(+) Aquisições	6.2.3.1.2.01.01	726.253,03
(+) Doações	6.2.3.1.2.01.04	1.224.861,88
(+) Bens/Direitos móveis de uso permanente	6.1.3.1.1.02.01	133.244,96
Variações Ativas - Subtotal 1		2.084.359,87
(-) Ajustes Não Financeiros	5.2.3.8.2.00.00	111,43
Variações Passivas - Subtotal 2		111,43
<i>Movimento Líquido (1-2)</i>		<i>2.084.248,44</i>
Saldo em 31.12.2006		8.922.046,32

* Regularização complementar da 2006GD00163, de 03/07/2006, para acerto de saldos contábeis no RMB – conta contábil 142120000 – mobiliário em geral, conforme empenho de RP R\$ 111,43.

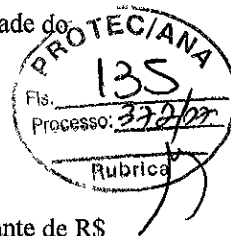
(Conta Contábil: 1.4.2.1.1.00.00 - BENS IMÓVEIS). O montante de R\$ 3.778.049,10 representa o saldo dos bens imóveis da UJ ao final do exercício de 2006.

UGR: 443001

Conta Contábil	Descrição	Valores em R\$
1.4.2.1.1.01.00	EDIFÍCIOS	253.038,27
1.4.2.1.1.80.00	ESTUDOS E PROJETOS	1.437.761,00 *
1.4.2.1.1.91.00	OBRAS EM ANDAMENTO	1.957.132,61*
1.4.2.1.1.92.00	INSTALAÇÕES	130.117,22*
Total		3.778.049,10

Handwritten signature and file number 134.

* Valores em processo de regularização junto à Secretaria de Patrimônio da União e a Setorial de Contabilidade do Ministério do Meio Ambiente.



Ativo Compensado

Compensações Ativas Diversas

Responsabilidades por Valores Títulos e Bens

(Conta Contábil: 1.9.9.1.1.06.00 - SUPRIMENTO DE FUNDOS). Apresentou saldo remanescente no montante de R\$ 366,69 em 31.12.2006, referente a suprimento de fundos concedidos cuja regularização foi procedida no exercício de 2007 por meio das notas de lançamentos nrs. 2006NL000025 e 2006NL000023.

As contas foram analisadas pelo Núcleo de Contabilidade dentro dos princípios e critérios de contabilidade geralmente aceitos nos Órgãos do Serviço Público Federal, com adoção da Norma Internacional de Contabilidade para o Setor Público – NICSP nº 01, tendo sido consultados os registros no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal - SIAFI, conjuntamente com as demais peças inseridas no processo de Prestação de Contas.

Brasília-DF, 07 de fevereiro de 2007.

WANDER MACHADO DE SOUZA

*Núcleo de Contabilidade
SAF/ANA*

WALTER SPINDOLA DE ATAÍDE

*Chefe do Núcleo de Contabilidade
GEEFI/SAF/ANA
CRC 003857/0-O DF*

João Luiz da Cunha
*Gerente de Execução Financeira
SAF/ANA*

135



DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES
PATRIMONIAIS

TÍTULO DEMONSTRACAO DAS VARIACOES PATRIMONIAIS

ENTIDADE 44205 - AGENCIA NACIONAL DE AGUAS

EXERCÍCIO
2006

MÊS
DEZEMBRO

EMIÇÃO
31/12/2006

PÁGINA
001

VARIACOES ATIVAS		VARIACOES PASSIVAS	
TÍTULOS	2006	TÍTULOS	2006
ORÇAMENTARIAS	209.605.917,61	ORÇAMENTARIAS	213.590.133,56
RECEITAS CORRENTES	231.332,55	DESPESAS CORRENTES	61.601.672,96
RECEITA PATRIMONIAL	231.332,55	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	13.637.380,73
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	0,00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	37.725.049,14
DEDUÇÕES DA RECEITA	0,00	DESPESA ENTRE ORÇÁOS DO ORÇAMENTO	55.555.190,23
INTERFERÊNCIAS ATIVAS	187.006.414,91	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	10.299.243,09
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS	187.006.339,91	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	9.775.352,29
REPASSE RECEBIDO	83.614.800,33	DESPESAS DE CAPITAL	499.890,80
SUB-REPASSE RECEBIDO	99.739.119,94	INVESTIMENTOS	34.322.734,53
VALORES DIFERIDOS - BAIXA	3.602.444,60	INTERFERÊNCIAS PASSIVAS	34.322.734,53
VALORES DIFERIDOS - INSCRIÇÃO	49.975,04	TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDAS	117.665.726,07
CORRESPONDÊNCIA DE DÉBITOS	75,00	REPASSE CONCEDIDO	117.665.651,07
MUTACOES ATIVAS	22.367.770,15	SUB-REPASSE CONCEDIDO	13.913.012,27
INCORPORACOES DE ATIVOS	22.367.770,15	VALORES DIFERIDOS - BAIXA	99.739.119,94
AQUISICOES DE BENS	482.779,85	VALORES DIFERIDOS - INSCRIÇÃO	3.632.444,60
BENS/DIR. A INCORP. PELA INSC. RP	21.884.990,30	REPASSES PREVIDENCIÁRIOS CONCEDIDOS	410.930,08
RESULTADO EXTRA-ORÇAMENTARIO	101.974.984,29	CORRESPONDÊNCIA DE CRÉDITOS	124,18
INTERFERÊNCIAS ATIVAS	6.053.407,05	RESULTADO EXTRA-ORÇAMENTARIO	75,00
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS	19.082,60	INTERFERÊNCIAS PASSIVAS	87.164.318,64
MOVIMENTO DE FUNDOS A DÉBITO	6.044.324,45	TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDAS	6.084.107,05
ACRESCIMOS PATRIMONIAIS	96.911.577,24	MOVIMENTO DE FUNDOS A CRÉDITO	0,00
INCORPORACOES DE ATIVOS	67.145.246,63	DECRESCIMOS PATRIMONIAIS	6.084.107,05
INCORPORACAO DE BENS IMOVEIS	0,00	DESINCORPORACOES DE ATIVOS	81.100.211,59
INCORPORACAO DE BENS IMOVEIS	2.054.751,05	BAIXA DE BENS IMOVEIS	50.491.029,33
INCORPORACAO DE DIREITOS	65.090.485,58	BAIXA DE BENS IMOVEIS	0,00
DESINCORPORACAO DE PASSIVOS	28.756.330,61	BAIXA DE DIREITOS	382.263,99
		BENS/DIREITOS A INCORP. PELA INSCRIÇÃO DE	37.399.055,36
		INCORPORACAO DE PASSIVOS	12.709.699,98
		AJUSTES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	30.606.070,83
		AJUSTES NAO FINANCEIROS	111,43
		RESULTADO PATRIMONIAL	111,43
		SUPERAVIT	10.826.049,70
		TOTAL VARIACOES PASSIVAS	10.826.049,70
TOTAL VARIACOES ATIVAS	311.590.301,90		311.590.501,90

PROTEC/ANA
137
Processo: 370/27
Rubrica

TÍTULO	DEMONSTRACAO DAS VARIACOES PATRIMONIAIS POR NATUREZA	EXERCÍCIO	2006	MÊS	DEZEMBRO
ENTIDADE	44205 - AGENCIA NACIONAL DE AGUAS	MISSÃO	31/12/2006	PÁGINA	001

TÍTULOS	2006	2005
RECEITAS ORÇAMENTARIAS		
RECEITAS CORRENTES	231.332,55	242.065,72
RECEITAS NÃO TRIBUTARIAS	231.332,55	242.065,72
TOTAL DAS RECEITAS ORÇAMENTARIAS	231.332,55	242.065,72
DESPESAS ORÇAMENTARIAS		
DESPESAS CORRENTES	61.601.672,98	68.272.077,24
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	23.382.733,02	12.715.887,01
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	38.218.939,94	55.556.190,23
DESPESAS DE CAPITAL	34.322.734,53	21.076.074,13
INVESTIMENTOS	34.322.734,53	21.076.074,13
(-) TOTAL DAS DESPESAS ORÇAMENTARIAS	95.924.407,49	89.348.151,37
RESULTADO ORÇAMENTARIO	95.633.074,94	89.103.065,65
INTERFERENCIAS ATIVAS ORÇAMENTARIAS	187.006.414,91	173.888.477,62
TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS	187.006.339,91	173.888.477,62
CORRESPONDENCIA DE DEBITOS	75,00	0,00
MUTACOES ATIVAS ORÇAMENTARIAS	22.367.770,15	14.594.451,57
INCORPORACAO DE ATIVOS	22.367.770,15	14.594.451,57
(-) INTERFERENCIAS PASSIVAS ORÇAMENTARIAS	117.665.726,07	104.002.334,62
TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDAS	117.665.651,07	104.002.334,62
CORRESPONDENCIA DE CREDITOS	75,00	0,00
RESULTADO ORÇAMENTARIO APOS INTERFER/MUTACOES	3.994.615,95	4.625.471,08
RESULTADO APOS REC/DESP EXTRA-ORÇAMENTARIAS	3.994.615,95	4.625.471,08
INTERFERENCIAS ATIVAS EXTRA-ORÇAMENTARIAS	6.063.407,05	406.663,26
TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS	19.082,60	130.051,92
OUTRAS INTERFERENCIAS ATIVAS	6.044.324,45	276.601,34
ACRESCIMOS PATRIMONIAIS EXTRA-ORÇAMENTARIOS	96.911.577,24	76.644.309,97
INCORPORACAO DE ATIVOS	67.145.246,63	54.011.734,63
DESINCORPORACAO DE PASSIVOS	28.766.330,61	21.632.575,34
(-) INTERFERENCIAS PASS. EXTRA-ORÇAMENTARIAS	6.064.107,05	406.663,26
TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDAS	0,00	762,85
OUTRAS INTERFERENCIAS PASSIVAS	6.064.107,05	406.890,41
(-) DECRESCIMOS PATRIM. EXTRA-ORÇAMENTARIOS	81.100.211,59	66.561.027,85

TÍTULO	DEMONSTRACAO DAS VARIACOES PATRIMONIAIS POR NATUREZA
ENTIDADE	44205 - AGENCIA NACIONAL DE AGUAS

EXERCÍCIO
2006

MÊS
DEZEMBRO

EMIÇÃO
31/12/2006

PÁGINA

002

TÍTULOS	2006	2005
DESINCORPORAÇÃO DE ATIVOS	50.481.028,33	40.041.081,64
INCORPORAÇÃO DE PASSIVOS	30.609.070,83	28.514.536,21
OUTROS DECRESCIMOS PATRIMONIAIS	111,43	5.400,00
RESULTADO PATRIMONIAL / SUPERAVIT OU DÉFICIT	10.826.048,70	5.457.811,04

NOTA: ESTA DEMONSTRACAO ESTA ESTRUTURADA DE ACORDO COM AS NORMAS INTERNACIONAIS DE CONTABILIDADE PARA O SETOR PUBLICO - NICSP 01

Walter Spindola de Almeida
Chefe do Núcleo de Contabilidade
NUCON/GEEF/SAF-ANA
CRC 00385710-0 DF

Bruno Pagnocchini
DIRETOR
Agência Nacional de Águas

Oscar de Moraes Cordeiro Netto
Diretor
Agência Nacional de Águas - ANA

José Machado
Diretor-Presidente
Agência Nacional de Águas - ANA

Bernardo Braga
Diretor
Agência Nacional de Águas - ANA

João Luiz da Cunha
Gerente de Execução Financeira
SAF/ANA

Luiz Henrique Muniz
Ordenador de Despesas

Dalvino Troccoli Franco
Diretor
Agência Nacional de Águas



DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES
PATRIMONIAIS POR
NATUREZA E FUNÇÃO

TÍTULO DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS POR NATUREZA E FUNÇÃO

ENTIDADE 44205 - AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS

EXERCÍCIO
2006

MÊS
DEZEMBRO

EMIÇÃO
31/12/2006

PÁGINA
001

PROTEC/ANA
Fls. 141
Processo 322/07
Rubrica

TÍTULOS	2006	2005
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS		
RECEITAS CORRENTES	231.332,55	242.085,72
RECEITAS NÃO TRIBUTÁRIAS	231.332,55	242.085,72
TOTAL DAS RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	231.332,55	242.085,72
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS		
GESTÃO AMBIENTAL	95.924.407,49	88.348.151,57
(-) TOTAL DAS DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	95.924.407,49	88.348.151,57
RESULTADO ORÇAMENTÁRIO	95.683.074,94	88.105.055,85
INTERFERÊNCIAS ATIVAS ORÇAMENTÁRIAS	187.006.414,91	173.888.477,62
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS	187.006.339,91	173.888.477,62
CORRESPONDÊNCIA DE DÉBITOS	75,00	0,00
MUTUAÇÕES ATIVAS ORÇAMENTÁRIAS	22.367.770,15	14.594.461,57
INCORPORAÇÃO DE ATIVOS	22.367.770,15	14.594.461,57
(-) INTERFERÊNCIAS PASSIVAS ORÇAMENTÁRIAS	117.665.725,07	104.002.334,62
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDAS	117.665.651,07	104.002.334,62
CORRESPONDÊNCIA DE CRÉDITOS	75,00	0,00
RESULTADO ORÇAMENTÁRIO APÓS INTERFERÊNCIAS	3.984.615,95	4.625.471,28
RESULTADO APÓS RECEITAS EXTRA-ORÇAMENTÁRIAS	3.984.615,95	4.625.471,28
INTERFERÊNCIAS ATIVAS EXTRA-ORÇAMENTÁRIAS	6.063.407,05	406.663,26
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS	19.082,60	130.061,92
OUTRAS INTERFERÊNCIAS ATIVAS	6.044.324,45	276.601,34
ACRESCIMOS PATRIMONIAIS EXTRA-ORÇAMENTÁRIOS	95.911.577,24	75.844.339,97
INCORPORAÇÃO DE ATIVOS	67.145.246,63	54.011.724,63
DESINCORPORAÇÃO DE PASSIVOS	28.766.330,61	21.682.575,34
(-) INTERFERÊNCIAS PASS. EXTRA-ORÇAMENTÁRIAS	6.064.107,05	406.663,26
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDAS	0,00	782,85
OUTRAS INTERFERÊNCIAS PASSIVAS	6.064.107,05	406.880,41
(-) DECRESCIMOS PATRIM. EXTRA-ORÇAMENTÁRIOS	81.100.211,59	65.561.027,85
DESINCORPORAÇÃO DE ATIVOS	50.491.029,33	40.041.081,64
INCORPORAÇÃO DE PASSIVOS	30.609.070,88	25.514.539,21
OUTROS DECRESCIMOS PATRIMONIAIS	111,43	5.400,00

141

TÍTULO	DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS POR NATUREZA E FUNÇÃO	EXERCÍCIO	2006	MÊS	DEZEMBRO
ENTIDADE	44205 - AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS	EMIÇÃO	31/12/2006	PÁGINA	002

TÍTULOS	2006	2005
RESULTADO PATRIMONIAL / SUPERÁVIT OU DÉFICIT	10.856.049,70	5.457.810,84

NOTA: ESTA DEMONSTRAÇÃO ESTÁ ESTRUTURADA DE ACORDO COM AS NORMAS INTERNACIONAIS DE CONTABILIDADE PARA O SETOR PÚBLICO - NICSP 01

Spindola
Chefe do Núcleo de Contabilidades
NU/CON/GEF/USAF-ANA
CRC 008857/0-0 DF

João Luiz da Cunha
Gerente de Execução Fin.
SAF/ANA

Luis Henrique Muniz
Ordenador de Despesas

Bruno Pagnon
DIRETOR
Agência Nacional de Águas - ANA

Oscar de Moraes Cordeiro Netto
Diretor
Agência Nacional de Águas - ANA

José Machado
Diretor-Presidente
Agência Nacional de Águas - ANA

Benedito Braga
Diretor
Agência Nacional de Águas - ANA

Dalvino Tricoli Gomes
Diretor
Agência Nacional de Águas

NOTAS EXPLICATIVAS DOS BALANÇOS

1. Os Balanços Orçamentário, Financeiro, Patrimonial e as Demonstrações das Variações Patrimoniais estão apresentados de forma consolidada em consonância com as disposições contidas na Instrução Normativa TCU nº 47/2004, publicada no DOU de 08 de novembro de 2004; Decisão Normativa TCU nº 81/2006; Portaria CGU nº 555/2006, de 28 de dezembro de 2006, e Normas Internacionais de Contabilidade para o Setor Público – NICSP nº 01, a saber:

- ✓ Balanço Orçamentário, conforme previsto na Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964;
- ✓ Balanço Financeiro, conforme previsto na Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964;
- ✓ Balanço Patrimonial, conforme previsto na Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964;
- ✓ Demonstração das Variações Patrimoniais, conforme previstas na Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964; e
- ✓ **Notas Explicativas que acompanham as Demonstrações Contábeis;**

NOTA EXPLICATIVA DAS DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS

VARIAÇÕES PASSIVAS

Decréscimos Patrimoniais

Ajustes de Exercícios Anteriores

Ajustes Não Financeiros

(Conta Contábil: 523820000 - AJUSTES NÃO FINANCEIROS). Variação passiva de R\$ 111,43 é referente a ajustes não financeiros da conta 142124200 - 2006NL000266 – acerto de saldos não financeiros, mobiliário em geral.

As contas foram analisadas pelo Núcleo de Contabilidade dentro dos princípios e critérios de contabilidade geralmente aceitos nos Órgãos do Serviço Público Federal, com adoção da Norma Internacional de Contabilidade para o Setor Público – NICSP nº 01, tendo sido consultados os registros no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal - SIAFI, conjuntamente com as demais peças inseridas no processo de Prestação de Contas.

Brasília-DF, 07 de fevereiro de 2007.



WANDER MACHADO DE SOUZA
Núcleo de Contabilidade
SAF/ANA



João Luiz da Cunha
Gerente de Execução Financeira
SAF/ANA



WALTER SPINDOLA DE ATAÍDE
Chefe do Núcleo de Contabilidade
GEEFI/SAF/ANA
CRC 003857/0-O DF



DEMOSTRATIVO DE PAGAMENTO
DE DESPESA
DE NATUREZA SIGILOSA



AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS

TÍTULO	DEMONSTRATIVO DE PAGAMENTO DE DESPESA DE NATUREZA SIGILOSA	EXERCÍCIO: 2006	MÊS: DEZEMBRO
ENTIDADE	44205 – AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS	EMIÇÃO: 31/12/2006	PÁGINA: 001

EM COMPRIMENTO AO ROTEIRO DE VERIFICAÇÃO DE PEÇAS E CONTEÚDOS INSTITUÍDO PELA DN TCU Nº 81, DE 06 DE DEZEMBRO DE 2006, ITEM III, DECLARAMOS NÃO HAVER, NO EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2006, CONFORME OS REGISTROS CONTÁBEIS DA UNIDADE JURISDICIONADA, A OCORRÊNCIA DE PAGAMENTOS DE DESPESAS DE NATUREZA SIGILOSA, INCLUINDO AQUELAS EFETUADAS MEDIANTE SUPRIMENTO DE FUNDOS.

José Machado
Diretor-Presidente
Agência Nacional de Águas - ANA

Oscar de Moraes Condino Netto
Diretor
Agência Nacional de Águas - ANA

Bruno Pagnoccheschi
Diretor
Agência Nacional de Águas

Roberto Toccoleto
Diretor
Agência Nacional de Águas

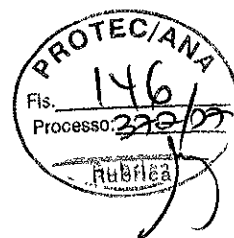
João Luiz da Cunha
Gerente de Execução Financeira
SAFANA

Walter Spindola de Azeite
Chefe do Núcleo de Contabilidade
NUCON/GEEFI/SAF-ANA
CRC 00385710-0 DF

Guilherme Muniz
Coordenador de Despesas

PROTEC/ANA
Fls. 145
Processo: 378/2006
Rubrica

145



DECLARAÇÃO DA UNIDADE

DE PESSOAL

LEI 8.730 DE 10/11/93

DECLARAÇÃO

Declaramos junto ao Tribunal de Contas da União – TCU que, em cumprimento ao que estabelece a Decisão Normativa TCU nº 81, de 6 de dezembro de 2006, e a Resolução ANA nº 6, de 22 de janeiro de 2007, os servidores a seguir relacionados estão em dia com a exigência de apresentação das declarações de bens e rendas, de que trata a Lei nº 8.730, de 10 de novembro de 1993.

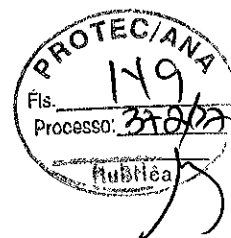
NOME	CPF	CARGO OU FUNÇÃO	ENDEREÇO RESIDENCIAL	TELEFONE RESIDENCIAL	TELEFONE COMERCIAL
José Machado	367.057.808-00	Diretor-Presidente	SHTN Trecho 01 Lote 02 Apto G313 - Asa Norte - Brasília/DF - CEP: 70000-000	(61) 9228 2129	(61) 2109 5441
Benedito Pinto Ferreira Braga Júnior	550.602.698-68	Diretor da Área de Programas e Projetos	SQS 203 Bloco G Apto 104 - Asa Sul - Brasília/DF - CEP: 70233-070	(61) 3367 1748	(61) 2109 5431
Dalvíno Troccoli Franca	038.685.244-87	Diretor da Área de Regulação	SHIS QL 28 Conjunto 8 Casa 15 - Lago Sul - Brasília/DF - CEP: 71665 - 287	(61) 3367 3450	(61) 2109 5223
Bruno Pagnoccheschi	457.541.958-34	Diretor da Área de Informação	SQS 304 Bloco C Apto 206 - Asa Sul - Brasília/DF - CEP: 70337-030	(61) 3244 4304	(61) 2109 5441
Oscar de Moraes Cordeiro Netto	112.533.391-04	Diretor da Área de Planejamento, Gestão e Capacitação	SHIS QL 22 Conjunto 02 Casa 16 - Lago Sul - Brasília/DF - CEP: 71600-225	(61) 3366 2182	(61) 2109 5157
Luis André Muniz	116.852.711-20	Superintendente de Administração, Finanças e Gestão de Pessoas	QNJ 52 Casa 14 - Taguatinga Norte - Taguatinga/DF - CEP: 72140-520	(61) 3475 3553	(61) 2109 5408
Aluisio Guimarães Ferreira	119.757.921-49	Superintendente Adjunto de Administração, Finanças e Gestão de Pessoas	Colônia Agrícola Vicente Pires Chácara 195 Casa 20 Condomínio dos Ipês - Vicente Pires - Taguatinga/DF - CEP: 72110-800	(61) 9966 05229	(61) 2109 5467
João Luiz da Cunha	302.884.871-68	Gerente Execução Orçamentária e Financeira	Rua 34 Sul Quadra 210 Lotes 10/12 Bloco A Apto 1202 Residencial Atlântico Sul - Águas Claras Brasília/DF - CEP 72030-100	(61) 3435-3851	(61) 2109 545472
Kátia Cristina Silva Fiorillo	364.205.491-91	Cargo Comissionado Técnico - CCT III	SQS 315 Bloco I Apto 208 - Asa Sul - Brasília/DF CEP: 70384-090	(61) 3245 4451	(61) 2109 5474
Walter Spíndola de Ataíde	084.849.101-72	Cargo Comissionado Assistente - CAS I	CSA 3 Lote 15 Apto 604 - Taguatinga Sul - Taguatinga/DF - CEP 72015-035	(61) 3562 2376	(61) 2109 5468
Ana Christina Ramos	380.112.981-00	Cargo Comissionado Técnico - CCT V	QI 8 Conjunto U Casa 134 - Guarã I - Brasília/DF - CEP 71010-215	(61) 3568 5937	(61) 2109 5152
Edinan Lopes dos Reis	634.927.411-34	Terceirizado Assistente Administrativo III	QE 34 Conjunto C Casa 26 - Guarã II - Guarã/DF CEP: 71065-032	(61) 3036 9051	(61) 2109 5383
Luiz Paulo Garcia Parente Filho	666.387.711-91	Chefe da Divisão de Recursos Logísticos	SQN 116 Bloco K Apto 602 - Asa Norte - Brasília/DF CEP: 70773-110	(61) 3445 5479	(61) 2109 5479
Valdemar Santos Guimarães	008.634.830-20	Superintendente de Administração da Rede Hidrometeorológica	SHIN QI 03 Conjunto 05 Casa 15 - Lago Norte Brasília/DF - CEP: 71505-250	(61) 3557 1749	(61) 2109 5210
Francisco Lopes Viana	034.190.293-49	Superintendente de Outorga e Fiscalização	SQS 116 Bloco F Apto 609 - Asa Sul - Brasília/DF CEP: 70386-060	(61) 3445 5661	(61) 2109 5251

NOME	CPF	CARGO OU FUNÇÃO	ENDEREÇO RESIDENCIAL	TELEFONE RESIDENCIAL	TELEFONE COMERCIAL
Paulo Lopes Varella Neto	136.777.214-15	Superintendente de Implementação de Programas e Projetos	SHN QD 02 Bloco E Apto 925 - Asa Norte - Brasília/DF CEP: 70702904	(61) 9654 2232	(61) 2109 5220
Joaquim Guedes Correa Gondim Filho	173.019.554-72	Superintendente de Usos Múltiplos	SQS 102 Bloco F Apto 102 - Asa Sul - Brasília/DF CEP: 70330-060	(61) 3225 5493	(61) 2109 5207
Rodrigo Flecha Ferreira Alves	230.681.086-91	Superintendente de Apoio à Gestão de Recursos Hídricos	SQS 107 Bloco B Apto 502 - Asa Sul - Brasília/DF CEP: 70346-020	(61) 3242 3205	(61) 2109 5240
José Edil Benedito	238.798.401-30	Cargo Comissionado de Assessor - CA II	CLSW 304 Bloco A Apto 153 - Setor Sudoeste Brasília/DF - CEP: 70620-670	(61) 3344 5952	(61) 2109 5260
Gisela Damm Forattini	450.261.147-68	Especialista em Recursos Hídricos	AOS 05 Bloco C Apto 304 - Setor Octogonal - Brasília/DF - CEP: 70660-053	(61) 3234 4916	(61) 2109 5230
João Gilberto Lotufo Conejo	610.794.488-53	Superintendente de Planejamento de Recursos Hídricos	SQS 113 Bloco A Apto 602 - Asa Sul - Brasília/DF CEP: 70376-010	(61) 3345 1451	(61) 2109 5204
Antônio Félix Domingues	777.888.508-53	Coordenador-Geral das Assessorias	SQS 104 Bloco J Apto 103 - Asa Sul - Brasília/DF CEP: 70000-000	(61) 9144 8157	(61) 2109 5212
Sérgio Augusto Barbosa	440.315.306-25	Superintendente de Gestão da Informação	SHN QD 3 Bloco B Apto 302 Monumenta Bittar Hotel Asa Norte - Brasília/DF - CEP: 72702-912	(61) 3328 4144	(61) 2109 5134
Adriana Matta de Castro	549.128.496-34	Assessora de Comunicação Social	SQN 308 Bloco A Apto 308 - Asa Norte - Brasília/DF CEP: 70000-000	(61) 3202 3898	(61) 2109 5103
Herman Antunes Laurindo dos Santos	665.092.381-87	Chefe da Divisão de Recursos Externos	SHIS QI 23 Conjunto 11 Casa 18 - Lago Sul - Brasília/DF CEP: 71660-110	(61) 3366 1467	(61) 2109 5297
Francisco Hóilton Araripe Rios	263.177.963-00	Superintendente Adjunto de Implementação de Programas e Projetos (exonerado em 24.8.06)	SQSW 304 Bloco K Apto 107 - Setor Sudoeste Brasília/DF CEP: 70000-000	(61) 3241 0212	(61) 2109 5299
Valéria Cristina Panno de Araújo	795.469.861-00	Cargo Comissionado de Gerência Executiva - CGE IV	SQN 313 Bloco B Apto 506 - Asa Norte - Brasília/DF CEP: 70766-020	(61) 3340 4308	(61) 2109 5310

Brasília, 30 de janeiro de 2007.


NEUSA DE OLIVEIRA
Gerente de Gestão de Pessoas





RELATÓRIO DE CORREIÇÃO

**ANEXO V – RELATÓRIO DE CORREIÇÃO – ITEM 7 DO ANEXO V DA DN
TCU/81/2006**



1.

Número do processo:	02501.001968/2005-51			
Tipo de processo:	☒	Sindicância Investigativa	☐	Sindicância Acusatória
	☐	Sindicância Patrimonial	☐	Processo Administrativo-disciplinar
Ato instaurador:	☒	Portaria	☐	Ordem de Serviço ☐ Outros (especificar)
Número e data do ato:	Nº 32		DATA: 22.6.2006 - Publicada no BPS nº 2, de 6.3.2006	
Fato sob apuração (descrição sucinta):	Apurar responsabilidades no que diz respeito a avarias causadas em veículo alugado pela Agência Nacional de Águas – ANA durante a campanha de fiscalização realizada na Bacia do Rio verde Pequeno.			
Situação do processo:	☐	Instrução	☐	Indiciamento/Defesa ☒ Relatório
	☐	Processo encaminhado para julgamento em ----/-- ----/-----	☐	Processo Julgado
Julgamento:	☐	Absolvição	☐	Apenação ☐ Instauração de PAD (na hipótese de sindicância)
	☐	Penalidade Prescrita	☐	Arquivamento
Pena aplicada:				
Remessa dos autos:	☐	MPF	☐	AGU
Recomendação de Instauração de TCE	☐	Valor do dano causado ou estimado (R\$):		

2.

Número do processo:	02501.001968/2005-51			
Tipo de processo:	☒	Sindicância Investigativa	☐	Sindicância Acusatória
	☐	Sindicância Patrimonial	☐	Processo Administrativo-disciplinar
Ato instaurador:	☒	Portaria	☐	Ordem de Serviço ☐ Outros (especificar)
Número e data do ato:	Nº 104		DATA: 12.5.2006 - publicada no BPS Edição Extraordinária nº 7, de 15.5.2006	
Fato sob apuração (descrição sucinta):	Dar continuidade aos trabalhos relativos à apuração de responsabilidades no que diz respeito a avarias causadas em veículo alugado pela Agência Nacional de Águas – ANA durante a campanha de fiscalização realizada na Bacia do Rio verde Pequeno.			
Situação do processo:	☐	Instrução	☐	Indiciamento/Defesa ☒ Relatório
	☐	Processo encaminhado para julgamento em 14/7/2006	☒	Processo Julgado
Julgamento:	☐	Absolvição	☒	Apenação ☐ Instauração de PAD (na hipótese de sindicância)
	☒	Penalidade Prescrita	☐	Arquivamento
Pena aplicada:	Advertência aos servidores Marcos André Baioco Porfírio e Eduardo Carrari – Portaria nº 146, de 30.8.2006, publicada no BPS nº 8, de 5.9.2006			
Remessa dos autos:	☐	MPF	☐	AGU
Recomendação de Instauração de TCE	☐	Valor do dano causado ou estimado (R\$):		

3.

Número do processo:	02501.001397/2006-35			
Tipo de processo:	☒	Sindicância Investigativa	☐	Sindicância Acusatória
	☐	Sindicância Patrimonial	☐	Processo Administrativo-disciplinar
Ato instaurador:	☒	Portaria	☐	Ordem de Serviço ☐ Outros (especificar)
Número e data do ato:	Nº 160		DATA: 29/9/2006, publicada no BPS Edição Extraordinária nº 9, dessa mesma data. Prorrogada pela Portaria nº 176/ANA, de 8 de novembro de 2006, publicada no BPS – Edição Extraordinária nº 13, de 8 de novembro de 2006).	
Fato sob apuração (descrição sucinta):	Desaparecimento do bem patrimonial nº 006854-00, constituído de um microcomputador, marca DELL, modelo Precision 470.			
Situação do processo:	☐	Instrução	☐	Indiciamento/Defesa ☒ Relatório
	☐	Processo encaminhado para julgamento em ----/-- ----/-----	☒	Processo Julgado
Julgamento:	☐	Absolvição	☒	Apenação ☐ Instauração de PAD (na hipótese de sindicância)
	☐	Penalidade Prescrita	☒	Arquivamento
Pena aplicada:	Determinado o arquivamento em relação a autoria. Entretanto, foi determinado pelo Diretor-Presidente da ANA oficiar ao Ministério da Ciência e Tecnologia – MCT, relatando o caso e solicitando providências quanto à responsabilização da contratual da SITRAN - Empresa de Segurança Ltda., acatando recomendação da Procuradoria-Geral/ANA.			
Remessa dos autos:	☐	MPF	☐	AGU
Recomendação de Instauração de TCE	☐	Valor do dano causado ou estimado (R\$): 11.340,00 (onze mil, trezentos e quarenta reais).		

Ivairino Albuquerque Luna
Auditoria Interna - CGE IV
Aud. Int. Substituto



PARECER DA AUDITORIA INTERNA

PARECER DA AUDITORIA INTERNA – AUD

PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL – EXERCÍCIO 2006

I Introdução

1. A Auditoria Interna da Agência Nacional de Águas – AUD/ANA, em cumprimento ao que dispõe o parágrafo 6º, art. 15 do Decreto nº 3.591, de 6 de setembro de 2000, com redação dada pelo Decreto nº 4.304, de 16 de julho de 2002, emite seu parecer quanto à regularidade da Prestação de Contas Anual da Agência Nacional de Águas, exercício 2006, na estrita conformidade da Instrução Normativa TCU nº 47, de 27 de outubro de 2004, Decisão Normativa TCU nº 81, de 6 de dezembro de 2006, Portaria nº 555, de 28 de dezembro de 2006 e Norma de Execução nº 3, de 28 de dezembro de 2006, ambas da Controladoria-Geral da União/PR.

II Composição do Parecer

2. Cumprindo as diretrizes do subitem 3.3.7.5 — Parecer da unidade da Auditoria Interna — da Norma de Execução CGU/PR nº 3, de 28 de dezembro de 2006, este Parecer está composto em conformidade com o Item 1, do Anexo V — Relatórios e Pareceres de Órgãos e Entidades que devam se pronunciar sobre as contas ou sobre a gestão — da Decisão Normativa TCU nº 81, de 6 de dezembro de 2006.

2.1 Controles Internos Administrativos da Unidade

Os controles administrativos da Agência Nacional de Águas – ANA estão embasados no seu Regimento Interno, que define de maneira clara e objetiva as competências e responsabilidades de cada uma das suas Unidades Organizacionais; são, também, praticados por meio de Resoluções da Diretoria Colegiada e Portarias do Diretor-Presidente.

2.2 Regularidade de Processos Licitatórios

O processamento das licitações guarda conformidade com o que estabelecem a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e a Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, com garantia da observação do princípio constitucional da isonomia, selecionando a proposta mais vantajosa para a Administração.

Ressalvamos, entretanto, ocorrências constatadas nos trabalhos de Auditoria Interna em processos da modalidade “Dispensa de Licitação”, que ensejaram recomendações, expendidas em seus Relatórios, à Unidade Administrativa responsável, tais como:

- a) abster-se de fracionar compras de bens e serviços;
- b) ampliar o universo de empresas nas pesquisas de preços;
- c) nos casos de parcelamento de obras, adotar a modalidade cabível para o total da obra;
- d) atentar para a vedação de indicação de marca nos editais de licitações; e
- e) solicitar parecer jurídico nos processos de “dispensa de licitação”.

2.3 Gerenciamento da execução dos convênios, acordos, ajustes, especialmente quanto à oportunidade, formalização e acompanhamento.

Para maior clareza, e melhor ordenação deste Parecer, o tópico foi dividido nos subitens abaixo relatados:

2.3.1 Oportunidade

Convênios, acordos e ajustes são celebrados com órgãos dos governos estaduais e autarquias federais pelo Diretor-Presidente da ANA, com aprovação da Diretoria Colegiada, louvando-se em estudos e pareceres técnicos e financeiros das áreas afins, que indicam, dentre outros, o aspecto social do projeto, a viabilidade de sua execução, o sentido educacional junto às comunidades objetivando o uso dos recursos hídricos.

2.3.2 Formalização

Os processos são corretamente formalizados, obedecendo aos ditames da Instrução Normativa nº 1, da Secretaria do Tesouro Nacional, de 15 de janeiro de 1997, contendo todas as peças indispensáveis à decisão/execução, com participação das Unidades Organizacionais envolvidas, e pareceres da Procuradoria-Geral da ANA no tocante à legalidade e juridicidade do empreendimento.

2.3.3 Acompanhamento

Para todos os convênios e contratos foram nomeados gestores que, além de manterem acompanhamento periódico, apresentam relatórios anuais, certificando a regularidade da execução do seu objeto.

Em alguns casos, também são constituídas, por Portaria do Diretor-Presidente da ANA, Comissões de Coordenação e Acompanhamento formadas por representantes da Concedente – ANA e do Conveniente.

A Auditoria Interna, por meio dos trabalhos de auditoria realizados na sede dos convenientes, verifica o cumprimento da legislação em vigor e das cláusulas dos termos de convênio, e a correta aplicação dos recursos financeiros na forma pactuada.

2.4 Cumprimento das recomendações no âmbito da Unidade

O quadro abaixo mostra o expressivo número – cerca de 75% do total – de recomendações expendidas pela Auditoria Interna em seus Relatórios, não cumpridas pelas Unidades Organizacionais da ANA, não obstante as reiteradas solicitações de atendimento.



Recomendações do ano de 2006	
Apontadas em Relatórios	245
Regularizadas	30
Em acompanhamento	31
Pendentes de Regularização	184

2.5 Cumprimento das determinações e recomendações exaradas pelo Tribunal de Contas da União e pelo Órgão de Controle Interno.

2.5.1 Tribunal de Contas da União

A instauração da Tomada de Contas Especial pela Portaria nº 161, de 29/9/2006, - Processo nº 02501.000097/2007-10 - precedeu a determinação constante do Acórdão nº 3.021/2006 – TCU 2ª Câmara, publicado no Diário Oficial da União em 3/11/2006, contida no item 1: *“Determinar à Agência Nacional de Águas (ANA), nos termos do art. 43, inciso I, da Lei nº 8.443/92, que providencie a restituição aos cofres públicos dos valores impugnados referentes ao contrato 003/2003, celebrado entre a Prefeitura de Formosa e a empresa Arte Flora Comércio de Flores e Plantas Ltda.. (Convênio 032/2001), instaurando, se necessário, a devida tomada de contas especial.”*

A Comissão apuradora concluiu pela responsabilização do Sr. Sebastião Monteiro Filho, CPF/MF nº 020.507.491-04, e encaminhamento do processo à Secretaria Federal de Controle Interno – SFC/CGU.

2.5.2 Órgão de Controle Interno

As determinações da Secretaria Federal de Controle Interno – SFC/CGU foram cumpridas pelas Unidades recomendadas.

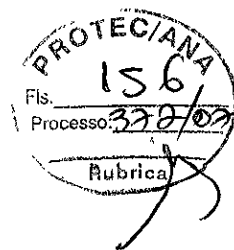
2.6 Cumprimento das decisões e recomendações dos Conselhos Fiscais, dos Conselhos de Administração e de outros órgãos de fiscalização da atividade.

As decisões emanadas do Conselho Nacional de Recursos Hídricos – CNRH vêm sendo cumpridas pela Agência Nacional de Águas.

É o parecer.

Brasília, 6 de março de 2007


EDMAR DA COSTA BARROS
Auditor Interno



TOMADA DE CONTAS ANUAL
UNIDADE GESTORA = 443002/CEF
CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
GESTÃO DE RECURSOS HÍDRICOS
GESTÃO: 44205-ANA
EXERCÍCIO DE 2006

Auditoria-Geral
SAUS Quadra 5 - Lotes 9/10
Ed. Matriz II- 7º andar
70070-050 - Brasília - DF

Ofício nº 0074/2007/AUDIT/AUDRE

Brasília, 26 de fevereiro de 2007.

A Sua Senhoria o Senhor
Luis André Muniz
Superintendente de Administração e Finanças
Agência Nacional de Águas
Ministério do Meio Ambiente
Setor Policial, Área 5, Quadra 3
CEP 70610-200
Brasília - DF

Assunto: **Tomada de Contas Anual – Programa de Gestão de Recursos Hídricos - 2006.**

Senhor Superintendente,

1. Em atendimento ao disposto na Norma de Execução SFC/CGU/PR Nº 03, de 28 de dezembro de 2006, encaminhamos a V. Sª a Tomada de Contas Anual do Programa de Gestão de Recursos Hídricos, em duas vias, relativa ao exercício de 2006, para conhecimento e providências de competência desse órgão e posterior remessa à Diretoria de Auditoria da Área de Infra-Estrutura da Secretaria Federal de Controle Interno, com vistas à certificação das mencionadas contas.

Atenciosamente,

MATEUS ORLANDO SUCHODOLAK

Gerente Nacional

Auditoria Nacional de Integração e Responsabilidade

EDMUNDO AUGUSTO CHAMON
Superintendente Nacional
Auditoria-Geral

ANA	
PROTOCOLO-GERAL	
Nº	4055 107 UORG SAF
Recebido em:	27.02.2007
Horas:	2:23
Por:	



00000.004055/2007/73

Hermano Barros Bonavides
Protocolo-Geral
Agência Nacional de Águas

1ª Via

PROCESSO Nº

0001/2007

Título

TOMADA DE CONTAS ANUAL - TCA

Assunto/Referência

- UNIDADE GESTORA (UG) = 443002/CEF/
GESTÃO RECURSOS HÍDRICOS
- GESTÃO = 44205 (ANA)
- EXERCÍCIO DE 2006

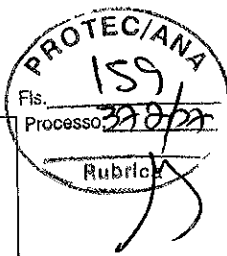
Anexos

Autuado em 08 / Fevereiro / 2007.

Marluce dos Santos Lima

Empregado / Matrícula

MARLUCE DOS SANTOS
Mat. 043.151-0
Consultor Interno - GENE



CAIXA ECONÔMICA FEDERAL

TOMADA DE CONTAS ANUAL

**ANA-AGÊNCIA NACIONAL DE
ÁGUAS**

PROGRAMA:

GESTÃO DE RECURSOS HIDRÍCOS

Período: 02 de Janeiro a 31 de dezembro de 2006

159.
1.1.2



SUMÁRIO

Capítulo I

Rol de Responsáveis.....02 a 04

Capítulo II

Relatório de Gestão..... 05 a 22

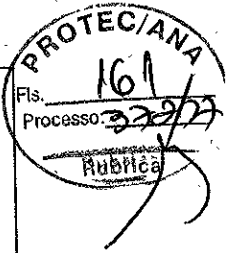
Capítulo III

Declaração de Bens e Rendas.....23 a 26

Capítulo IV

Demonstrações Contábeis.....27 a 33

Proc. nº 0001/2007
Fls. 09
Rubrica: [assinatura]



CAPÍTULO I

Rol de Responsáveis

SIAFI - SISTEMA INTEGRADO DE ADMINISTRACAO FINANCEIRA
L.40009.AN ROL DE RESPONSABILIDADES
ORGAO : 44205 - AGENCIA NACIONAL DE AGUAS
UG : 443002 - GESTAO RECURSOS HIDRICOS
GESTAO : 44205 - AGENCIA NACIONAL DE AGUAS - ANA

EMISSAO: 26/02/2007
PAGINA : 001
REF. : 2006

NATUREZA DE RESPONSABILIDADE : ORDENADOR DE DESPESAS
AGENTE : 010.118.868-47 - JORGE EDUARDO LEVI MATTOSO
ENDERECO : RUA CUXIPONES, 124 SUMAREZINHO-SP

UF: SP CEP: 66000-000

MUNICIPIO : SAO PAULO
CARGO : PRESIDENTE DA CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CAIXA
DESIGNACAO DOCUMENTO EXONERACAO DOCUMENTO
15/Jan/2003 DECRETOS S/N 27/Mar/2006 DECRETOS 01/Jan/2006 A 27/Mar/2006

AGENTE : 318.455.334-53 - MARIA FERNANDA RAMOS COELHO
ENDERECO : SQS QUADRA 04 - LOTE 34

UF: DF CEP: 70000-000

MUNICIPIO : BRASILIA
CARGO : PRESIDENTA DA CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CAIXA
DESIGNACAO DOCUMENTO EXONERACAO DOCUMENTO
28/Mar/2006 DEC. NR 5056 28/Mar/2006 A 31/Dez/2006

NATUREZA DE RESPONSABILIDADE : ORDENADOR DE DESPESA P/ DELEG. DE COMPETENCIA
AGENTE : 144.470.701-97 - JOSE TRINDADE NETO
ENDERECO : QUADRA 202, LOTE 03, ED. EITOR VI-LA LOBOS, APT. 1203-AGUAS CLARA

UF: DF CEP: 70650-000

MUNICIPIO : BRASILIA
CARGO : SUPERINTENDENTE NAC. DE ADMIN. FINANCEIRA
DESIGNACAO DOCUMENTO EXONERACAO DOCUMENTO
18/Jul/2001 OF.348/2001 PERIODO(S) GESTAO
01/Jan/2006 A 02/Jul/2006
23/Jul/2006 A 31/Dez/2006

SUBSTITUTO(S) :
595.980.777-72 - MAURICIO BORGES GUIMARAES
PERIODO(S) GESTAO : 03/Jul/2006 A 22/Jul/2006

AGENTE : 595.980.777-72 - MAURICIO BORGES GUIMARAES
ENDERECO : SHIN QI 09 CONJ. 09 LAGO NORTE BRASILIA DF.

UF: DF CEP: 71515-290

MUNICIPIO : BRASILIA
CARGO : GERENTE NACIONAL DA GEIFI/SUAFI/CAIXA
DESIGNACAO DOCUMENTO EXONERACAO DOCUMENTO
22/Out/2002 PORT. CAIXA

NATUREZA DE RESPONSABILIDADE : RESPONSVEL PELA CONFORMIDADE DOCUMENTAL
AGENTE : 379.563.961-15 - SOFIA VASCONCELOS FEITOSA DE SOUZA
ENDERECO : SHVP CHACARA NR.129, LOTE 4A TAGUATINGA NORTE

UF: DF CEP: 72110-800

MUNICIPIO : BRASILIA
CARGO : ANALISTA - GENEFI/SUAFI/CAIXA
DESIGNACAO DOCUMENTO EXONERACAO DOCUMENTO
21/Jun/2005 PORT. CAIXA PERIODO(S) GESTAO
01/Jan/2006 A 30/Jul/2006
11/Ago/2006 A 31/Dez/2006

SUBSTITUTO(S) :
284.974.221-04 - MARLUCE DOS SANTOS LIMA
PERIODO(S) GESTAO : 31/Jul/2006 A 10/Ago/2006

AGENTE : 284.974.221-04 - MARLUCE DOS SANTOS LIMA
ENDERECO : AOS 04 BLOCO A, APT.408 - OCTOGONAL - BRASILIA/ DF

UF: DF CEP: 70660-041

MUNICIPIO : BRASILIA
CARGO : CONSULTOR INTERNO - GENEFI/SUAFI/CAIXA
DESIGNACAO DOCUMENTO EXONERACAO DOCUMENTO
15/Jun/2005 PORT. CAIXA

Continua.

Proc. nº 0001/2007
Fls. 03
Rubrica: *Ruy*



SIAFI - SISTEMA INTEGRADO DE ADMINISTRACAO FINANCEIRA
L.40009.AN ROL DE RESPONSABILIDADES
ORGAO : 44205 - AGENCIA NACIONAL DE AGUAS
UG : 443002 - GESTAO RECURSOS HIDRICOS
GESTAO : 44205 - AGENCIA NACIONAL DE AGUAS - ANA
Continuacao.....
NATUREZA DE RESPONSABILIDADE : ENCARREGADO SETOR FINANCEIRO - TITULAR
AGENTE : 043.138.602-15 - MARIA DA CONCEICAO MENEZES SIMOES
ENDERECO : SQS,204, BLOCO A, APT° 203 BRASILIA-DF
MUNICIPIO : BRASILIA UF: DF CEP: 70234-010
CARGO : GERENTE NACIONAL - GENE/SUAFI/CAIXA PERIODO(S) GESTAO
DESIGNACAO DOCUMENTO EXONERACAO DOCUMENTO 01/Jan/2006 A 04/Jul/2006
18/Jul/2001 OF.348/2001 20/Jul/2006 A 31/Dez/2006

SUBSTITUTO(S) :
484.418.301-00 - RICARDO MAGNO PAULA RAMOS
PERIODO(S) GESTAO : 05/Jul/2006 A 19/Jul/2006

AGENTE : 484.418.301-00 - RICARDO MAGNO PAULA RAMOS
ENDERECO : SQN 311, BL H, APT 203 - ASA NORTE
MUNICIPIO : BRASILIA UF: DF CEP: 70757-080
CARGO : GERENTE DE RELACION. INSTITUCIONAL - GENE/SUA
DESIGNACAO DOCUMENTO EXONERACAO DOCUMENTO
02/Jan/2006 PORT. CAIXA

NATUREZA DE RESPONSABILIDADE : RESPONSÁVEL PELA CONTABILIDADE - TITULAR

AGENTE : 121.852.992-04 - LILIAN CRISTINA CAVALLARE VIEIRA
ENDERECO : SBS, LOTE 3, QUADRA 3/4
MUNICIPIO : BRASILIA UF: DF CEP: 70092-900
CARGO : GERENTE OPERACIONAL - GECOF/SUCON/CAIXA PERIODO(S) GESTAO
DESIGNACAO DOCUMENTO EXONERACAO DOCUMENTO 01/Jan/2006 A 31/Dez/2006
16/Jul/2004 PORT. CAIXA

NATUREZA DE RESPONSABILIDADE : DIRIG MAX ORGAO OU ENTIDADE SUPERV OU GESTORA
AGENTE : 010.118.868-47 - JORGE EDUARDO LEVI MATTOSO
ENDERECO : RUA CUXIPONES, 124 SUMAREZINHO-SP
MUNICIPIO : SAO PAULO UF: SP CEP: 66000-000
CARGO : PRESIDENTE DA CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CAIXA PERIODO(S) GESTAO
DESIGNACAO DOCUMENTO EXONERACAO DOCUMENTO 01/Jan/2006 A 27/Mar/2006
15/Jan/2003 DECRETOS S/N 27/Mar/2006 DECRETOS

AGENTE : 318.495.334-53 - MARIA FERNANDA RAMOS COELHO
ENDERECO : SQS QUADRA 04 - LOTE 34
MUNICIPIO : BRASILIA UF: DF CEP: 70000-000
CARGO : PRESIDENTA DA CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CAIXA PERIODO(S) GESTAO
DESIGNACAO DOCUMENTO EXONERACAO DOCUMENTO 28/Mar/2006 A 31/Dez/2006
28/Mar/2006 DEC. NR 5056

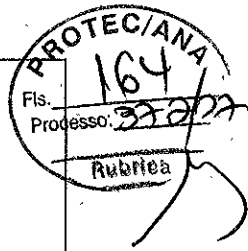
Proc. nº 001/2007
Fls. 04
Rubrica: [assinatura]



[assinatura]
ENCARREGADO DO SETOR
MARIA DA CONCEICAO MENEZES SIMOES
Mat. 554.740-3
Gerente Nacional - GENE/S
[assinatura]
DELEGADO DA UNIDADE
JOSE RINDADE NETO
Superintendente Nacional - SUAFI
Matrícula: 531.110 - 1

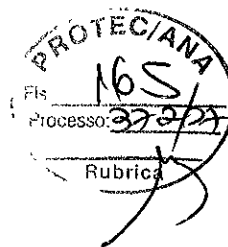
163

Proc. nº 004/9007
Fis. 05
Rubrica: 1500



CAPÍTULO II

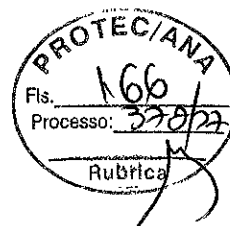
Relatório de Gestão

**AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS****PROGRAMA DE GESTÃO DE RECURSOS HÍDRICOS****Período: 02/01/2006 a 31/12/2006****1 INTRODUÇÃO****1.1 CONSTITUIÇÃO E FINALIDADE**

- 1.1.1 Agência Nacional de Águas – ANA, com o apoio técnico e operacional da Caixa Econômica Federal – CAIXA, vem proporcionando condições para a melhoria e conservação dos recursos hídricos das bacias hidrográficas, mediante a implementação do Programa de Gestão de Recursos Hídricos.
- 1.1.2 Para operacionalização desse Programa foi firmado, entre a Agência Nacional de Águas – ANA e a CAIXA, Contrato Administrativo nº 027/2001, de 28 de dezembro de 2006, com vigência até 28 de março de 2007.
- 1.1.3 As diretrizes e procedimentos operacionais para aplicação dos recursos do Orçamento Geral da União estão definidos na Resolução ANA nº 84, de 17 de abril de 2002, com fundamento na Lei de Diretrizes Orçamentárias – Lei nº 11.178, de 20 de setembro de 2005, Lei nº 8.666 de 21 de junho de 1993 e suas alterações, na IN/STN nº 1, de 15 de janeiro de 1997 e suas alterações, na IN/STN nº 01, de 04 de maio de 2001 e suas alterações, na IN/STN nº 1, de 17 de outubro de 2005 e suas alterações e na Lei Complementar 101, de 04 de maio de 2000.

2 EXECUÇÃO DO PROGRAMA.**2.1 PARTICIPANTES****2.1.1 Participam do Programa:**

- ANA, Órgão Gestor, na qualidade de Órgão Gestor e Concedente;
- CAIXA, na qualidade de Prestador de Serviços, Agente Operador;
- Estados, Distrito Federal e Municípios, na qualidade de Proponente/Agente Executor;
- Órgãos e entidades das respectivas administrações direta e indireta, como Agentes Executores;
- Concessionárias prestadoras dos serviços locais de água e esgoto, como responsáveis pela operação do sistema;
- Comitê de Bacia Hidrográfica;



2.2 AGENTE OPERADOR DO PROGRAMA

2.2.1 Cabe à CAIXA, como Agente Operador do Programa:

- Atender as prioridades estabelecidas pelo Gestor;
- Receber e analisar os Planos de Trabalho elaborados pelos tomadores;
- Celebrar Contrato de Repasse com os Estados, Distrito Federal, Municípios e entidades públicas;
- Empenhar os recursos do OGU após descentralização do Gestor;
- Gerenciar a execução dos Contratos de Repasse;
- Repassar os recursos aos Tomadores, após a descentralização do Gestor;
- Analisar a documentação relativa à Prestação de Contas encaminhada pelo Tomador, emitir parecer conclusivo quanto a sua aprovação e enviar relatório ao Gestor;
- Providenciar a instauração de Tomada de Contas Especial, quando necessário, conforme normas vigentes;
- Encaminhar à ANA relatórios periódicos das atividades realizadas por meio desse Programa.

2.3 PROGRAMA

2.3.1 O Programa de Gestão de Recursos Hídricos integra projetos e atividades que objetivam a recuperação e preservação da qualidade e quantidade dos recursos hídricos das bacias hidrográficas, por meio das modalidades a seguir discriminadas, sem prejuízo de outras definidas na seleção pela ANA.

2.3.2 MODALIDADE DESPOLUIÇÃO DE CORPOS D'ÁGUA

2.3.2.1 Nesta modalidade são previstas as seguintes intervenções:

- Sistema de transporte e disposição final adequada de esgotos sanitários – rede coletora, coletor tronco,
- Interceptor, ligações domiciliares, estação elevatória, linha de recalque, emissário e estação de tratamento
- Desassoreamento;
- Controle de erosão;
- Contenção de encostas;
- Recomposição de vegetação ciliar.

2.3.3 MODALIDADE RECUPERAÇÃO E PRESERVAÇÃO DE NASCENTES, MANANCIAIS E CURSOS D'ÁGUA EM ÁREAS URBANAS**2.3.3.1** Nesta modalidade são previstas as seguintes intervenções:

- Desassoreamento;
- Controle de erosão;
- Contenção de encostas;
- Remanejamento/reassentamento de população;
- Uso e ocupação do solo para preservação de mananciais;
- Implantação de parques para controle de erosão e preservação de mananciais;
- Recomposição de rede de drenagem;
- Recomposição de vegetação ciliar;
- Aquisição de equipamentos e outros bens.

**2.3.4 MODALIDADE PREVENÇÃO DOS IMPACTOS DAS SECAS E ENCHENTES****2.3.4.1** Nesta modalidade são previstas as seguintes intervenções:

- Desassoreamento;
- Controle de enchentes;
- Drenagem urbana;
- Urbanização para controle de cheias, erosões e deslizamentos;
- Recomposição de vegetação ciliar;
- Obras para prevenção ou minimização dos efeitos da seca;
- Sistemas simplificados de abastecimento de água;
- Barragens subterrâneas;
- Dessalinização das águas salinas e salobras;
- Cisternas rurais e implúvios.

2.4 ORIGEM DOS RECURSOS**2.4.1** Os recursos são originários do Orçamento Geral da União e de contrapartida dos Estados, Distrito Federal, Municípios e entidades públicas.**2.5 COMPOSIÇÃO DO INVESTIMENTO****2.5.1 INVESTIMENTO****2.5.1.1** O valor do investimento corresponde a todas as parcelas de custos dos projetos necessárias à execução do objeto previsto no Plano de Trabalho apresentado, sendo constituído de recursos do Orçamento Geral da União e da contrapartida de responsabilidade do Contratado.**2.5.1.2** A contrapartida é a parcela de recursos próprios do Contratado ou de terceiros, em complemento ao valor alocado pela União, com o objetivo de compor o investimento necessário à execução do projeto, em conformidade com a legislação vigente.

- 2.5.1.3 A proporção da contrapartida mínima exigida para participação no Programa está definida na Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício e orientações específicas do Gestor.

3 TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS

3.1 CONTRATAÇÕES NO EXERCÍCIO

- 3.1.1 Em 2006, foram selecionadas, empenhadas e contratadas 4 operações pelo Gestor, no valor total de R\$13.500.000,00 (treze milhões e quinhentos mil reais), conforme detalhamento abaixo:

Em R\$ 1,00

ANA - PROGRAMA GESTAO DE RECURSOS HIDRICOS						
UF	Seleção		Empenho		Contratação	
	Qtd	Valor	Qtd	Valor	Qtd	Valor
RJ	1	3.000.000,00	1	3.000.000,00	1	3.000.000,00
RS	1	6.000.000,00	1	6.000.000,00	1	6.000.000,00
SC	1	4.250.000,00	1	4.250.000,00	1	4.250.000,00
SP	1	250.000,00	1	250.000,00	1	250.000,00
TOTAL ANA	4	13.500.000,00	4	13.500.000,00	4	13.500.000,00

Fonte: CAIXA-GENOA SIAPF/SISREP e SICRE-GENEF

- 3.1.2 Além das operações acima retratadas, foi realizado 1 empenho complementar ao longo do exercício de 2006, relativo a operações de 2004 totalizando R\$ 100.000,00 (cem mil reais), conforme demonstrativo abaixo:

Contrato	Favorecido	UF	Vr NE
016797270	SAO CARLOS	SP	100.000,00
TOTAL			100.000,00

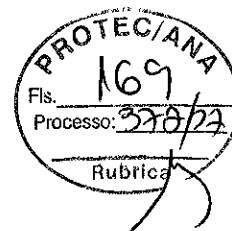
3.2 LIBERAÇÃO DE RECURSOS

- 3.2.1 O volume de recursos liberados em 2006, relativos a obras contratadas até o exercício, totalizou a importância de R\$ 13.319.205,22 (treze milhões, trezentos e dezenove mil, duzentos e cinco reais e vinte e dois centavos), conforme discriminação a seguir:

R\$1,00

UF	OP CONTRATADAS		TOTAL 2006
	2006	OUTROS EXERCÍCIOS	
BA	-	277.000,00	277.000,00
MG	-	10.608.704,40	10.608.704,40
PE	-	179.000,00	179.000,00
RJ	-	693.000,00	693.000,00
RS	-	1.461.500,82	1.461.500,82
SP	-	100.000,00	100.000,00
Total	-	13.349.205,22	13.349.205,22

Fonte: GECOE e SICRE-GENEF



3.3 OBRAS CONCLUÍDAS

3.3.1 No exercício de 2006, foram concluídas 03 obras, no valor de R\$ 8.135.000,00 (oito milhões, cento e trinta e cinco mil), demonstradas a seguir:

R\$1,00

UF	QTDE REPASSE		QTDE OUTROS EXERCÍCIOS	REPASSE OUTROS EXERCÍCIOS	QTDE TOTAL 2006	TOTAL REPASSE 2006
	2006	2006				
CE	-	-	1	100.000,00	1	100.000,00
MG	-	-	1	8.000.000,00	1	8.000.000,00
RJ	-	-	1	35.000,00	1	35.000,00
Total	-	-	3	8.135.000,00	3	8.135.000,00

Fonte: GECOE

3.4 PRESTAÇÃO DE CONTAS APROVADAS EM 2006

GESTÃO DE RECURSOS HÍDRICOS	-	-	2	2.560.000,00	2	2.560.000,00
Total	-	-	2	2.560.000,00	2	2.560.000,00

Fonte: GECOE

3.5 TOMADA DE CONTAS ESPECIAL

3.5.1 Em 2006, foi recepcionada na Matriz 01 dossiê para instauração de TCE, cujo processo se encontra na seguinte situação:

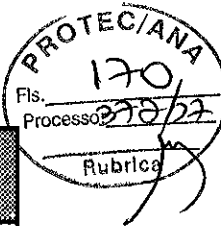
PROGRAMA	DATA INST	CONTRATO	OBJETO	SITUAÇÃO	NR SIAFI	OBSERVAÇÃO
GESTÃO DE RECURSOS HÍDRICOS		014911286	NÃO CUMPRIMENTO DO OBJETO PACTUADO	EM ANÁLISE		

3.6 TAXA DE ADMINISTRAÇÃO PELOS SERVIÇOS PRESTADOS PREVISTA EM CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS CAIXA/ANA

R\$1,00

MÓDULO	COBRADO ATÉ 2006	TOTAL RECEBIDO ATÉ 2006	RECEBIDO EM 2006	A RECEBER
PROPOSTAS RECEBIDAS	160.394,34	160.394,34	43.608,93	0,00
CONTRATOS EFETIVADOS	331.336,51	331.336,51	99.187,55	0,00
PRESTAÇÃO DE CONTAS	152.361,75	152.361,75	59.171,32	0,00
ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA	24.214,31	24.214,31	0,00	0,00
VALOR TOTAL	668.306,91	668.306,91	201.967,80	0,00

Fonte: GECOE



4 RESULTADOS DO ACOMPANHAMENTO E IMPACTO SÓCIO-ECONÔMICO.

- 4.1 Foram beneficiadas pelo Programa 1.548.762 famílias, em 03 municípios, com a geração de 2.719 empregos.

PROGRAMA	FAMÍLIAS	EMPREGOS	MUNICÍPIO
GESTÃO DE RECURSOS HÍDRICOS	1.548.762	2.719	3
Total	1.548.762	2.719	3

Fonte: GECOE

- 4.2 A CAIXA, para estabelecer o impacto sócio econômico gerado pelas intervenções nas localidades utiliza as informações do Plano de Trabalho de execução do Projeto.

- 4.3 A CAIXA mantém na sua estrutura administrativa e técnica, nos diversos Estados da Federação, equipe de profissionais qualificados para implementar os projetos selecionados e contratados.

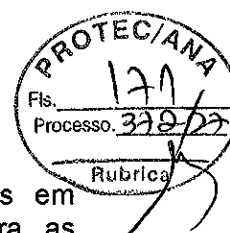
- 4.4 Concomitante ao controle das operações e ao acompanhamento da execução física e financeira dos projetos, a CAIXA vem buscando a eficiência na aplicação dos recursos, através do apoio técnico aos Estados, Distrito Federal e Municípios e entidades públicas e privadas, oferecendo soluções adequadas a cada projeto, objetivando viabilizar aos usuários dos recursos hídricos os benefícios preconizados pelo Programa.

5 RECONHECIMENTO DE DÍVIDA 2006

Programa	Empenhado/Formalizado em 2006	
	Qtde	Vlr
GESTÃO DE RECURSOS HÍDRICOS	1	100.000,00
Total	1	100.000,00

Handwritten signatures and initials.

250

**6 AVALIAÇÃO DA GESTÃO****6.1 DESCRIÇÃO DE INDICADORES**

6.1.1 Desde 2002, a CAIXA/SUREP/GEATO acompanha as operações em andamento através de uma metodologia que verifica e monitora as ocorrências que impactam o processo de repasse dos recursos do OGU, no âmbito da SUREP, e avalia o seu desempenho na CAIXA.

6.1.2 Como consequência, no decorrer desse período, essa metodologia proporcionou ao processo decisório informações capazes de orientar a adoção de medidas preventivas e corretivas, quais sejam, dentre outras:

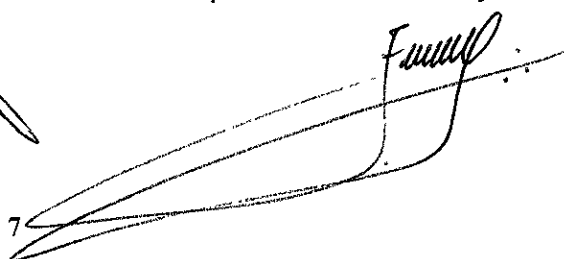
- Resolução das cláusulas suspensivas, ou das pendências para início das obras/serviços, conforme o caso;
- Ação junto aos tomadores visando à retomada e conclusão das obras/serviços, buscando sempre proporcionar a utilização do objeto pela população que se pretende favorecer;
- Cancelamento das operações / devolução dos recursos ao Tesouro;
- Registro de inadimplência no SIAFI e notificação/instauração de TCE;
- Acompanhamento/acerto das operações "A Aprovar" e "A Comprovar", no SIAFI;
- Monitoramento do ritmo de execução das obras, objetivando o saneamento tempestivo dos possíveis dificultadores e a conclusão das obras/serviços em tempo adequado;
- Monitoramento dos prazos de vigência contratual, a fim de garantir a legalidade do processo no que se refere à temporalidade na conclusão do objeto, solicitação/liberação e desbloqueio dos recursos;
- Monitoramento dos prazos de apresentação, análise e aprovação das Prestações de Contas Finais – PCF, visando o cumprimento da legislação vigente.

6.1.3 A metodologia acima mencionada utiliza as seguintes ferramentas:

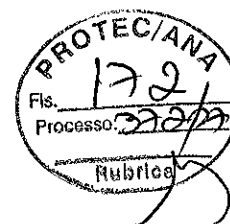
- Modelo de Métrica – Fatores de Impacto
- Modelo de Métrica – Indicadores de Desempenho

6.1.3.1 O Modelo de Métrica – Fatores de Impacto, objetiva verificar e monitorar as ocorrências que impactam o processo de repasse dos recursos do OGU, no âmbito da SUREP, nas diversas etapas de sua execução, desde a contratação até a aprovação da PCF e seu consequente registro no SIAFI.

6.1.3.2 O Modelo de Métrica – Indicadores de Desempenho, objetiva verificar e acompanhar o processo no âmbito da CAIXA quanto à operacionalização dos programas de repasses do OGU para os diversos gestores, bem como à adequação dos resultados obtidos e o tempo médio de execução dos Contratos de Repasse.



172



6.2 AVALIAÇÃO DE RESULTADOS

6.2.1 O quadro abaixo demonstra a evolução das ocorrências apuradas em 31/12/2005, por estágio do Modelo de Métrica – Fatores de Impacto, e o resultado do esforço de regularização no decorrer do exercício de 2006.

Programas do OGU/ANA

Estágio	Fator de Impacto	Quant. Ocorrências (31/12/2005)	Quant. Ocorrências Regularizadas	Ocorrências Regularizadas (%)
Início de Obra	Contratos firmados há mais de 150 dias e cláusula suspensiva não atendida.	0	0	—
	Contratos firmados há mais de 90 dias, sem autorização para início da execução do objeto contratual.	1	1	100,0
	Contratos com início da execução do objeto contratual autorizado há mais de 90 dias, sem registro de início.	1	1	100,0
Execução Física	Contratos com obras atrasadas ou paralisadas.	20	8	40,0
Execução Física – Ritmo de Execução	Contratos com ritmo de execução menor que 30% no semestre.	1	0	0,0
Execução Físico-Financeira	Contratos com registro de % físico executado inferior ao % financeiro desbloqueado.	2	1	50,0
Prestação de Contas	Operações com objeto contratual concluído há mais de 60 dias e Prestação de Contas Final não apresentada à CAIXA	0	0	—
Vigência	Contratos com vigência expirada e Prestação de Contas Final não apresentada à CAIXA.	1	1	100,0
Totais		26	12	46,15

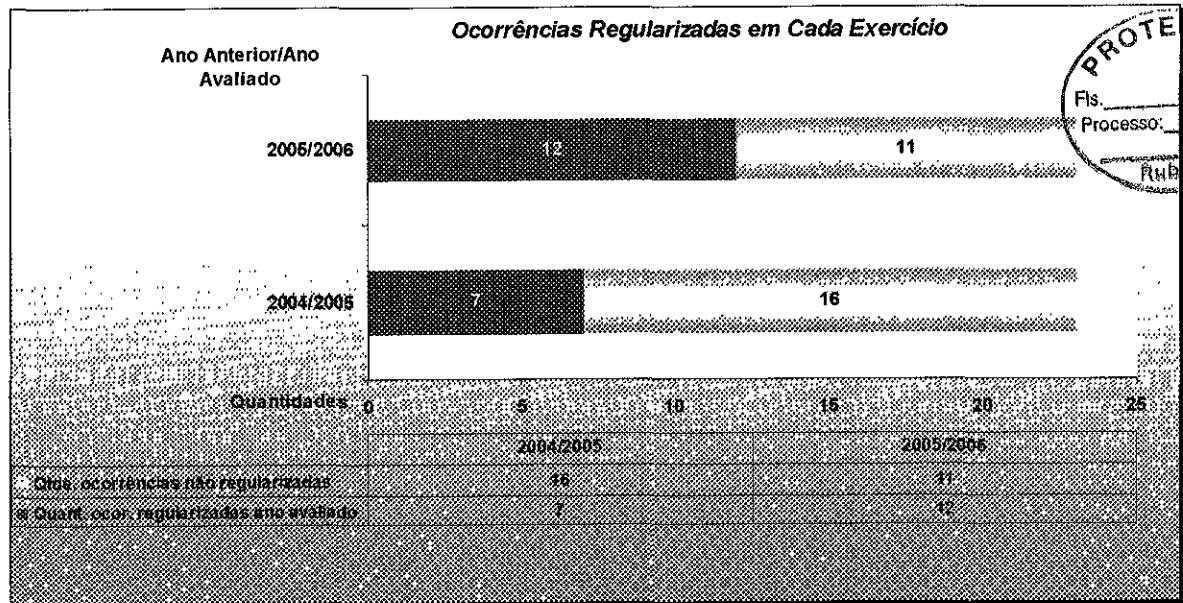
Fonte: SIAPF, 31/12/2005 e 31/12/2006

6.2.2 O gráfico a seguir ilustra o resultado do esforço empreendido pela CAIXA, no período 2005-2006, no sentido de identificar, sanear e monitorar os fatores que impactam a conclusão dos contratos de repasse operacionalizados no âmbito da SUREP.

[Handwritten signature and initials]

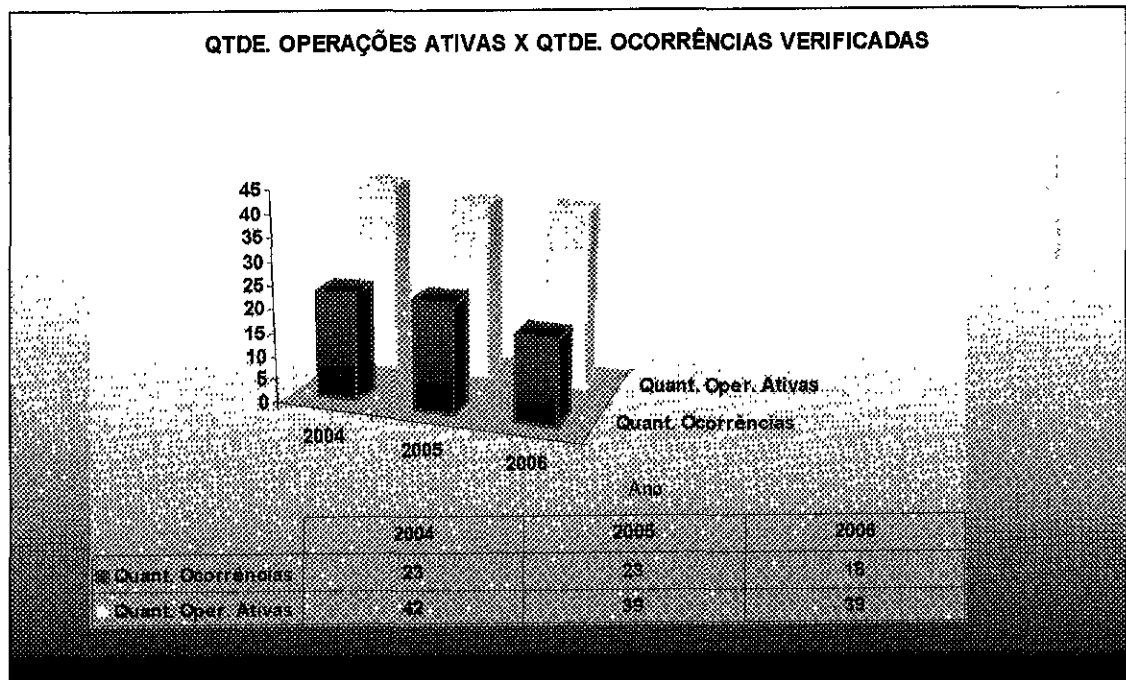
8

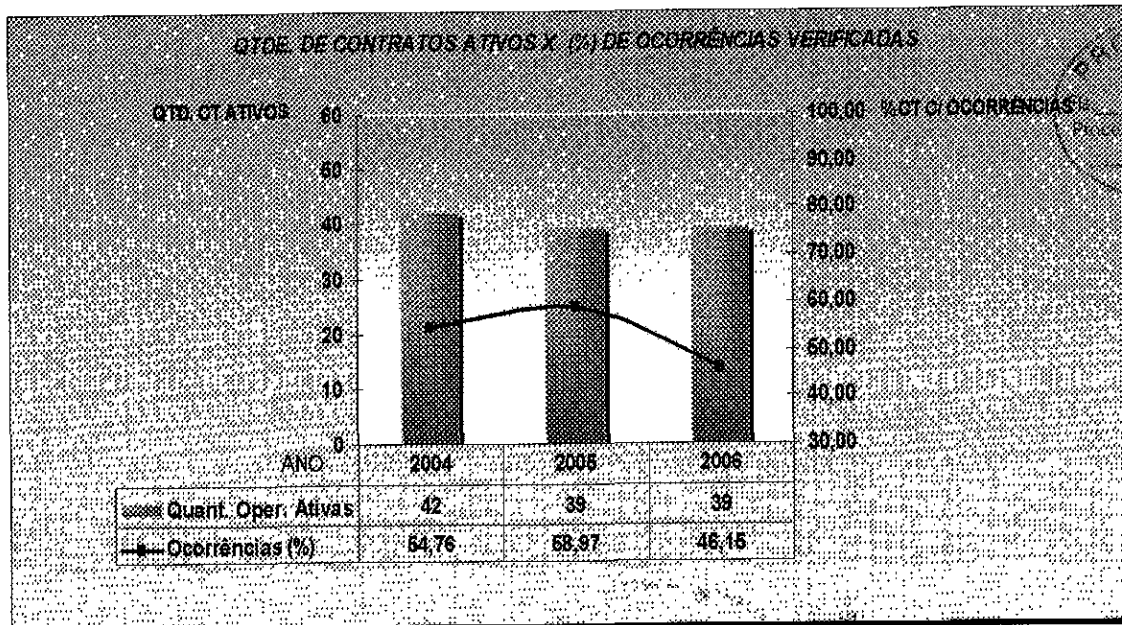
172



PROTEC/ANA
Fls. 173
Processo: 378/07
Pública

- 6.2.2.1 Das 23 ocorrências relacionadas em 31/12/2004, no decorrer do exercício de 2005 foram regularizadas 7 ou 30,43% dos fatores impactantes anteriormente verificadas.
- 6.2.2.2 Da mesma forma, a CAIXA saneou, no decorrer do exercício de 2006, 52,17% das 23 ocorrências relacionadas em 31/12/2005, ou seja, 12 fatores.
- 6.2.3 Relativamente à quantidade de operações ativas, a quantidade e o percentual de ocorrências podem ser assim demonstrados:



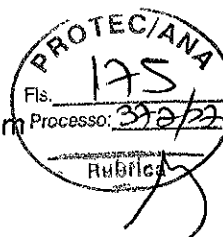


PROTEC/ANA
174
Processo: 372/07
Rubrica: *[assinatura]*

- 6.2.3.1 Temos acima que, do universo de 42 contratos que se encontravam ativos em 31/12/2004, em 23 – ou 54,76%, foram verificados alguns dos fatores de impacto elencados no subitem 6.2.1.
- 6.2.3.2 Em 31/12/2006, encontravam-se registrados no Modelo de Métrica – Fatores de Impacto, 18 ocorrências – ou 46,15%, nos 39 contratos em fase de operacionalização – sem Prestação de Contas Final apresentada à CAIXA.
- 6.2.4 Para o exercício de 2006, também destacamos:

Obras iniciadas	Quantidade total de contratos com objeto iniciado no exercício (contratos firmados no exercício e em exercícios anteriores).	4
Contratos operacionalizados	Quantidade de contratos operacionalizados (ativos) no exercício – sem registro de apresentação da respectiva Prestação de Contas Final à CAIXA (excluídas as operações canceladas, distratadas e em processo de TCE)	39
Municípios abrangidos	Quantidade de municípios beneficiados com os contratos operacionalizados (ativos) no decorrer do exercício.	32
Obras / serviços concluídos	Quantidade de contratos com obras / serviços concluídos:	3
Prestações de Contas Finais recebidas	Quantidade de contratos com Prestação de Contas Final recebida pela CAIXA:	2
Prestações de Contas Finais aprovadas	Quantidade de contratos com Prestação de Contas Final aprovada (SIAFI):	2
Contratos cancelados / distratados	Quantidade de contratos cancelados ou distratados no exercício.	2

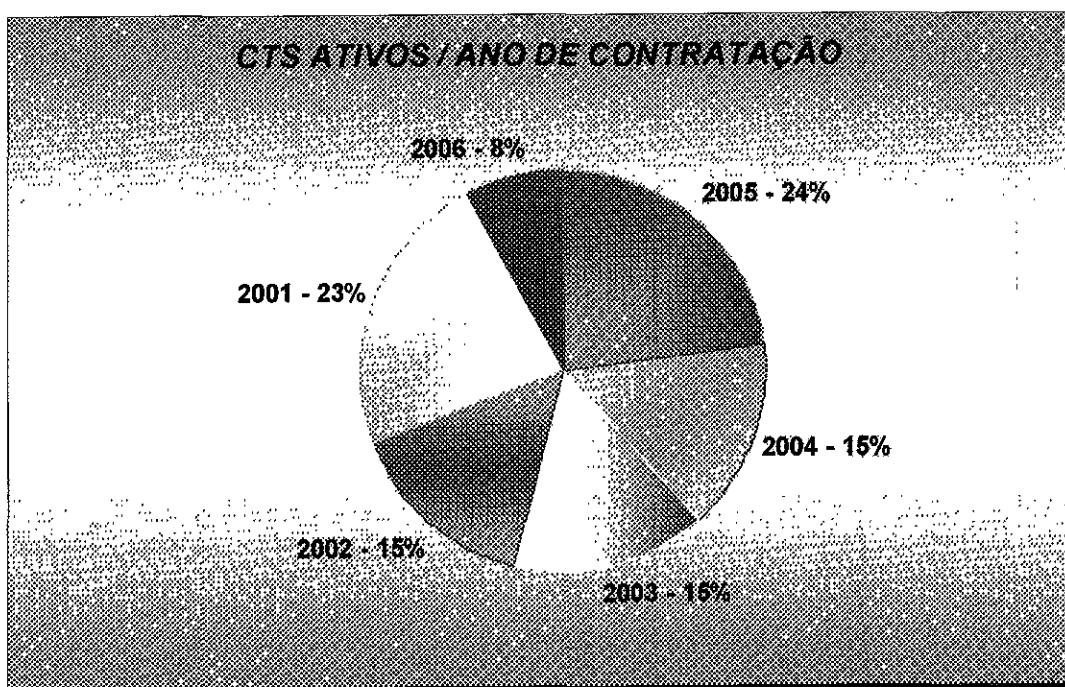
Fonte: SIAPF, 19/01/2007



6.2.4.1.1 Distribuição dos 39 contratos ativos - em fase de operacionalização em 31/12/2006, considerando o ano de contratação:

Ano de Contratação	Qtde. de contratos ainda ativos em 31/12/2006
2001	9
2002	6
2003	6
2004	6
2005	9
2006	3
<i>Total</i>	39

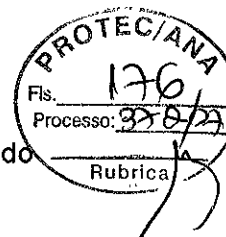
6.2.4.1.1 O quadro abaixo demonstra, percentualmente, as informações acima elencadas, por ano de contratação das operações.



11

Handwritten signature and initials

175



6.2.4.2 Distribuição dos contratos com obras/serviços concluídos no decorrer do exercício de 2006, considerando o ano de contratação:

Ano de assinatura do contrato de repasse	Qtde. de contratos com objeto contratual concluído em 2006
2003	1
2004	1
2005	1
Total	3

6.2.5 Dentre os principais dificultadores para o andamento e conclusão dos contratos de repasse, encontram-se:

- Dificuldades/imprevistos na elaboração e/ou implantação dos projetos;
- Demora dos tomadores na obtenção e encaminhamento de documentos – projetos, licenças, registros;
- Baixa capacidade de gestão / equipes técnicas insuficientes / descontinuidade administrativa dos Tomadores;
- Dificuldades para realizar a contrapartida e
- Morosidade na Prestação de Contas Final, decorrente da ausência / insuficiência da documentação;
- Outras

6.2.5.1 Considerando o resultado demonstrado, será empreendida uma ação visando acelerar a conclusão dos contratos de repasse, ou, na sua impossibilidade, outras medidas previstas normativamente.

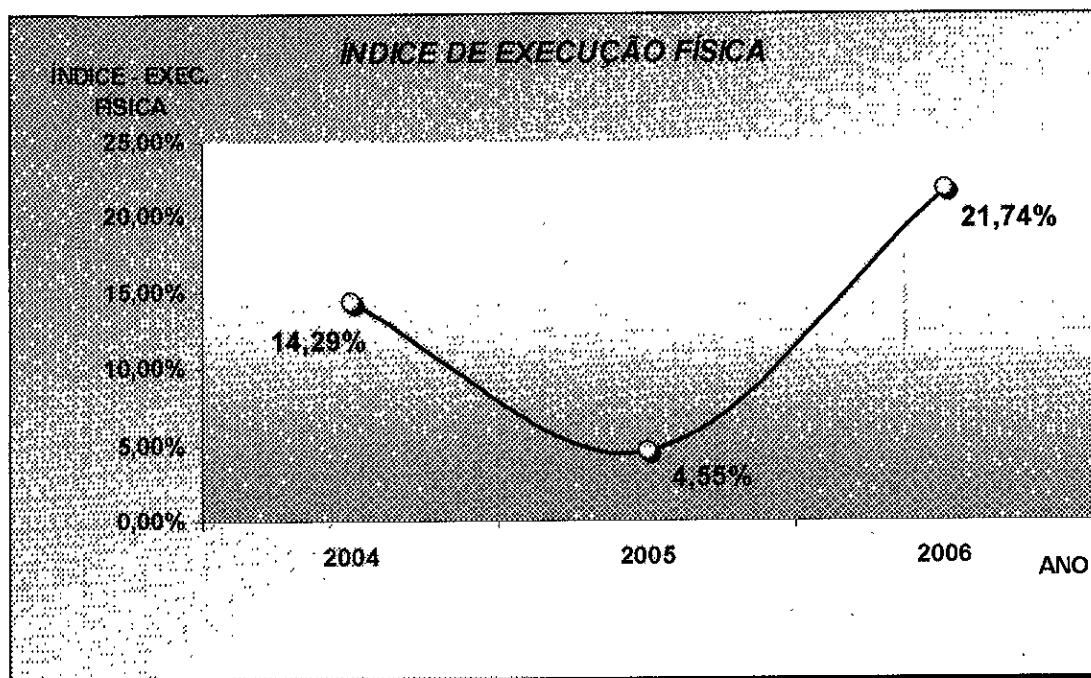
6.2.6 O quadro abaixo demonstra a posição dos principais INDICADORES DE DESEMPENHO em 31/12/2006:

176

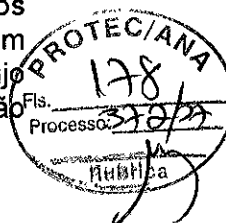
Indicador de Desempenho	Estágio Avaliado	Aspecto Avaliado	Conceito	Índice DEZ/2006 (%)
Indicador de Eficácia – Mensurar o Andamento das Obras/Serviços	Execução Física	Execução Física	Relação percentual de Operações Ativas (Prestação de Contas Final não apresentada à CAIXA) com obras/serviços em andamento <u>normal ou adiantado</u> .	21,74
Indicador de Eficácia – Mensurar o Gerenciamento da Vigência Contratual	Vigência	Legalidade do Processo	Relação percentual de Operações Ativas (Prestação de Contas Final não apresentada à CAIXA), dentro do prazo de vigência contratual.	100,0
Indicador de Eficácia – Mensurar o Prazo Médio da Análise / Aprovação da Prestação de Contas	Prestação de Contas	Legalidade do Processo	Relação percentual de Operações com Prestação de Contas Final em processo de análise na CAIXA, cujo prazo de análise/aprovação pela GIDUR/REDUR é menor ou igual a 30 dias.	100,0

Fonte: SIAPF, 31/12/2006

6.2.6.1 O gráfico abaixo demonstra, ano a ano, a evolução do índice de eficácia/ execução física para o período 2004-2006, conforme informações prestadas nos Relatórios de Gestão, por ocasião das Tomadas de Contas Anuais.



- 6.2.6.1.1 A despeito do resultado abaixo do esperado relativamente à conclusão dos contratos, houve uma melhora significativa do índice de obras em andamento normal no decorrer do período aferido – 2004-2006, cujo percentual de 21,74%, apesar de baixo, representa um avanço em relação aos anos anteriores.



6.3 SANEAMENTO DE DISFUNÇÕES

6.3.1 Acompanhamento do Desempenho Técnico-Operacional

- 6.3.1.1 A partir de Jan/2006, algumas novas medidas foram implantadas com vistas ao saneamento das disfunções registradas em 2005, entre as quais destacamos:

- Registro, no SIAFI, dos Tomadores inadimplentes – obras/serviços concluídos, recursos desbloqueados, vigência vencida há mais de 60 dias e sem apresentação da Prestação de Contas Finais – PCF, à CAIXA;
- Monitoramento da rotina de lançamentos no SIAFI – contratos “A Aprovar” e “A Comprovar”.

- 6.3.1.2 As ações periódicas de regularização são geridas pela Matriz e ocorrem principalmente:

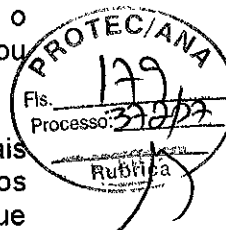
- Quando são detectados, nos levantamentos mensais, quantidade representativa de não conformidades nos contratos de repasse acompanhados;
- Diante de demandas expressivas dos Gestores ou órgãos de controle, com vistas ao saneamento de disfunções / otimização dos recursos públicos;
- Posteriormente aos levantamentos decorrentes dos Relatórios de Gestão que compõem as Tomadas de Contas Anuais.

- 6.3.1.2.1 Objetivando a regularização dos pontos que impactam no andamento dos contratos firmados no âmbito dos diferentes gestores, foram desenvolvidas junto às GIDUR/REDUR e SR diversas ações, entre as quais destacamos:

- Contratos antigos e contratos sem movimentação física há mais de 180 dias – notificação aos tomadores para a retomada e conclusão das obras/serviços, ou cancelamento das operações/devolução dos recursos ao Tesouro, ou notificação e instauração de TCE;
- Obras/serviços não iniciados – atuação junto aos tomadores visando à resolução das cláusulas suspensivas, ou o início da execução do objeto contratual, conforme o caso, ou, na impossibilidade, negociação para o cancelamento das operações/devolução dos recursos ao Tesouro, ou notificação/instauração de TCE,
- Prestação de Contas não recebida na CAIXA – instrução da competente Tomada de Contas Especial - TCE;

[Assinatura] *Final* 178

- Vigência expirada – recebimento da PCF ou, na sua impossibilidade, o cancelamento da operação/devolução dos recursos ao Tesouro, ou notificação/instauração de TCE.

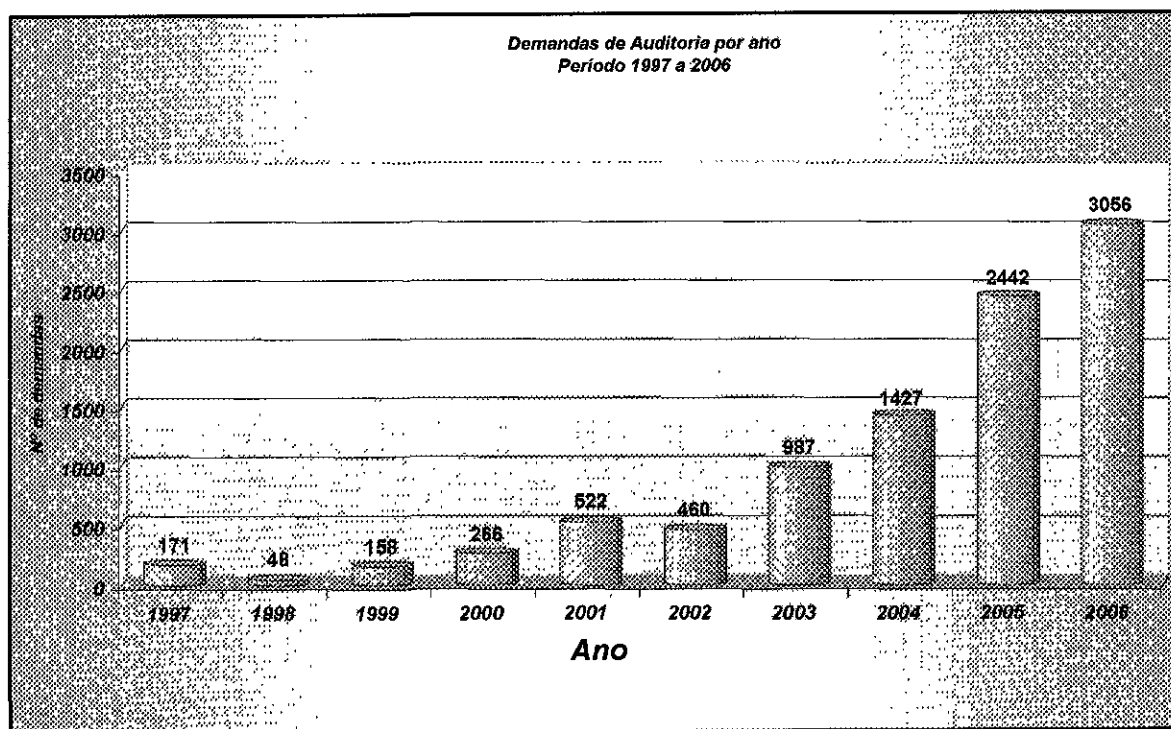


6.3.1.3 Visando apoiar a gestão na busca de soluções para os principais dificultadores ao sucesso das operações, mensalmente são enviados relatórios sintéticos e analíticos contendo a relação dos fatores que impactam o processo, bem como as ocorrências/contratos de repasse, às Gerências de Filial de Desenvolvimento Urbano e suas Representações (GIDUR e REDUR) e às Superintendências Regionais (SR) da CAIXA.

6.3.2 Atendimento as demandas de fiscalização e controle

6.3.2.1 No ano de 2006 foram implementadas diversas fiscalizações por parte dos Gestores, órgãos de controle – TCU e SFC/CGU, Ministérios Públicos Federal e Estaduais, Polícia Federal e Câmaras Legislativas, entre outros.

6.3.2.2 No período, foram geradas pela SUREP/GEATO cerca de 3.056 informações, das quais 2.891 referentes a contratos firmados com aproximadamente 1.645 municípios, no âmbito dos diversos gestores, representando um aumento de 25% em relação ao exercício de 2005, conforme demonstrado no gráfico abaixo:

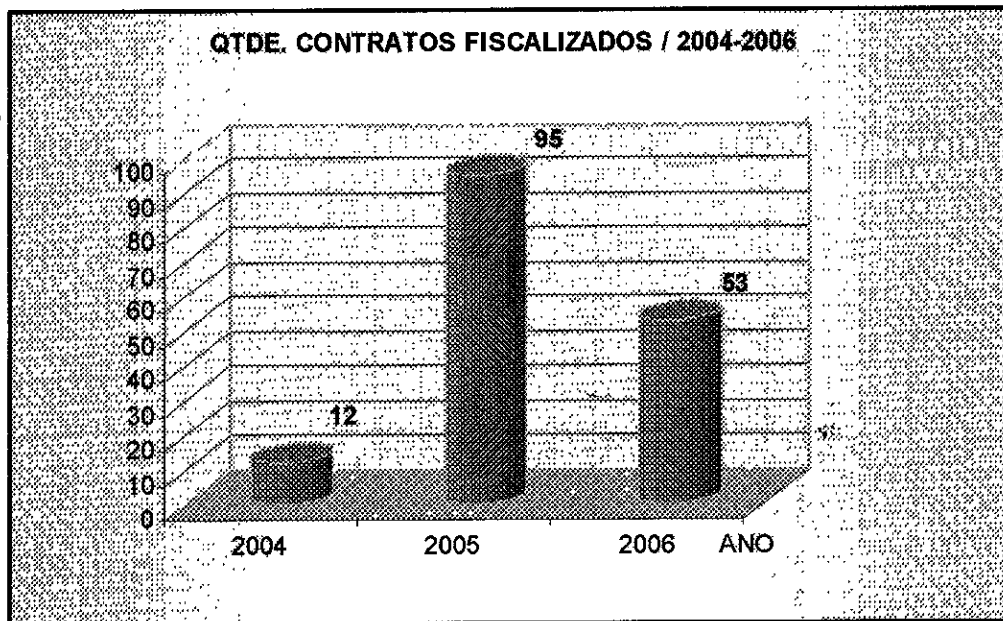
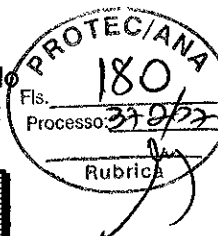


6.3.2.3 Do universo acima, 53 demandas identificaram contratos firmados no âmbito da Agência Nacional de Águas - ANA, envolvendo cerca de 25 municípios.

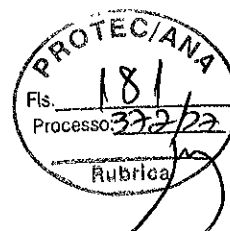
[assinatura]

[assinatura]

- 6.3.2.3.1 O gráfico abaixo demonstra a evolução dessas demandas, para o período 2004-2006, relativamente aos contratos firmados no âmbito desse Gestor:



- 6.3.2.4 Para formalizar os relatórios de atendimento a essas demandas, em diversas ocasiões são contatadas as Unidades Técnico-Operacionais (GIDUR/REDUR) que, na maioria das vezes, demandam vistoria ao local da execução do objeto por técnicos da instituição – engenheiros/arquitetos, técnicos sociais, etc.
- 6.3.2.4.1 Essas informações são revisadas e consolidadas na SUREP/GEATO, que posteriormente as encaminha aos órgãos de fiscalização/controle e aos gestores.
- 6.3.2.5 Do resultado da análise dos apontamentos formulados pelos órgãos de controle, são selecionados os de maior relevância para utilização como subsídio à formulação de políticas de treinamento e / ou melhoria dos procedimentos técnico-operacionais, bem como dos normativos internos correspondentes.
- 6.3.3 Todos esses controles/monitoramentos têm subsidiado o encaminhamento, pela CAIXA/SUREP, de propostas e sugestões de melhorias aos normativos vigentes, inclusive portarias relativas à operacionalização dos programas, bem como auxiliado no aprimoramento dos Contratos de Prestação de Serviços, firmados entre a CAIXA e os Gestores.
- 6.3.4 No que se refere aos fatores internos e externos que impactam no desempenho técnico-operacional dos programas, a CAIXA também vem buscando atuar junto aos agentes intervenientes ao processo, a fim de disponibilizar informações e fornecer subsídios com vistas à melhoria da efetividade, preservando a segurança no repasse dos recursos e otimizando os benefícios sociais esperados.

**7 DELIBERAÇÕES DO TRIBUNAL DE CONTAS – TCU**

7.1 Não ocorreram recomendações do TCU à CAIXA.

8 DELIBERAÇÕES DA CGU/SFC

8.1 Não ocorreram recomendações da CGU/SFC à CAIXA.

9 CONCLUSÃO

Consideramos satisfatórios os resultados alcançados pelo Programa no exercício de 2006, tanto no gerenciamento das operações contratadas anteriormente, quanto na condução do processo de análise e da contratação dos Planos de Trabalho, em observância aos normativos vigentes para a formalização dos contratos de repasse, e, principalmente, com relação aos benefícios proporcionados por esse Programa aos usuários de recursos hídricos, mediante a recuperação e preservação da Bacia Hidrográfica.

Brasília, 09 de fevereiro de 2007.

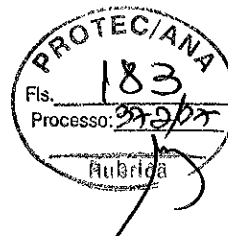
JOSÉ TRINDADE NETO
Superintendente Nacional de Administração Financeira
Ordenador de Despesas – Titular

Proc. nº 001/2007
Fls. 23
Rubrica: 182



CAPÍTULO III

Declaração de Bens e Rendas

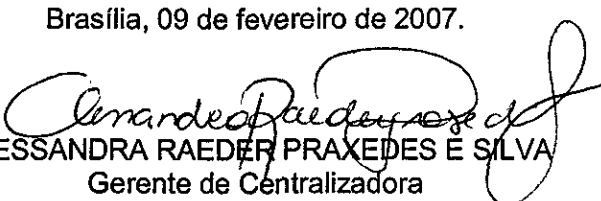


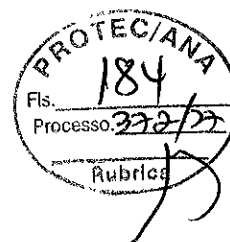
DECLARAÇÃO

Declaramos, para os devidos fins, que a Presidenta e o ex-Presidente desta CAIXA Econômica Federal, abaixo relacionados, apresentaram para arquivamento a Declaração de Bens e Rendas referente ao ano base 2005, exercício 2006:

NOME	MATRÍCULA
JORGE EDUARDO LEVI MATTOSO	066229-6
MARIA FERNANDA RAMOS COELHO	001046-4

Brasília, 09 de fevereiro de 2007.


ALESSANDRA RAEDER PRAXEDES E SILVA
Gerente de Centralizadora
Centralizadora de Recursos Humanos
CERHU

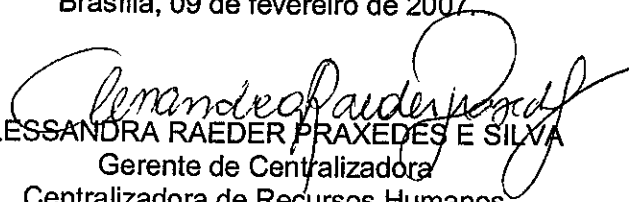


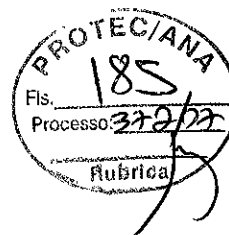
DECLARAÇÃO

Declaramos, para os devidos fins, que os contadores desta CAIXA Econômica Federal, abaixo relacionados, que atuaram durante o ano de 2006, apresentaram para arquivamento a Declaração de Bens e Rendas referente ao ano base 2005, exercício 2006:

NOME	MATRÍCULA
LILIAN CRISTINA CAVALLARE VIEIRA	570958-8
MARGARIDA MARIA FERREIRA BARROS	013324-4

Brasília, 09 de fevereiro de 2007.


ALESSANDRA RAEDER PRAXEDES E SILVA
Gerente de Centralizadora
Centralizadora de Recursos Humanos

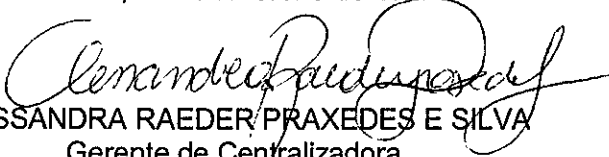


DECLARAÇÃO

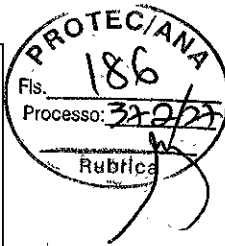
Declaramos, para os devidos fins, que os empregados desta CAIXA Econômica Federal, abaixo relacionados, que atuaram durante o ano de 2006, apresentaram para arquivamento a Declaração de Bens e Rendas referente ao ano base 2005, exercício 2006:

NOME	MATRÍCULA
HELOÍSA BARBOSA CABILO	333547-4
JOSÉ TRINDADE NETO	531110-1
MARIA DA CONCEIÇÃO MENEZES SIMÕES	654740-3
MARIA GORETTI CESAR AZEVEDO	043255-0
MARLUCE DOS SANTOS LIMA	043151-0
MAURÍCIO BORGES GUIMARÃES	014345-5
RICARDO MAGNO PAULA RAMOS	019891-8
SOFIA VASCONCELOS FEITOSA DE SOUZA	049567-4

Brasília, 09 de fevereiro de 2007


ALESSANDRA RAEDER PRAXEDES E SILVA
Gerente de Centralizadora
Centralizadora de Recursos Humanos

Proc. nº 001/2007
Fls. 27
Rubrica: (Assinatura)



CAPÍTULO IV

Demonstrações Contábeis

TÍTULO	BALANÇO FINANCEIRO	EXERCÍCIO	MÊS
ENTIDADE	443002 - GESTÃO RECURSOS HÍDRICOS	2006	DEZEMBRO
		EMIÇÃO	PÁGINA
		31/12/2006	001

INGRESSOS		DISPÊNDIOS	
TÍTULOS	2006	TÍTULOS	2005
TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS	12.522.805,00	DESPESAS CORRENTES	1.261.784,40
TRANSFERÊNCIAS ORÇAMENTÁRIAS	12.522.805,00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	1.261.784,40
SUB-REPASSE RECEBIDO	12.522.805,00	TRANSFERÊNCIAS A ESTADOS E MUNICÍPIOS	1.261.784,40
SUB-REPASSE RECEBIDO NO EXERC.	12.522.805,00	DESPESAS DE CAPITAL	15.916.861,00
INGRESSOS EXTRA-ORÇAMENTÁRIOS	58.293.821,40	INVESTIMENTOS	13.350.000,00
VALORES EM CIRCULAÇÃO	20.040.665,40	DISPÊNDIOS EXTRA-ORÇAMENTÁRIOS	13.350.000,00
RECURSOS ESPECIAIS A RECEBER	20.040.665,40	VALORES EM CIRCULAÇÃO	57.216.626,40
OBRIGAÇÕES EM CIRCULAÇÃO	20.321.463,18	RECURSOS ESPECIAIS A RECEBER	18.400.000,00
FORNECEDORES	4.900.000,00	RECURSOS DA UNIÃO	0,00
CONTRATO DE PROGRAMA DE REPASSE A PAGAR	4.900.000,00	OBRIGAÇÕES EM CIRCULAÇÃO	20.040.665,40
RESTOS A PAGAR	15.421.463,18	FORNECEDORES	6.800.000,00
NÃO PROCESSADOS A LIQUIDAR	13.500.000,00	CONTRATO DE PROGRAMA DE REPASSE A PAGAR	6.800.000,00
CANCELADO	1.921.463,18	RP'S NÃO PROCESSADOS - INSCRIÇÃO	13.240.665,40
AJUSTES DE DIREITOS E OBRIGAÇÕES	17.931.665,82	AJUSTES DE DIREITOS E OBRIGAÇÕES	18.775.961,00
INCORPORAÇÃO DE DIREITOS	17.931.665,82	BAIXA DE DIREITOS	18.775.961,00
CREDITOS DIVERSOS A RECEBER	17.931.665,82	CREDITOS DIVERSOS A RECEBER	18.775.961,00
TOTAL INGRESSOS	70.816.626,40	TOTAL DISPÊNDIOS	54.896.802,11

Proc. nº 001/2007
Fls. 28
Rubrica: 187

JOSÉ TRINDADE NETO
Superintendente Nacional - SUAFI
Matrícula 531.110-1

PROTECIANA
Fls. 187
Processo 378/2007
Rubrica

[illegible]

NOTA. ESTE BALANÇO ESTÁ ESTRUTURADO DE ACORDO COM AS NORMAS INTERNACIONAIS DE CONTABILIDADE PARA O SETOR PÚBLICO - NICSP 01

JOSÉ TRINDADE NETO
Superintendente Nacional - SUAFI
Matrícula: 531.110

PROTEC/ANA
188
Fls. _____
Processo: 372/22
Rubrica _____

Matr. 57103938-8 - Coordenação - GEOGEOZIN
LILIAN CRISTINA CAVALLEIRA NEIRA
1952

TÍTULO DEMONSTRACAO DAS VARIACOES PATRIMONIAIS

ENTIDADE 443002 - GESTAO RECURSOS HIDRICOS

EXERCÍCIO
2006

MÊS
DEZEMBRO

EMIÇÃO
31/12/2006

PÁGINA
001

VARIACOES ATIVAS		VARIACOES PASSIVAS	
TÍTULOS	2006	TÍTULOS	2005
ORÇAMENTARIAS	25.772.835,00	ORÇAMENTARIAS	17.178.645,40
INTERFERENCIAS ATIVAS	12.522.805,00	DESPESAS CORRENTES	1.261.784,40
TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS	12.522.805,00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	1.261.784,40
SUB-REPASSE RECEBIDO	12.522.805,00	DESPESAS DE CAPITAL	15.916.881,00
MUTACOES ATIVAS	13.250.000,00	INVESTIMENTOS	15.916.881,00
INCORPORACOES DE ATIVOS	13.250.000,00	RESULTADO EXTRA-ORÇAMENTARIO	17.467.595,00
BENS/DIR. A INCORP. PELA INSC. RP	13.250.000,00	DECRESCIMOS PATRIMONIAIS	17.467.595,00
RESULTADO EXTRA-ORÇAMENTARIO	19.853.156,00	DESINCORPORACOES DE ATIVOS	17.467.595,00
ACRESCIMOS PATRIMONIAIS	17.931.625,82	BAIXA DE DIREITOS	8.763.798,00
INCORPORACOES DE ATIVOS	17.931.625,82	BENS/DIREITOS A INCORP. PELA INSCRICAO DE	8.763.798,00
INCORPORACAO DE DIREITOS	1.921.480,18	RESULTADO PATRIMONIAL	3.175.083,00
DESINCORPORACAO DE PASSIVOS		SUPERAVIT	3.175.083,00
TOTAL VARIACOES ATIVAS	46.625.961,00	TOTAL VARIACOES PASSIVAS	37.821.324,40

Proc. nº 004/2007
Fls. 30
Rubrica: *Feio*

Feio
JOSÉ TRINDADE NETO
Superintendente Nacional - SUAF
Matrícula: 53.119

PROTEC/ANA
Fls. 189
Processo: 332/07
Rubrica

LILLIAN CRISTINA CANAL RE VIERP
Coordenadora - GEOF/ANZ
Matr. 510.958-8 - CPD-DF 11793

TÍTULO	BALANÇO ORÇAMENTÁRIO	EXERCÍCIO	2006	MES	DEZEMBRO
ENTIDADE	443002 - GESTÃO RECURSOS HÍDRICOS	EMIÇÃO	31/12/2006	PÁGINA	001

RECEITA				DESPESA			
TÍTULOS	PREVISÃO	EXECUÇÃO	DIFERENÇA	TÍTULOS	FIXAÇÃO	EXECUÇÃO	DIFERENÇA
				CREDITO ORÇAMENTARIO SUPL		13.600.000,00	-13.600.000,00
				DESPESAS CORRENTES		250.000,00	-250.000,00
				OUTRAS DESPESAS CORRENT		250.000,00	-250.000,00
				DESPESAS DE CAPITAL		13.350.000,00	-13.350.000,00
				INVESTIMENTOS		13.350.000,00	-13.350.000,00
SUBTOTAL (1)	0,00	0,00	0,00	SUBTOTAL (1)		13.600.000,00	-13.600.000,00
MOVIMENTAÇÃO FINANCEIRA				MOVIMENTAÇÃO DE CREDITO			
SUBREPASSE	13.600.000,00	12.522.805,00	1.077.195,00	CREDITO ORÇAMENTARIO SUPL	13.600.000,00	0,00	13.600.000,00
				DESPESAS CORRENTES	250.000,00	0,00	250.000,00
				OUTRAS DESPESAS CORRENT	250.000,00	0,00	250.000,00
				DESPESAS DE CAPITAL	13.350.000,00	0,00	13.350.000,00
				INVESTIMENTOS	13.350.000,00	0,00	13.350.000,00
SUBTOTAL (2)	13.600.000,00	12.522.805,00	1.077.195,00	SUBTOTAL (2)		0,00	13.600.000,00
TOTAL (1+2)	13.600.000,00	12.522.805,00	1.077.195,00	TOTAL (1+2)		13.600.000,00	0,00
DEFICIT TOTAL		1.077.195,00	-1.077.195,00	SUPERAVIT TOTAL			
TOTAL GERAL	13.600.000,00	13.600.000,00	0,00	TOTAL GERAL		13.600.000,00	0,00

JOSE TRINDADE NETO
Superintendente Nacional - SUAFI
Matricula: 531.110 - 1

PROTEC/ANA
Fls. 190
Processo: 372/23
Rubrica

LUAN CRISTINA CANALARE
Coordenadora - GEOPFAN
Matr: 520.958 - CR-02/1719

Proc. nº 001/2007
Fls. 31
Rubrica: *[assinatura]*

TÍTULO	DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS POR NATUREZA
ENTIDADE	443002 - GESTÃO RECURSOS HÍDRICOS

EXERCÍCIO	2006	MÊS	DEZEMBRO
EMIÇÃO	31/12/2006	PÁGINA	001

TÍTULOS	2006	2005
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS		
DESPESAS CORRENTES	250.000,00	1.261.784,40
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	250.000,00	1.261.784,40
DESPESAS DE CAPITAL	13.350.000,00	15.916.861,00
INVESTIMENTOS	13.350.000,00	15.916.861,00
(-) TOTAL DAS DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	13.600.000,00	17.178.645,40
RESULTADO ORÇAMENTÁRIO	13.600.000,00	17.178.645,40
INTERFERÊNCIAS ATIVAS ORÇAMENTÁRIAS	12.622.805,00	5.302.684,40
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS	12.622.805,00	5.302.684,40
MUTUAÇÕES ATIVAS ORÇAMENTÁRIAS	13.250.000,00	11.878.881,00
INCORPORAÇÃO DE ATIVOS	13.250.000,00	11.878.881,00
RESULTADO ORÇAMENTÁRIO APÓS INTERMUTUAÇÕES	12.172.805,00	2.920,00
RESULTADO APÓS REC/DESP EXTRA-ORÇAMENTÁRIAS	12.172.805,00	2.920,00
ACRÉSCIMOS PATRIMONIAIS EXTRA-ORÇAMENTÁRIOS	19.883.195,00	20.639.759,00
INCORPORAÇÃO DE ATIVOS	17.891.695,82	18.175.991,00
DESINCORPORAÇÃO DE PASSIVOS	1.921.460,18	1.883.738,00
(-) DECRÉSCIMOS PATRIM. EXTRA-ORÇAMENTÁRIOS	30.654.842,00	17.467.586,00
DESINCORPORAÇÃO DE ATIVOS	30.654.842,00	17.467.586,00
RESULTADO PATRIMONIAL / SUPERÁVIT OU DÉFICIT	1.371.119,00	3.175.083,00

NOTA: ESTA DEMONSTRAÇÃO ESTÁ ESTRUTURADA DE ACORDO COM AS NORMAS INTERNACIONAIS DE CONTABILIDADE PARA O SETOR PÚBLICO - NICSP 9

Proc. nº 001/2007
Fls. 30
Rubrica: 191

JOSÉ TRINDADE NETO
Superintendente Nacional - SUAFI
Matrícula: 531.110 - 1

PROTEÇÃO
191
Fls. 30
Processo: 332/07
Rubrica: 191

LILIAN CRISTINA CANALARI VIEIRA
Coordenadora - GECON/ANZ
Matr. 570.958-8 - CRC-DE 11791

TÍTULO DEMONSTRACAO DAS VARIACOES PATRIMONIAIS POR NATUREZA E FUNCAO

ENTIDADE 443002 - GESTAO RECURSOS HIDRICOS

MÊS
DEZEMBRO

EXERCÍCIO
2006

PÁGINA
001

EMIÇÃO
31/12/2006

TÍTULOS	2006	2005
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS		
GESTAO AMBIENTAL	13.600.000,00	17.178.645,40
(-) TOTAL DAS DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	13.600.000,00	17.178.645,40
RESULTADO ORÇAMENTARIO	13.600.000,00	17.178.645,40
INTERFERENCIAS ATIVAS ORÇAMENTÁRIAS	12.522.805,00	5.302.684,40
TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS	12.522.805,00	5.302.684,40
MUTACOES ATIVAS ORÇAMENTÁRIAS	13.250.000,00	11.878.881,00
INCORPORACAO DE ATIVOS	13.250.000,00	11.878.881,00
RESULTADO ORÇAMENTARIO APOS INTER/MUTACOES	12.172.805,00	2.920,00
RESULTADO APOS REC/DESP EXTRA-ORÇAMENTÁRIAS	12.172.805,00	2.920,00
ACRESCIMOS PATRIMONIAIS EXTRA-ORÇAMENTÁRIOS	19.853.155,00	20.638.759,00
INCORPORACAO DE ATIVOS	17.931.635,82	18.775.961,00
DESINCORPORACAO DE PASSIVOS	1.921.460,18	1.863.798,00
(-) DECRESCIMOS PATRIM EXTRA-ORÇAMENTÁRIOS	30.654.842,00	17.467.596,00
DESINCORPORACAO DE ATIVOS	30.654.842,00	17.467.596,00
RESULTADO PATRIMONIAL / SUPERAVIT OU DEFICIT	1.371.119,00	3.175.083,00

NOTA: ESTA DEMONSTRACAO ESTA ESTRUTURADA DE ACORDO COM AS NORMAS INTERNACIONAIS DE CONTABILIDADE PARA O SETOR PUBLICO - NICSP 01

JOSÉ TRINDADE NETO
Superintendente Nacional - SUAFI
Matrícula 531.110 - 1

PROTEC/ANA
Fis. 192
Processo 332/07
Rubrica

LIAN CRISTINA CAVALLAREIRA
Coordenadora - GEOPF/NF
Nº 570.538 - CRC-07-11791

Proc. nº 001/2007
Fls. 33
Rubrica: 1240

Agência Nacional de Águas
Processamento Técnico-PROTEC

CONFERIDO

Processo autuado com
192 peça(s).

Data 07/03/07

Maria José
Servidor

Maria José Guimarães
Processamento Técnico
Agência Nacional de Águas

EM BRANCO

Comunicação Interna nº 36 /2007/SAF
De: 4766/2007

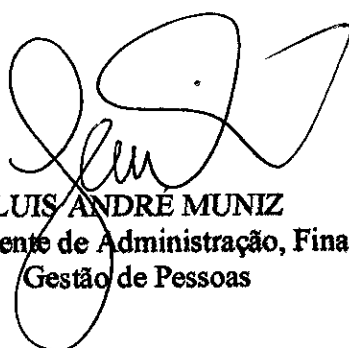
Em, 7 de março de 2007.

À Senhora Secretária Geral

Assunto: Processo 372/2007-03 - Prestação de Contas Anual da ANA - Exercício de 2006.

1. Conforme disposto na Resolução nº 6, de 22 de janeiro de 2007, estamos encaminhando a Prestação de Contas Anual da ANA do exercício de 2006, para as providências e formalidades finais para o encaminhamento do processo à Controladoria Geral da União..
2. Após a assinatura dos Senhores Diretores, antes do encaminhamento à CGU, solicitamos providenciar 3 cópias do processo que serão enviadas à SGE, Auditoria Interna e SAF.

Atenciosamente,



LUIS ANDRÉ MUNIZ
Superintendente de Administração, Finanças e
Gestão de Pessoas



AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS

Brasília, 12 de março de 2007

À: Superintendência de Administração, Finanças e Gestão de Pessoas (SAF)

Assunto: **Processo de Prestação de Contas Anual da ANA – exercício 2006**
Processo nº 02501.000372/2007-03

Informo que a Diretoria Colegiada da ANA, em sua 230ª Reunião Ordinária, realizada nesta data, tomou conhecimento do parecer da Auditoria Interna (AUD) da Agência referente ao Processo de Prestação de Contas Anual da ANA - exercício de 2006, elaborado conforme legislação vigente e de acordo com a Resolução ANA nº 6, de 22 de janeiro de 2006, aprovando o seu encaminhamento à Controladoria-Geral da União (CGU).

Nesse sentido, solicito a V.Sa. ultimar as providências de sua alçada de competência.

Esta Secretaria-Geral encontra-se a disposição para as informações complementares que se fizerem necessárias.


Mayui Vieira Guimarães Scafuto
Secretária-Geral

Ofício nº 087/2007/AA – ANA
Documento: 00000.005204/2007

Brasília, 13 de março de 2007.

A Sua Excelência o Senhor
Jorge Hage Sobrinho
Ministro de Estado do Controle e da Transparência
Controladoria-Geral da União
Edifício Darcy Ribeiro, Bloco A
70070-905 - Brasília - DF

Assunto: Prestação de Contas Anual da Agência Nacional de Águas - Exercício 2006

Senhor Ministro,

1. Encaminho a Vossa Excelência, nos termos da legislação vigente, a primeira via do processo nº 02501.000372/2007-03, contendo a Prestação de Contas Anual da Agência Nacional de Águas - ANA, referente ao exercício de 2006.

Respeitosamente,



JOSÉ MACHADO
Diretor-Presidente

